Terça-feira, 19 de Abril de 2005

Número 76

II SÉRIE

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Ministério da Administração Interna

Gabinete do Ministro 6260
Direcção-Geral de Viação 6260
Governo Civil do Distrito de Castelo Branco 6260
Governo Civil do Distrito de Évora 6260
Governo Civil do Distrito da Guarda 6260
Governo Civil do Distrito de Lisboa 6261
Governo Civil do Distrito de Viana do Castelo 6261
Governo Civil do Distrito de Viseu 6261
Inspecção-Geral da Administração Interna 6261

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Gabinete do Ministro 6261
Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação 6261
Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas 6261

Ministério das Finanças

Gabinete do Ministro 6262
Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro e Finanças 6262
Direcção-Geral dos Impostos 6263
Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros 6272
Direcção-Geral do Orçamento 6273
Instituto Nacional de Habitação 6273

Ministério das Finanças e Instituto Politécnico de Viseu

Despacho conjunto 6273

Ministério da Defesa Nacional

Gabinete do Ministro 6273
Instituto de Acção Social das Forças Armadas 6273
Estado-Maior-General das Forças Armadas 6273
Exército 6274

Ministério da Justiça

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça 6277
Secretaria-Geral 6277
Instituto Nacional de Medicina Legal 6277

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente 6277
Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades 6278
Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional 6278

Secretaria-Geral 6278
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro 6280
Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional 6281
Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais 6282
Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano 6290
Inspecção-Geral do Ambiente 6293
Instituto da Água 6293
Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado 6300
Instituto dos Resíduos 6300

Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Economia e da Inovação e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Despacho conjunto 6301

Ministério da Economia e da Inovação

Gabinete do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor 6301
Direcção Regional da Economia do Alentejo 6301
ICEP Portugal, I. P. 6302
Instituto Português da Qualidade, I. P. 6303
Região de Turismo da Rota da Luz 6303

Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas 6303

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Gabinete do Ministro 6304
Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes 6305
Comissão de Planeamento de Emergência do Transporte Marítimo 6306
Direcção-Geral de Transportes Terrestres 6306
Laboratório Nacional de Engenharia Civil 6306

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social ... 6306
Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação 6307
Secretaria-Geral 6307
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P. 6307
Instituto da Segurança Social, I. P. 6307

Ministério da Saúde

Administração Regional de Saúde do Centro 6307
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo 6309
Administração Regional de Saúde do Norte 6309
Centro Hospitalar de Cascais 6311
Hospitais Civis de Lisboa 6312
Hospitais da Universidade de Coimbra 6312
Hospital Distrital de Águeda 6312
Hospital de Sousa Martins 6313
Maternidade de Júlio Dinis 6313
Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento 6313

Ministério da Cultura

Inspecção-Geral das Actividades Culturais 6317
Instituto Português do Livro e das Bibliotecas 6317

Tribunal de Contas 6319
Universidade do Algarve 6320
Universidade de Aveiro 6321
Universidade do Minho 6322
Universidade do Porto 6327
Universidade Técnica de Lisboa 6328
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa 6329
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave 6329
Instituto Politécnico de Coimbra 6331
Instituto Politécnico da Guarda 6331
Instituto Politécnico do Porto 6331
Instituto Politécnico de Santarém 6331
Instituto Politécnico de Setúbal 6332
Águas do Centro Alentejo, S. A. 6333
Hospital de Egas Moniz, S. A. 6333
Hospital Pulido Valente, S. A. 6334
Hospital de Santa Cruz, S. A. 6335
Hospital de Santa Marta, S. A. 6335
Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil — Centro Regional de Oncologia do Porto, S. A. 6335
Serviço Regional de Saúde, E. P. E. 6335

Aviso. — Com base no disposto no n.º 12 do Despacho Normativo n.º 16/97, de 3 de Abril, foi publicado o apêndice n.º 53/2005 ao *Diário da República,* 2.ª série, n.º 76, de 19 de Abril de 2005, inserindo o seguinte:

Câmara Municipal de Alcoutim.
Câmara Municipal de Alpiarça.
Câmara Municipal de Alvaiázere.
Câmara Municipal da Amadora.
Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.
Câmara Municipal de Arouca.
Câmara Municipal de Barcelos.
Câmara Municipal do Barreiro.
Câmara Municipal de Beja.
Câmara Municipal de Campo Maior.
Câmara Municipal de Cascais.
Câmara Municipal de Celorico da Beira.
Câmara Municipal de Estremoz.
Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta.
Câmara Municipal de Gondomar.
Câmara Municipal da Horta.
Câmara Municipal das Lajes do Pico.
Câmara Municipal de Loulé.
Câmara Municipal de Lousada.
Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.
Câmara Municipal de Machico.
Câmara Municipal de Marco de Canaveses.
Câmara Municipal da Marinha Grande.
Câmara Municipal de Melgaço.
Câmara Municipal de Miranda do Douro.
Câmara Municipal de Moimenta da Beira.
Câmara Municipal de Montalegre.
Câmara Municipal de Nelas.
Câmara Municipal de Nordeste.
Câmara Municipal de Óbidos.
Câmara Municipal de Odemira.
Câmara Municipal de Odivelas.
Câmara Municipal de Paços de Ferreira.
Câmara Municipal de Paredes de Coura.

Câmara Municipal de Ponta Delgada.
Câmara Municipal de Ponte da Barca.
Câmara Municipal de Portalegre.
Câmara Municipal de Portimão.
Câmara Municipal do Porto.
Câmara Municipal da Praia da Vitória.
Câmara Municipal da Ribeira Grande.
Câmara Municipal de Salvaterra de Magos.
Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores.
Câmara Municipal de Santiago do Cacém.
Câmara Municipal de São Brás de Alportel.
Câmara Municipal de São Vicente.
Câmara Municipal do Sardoal.
Câmara Municipal de Silves.
Câmara Municipal de Sousel.
Câmara Municipal de Tomar.
Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.
Câmara Municipal de Vale de Cambra.
Câmara Municipal de Viana do Castelo.
Câmara Municipal de Vila Franca do Campo.
Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
Câmara Municipal de Vila de Rei.
Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão.
Câmara Municipal de Vimioso.
Câmara Municipal de Viseu.
Câmara Municipal de Vouzela.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 8414/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Ana Cristina Figueiredo Ferreira de Andrade Gomes para prestar funções de assessoria, no âmbito dos assuntos relativos à revisão da Lei Orgânica, dos Estatutos e demais legislação de suporte da Guarda Nacional Republicana, bem como para proceder à análise e acompanhamento das matérias respeitantes a esta força de segurança, nas áreas da sua especialidade, sendo para o efeito requisitada ao Estado-Maior do Exército.

2 — A presente nomeação tem a duração de um ano, renovável automaticamente por igual período, podendo ser-lhe posto termo a todo o tempo.

3 — A nomeada é equiparada a adjunto para efeitos retributivos, auferindo os correspondentes subsídios de férias, de Natal e de refeição, bem como os demais direitos e regalias inerentes ao exercício de funções nos gabinetes ministeriais.

4 — A nomeada fica autorizada a exercer as actividades previstas no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio, sem prejuízo para o desempenho das suas funções.

5 — A presente nomeação produz efeitos desde 12 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — O Ministro de Estado e da Administração Interna, *António Luís Santos Costa.*

Direcção-Geral de Viação

Anúncio n.º 58/2005 (2.ª série). — *Procedimento de selecção para o cargo de director de serviços de Administração.* — 1 — Com vista a dar cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro (aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado), torna-se público que a Direcção-Geral de Viação (DGV) pretende recrutar, através de procedimento de selecção, um funcionário vinculado a serviço ou organismo da Administração Pública integrado em carreira do grupo de pessoal técnico superior e habilitado com licenciatura para provimento do cargo de director de serviços de Administração deste organismo do Estado.

2 — O presente procedimento de selecção rege-se pelos critérios seguintes:

a) Área de actuação — a definida dos n.os 1 e 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro (aprova a Lei Orgânica da DGV);
b) Requisitos legais de provimento — os definidos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004;
c) Perfil pretendido — competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo no âmbito da DGV e habilitação com licenciatura em Economia, Finanças, Gestão, Direito ou Administração Pública.

2.1 — O requisito de formação específica previsto no artigo 12.º e exigido na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004 não constitui requisito de recrutamento para o cargo em apreço, em conformidade com a alínea *b*) do n.º 3 do artigo 35.º do mesmo diploma.

3 — A selecção dos candidatos far-se-á mediante apreciação curricular e, se necessário, realização de entrevista.

4 — O estatuto remuneratório é o genericamente previsto para os titulares dos cargos de direcção intermédia de 1.º grau da Administração Pública.

5 — As candidaturas devem ser remetidas, por escrito, no prazo de sete dias após a publicação do presente anúncio, para a Divisão de Pessoal e Expediente Geral da Direcção-Geral de Viação, sita na Avenida da República, 16, sobreloja, 1069-055 Lisboa.

21 de Março de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes.*

Governo Civil do Distrito de Castelo Branco

Despacho n.º 8415/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 213/2001, de 2 de Agosto, o Governador Civil é apoiado por um Gabinete de Apoio Pessoal nomeado por despacho do Ministro da Administração Interna, sob sua proposta.

2 — Em conformidade com o n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo podem ser ratificados pelos órgãos competentes os actos administrativos praticados por quem legalmente não possui competência para a respectiva prática.

3 — Considerando a urgência de que se reveste a constituição do Gabinete de Apoio Pessoal do Governador Civil, designo como Secretária do Gabinete Benvinda da Conceição Marques da Silva, técnica profissional especialista principal do quadro de pessoal da Sub-Região de Saúde de Castelo Branco que, nos termos do n.º 3 da Portaria n.º 948/2001, de 3 de Agosto auferirá a remuneração equivalente ao maior índice para a categoria de técnica profissional especialista principal (índice 360).

4 — Nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro, com os n.os 2, 3 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, a nomeação produz efeitos a partir da presente data.

5 de Abril de 2005. — A Governadora Civil, *Maria Alzira Serrasqueiro.*

Despacho n.º 8416/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 213/2001, de 2 de Agosto, o governador civil é apoiado por um gabinete de apoio pessoal nomeado por despacho do Ministro da Administração Interna, sob sua proposta.

2 — Em conformidade com o n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, podem ser ratificados pelos órgãos competentes os actos administrativos praticados por quem legalmente não possui competência para a respectiva prática.

3 — Considerando a urgência de que se reveste a constituição do Gabinete de Apoio Pessoal do Governador Civil, designo como chefe de gabinete o licenciado Fernando Manuel Antunes Vieira da Silva que, nos termos do n.º 3.º da Portaria n.º 948/2001, de 3 de Agosto, auferirá a remuneração equivalente ao maior índice para a categoria de assessor (índice 730).

4 — Nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro, com os n.os 2, 3 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, a nomeação produz efeitos a partir da presente data.

5 de Abril de 2005. — A Governadora Civil, *Maria Alzira Serrasqueiro.*

Governo Civil do Distrito de Évora

Despacho n.º 8417/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Abril de 2005 do governador civil do Distrito de Évora, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 252/92, de 19 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/2001, de 2 de Agosto, e bem assim do n.º 1 do n.º 3.º da Portaria n.º 948/2001, de 3 de Agosto:

Licenciada Renata Costa da Cruz Monteiro Marques — nomeada chefe de gabinete de apoio pessoal do governador civil, com efeitos a partir de 8 de Abril de 2005;
Licenciado João António Parreira Canha — nomeado adjunto do gabinete de apoio pessoal do governador civil, com efeitos a partir de 8 de Abril de 2005.
Maria Rosinda dos Reis Monteiro Louro — nomeada secretária do gabinete de apoio pessoal do governador civil, com efeitos a partir de 8 de Abril de 2005.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Abril de 2005. — O Governador Civil, *Henrique Troncho.*

Governo Civil do Distrito da Guarda

Aviso n.º 4130/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 6 de Abril de 2005, são nomeados assistentes administrativos principais da carreira de assistente administrativo, do quadro privativo de pessoal do Governo Civil do Distrito da Guarda, na sequência de concurso interno de acesso misto, ao abrigo do disposto no artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo, com efeitos reportados a 1 de Abril de 2005:

Laura Maria Fernandes da Silva Xistra.
Isabel Maria Pires Alves da Cruz.
Maria da Conceição Gonçalves Rodrigues da Corte.

6 de Abril de 2005. — Pela Governadora Civil, *(Assinatura ilegível.)*

Governo Civil do Distrito de Lisboa

Aviso n.º 4131/2005 (2.ª série). — O Governo Civil do Distrito de Lisboa pretende proceder à transferência de funcionários da carreira de assistente administrativo com vínculo à função pública para exercerem funções na sua sede, na Rua Capelo, em Lisboa ou nos postos de atendimento do Governo Civil nas Lojas do Cidadão, em Lisboa.

Os interessados devem dirigir requerimento ao governador civil de Lisboa, no prazo de 10 dias a contar desta publicação, indicando nome, morada, telefone, habilitações literárias, antiguidade na categoria e na função pública e organismo onde desempenham funções, acompanhado do currículo onde conste a sua experiência e formação profissionais, bem como as classificações de serviço dos últimos três anos, para Governo Civil, Rua Capelo, 1249-110 Lisboa.

31 de Março de 2005. — O Governador Civil, *José Lino Ramos.*

Louvor n.º 1139/2005. — Louvo a licenciada Maria João Correia Tavares de Figueiroa Rego pela forma competente, dedicada e empenhada como desempenhou as suas funções de adjunta.

Demonstrou um particular sentido do dever no exercício de funções públicas e grande profissionalismo na organização e acompanhamento das iniciativas levadas a efeito pelo Governo Civil, nomeadamente as realizadas no âmbito das seguintes actividades:

Comemorações do Alargamento da União Europeia;
Campeonato Europeu de Futebol — Euro 2004;
Comemorações do Dia Mundial da Criança — Torneio Intermunicipal de Futebol de 7 do Distrito de Lisboa;
Acções de prevenção rodoviária;
Festa de Natal do Governo Civil do Distrito de Lisboa para crianças de diferentes instituições privadas de solidariedade social (IPSS) do distrito de Lisboa.

Pelo exposto, é-me particularmente grato manifestar à licenciada Maria João Correia Tavares de Figueiroa Rego todo o meu público apreço e reconhecimento pelos serviços prestados.

24 de Março de 2005. — O Governador Civil, *José Lino Ramos.*

Louvor n.º 1140/2005. — Louvo o encarregado de pessoal auxiliar Henrique José Pereira Inocêncio pela forma competente, dedicada e empenhada como desempenhou as suas funções.

Demonstrou grandes qualidades profissionais e um elevado sentido do dever e disponibilidade, que em muito dignificaram as funções inerentes ao Governo Civil.

Pelo exposto, é-me particularmente grato manifestar a Henrique José Pereira Inocêncio todo o meu público apreço e reconhecimento pelos serviços prestados.

24 de Março de 2005. — O Governador Civil, *José Lino Ramos.*

Governo Civil do Distrito de Viana do Castelo

Louvor n.º 1141/2005. — No momento em que cesso funções como governador civil de Viana do Castelo quero formular público louvor ao chefe de secção deste Governo Civil, Manuel Rego e Sousa, que com competente descrição e visível empenho e dedicação revelou, a cada momento, sólida preparação e saber, elevado aprumo moral e generoso sentido de serviço público que transmitiu a todo o quadro de pessoal do Governo Civil. Ficam bem presentes as suas qualidades pessoais e profissionais e o seu persistente desígnio de causa pública que continua a servir, com sua satisfação e nosso orgulho. Com gratidão pelo seu desempenho e admiração pelo seu mérito formulo este público louvor.

15 de Março de 2005. — O Governador Civil, *António Carvalho Martins.*

Governo Civil do Distrito de Viseu

Aviso n.º 4132/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e por despacho de 14 de Julho de 2004 do secretário do Governo Civil do Distrito de Viseu, faz-se público que foi autorizado, no todo, a recuperação do vencimento de exercício perdido, por falta ao serviço devidamente comprovada por atestado médico, a Isabel Maria Dias Rodrigues das Neves, com a categoria de assistente administrativa especialista do quadro de pessoal do Governo Civil — 18 dias (26 de Fevereiro a 15 de Março de 2005).

4 de Abril de 2005. — A Secretária, *Maria Fernanda Pais Correia Sampaio Sobral Amaral.*

Aviso n.º 4133/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 6 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e por despacho de 4 de Abril de 2005 do Secretário do Governo Civil do Distrito de Viseu, faz-se público que foi autorizado, no todo, a recuperação do vencimento de exercício perdido, por falta ao serviço devidamente comprovada por atestado médico, a Maria Isabel de Jesus Santos da Fonseca, com a categoria de assistente administrativa principal do quadro — 12 dias (de 28 de Fevereiro a 11 de Março de 2005).

6 de Abril de 2005. — A Secretária do Governo Civil, *Maria Fernanda Pais Correia Sampaio Sobral Amaral.*

Inspecção-Geral da Administração Interna

Despacho (extracto) n.º 8418/2005 (2.ª série). — Por despacho do subinspector-geral, em substituição do inspector-geral, de 6 de Abril de 2005, ao abrigo do disposto nos n.os 2 e 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março:

Fernando António Pinto da Silva, técnico de informática do grau 2, nível 2 — renovada a designação para o exercício de funções de coordenador técnico da área de informática, do quadro da Inspecção-Geral da Administração Interna.

A presente designação tem a duração de dois anos e produz efeitos a 11 de Junho de 2005. (A designação não carece de visto do Tribunal de Contas.)

7 de Abril de 2005. — O Subinspector-Geral, em substituição do Inspector-Geral, *José Vicente Gomes de Almeida.*

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 8419/2005 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.os 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, e atendendo ao acréscimo de funções e responsabilidades associadas à acumulação dos cargos de Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros:

1 — Nomeio para prestar colaboração no meu Gabinete, no âmbito da sua experiência e qualificações profissionais, Isabel Maria de Sousa da Silva Pereira Fernandes Homem.

2 — A presente nomeação é feita por um ano, tacitamente prorrogável, com efeitos a 11 de Abril de 2005, sem prejuízo de ser o presente despacho revogável a todo o tempo.

3 — A nomeada é equiparada, para todos os efeitos legais, designadamente remuneratórios, a secretária pessoal do Gabinete.

6 de Abril de 2005. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral.*

Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

Despacho n.º 8420/2005 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, e nos n.os 1 e 5 do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, nomeio em regime de destacamento para exercer funções no meu Gabinete, com efeitos a partir de 14 de Março de 2005, o motorista de ligeiros de 1.ª classe do quadro do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros Joaquim Estevam Arroteia.

21 de Março de 2005. — O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, *João Titterington Gomes Cravinho.*

Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas

Despacho n.º 8421/2005 (2.ª série). — Nos termos dos artigos 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Laura Teimão Lopes Costa, técnica superior de 2.ª classe, do quadro

da Assembleia da República, para exercer funções no meu Gabinete como adjunta jurídica.

Este despacho produz efeitos a partir de 7 de Abril de 2005.

7 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, *António Fernandes da Silva Braga.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 8422/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto nos n.os 1 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a assistente administrativa especialista Maria da Conceição Félix da Costa, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, para exercer as funções de secretária pessoal do meu Gabinete.

21 de Março de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha.*

Despacho n.º 8423/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para o núcleo de apoio administrativo do meu Gabinete os seguintes funcionários:

Cidália Maria Teixeira Moutinho Dias, verificadora auxiliar aduaneira de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.
Maria José Neves Limão Chaves, verificadora auxiliar aduaneira principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.
Fernanda Maria Ruivo de Sousa, verificadora auxiliar aduaneira de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.
Adélia Juk Keu Chim Malta, assistente administrativa principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos.
Luísa Maria Marques Fernandes, técnica profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos.
Maria Engrácia da Cruz Soares, assistente administrativa principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos.
Pedro Miguel Amorim Gião de Matos, motorista de ligeiros do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos.
Maria Ângela da Costa Mendes Santos, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do ex-Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.
Danilo Sucá Camal, assistente administrativo especialista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do ex-Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

O presente despacho produz efeitos a partir de 12 de Março de 2005.

31 de Março de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha.*

Despacho n.º 8424/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos artigos 2.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco Teresa de Jesus Mesquita Moreira Parreira, verificadora auxiliar aduaneira de 1.ª classe, do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Alfândeas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, para efeitos de colaboração especializada na área de secretariado do meu Gabinete, auferindo como remuneração mensal, pelo serviço de origem, a que lhe é devida em razão da categoria que detém, acrescida da diferença dessa para a remuneração estabelecida para o cargo de secretária pessoal, com direito à percepção dos valores correspondentes aos subsídios de férias e de Natal estabelecidos para esse cargo, diferença essa a suportar pelo orçamento do meu Gabinete.

O presente despacho produz efeitos reportados ao dia 14 de Março de 2005.

31 de Março de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha.*

Despacho n.º 8425/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para o Núcleo de Apoio Administrativo do meu Gabinete os seguintes funcionários do quadro da Secretaria-Geral:

Adrião Lopes Matos Cunha, auxiliar administrativo.
Ângela Conceição Vieira Abreu, auxiliar administrativa.
Emília Vaz Fernandes Cunha, auxiliar administrativa.
Luís António Fernandes Queiroga, motorista.

O presente despacho produz efeitos a partir de 12 de Março de 2005.

31 de Março de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha.*

Despacho n.º 8426/2005 (2.ª série). — Ao abrigo dos n.os 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o licenciado Luís Manuel Ferreira Pinto para prestar colaboração ao meu Gabinete no âmbito do acompanhamento e articulação do plano de informatização tributária nos moldes definidos nos planos de actividade aprovados e nas linhas de orientação traçadas.

1 — O trabalho será realizado em regime de subordinação hierárquica, com a remuneração mensal de € 2500, tendo por base 14 meses e estando sujeito a todos os descontos legais.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir desta data e pelo prazo de nove meses.

3 — Os encargos decorrentes serão suportados pela respectiva rubrica de classificação económica do orçamento dos encargos gerais do Ministério.

1 de Abril de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha.*

Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro e Finanças

Despacho n.º 8427/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para prestar serviço no meu Gabinete a auxiliar administrativa, do quadro da Direcção-Geral do Tesouro, Luísa de Jesus Correia Cardoso.

O presente despacho produz efeitos reportados a 1 de Abril de 2005.

24 de Março de 2005. — A Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, *Maria dos Anjos Melo Machado Nunes Capote.*

Despacho n.º 8428/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Junho, destaco para prestar serviço no meu Gabinete as auxiliares administrativas, do quadro da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, a seguir designadas:

Ana Maria de Fátima Alves Mendes Marques — até ao dia 31 de Março de 2005.
Maria Eugénia André Ribeiro da Silva.

O presente despacho produz efeitos reportados a 14 de Março de 2005.

24 de Março de 2005. — A Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, *Maria dos Anjos Melo Machado Nunes Capote.*

Despacho n.º 8429/2005 (2.ª série). — Nomeio a licenciada Ana Cristina de Meneses Pereira Paes Sequeira Rodrigues, técnica superior do quadro de pessoal da Inspecção-Geral de Finanças, para desempenhar as funções de adjunta do meu Gabinete, ao abrigo dos artigos 2.º, 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, sendo para o efeito destacada àquela entidade. Auferirá como remuneração mensal, pelo serviço de origem, a que lhe é devida em razão da categoria que detém, acrescida da diferença dessa para a remuneração estabelecida para o cargo de adjunta, com direito à percepção dos subsídios de férias e Natal e de despesas de representação, no montante correspondente ao daquele cargo, diferença essa a suportar pelo orçamento do meu Gabinete.

O presente despacho produz efeitos reportados a 28 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — A Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, *Maria dos Anjos Melo Machado Nunes Capote.*

Despacho n.º 8430/2005 (2.ª série). — Nomeio o licenciado Luís Miguel Silva Ribeiro, técnico superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tesouro, para desempenhar as funções de adjunto do meu Gabinete, ao abrigo dos artigos 2.º, 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, sendo para o efeito destacado àquela entidade. Auferirá como remuneração mensal, pelo serviço de origem, a que lhe é devida em razão da categoria que detém, acrescida da diferença dessa para a remuneração estabelecida para o cargo de adjunto, com direito à percepção dos subsídios de férias e Natal e

de despesas de representação, no montante correspondente ao daquele cargo, diferença essa a suportar pelo orçamento do meu Gabinete.

O presente despacho produz efeitos reportados a 28 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — A Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, *Maria dos Anjos Melo Machado Nunes Capote.*

Despacho n.º 8431/2005 (2.ª série). — Nomeio a licenciada Carla Manuela de Matos Oliveira Flores, técnica superior principal, do quadro de pessoal dos Serviços de Apoio Técnico e Administrativo da Procuradoria-Geral da República, para desempenhar as funções de adjunta do meu Gabinete, ao abrigo dos artigos 2.º, 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, sendo para o efeito requisitada àquela entidade.

O presente despacho produz efeitos reportados a 1 de Abril de 2005.

31 de Março de 2005. — A Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, *Maria dos Anjos Melo Machado Nunes Capote.*

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 4134/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 94.º do Decreto Regulamentar n.º 42/83, de 20 de Maio, e 62.º da lei geral tributária, o chefe do Serviço de Finanças do Sabugal delega competências nos termos seguinte:

1 — Chefia das secções:

1.ª Secção — Tributação do Rendimento da Despesa e do Património no adjunto de chefe de finanças de nível 2, em substituição, TAT de nível 1 José Camejo dos Santos;

Secção de Tesouraria — Manuel Joaquim da Cunha Nunes, TAT de nível 1.

2 — Atribuição de competências — aos chefes de secção, sem prejuízo das funções que pontualmente lhes venham a ser atribuídas, compete-lhes assegurar, sob minha orientação e supervisão, o funcionamento das secções e exercer a adequada acção formativa e disciplinar relativa aos funcionários colocados nas respectivas secções, para além das competências que agora lhe são delegadas.

2.1 — De carácter geral:

1) Exercer acção formativa nos respectivos funcionários, mantendo a ordem e a disciplina na secção a seu cargo, controlando a assiduidade, a pontualidade, faltas e licenças dos respectivos funcionários, exceptuando o acto de visar o plano anual das férias;
2) Assinar e atribuir os documentos que tenham a natureza de expediente diário;
3) Verificar e controlar os serviços de forma que sejam respeitados os prazos fixados, quer legalmente quer pelas instâncias superiores;
4) Providenciar para que sejam prestadas, com prontidão, todas as respostas e informações pedidas pelas diversas entidades;
5) Providenciar para que os utentes dos serviços sejam atendidos com a necessária prontidão e qualidade;
6) Proceder à distribuição de certidões de conformidade com os critérios que forem estabelecidos, assegurando o sigilo profissional/fiscal e providenciar para que as mesmas sejam passadas dentro dos prazos legalmente estabelecidos;
7) Zelar pela boa organização e arrumação do espaço reservado à produção do trabalho e bem assim à conservação do arquivo dos documentos da secção;
8) Informar quaisquer petições, exposições, reclamações e recursos hierárquicos em matéria tributária;
9) Providenciar para que os objectivos do plano de actividades superiormente determinados sejam atingidos em cada uma das secções;
10) Assinar a correspondência expedida, com excepção da que for dirigida a entidades hierarquicamente superiores, tribunais e outros órgãos de soberania;
11) Propor formas de actuação, distribuição de funções e rotação de serviços pelos funcionários da secção, sempre que se mostre necessário;
12) Assinar os documentos de cobrança e de operações de tesouraria a emitir pelo Serviço de Finanças;
13) Assegurar que o equipamento informático seja gerido de forma eficaz, quer ao nível da informação quer ao nível de segurança;

2.2 — De carácter específico:

1.ª Secção — Tributação do Rendimento, da Despesa e Património:

1) Coordenar e controlar todo o serviço relacionado com o IRS e IRC, designadamente recepção, visualização, loteamento e recolha das várias declarações apresentadas pelos contribuintes, de molde que seja assegurado o prazo das liquidações;
2) Controlar e promover a correcção de todas as DR remetidas ao Serviço de Finanças para esse efeito, esclarecimento ou confirmação, bem como a sua célere devolução;
3) Tudo o que demais se relacione com a fiscalização e o controlo do IR, acautelando as liquidações de anos anteriores, evitando assim a caducidade;
4) Orientação, controlo e fiscalização de todo o serviço relacionado com o IVA e fiscalização de eventuais faltosos;
5) Controlar as liquidações da competência do Serviço de Finanças, em matéria de IVA, bem como quaisquer outras remetidas pelo SAIVA e ou DF, seja qual for a sua natureza;
6) Promover a organização do respectivo «processo» de liquidação a que dê origem a emissão de notas modelo n.º 382/383, à excepção da fixação prevista nos artigos 82.º a 84.º do CIVA, bem como acautelar situações de caducidade;
7) Controlar as contas correntes dos SP enquadrados no REPR e promover a fiscalização, quando em falta;
8) Propor a cessação oficiosa, nos termos do n.º 2 do artigo 33.º do CIVA, do n.º 6 do artigo 29.º do CIRC e do n.º 3 do artigo 114.º do CIRS, nos casos de manifesta inactividade;
9) Decidir das divergências de enquadramento dos SP;
10) Promover a arrecadação do imposto em falta, as notificações de apuramento de imposto por estimativa ou presunção, bem como as demais diligências exigidas, pela administração deste imposto;
11) Proceder ao averbamento informático dos genericamente denominados «movimentos rectificativos»;
12) Proceder às notificações pessoais via externa e via postal das liquidações do IVA/IR/outras dívidas e ao averbamento no sistema informático;
13) Orientar e controlar todo o serviço respeitante ao número fiscal de contribuinte e cadastro único;
14) Coordenar e orientar todo o serviço respeitante ao imposto municipal sobre imóveis, imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis, imposto do selo, bem como contribuição autárquica, imposto municipal de sisa e imposto sobre sucessões e doações;
15) Organizar e promover as avaliações nos termos do artigo 76.º do CIMI;
16) Instaurar, instruir e despachar as reclamações administrativas apresentadas nos termos do artigo 32.º do Código da Contribuição Autárquica e do imposto sobre indústria agrícola e artigo 130.º do CIMI e pedidos de rectificação e verificação de áreas e discriminação de valores de prédios, promovendo todos os procedimentos e actos necessários para o efeito, incluindo a decisão, salvo se esta for de indeferir;
17) Instaurar, instruir e despachar todos os processos de isenção de contribuição autárquica e do CIMI, assim como fiscalizar as isenções concedidas;
18) Instruir e informar, para efeitos de decisão, os pedidos de rectificação de termos de IMT quando estejam em causa erros de identificação fiscal;
19) Conferência e orientação da tramitação do processo de liquidação do imposto sobre as sucessões e doações e imposto do selo, bem como a assinatura dos respectivos termos de liquidação e do que se tornar necessário à instrução do processo, excepto prorrogação do prazo para apresentação da relação de bens e decisão sobre prescrição;
20) Fiscalizar, controlar e conferir todo o serviço relacionado com o imposto sucessório e imposto do selo, nomeadamente relações de óbitos, escrituras, verbetes de usufrutuários, etc.;
21) Promover o cumprimento de todas as solicitações oriundas da Direcção de Serviços de Instalações, nomeadamente no que se refere a identificações, avaliações, registos no livro modelo n.º 126 e tudo o que com o mesmo se relacionar, excepto as funções de exclusiva competência do chefe;
22) Fiscalizar e controlar os elementos recebidos de outras entidades, nomeadamente autarquias locais, notários, conservadores, serviços de finanças, etc.;
23) Fiscalizar e controlar os bens do Estado, mapas de cadastro, seus aumentos e abatimentos, bens prescritos e abandonados;
24) Tudo o que demais se relacione com a fiscalização e controlo do IMI, IMT e IS, procedendo também à notificação dos sujeitos passivos também pela via externa e seu averbamento no sistema de modo a acautelar a caducidade;
25) Decidir os pedidos de pagamento de coimas com redução nos termos do artigo 2.º do regime geral das infracções tributárias, tendo presente o preceituado nos artigos 30.º e 31.º do mesmo diploma;
26) Zelar assiduamente pela conservação das matrizes rústica e urbana;
27) Substituir o chefe do Serviço de Finanças nas faltas e impedimentos legais.

Secção de Tesouraria:

1) Controlar e fiscalizar lodo o serviço relacionado com o imposto sobres veículos, camionagem e circulação, nomeadamente a concessão de dísticos especiais e de isenção, bem como o arquivo dos modelos n.os 6- 6-A e 6-B do imposto de camionagem de modo que a sua consulta seja fácil e eficaz;
2) Verificar e distribuir diariamente, por si e pelos restantes adjuntos, todo o expediente entrado, para distribuição pelos funcionários, incluindo as instruções e demais legislação;
3) Coordenar e controlar os serviços de administração geral relacionados com o serviço de correios, telecomunicações e entradas e saídas de correspondência;
4) Proferir despachos, assinar e distribuir documentos que tenham a natureza de expediente diário da Secção, incluindo todos os pedidos de certidão que não impliquem indeferimento;
5) Controlar a receita eventual, zelando pelo seu bom arquivo, incluindo os lotes;
6) Coordenar e orientar todo o serviço relacionado com o pessoal, faltas, férias e licenças;
7) Substituir o chefe do Serviço de Finanças nas faltas ou impedimentos legais pelo chefe-adjunto José Camejo dos Santos.

Observação. — Decorrente da interpretação do conteúdo legal contido no artigo 39.º do Código do Procedimento Administrativo, o delegante poderá:

1) Chamar a si, a qualquer momento e sem formalidades, a tarefa de resolução de assuntos que entenda convenientes sem que isso implique derrogação, ainda que parcial, deste despacho;
2) Dirigir e controlar os actos praticados pelo delegado e bem assim a modificação ou revogação desses mesmos actos.

Em todos os actos praticados no exercício transferido da competência, o delegado fará menção expressa dessa competência, utilizando a expressão, «Por delegação do Chefe do Serviço, o Adjunto». Este despacho entra em vigor após conhecimento da autorização do director-geral, considerando-se com ela legitimados os actos anteriormente praticados pelos delegados a partir de 17 de Janeiro do ano em curso.

15 de Março de 2005. — O Chefe do Serviço de Finanças de Sabugal, *António Bernardo Morgado Gomes Dionísio.*

Aviso (extracto) n.º 4135/2005 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — Nos termos dos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, o chefe do Serviço de Finanças da Amadora 3 delega competências nos adjuntos das 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª secções, como segue:

I — Chefia das secções:

1.ª Secção — Tributação do Rendimento e Despesa — adjunto, nomeado em regime de substituição, Raul Gonçalves Freire de Andrade;
2.ª Secção — Tributação do Património — adjunto Augusto Victor de Melo Fernandes;
3.ª Secção — Justiça Tributária — adjunto Hernâni Ferreira do Espírito Santo;
4.ª Secção — Tesouraria — adjunta, nomeada em regime de substituição, Maria do Céu Buco Luzia.

II — Competências gerais — aos chefes das secções, sem prejuízo das funções que pontualmente venham a ser-lhes atribuídas pelo chefe do Serviço de Finanças ou seus superiores hierárquicos, bem como da competência que lhes atribui o artigo 93.º do Decreto Regulamentar n.º 42/83, de 20 de Maio, que é assegurar, sob a minha orientação e supervisão, o funcionamento das secções e exercer a adequada acção formativa e disciplinar relativa aos funcionários, competirá:

a) Proferir despachos de mero expediente, incluindo pedidos de certidões a emitir pelos funcionários da respectiva secção, controlando a correcção das contas de emolumentos, quando devidos, e fiscalizando as isenções dos mesmos, quando mencionadas, bem como verificar a legitimidade dos requerentes;
b) Assinar a correspondência expedida, com excepção da dirigida a instâncias hierarquicamente superiores, bem como a outras entidades estranhas à Direcção-Geral dos Impostos (DGCI) de nível institucional relevante;
c) Verificar e controlar os serviços de forma que sejam respeitados os prazos e objectivos fixados, quer legalmente quer pelas instâncias superiores;
d) Assinar os mandados de notificação e as notificações a efectuar por via postal;
e) Assinar e distribuir documentos que tenham a natureza de expediente diário;
f) Providenciar para que sejam prestadas com prontidão todas as respostas e informações solicitadas pelas diversas entidades;
g) Tomar as providências necessárias para que os utentes sejam atendidos com a prontidão possível e com qualidade;
h) Instruir, informar e dar parecer sobre quaisquer petições e exposições para a apreciação e decisão superiores;
i) Instruir e informar os recursos hierárquicos;
j) Assinar os documentos de cobrança e de operação de tesouraria a emitir pelo Serviço de Finanças;
k) Controlo de assiduidade, pontualidade, faltas e licenças dos funcionários em serviço na respectiva secção;
l) Promover a organização e conservação em boa ordem do arquivo de documentos e processos e demais assentos relacionados com a respectiva secção;
m) Verificar e controlar os procedimentos de liquidação das coimas e o direito à redução nos termos do artigo 29.º do RGIT, tendo presente o preceituado nos artigos 30.º e 31.º do mesmo diploma;
n) Verificar o andamento e controlo de todos os serviços a cargo da secção, incluindo os não delegados, tendo em vista a sua perfeita e atempada execução, tendo sempre como objectivo principal o cumprimento do plano de actividades;
o) Coordenar e controlar a execução do serviço mensal, bem como a elaboração de relações, tabelas, mapas contabilísticos e outros, de modo que seja assegurada a sua remessa atempada às entidades destinatárias;
p) Submeter ao parecer da chefia do serviço quaisquer petições ou exposições a enviar à apreciação das instâncias superiores da DGCI;
q) Coordenar a utilização dos equipamentos informáticos afectos a cada secção, relatando prontamente as deficiências ou falhas quer ao chefe do serviço, quer aos competentes serviços técnicos da DGITA.

III — Competências específicas:

1.ª Secção, chefe de finanças-adjunto do nível 1 Raul Gonçalves Freire de Andrade, a quem compete:

1) Coordenar e controlar todo o serviço respeitante ao imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e ao imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) e promover todos os procedimentos e praticar todos os actos necessários à execução do serviço referente aos indicados, bem como à fiscalização dos mesmos;
2) Coordenar e controlar todo o serviço respeitante ao imposto sobre o valor acrescentado (IVA), promover todos os procedimentos e praticar os actos necessários à execução do serviço referente ao indicado imposto e fiscalizando o mesmo, incluindo a recolha informática da informação nas opções superiormente autorizadas, promover a organização dos processos individuais dos sujeitos passivos, controlo da emissão do modelo n.º 344, bem como o seu adequado tratamento, e promover a elaboração do BAO, com vista à correcção de errados enquadramentos cadastrais;
3) Controlar e promover a atempada fiscalização dos sujeitos passivos do regime especial dos pequenos retalhistas, através das guias de entrega do imposto, mantendo as fichas de conta corrente devidamente actualizadas;
4) Fiscalização e controlo interno, incluindo elementos de cruzamento de várias declarações, designadamente de IR;
5) Coordenar e controlar todo o serviço respeitante ao número fiscal de contribuinte e praticar os actos a ele respeitantes ou com eles relacionados, incluindo as liquidações efectuadas pelo Serviço de Finanças;
6) Controlar e coordenar os procedimentos relacionados com o cadastro único, quer com o módulo de identificação, quer no módulo de actividade, mantendo permanentemente actualizados e em perfeita ordem os respectivos ficheiros e, bem assim, o arquivo dos documentos de suporte dos mesmos, nos termos que estão superiormente definidos;
7) Orientar e controlar a recepção, registo prévio, visualização e loteamento das declarações e relações a que estejam obrigados os sujeitos passivos de IR, bem como a sua recolha informática nos casos superiormente autorizados, ou a sua atempada remessa aos diversos centros de recolha nos restante casos e nos termos que estão superiormente definidos e ainda o bom arquivamento das respeitantes a esta área fiscal;
8) Controlar o impedimento de reconhecimento do direito a benefícios fiscais em sede de imposto sobre o rendimento e despesa (artigo 11.º-A do EBF);
9) Despacho e junção ao processo de documentos com eles relacionados;
10) Controlar as reclamações e os recursos apresentados pelos sujeitos passivos, após as notificações efectuadas, face à alte-

ração/fixação do rendimento colectável/imposto e promover a sua remessa célere à direcção de finanças, nos termos e prazos legalmente estabelecidos;
11) Promover as notificações e restantes procedimentos respeitantes às receitas do Estado cuja liquidação não é da competência da DGCI, incluindo as reposições;
12) Assinar mandados, passados em meu nome, incluindo os emitidos em cumprimento de despacho anterior;
13) Coordenar e controlar todo o serviço respeitante ao pessoal, designadamente a abertura e controlo do livro de ponto, envio de protocolo de despesas médicas à ADSE, abono de família, vencimentos e descontos, elaboração da nota das faltas e licença dos funcionários, bem como a sua comunicação aos serviços respectivos, pedidos de verificação domiciliária de doença e pedidos de apresentação a junta médica, excluindo justificação de faltas e concessão ou autorização de férias;
14) Coordenar e controlar todo o serviço de correios e comunicações;
15) Promover a arrumação mensal das cópias dos ofícios expedidos, bem como do *Diário da República,* edições, distribuição de instruções, etc.;
16) Promover a requisição de impressos e a sua organização permanente;
17) Controlar o serviço de limpeza e gestão corrente das instalações;
18) Controlar o livro a que se refere a Resolução do Conselho de Ministros n.º 189/96, de 31 de Outubro, procedendo à remessa das reclamações nos termos do n.º 8 da referida resolução.

Na ausência ou impedimento do adjunto, o substituto legal é o técnico de administração tributária do nível 1 Adelino Martins Francisco.

2.ª Secção, chefe de finanças-adjunto do nível 1 Augusto Victor de Melo Fernandes, a quem compete:

1) Promover todos os procedimentos e praticar os actos necessários no âmbito da contribuição autárquica, imposto municipal de imóveis (IMI), imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) e imposto do selo (IS), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 237/2003, de 12 de Novembro, incluindo a apreciação e decisão de todas as reclamações administrativas apresentadas nos termos do Código da Contribuição Autárquica (artigo 32.º), do Código da Contribuição Predial e do Imposto sobre a Indústria Agrícola (artigo 269.º) e do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (artigo 130.º), sobre matrizes prediais, pedidos de discriminação, rectificação e verificação de áreas de prédios urbanos, rústicos ou mistos;
2) Orientar e supervisionar a tramitação dos processos instaurados com base nos pedidos de isenção de contribuição autárquica, pedidos de isenção de IMI, bem como dos pedidos de não sujeição respectivos, e praticar neles todos os actos em que a competência pertença ao chefe do Serviço de Finanças, nomeadamente a decisão final, e promover a sua cessação quando deixarem de se verificar os pressupostos para o reconhecimento, incluindo restituição de sisa, nos termos do artigo 14.º do Código do Imposto Municipal de Sisa (CIMI), bem como nos casos em que haja lugar a indeferimento;
3) Controlar o impedimento de reconhecimento do direito a benefícios fiscais em sede de contribuição autárquica, IMI e IMT (artigo 11.º-A do EBF);
4) Orientar e fiscalizar todo o serviço relacionado com as avaliações para efeitos de contribuição autárquica, IMI, incluindo os pedidos de segunda avaliação (artigo 76.º do CIMI), e praticar os actos necessários que sejam da competência do chefe do Serviço de Finanças, bem como assinar documentos, termos e despachos, com excepção da orientação dos trabalhos das comissões de avaliação e da nomeação de louvados e peritos locais, com excepção dos relativos à posse, nomeação ou substituição de louvados e peritos, assim como a assinatura dos mapas resumo e folhas de despesa, bem como a orientação de todo o serviço relacionado com as reclamações cadastrais rústicas;
5) Fiscalizar e controlar o serviço de alterações matriciais, inscrições e identificações, bem como de todas as liquidações, incluindo anos anteriores, e todos os elementos recebidos de outras entidades;
6) Coordenar e controlar todo o serviço de informática tributária da contribuição autárquica, IMI e IS, incluindo a autorização para as liquidações e suas correcções, garantindo, em tempo útil, a recolha e actualização de dados para lançamento e emissão de documentos, incluindo a autorização para proceder às suas anulações;
7) Mandar instaurar os processos de avaliação no termos da lei do inquilinato e do artigo 36.º do Regime do Arrendamento Urbano (RAU) e praticar todos os actos a eles respeitantes;
8) Coordenar e controlar diariamente os documentos de cobrança do IMI e IMT e dos emolumentos devidos nas certidões, cadernetas e outros serviços prestados;
9) Mandar instaurar e controlar os processos administrativos de liquidação dos impostos integrados na secção, quando a competência pertencer ao Serviço de Finanças, com base na declarações dos sujeitos passivos ou oficiosamente, na falta destas, e praticar todos os actos a eles respeitantes;
10) Coordenar e controlar todo o serviço respeitante ao imposto municipal de sisa e praticar todos os actos relacionados, nomeadamente a conferência e assinatura dos termos de liquidação, respectivos averbamentos e extracção do modelo n.º 17-A (para actualização das matrizes e base de dados da CA, conferência de relações de notários, etc.), bem como os despachos, mandados e termos de avaliação e demais actos a praticar em processos do artigo 109.º do Código, com excepção da autorização para rectificação dos termos de declaração, da nomeação e ou da substituição dos louvados e peritos;
11) Promover e controlar a extracção de verbetes de fiscalização do modelo n.º 1-D relacionados com as liquidações e isenções condicionadas do imposto municipal de sisa e do IMT;
12) Orientação da tramitação dos processos do IMSSD e a sua normal instrução, sua conferência e assinatura das respectivas liquidações e mapas da divisão do imposto em anuidades e prestações, com excepção daquelas cujo valor tenha de ser submetido à conferência pela direcção de finanças, e a apreciação das garantias oferecidas para assegurar o pagamento do imposto e ainda do IS de transmissões gratuitas;
13) Promover e controlar a extracção dos mapas demonstrativos das liquidações, execução dos mapas estatísticos e serviço mensal e a sua remessa atempada à direcção de finanças;
14) Promover e controlar a escrituração do livro de registo de processos instaurados do modelo n.º 3-D, fiscalização da relação de óbitos e outros elementos para a economia do imposto, a extracção do modelo n.º 17-A para actualização de matrizes e base de dados para a liquidação da CA e de verbetes de fiscalização, para controlo de processos pendentes;
15) Despachos de junção aos processos de documentos com ele relacionados;
16) Promover e controlar a boa organização e arquivo de processos, incluindo os processos findos e respectivos verbetes;
17) Coordenar e controlar o serviço respeitante à implementação da reforma do património, designadamente ao IMI, IMT e imposto do selo sobre transmissões gratuitas;
18) Promover a elaboração dos mapas do plano de actividades dos modelos PA 10 e PA 11 e coordenar o serviço relacionado com os mesmos, nomeadamente o atempado envio aos seus destinos.

Na ausência ou impedimento do adjunto, o substituto legal é a técnica de administração tributária Maria José Sá Crespo.

3.ª Secção, chefe de finanças-adjunto do nível 1 Hernâni Ferreira do Espírito Santo, a quem compete:

1) Mandar registar e autuar os processos de execução fiscal, proferir despachos para a sua instrução e praticar todos os actos ou termos que, por lei, sejam da competência do chefe do Serviço de Finanças, incluindo a extinção por pagamento ou anulação, com excepção de:
   a) Declarar extinta a execução e ordenar o levantamento da penhora, nos casos em que os bens penhorados se encontrem sujeitos a registo;
   b) Declaração em falhas em processos de valor superior a € 1000;
   c) Despachos para venda de bens por qualquer das formas previstas no Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT);
   d) Aceitação de propostas e decisão sobre as vendas de bens por qualquer das formas previstas no código respectivo;
   e) Todos os restantes actos formais relacionados com a venda de bens e que sejam da competência do chefe do Serviço de Finanças;
   f) Decisão sobre os pedidos de pagamento em prestações, bem como a apreciação e fixação das garantias;
2) Orientar, coordenar e controlar todo o serviço relacionado com os processos de reclamação, contra-ordenação, oposição, embargos de terceiros e execução fiscal e tomar medidas necessárias com vista à sua rápida conclusão;

3) Assinar despachos, registos e autuação de processos de reclamação graciosa, promover a instrução dos mesmos e praticar todos os actos com eles relacionados com vista à sua preparação para a decisão;
4) Mandar registar e autuar os processos de contra-ordenação fiscal, dirigir a instrução e investigação dos mesmos e praticar todos os actos a eles respeitantes, incluindo a execução das decisões neles proferidas, com excepção da fixação das coimas, dispensa e atenuação especial das mesmas, reconhecimento de causa extintiva do procedimento e inquirição de testemunhas;
5) Mandar registar e autuar os autos de apreensão de mercadorias em circulação de conformidade com o Decreto-Lei n.º 147/2003, de 11 de Julho;
6) Tomar as medidas necessárias no sentido de se evitar as prescrições nos processos de execução fiscal, bem como as prescrições das coimas dos processos de contra-ordenação;
7) Mandar autuar os incidentes de embargos de terceiro e os processos de oposição e praticar todos os actos a eles respeitantes ou com eles relacionados;
8) Promover, dentro dos prazos previstos, todos os procedimentos relacionados com os processos de impugnação, praticando os actos necessários da competência do chefe do Serviço de Finanças, incluindo a execução de decisões neles proferidas, com exclusão da revogação do acto impugnado prevista no artigo 112.º do CPPT;
9) Instruir e informar os recursos contenciosos e judiciais;
10) Programar e controlar o serviço externo relacionado com a justiça tributária e as notificações ou citações pessoais;
11) Promover a elaboração de todos os mapas de controlo e gestão da dívida executiva e processos, nomeadamente os 15-G1, EF, PAJUT, Decretos-Leis n.os 225/94 e 124/96, e coordenar o serviço relacionado com os mesmos, nomeadamente o atempado envio aos seus destinos;
12) Assinar mandados, passados em meu nome, incluindo os emitidos em cumprimento do despacho anterior;
13) Controlar e fiscalizar o andamento dos processos e a sua conferência com os respectivos mapas;
14) Execução de instruções e conclusão de processos de execução fiscal, tendo em vista a permanente extinção do maior número de processos e redução de saldos, tendo sempre em atenção o cumprimento dos objectivos traçados pelo plano de actividade;
15) Informatização dos processos de justiça fiscal, com especial incidência na migração dos processos de execução fiscal do sistema PEF para o sistema SEF;
16) Promover o registo dos bens penhorados;
17) Mandar e expedir cartas precatórias;
18) Promover a passagem de certidões para reclamações de crédito, por dívidas à Fazenda Nacional, junto dos tribunais;
19) Controlar o movimento de todos os cheques emitidos pela Direcção-Geral do Tesouro e enviados a este Serviço, mantendo a informatização actualizada sobre o seu destino e ou aplicação;
20) Orientar e controlar os pedidos de restituição/compensação dos impostos não informatizados e a sua recolha através da aplicação informática criada para o efeito;
21) Providenciar no sentido da execução atempada das compensações de créditos *online* dos imposto informatizados e centralizados por conta das respectivas dívidas, bem como as restituições que forem devidas aos contribuintes através da aplicação informática (sistema de fluxos financeiros — sistema de restituições — compensações e pagamentos).

Na ausência ou impedimento do adjunto, o substituto legal é Luís Manuel Gil Fidalgo.

4.ª Secção, chefe de finanças-adjunta do nível 1 Maria do Céu Buco Luzia, a quem compete:

1) Chefia da Secção de Tesouraria;
2) Despachar os pedidos de concessão de dísticos especiais e de isenção dos imposto rodoviários e sobre veículos, tendo em consideração que a aquisição dos mesmos se faz na referida Secção, resultando deste facto vantagens no atendimento do contribuinte.

Na ausência ou impedimento do adjunto, o substituto legal é a técnica de administração tributária Maria Cristina Freire Rebelo.

IV — Notas comuns — delego ainda em cada chefe de finanças-adjunto a competência para:

a) Exercer a adequada acção formativa e manter a ordem e disciplina na secção a seu cargo;
b) Controlar a execução e produção da sua secção de forma que sejam alcançadas as metas previstas nos planos de actividades;
c) Nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 500/79, de 22 de Dezembro, e da alínea *l*) do artigo 59.º do RGIT, é atribuída ainda a competência para levantamento de autos de notícia;
d) Cada chefe de finanças-adjunto propor-me-á, sempre que se mostre necessário ou conveniente, as rotações de serviço dos respectivos funcionários;
e) Em todos os actos praticados ao abrigo da presente delegação de competências deve ser feita menção expressa do chefe do Serviço de Finanças através da expressão «Por delegação do chefe do Serviço de Finanças», com a indicação da data em que foi publicada a presente delegação no *Diário da República,* 2.ª série.

V — Substituição legal — nas minhas faltas, ausências ou impedimentos, o meu substituto legal é o adjunto Augusto Victor de Melo Fernandes.

VI — Observações — tendo em consideração o conteúdo doutrinal do conceito de delegação de competências, conforme previsto no artigo 39.º do Código do Procedimento Administrativo, o delegante conserva, nomeadamente, os seguintes poderes:

a) Chamamento a si, a qualquer momento e sem formalidades, da tarefa de resolução e apreciação que entender conveniente, sem que isso implique a derrogação, ainda que parcial, do presente despacho;
b) Modificação, anulação ou revogação dos actos praticados pelos delegados.

VII — Produção de efeitos — o presente despacho produz efeitos a partir de 18 de Janeiro de 2005, ficando por este meio ratificados todos os despachos entretanto proferidos sobre as matérias ora objecto de delegação.

15 de Março de 2005. — O Chefe do Serviço de Finanças de Amadora 3, *Fernando Marques Dias.*

Aviso (extracto) n.º 4136/2005 (2.ª série). — Faz-se público que a relação de candidatos admitidos ao concurso interno de acesso misto para a categoria de assistente administrativo principal, da carreira de assistente administrativo, do quadro da Direcção-Geral dos Impostos, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 253, se encontra afixada na Direcção de Serviços de Gestão Recursos Humanos, Rua do Comércio, 49, 3.º, Lisboa, conforme determina o n.º 2 do artigo 33.º do Decreto-Lei 204/98, de 11 de Julho, e é a seguinte:

1 — Quota n.º 1 — funcionários do quadro da Direcção-Geral dos Impostos:

Amélia Maria Pais Pinto Branco Vasconcelos Nascimento.
Ana Maria dos Santos Lima Alves.
Angelina do Nascimento da Silva.
António da Graça Bernardo.
Domitília Pires Gonçalves.
Duarte Freire Coutinho da Silveira Ramos.
Elsa Maria Cardoso Ferreira.
Fernanda Maria Segadães Nogueira.
Fernando Ribeiro Cardoso.
Filomena Manuela Menezes Pacheco.
Idelta Maria da Silva Rodrigues.
Irene dos Santos Ramos Antunes.
João António Saraiva Figueiredo.
João Daniel Cardoso de Macedo.
Joaquim Manuel Veiga Gomes da Silva.
José Manuel Fernandes Faustino.
Laura Maria Sousa Barbosa.
Luís Filipe Valadas Parracho dos Santos.
Luís Miguel Rodrigues Sampaio dos Santos Martins.
Lurdes da Conceição Vieira Furtado Carreiro.
Maria Alice Baptista Torres Pimentel.
Maria da Anunciação Vilas de Almeida Batista.
Maria Cecília Esteves Baptista de Campos.
Maria Manuela Padez Carrola Rebelo Esteves.
Maria Suzette Rodrigues Coimbra Carmo.
Sílvia Maria Sequeira Rodrigues.
Vasco Filipe Fernandes Carvalho.
Vítor Manuel Henrique Peste Gomes.

2 — Quota n.º 2 — funcionários dos quadros de outros organismos:

Adalberto de Jesus Gomes Rodrigues.
Adelina de Almeida Lopes Barbosa.
Agostinho Martins Oliveira Lopes.
Alda Maria Coelho Fernandes Cavaco.
Alexandra Maria de Oliveira Coelho.
Alícia dos Prazeres Barros Fernandes Salgado.

Alzira da Conceição Morais Filipe.
Amélia Baixas Figueiredo.
Améssia do Rosário Gomes Aguilar.
Ana Clara de Jesus Lázaro dos Santos.
Ana Clarisse Faria Lobo de Freitas.
Ana Cristina Dias Pereira.
Ana Cristina Ferro de Assunção.
Ana Cristina Figueiredo Albuquerque Matos.
Ana Cristina Mendes Martins Paulo Duarte Cabrita de Mendonça.
Ana Cristina Miguéns Anselmo Valadas Mendonça.
Ana Cristina Moreira da Silva.
Ana Cristina Neves de Oliveira Dias.
Ana Cristina dos Santos Almeida Lopes.
Ana Cristina dos Santos Lino Pereira.
Ana Cristina dos Santos Silva.
Ana da Graça Dias Botelho da Cruz.
Ana Isabel Agostinho da Cruz Murteira.
Ana Isabel Gaspar Reis Sapage.
Ana Luísa Reis Gonçalves Ferro Henrique.
Ana Maria Catalão Carrasquinho Paulista.
Ana Maria da Conceição Caetano.
Ana Maria Leal Carvalho.
Ana Maria Lourenço de Oliveira Agostinho.
Ana Maria Mesquita Coelho.
Ana Maria Morais Vilar Chouzebde.
Ana Maria Peralta da Silva.
Ana Maria Pereira Rodrigues.
Ana Maria da Piedade Guerreiro Formosa.
Ana Maria Silva Miranda Brito dos Santos.
Ana Maria Tomé Ávila.
Ana Maria Trigo Morais.
Ana Paula Antunes Fernandes.
Ana Paula Bizarro Bilé Carvalho.
Ana Paula Duarte Trindade Serrão.
Ana Paula Gonçalves Alexandre Ferreira.
Ana Paula de Jesus Abrantes Cardoso.
Ana Paula Machado Ferreira Rodrigues.
Ana Paula Marçal Miranda Rodrigues.
Ana Paula Monteiro Casalini da Silva.
Ana Paula Monteiro Gonçalves.
Ana Paula Rodrigues Margalha Vinhas.
Ana Paula Santos Alves Pratas.
Ana Paula Vilela Martins.
Ana Regina Moreira Barreiros.
Ana Rosa da Rocha Pinto.
Anabela Almeida Pereira.
Anabela Almeida Ribeiro.
Anabela Almeida Rosado.
Anabela Bettencourt Lopes Silva e Mota Santos.
Anabela Cardoso Pinto Henrique.
Anabela Garcia Silva.
Anabela Gaspar Ferreira Silva Rosado.
Anabela Guerreiro dos Santos.
Anabela de Jesus Coelho Abreu.
Anabela de Jesus Pinto Viegas.
Anabela Maria Galrito.
Anabela Maria Manguinhas Massas.
Anabela Maria de Oliveira Ferreira do Amaral.
Anabela de Oliveira Rivais Praia.
Anabela da Rosa Carvalho Ribeiro.
Anabela Santos Silva.
Anabela Teixeira Barradas dos Santos.
Anabela Vieira Mendes.
Andreia dos Santos Antunes.
Ângela Maria Tomé Ávila Jorge.
António Joaquim Vieira Rodrigues.
António Manuel Ferreira Gaspar.
António Manuel de Sousa.
António Maria Baião.
António Maria Santos.
Arabela Magda Santa Clara Barros Godinho Garcia.
Arcelina Alves Padeiro Martins.
Armando Henriques Jesus da Rosa.
Arminda Conceição Cavaco Pica Calheiros.
Arminda Margarida Miranda de Resende Correia.
Artur José Freire Ribeiro.
Augusta Guiomar dos Santos Tomás Almeida.
Avelina Antónia Mendes Pires de Carvalho.
Bárbara Patrício Martinho Ferreira Alves Alexandre.
Bernardina Eunice Miranda Conde Bettencourt Monteiro Veiga.
Berta Maria Monteiro Durão Formiga.
Bruno Henrique Alves Mota.
Carina Andreia Pestana de Melim Marques.
Carla Cândida Viseu Machado Brecha.
Carla Catarina Oliveira da Silva.
Carla Cristina da Fonseca Pereira Martins.
Carla Margarida Rodrigues dos Anjos Palmeiro Duarte.
Carla Maria Boneco Lobo Duarte.
Carla Maria Gomes Trindade Pedro.
Carla Maria de Oliveira Moreira Peneda.
Carla Maria Patrício.
Carla Maria Robalo Melo Cardoso.
Carla Maria dos Santos Lopes.
Carla Sofia Bastos de Sousa Marques.
Carla Sofia Duarte Trindade.
Carla Sofia Pereira Augusto.
Carla Susana Salgueiro Lago da Silva.
Carla Teresa Silvestre Lopes Marecos.
Carlos Alberto Pego Arede.
Carlos Fernando Baptista Lopes.
Carlos Manuel Ferreira Firmino.
Carlos Manuel Freire Osório.
Carlos Manuel Gonçalves Miranda.
Carlos Manuel Silva Sabugueiro.
Carlota da Conceição Machado Barbas.
Cármen Maria Carvalho Nunes.
Carmina de Jesus Campanha Fonseca.
Carolina Maria Viegas Horta Medinas.
Catarina Maria Charrua Candeias Rodrigues.
Catarina Santos Varachaud Veríssimo.
Cecília Amélia Valério Cardoso Mendes.
Celita Isabel da Costa Sousa.
Chantal Abadie Gomes Sena.
Cláudia Alexandra Alves Aleixo.
Cláudia Fátima Soares de Sousa.
Cláudia Maria Pereira de Oliveira Costa.
Cláudia Nunes.
Clemente Alberto da Mota Fernandes.
Constança do Rosário Cantador Ferreira.
Cristina Maria Boavida Paulo Gil.
Cristina Maria Dias Ferreira de Sousa Gonçalves.
Cristina Maria Matias Esteves Catrola.
Cristina Maria Monteiro Anceriz Carrega.
Cristina Maria Nunes da Costa.
Cristina Maria Ribeiro Fernandes Duarte.
Cristina Paula Couto Oliveira.
Custódia Gonçalves e Sousa.
Dalila Gomes Pires.
Dalila Luísa Dezoito Marques Silva.
Deolinda Andrade Santos.
Dília Isabel Macedo Martins Nunes.
Dina Maria Silva Cardoso.
Dulce Cristina Sesinando Santana.
Edite Maria Cardoso Condez.
Edite Maria Portela da Silva.
Eduardo José Ferreira Apolinário.
Eduardo Melo Fernandes Norte.
Eduardo Paulo Mendes Barroso.
Élia Maria Assis Lopes dos Santos.
Eliana da Conceição Sancho.
Elisabete Maria Peres da Rocha Cruz.
Elisabete de Matos Gomes.
Elisabete do Rosário Fonseca Vitorino Ferreira.
Elizabete Vieira da Silva Charrinho.
Elsa Alexandra Brissos Bentes Santos Candeias.
Elsa da Conceição Fernandes da Silva Costa.
Elsa Maria Pereira Nascimento Moreira.
Elsa Maria da Silva Ghira Esteves.
Emília de Andrade Ferreira Monteiro.
Emília de Jesus Rodrigues Ferreira.
Emília Mendes de Faria.
Ermelinda Maria Manuela Duarte Carvalho Vaz.
Etelvina Maria Fernandes Lourenço.
Etelvina da Piedade Carneiro Aragão.
Fedra Mara Largarteira de Arêde.
Fernanda Amélia do Vale Proença.
Fernanda Cristina Pires Trigo.
Fernanda Maria Fernandes da Costa Gomes.
Fernando António Loureiro de Azevedo.
Filipa Alexandra Lopes Nogueira de Jesus Cardoso.
Filipa Alexandra Vicente de Matos Pimenta.
Filomena Maria Costa da Silva Raposo Vilhena.
Filomena da Silva.
Florbela Cardoso Pinto Ribeiro.
Florbela de Carvalho Seabra Vieira.
Florbela de Jesus Pais Guerra Rodrigues.
Florbela Maria Faustino.
Francisca Manuela Rodrigues Paulos.

Frederico José de Almeida Santos Tavares.
Gabriela Maria da Silva Ponte Barros.
Gisela Filomena Rodrigues da Silva Rodrigues Videira.
Graça Maria Arranhado Neves Domingues.
Graça Maria Silva Magalhães de Oliveira.
Gracia Maria dos Santos Pinto Fidalgo.
Graciete de Lurdes da Silva Gomes.
Gracinda Cabrito Ferreirinho Cabaço.
Hélder Paulo Campos Gonçalves.
Helena Margarida de Moura Sengo.
Helena Maria Bettencourt Emílio Macedo.
Helena Maria Ferreira da Rocha.
Helena Maria Fonseca Pereira Alves.
Helena Maria Martins de Freitas Moniz Romão.
Hélia Marina Casaca da Silva Marques.
Henrique Manuel Tavares da Silva.
Humberto Manuel da Silva Ferreira.
Idalina Maria Pinto Santinho dos Reis.
Ilda Maria Carvalho Ramalho Caldeira.
Inês Patrícia Hilário Moraes Mendes de Assunção.
Iolanda Sónia Maria da Costa Morais.
Irene Maria Pereira Caldas.
Isabel Fernanda Pereira Carapeta Castilho.
Isabel Maria Afonso Ribeiro Luís.
Isabel Maria Almeida Casqueiro.
Isabel Maria Antunes Pereira Fernandes.
Isabel Maria Cardoso Virgínio Lopes.
Isabel Maria Gil Valente Chasqueira.
Isabel Maria Marques Capela Sobral Paixão.
Isabel Maria Pereira Cardoso Pereira.
Isabel Maria Preguiça Grabit Pereira Gonçalves.
Isabel Maria Tavares Pessoa.
Isilda Maria da Silva Faria.
João Paulo de Almeida Pinto.
Joaquim Araújo de Sousa.
Joaquim José Gouveia Jorge.
Joaquim Macedo Gonçalves.
Jorge Manuel Fontes Janela.
Jorge Manuel Paiva Costeira.
José Alberto dos Santos Carrulo.
José Américo Carvalho dos Santos Roxo.
José Luís Xavier Matos.
José Manuel de Sá.
José Oliveira Rocha.
Josefa Alexandra de Melo Clemente.
Leonor Baltazar Fialho.
Leonor Carvalho Guimarães Nicola.
Lina Isabel Afonso Correia Carrilho.
Lina Maria Mendes Carvalheira Brito.
Lúcia Maria Cabral Farias.
Lucília Maria Condeça Serrano.
Lucília Rosa Oliveira Gonçalves.
Ludovina da Luz Santos Miranda.
Ludovina Teresa Bastos Caldeira.
Luís Jorge Baptista Duarte Dias.
Luís Manuel Meneses Alves.
Luís Manuel Ramos Calvário.
Luísa dos Anjos da Conceição Gregário Moreno.
Luísa de Jesus Pereira Santos Borges.
Luz da Conceição Rodrigues Pedro.
Madalena Maria da Costa Martins Coelho Vilela.
Madalena Rosa Ramos Pereira dos Santos Fernandes.
Mafalda Maria Ferreira Belezas Martinho.
Manuel João Fonseca Henriques.
Manuel dos Santos Araújo.
Manuela Bento dos Reis Martins.
Manuela Maria de Bastos Lourenço Pacheco.
Margareth Guedes de Melo da Silva Gonçalves.
Margarida Alexandra Fernandes da Silva.
Margarida Alexandra Gonçalves Ramos Faustino.
Margarida Maria da Cruz Leal.
Margarida Maria Rodrigues da Silva Alves Simplício.
Maria Adelaide Capela Teixeira.
Maria Adelaide Lopes Carraça Carvalhosa.
Maria Adelaide Pereira dos Santos.
Maria Adelaide Pires de Meneses Botelho.
Maria Adriana da Silva Santos Reis.
Maria Alexandra Oliveira de Sampaio e Melo Valente.
Maria Alice Dionísio Silva.
Maria Alice Guerreiro dos Santos Pessoa Tavares.
Maria Alice Pereira dos Santos.
Maria Amélia da Conceição António Costa.
Maria Amélia Cruz Gonçalves Catarino.
Maria Amélia Gadanho Correia Lopes.
Maria Amélia Simões Rocha.
Maria do Amparo Gomes Ferreira Pires.
Maria dos Anjos Cuiça.
Maria Antónia Fadista Coimbra Almeida.
Maria Antónia Fraústo dos Reis Leal.
Maria Antónia Martins Xavier Coutinho.
Maria Augusta Casão Tainhas.
Maria Augusta Oliveira dos Prazeres Fernandes.
Maria Augusta do Rosário Fernandes de Sousa.
Maria Aurora Silva Xavier.
Maria Beatriz Peres Nunes.
Maria Carolina Barroso Mendes Almeida.
Maria Catarina Maneta Lavaredas Leão.
Maria do Céu de Almeida Ferreira.
Maria do Céu Ribeiro Soares Lemos.
Maria Clarinda da Silva Catado Filipe.
Maria da Conceição do Cabo Norte.
Maria da Conceição Monteiro Angélico Morais.
Maria da Conceição Noga Salgueiro.
Maria da Conceição Rodrigues.
Maria da Conceição de Sousa Martins Santos.
Maria da Conceição de Sousa Moreira.
Maria Cristiana de Jesus Barreto.
Maria Delfina da Conceição Costa Miranda.
Maria das Dores de Moura Coutinho Castro Barbeiros.
Maria Dores Pais Pereira Sampaio.
Maria Dulce Almeida Santos de Almeida.
Maria Eduarda Solange Duarte Paiva.
Maria Eduarda do Vale Proença.
Maria Elisabete Marques Rodrigues.
Maria Elisabete Batista Leonardo Gonçalves Paralta.
Maria Emília Santos de Pinho Sabino.
Maria de Fátima Amante Ferreira Matos.
Maria de Fátima Ambrósio Pereira Figueiredo.
Maria de Fátima Baleio da Costa Guimarães.
Maria de Fátima Barata dos Santos Mendes.
Maria de Fátima Caldeira Cerdeira.
Maria de Fátima Cerqueira Gomes Gonçalves.
Maria de Fátima Coelho Carvalho Torres.
Maria de Fátima Fernandes Miranda Rodrigues.
Maria de Fátima Joaquim Gomes.
Maria de Fátima das Neves Antunes.
Maria de Fátima Pires Milheiro Pina Pires.
Maria de Fátima da Silva Neves Cardoso.
Maria de Fátima Teles da Silva Fernandez.
Maria de Fátima Valente Encarnação Dionísio.
Maria Fernanda Choupinha Borges Tenório.
Maria Fernanda Gomes Moutinho da Silva Nunes Godinho.
Maria Fernanda dos Santos Afonso.
Maria Figueira Doa Santos Gonçalves Alberto.
Maria Filomena Estrela Macareno de Pina.
Maria Filomena Jacob Pernas Mafra.
Maria da Graça de Almeida Barata Henriques.
Maria da Graça Costa Neves Diogo.
Maria da Graça Mata de Jesus Moreira.
Maria da Graça Roque Antunes Costa.
Maria Helena Brites Nunes.
Maria Helena da Cruz Cardoso Relvas.
Maria Helena Fernandes da Mota.
Maria Helena Ferreira da Cunha Correia.
Maria Helena Ferreira Gervásio dos Santos.
Maria Helena Filipe Salgado.
Maria Helena Peres de Oliveira Bito Rosário.
Maria Helena dos Santos Reis Pereira.
Maria Hortense de Assunção Mateus.
Maria Inês Lopes Cardoso Ribeiro.
Maria Inez Mendonça Machado.
Maria Irene dos Reis Moreira Rosendo.
Maria Isabel Bacelar Pires Veríssimo.
Maria Isabel Cabrita Nunes Inácio da Silva.
Maria Isabel Oliveira Alves dos Santos.
Maria Isabel Ricardo Correia Metelo.
Maria Isabel Roque de Figueiredo Botelho Boal.
Maria Isabel Soares Antunes Rocha.
Maria Isaura Almeida Ferrão Lopes.
Maria Jesuína Viegas Pereira Domingos da Balinha.
Maria de Jesus Cajado Salgueiro Duarte.
Maria de Jesus Chaves Mateus.
Maria de Jesus Correia.
Maria de Jesus de Melo Cristóvão Pereira.
Maria João do Carmo Teixeira Madeira.
Maria João Martins Brissos.
Maria João Nunes Ferreira Miguel.
Maria João Pires Ribeiro Vicente.

Maria Joaquina Gil Cerdeira Branco.
Maria José de Almeida Silva Rodrigues.
Maria José Antão Barata.
Maria José Damião Ferreira Tordo Arroja.
Maria José Ferreira Serpa Fernandes.
Maria José Filomena Lopes Camacho Silva Joaquim.
Maria José Rodrigues Cardoso Sebastião.
Maria José Silva Marques Viegas.
Maria Judite Panta Freire Almeida.
Maria de La Salete Alves Monteiro.
Maria Leonor Faria Fernandes.
Maria de Lourdes Martins.
Maria Lucília Almeida Correia Santos.
Maria Luísa de Carvalho Lopes.
Maria Luísa Dias do Nascimento Brás.
Maria Luísa Ferreira Duarte Silva.
Maria Luísa Pinto Fernandes Batista.
Maria Luísa Roma Fernandes Roberto.
Maria de Lurdes Cruzinha da Silva.
Maria de Lurdes Ferreira Guinapo.
Maria de Lurdes Leitão Arrifano Figueiras.
Maria Madalena de Araújo Machado.
Maria Madalena Patrício Antunes.
Maria Madalena Silva Alves.
Maria Mafalda Jesus da Silva.
Maria Manuela Carreira Dias Candeias.
Maria Manuela Ferrenhas Ferreira.
Maria Manuela Gonçalves Grilo.
Maria Manuela de Lima Mendes Coelho.
Maria Manuela Marques Russo Dias.
Maria Manuela Ribeiro Pinto Varela.
Maria Manuela da Silva Pinto de Moura.
Maria Manuela Ventura Barreiro Pinto.
Maria Margarete Silva Tavares Almeida.
Maria Marta Cunha Alves.
Maria Matilde Martins Lourenço Antunes.
Maria da Nazaré de Sousa Pereira Sabino.
Maria Paula Barbuda da Silva Sampaio Pineza.
Maria Paula Morgado.
Maria Rosa Velez Pratas Ferreira.
Maria do Rosário Guerreiro Alves.
Maria da Silva de Brito Nobre.
Maria Teresa Anunciação Duarte Gomes Soares.
Maria Teresa Brardo Alves Ferreira Palmeiro.
Maria Teresa Faztudo.
Maria Valéria Gonçalves da Costa.
Maria Zita de Freitas Moura.
Marília António Rodrigues.
Marília Augusta Martins Ribeiro.
Marinela Trigo Morais Sousa e Silva.
Mário José Fernandes Ribeiro.
Mário Miguel Luís Esteves Taborda.
Mercedes da Conceição da Costa Silva Saporito.
Miguel da Cruz Fonseca dos Santos.
Mónica Nascimento da Silva.
Mónica Paula da Cruz Ponciano Gaivão.
Nélia do Carmo Bronze Serafim.
Noémia Flores Tomé Rosa.
Nuno Manuel Nunes Sereno Évora.
Nuno Manuel Ribeiro Araújo.
Odília Maria Anacleto Santos Alves.
Ofélia Melo da Silva Simões do Carmo.
Olavo Santana da Vera Cruz Jordão.
Olga dos Anjos Lameirão Barata.
Olga Maria d'Almeida Figueiredo Moreira.
Olga Maria Rosa Simões Onofre.
Otília Maria Rolo Longo.
Paula Alexandra da Cruz Ribeiro.
Paula Cristina Andrade Fernandes Dias Mindão.
Paula Cristina Crispim Finuras.
Paula Cristina Duarte do Nascimento de Figueiredo Ferreira.
Paula Cristina de Jesus Ventura Cruz.
Paula Cristina Martins Carvalho.
Paula Cristina Santos Ramos Torres.
Paula Cristina Saraiva da Cruz Neves.
Paula Cristina Teixeira da Silva.
Paula Maria Alves Pina.
Paula Maria Ferreira de Sousa Amaral Esperança.
Paula Maria Miguel Alves.
Paulo Jorge Gordon Pinto.
Ridália Boanova Massas Bento Letras.
Rosa Felicidade Dantas Alves Rocha.
Rosa Maria Gonçalves Martins Monteiro.
Rosa Maria de Medeiros Amaral.
Rosa Maria Rodrigues Mourato Cândido.
Rosa Natália Leitão de Azevedo.
Rosália Marília Feliciano Praia.
Rosalinda Gomes Souto.
Rui Jorge Garcia Simões Pinto.
Rui Lourenço de Carvalho.
Rui Miguel Duarte Pereira.
Rute Maria Gomes Leitão Alves.
Sandra Cristina Canholas Nunes Germano.
Sandra Cristina Figueiredo dos Santos.
Sandra Cristina Pereira Ramos Dias.
Sandra Flora dos Santos Franco Figueiras.
Sandra Isabel Cortinhas Machado.
Sandra Maria Mestre Pinheiro.
Sandra Maria Simões Barata Antunes.
Sandra Maria Vieira Nunes Castilho.
Sandra Paula Gonçalves Fernandes Rolo.
Sandra Sofia de Abreu Pinho.
Sibila Clarista do Perpétuo Socorro Viegas.
Sílvia Cristina Espírito Santo Próspero.
Sílvia Cristina Ribeiro Mendes.
Sílvia Maria Galeano dos Santos.
Sofia Gonçalves Pereira.
Sónia Maria Ferreira de Carvalho.
Sónia Sofia Lucas Gertrudes Castiço.
Susana Alberto Raposo.
Susana Cristina Martins de Barros.
Susana Cristina Rebelo da Silva.
Susana Maria Rodrigues Vieira.
Tânia Isabel Gonçalves Claro Catarino.
Teresa Maria Monteiro.
Teresa Maria Ricardo dos Santos Romão.
Vera Lúcia Lameira de Jesus.
Virech Lacmane Maugi.
Vítor Manuel Pina de Oliveira.
Yolanda Amélia Cardoso Cruz.

7 de Abril de 2005. — A Presidente do Júri, *Maria Augusta Guedes.*

Aviso (extracto) n.º 4137/2005 (2.ª série). — Por despachos da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, e do conselho de administração do Centro Hospitalar de Lisboa de 10 de Março e de 1 de Abril de 2005, respectivamente:

Idalina Maria Vieira da Costa Firmo Prado, assistente administrativa especialista do quadro do Centro Hospitalar de Lisboa — transferida para o quadro de pessoal da DGCI, com efeitos a 1 de Maio de 2005, ficando afecta à Direcção de Finanças de Lisboa.
Maria Isabel Lopes Ramos, assistente administrativa principal do quadro do Centro Hospitalar de Lisboa — transferida para o quadro de pessoal da DGCI, com efeitos a 1 de Maio de 2005, ficando afecta à Direcção de Finanças de Lisboa.

Por despachos da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, e do presidente do conselho de administração do Hospital de Santa Cruz, S. A., de 25 de Fevereiro e de 5 de Abril de 2005, respectivamente:

Mário Alberto Teixeira Coimbra, assistente administrativo principal do quadro do Hospital de Santa Cruz, S. A. — transferido para o quadro de pessoal da DGCI, com efeitos a 1 de Maio de 2005, ficando afecto aos Serviços Centrais.

Por despachos da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, e do presidente do conselho de administração do Hospital de Santa Cruz, S. A., de 2 de Março de 2005 e de 5 de Abril de 2005, respectivamente:

Sandra Maria Rosa Saianda, assistente administrativa principal do quadro do Hospital de Santa Cruz — transferida para o quadro de pessoal da DGCI, com efeitos a 1 de Maio de 2005, ficando afecta aos Serviços Centrais.

Por despachos da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, e do conselho de administração do Centro Hospitalar de Lisboa de 25 de Fevereiro e de 1 de Abril de 2005, respectivamente:

Elisabete Guerra Lopes Guia, assistente administrativa principal do quadro do Centro Hospitalar de Lisboa — transferida para o quadro de pessoal da DGCI, com efeitos a 1 de Maio de 2005, ficando afecta aos Serviços Centrais.

Por despachos da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, e do director regional de Agri-

cultura da Beira Interior de 18 de Março e de 31 de Março de 2005, respectivamente:

Madalena Antunes Inácio Lourenço, assistente administrativa especialista do quadro da Direcção Regional — transferida para o quadro de pessoal da DGCI, com efeitos a 1 de Maio de 2005, ficando afecta à Direcção de Finanças de Castelo Branco.

Maria Luísa Dias do Nascimento Brás, assistente administrativa principal do quadro da Direcção Regional — transferida para o quadro de pessoal da DGCI, com efeitos a 1 de Maio de 2005, ficando afecta à Direcção de Finanças de Castelo Branco.

Por despachos da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, e do conselho de administração do Centro Hospitalar de Lisboa de 22 de Fevereiro e de 1 de Abril de 2005, respectivamente:

Carla Susana Ribeiro da Costa, assistente administrativa principal do quadro do Centro Hospitalar de Lisboa — transferida para o quadro de pessoal da DGCI, com efeitos a 1 de Maio de 2005, ficando afecta aos Serviços Centrais.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Abril de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro.*

Direcção de Finanças do Porto

Despacho (extracto) n.º 8432/2005 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — No uso da autorização constante da parte I, alínea *a*) do n.º 4 do despacho do director de finanças do Porto n.º 2/2005, de 20 de Fevereiro, e ao abrigo do disposto no artigo 62.º da lei geral tributária e no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego as competências que se indicam e pela forma seguinte:

1 — As competências respeitantes à área funcional da inspecção tributária nas minhas faltas, ausências ou impedimentos no chefe da Divisão de Inspecção IV, Alfredo Remígio Oliveira Paiva, e nas faltas, ausências ou impedimentos deste num dos chefes de divisão e no chefe do Serviço de Programação e Apoio Técnico, pela seguinte ordem: Manuel Fernando Patrício da Rocha, Júlia Maria Moutinho de Sousa Neto, Maria Albertina Lopes Braga Bastos Silva e Teresa Maria Correia Vidal Ramos das Neves.

2 — Na chefe da Divisão de Inspecção I, licenciada Júlia Maria Moutinho de Sousa Neto, na chefe da Divisão de Inspecção II, licenciada Maria Albertina Lopes Braga Bastos Silva, no chefe da Divisão de Inspecção III, licenciado Manuel Fernando Patrício da Rocha, no chefe da Divisão de Inspecção IV, Alfredo Remígio de Oliveira Paiva, e na chefe do Serviço de Programação e Apoio Técnico, Teresa Maria Correia Vidal Ramos das Neves, e nas faltas, ausências ou impedimentos de cada um deles nos chefes de equipa que os substituam, as seguintes competências relativamente às respectivas divisões e serviço:

2.1 — Gestão e coordenação da unidade orgânica que dirigem;

2.2 — Determinação do recurso à avaliação indirecta nos termos previstos nos artigos 28.º e 39.º do Código do IRS, no artigo 54.º do Código do IRC, no artigo 84.º do Código do IVA e nos artigos 87.º a 90.º da lei geral tributária;

2.3 — Prática dos actos necessários, em conformidade com o disposto no artigo 46.º do RCPIT, à credenciação dos técnicos designados para a realização das acções de inspecção previamente programadas, incluindo as alterações previstas no artigo 15.º do mesmo diploma;

2.4 — Fixação dos prazos para audição prévia no âmbito dos procedimentos de inspecção tributária, de acordo com o disposto no artigo 60.º, n.º 3, da lei geral tributária e no artigo 60.º, n.ºs 1 e 2, do RCPIT, bem como praticar todos os actos subsequentes até à conclusão dos referidos procedimentos;

2.5 — Autorização de ampliação do prazo de conclusão dos procedimentos de inspecção, nos termos das alíneas *a*) e *b*) do n.º 3 do artigo 36.º do RCPIT;

2.6 — Sancionamento de todos os relatórios das acções de inspecção realizadas, em conformidade com o disposto no n.º 5 do artigo 62.º do RCPIT, bem como de todas as informações elaboradas;

2.7 — Autorização da recolha dos documentos de correcção relacionados com os procedimentos de inspecção;

2.8 — Assinatura de toda a correspondência produzida, com excepção da que seja dirigida aos serviços centrais.

3 — Este despacho produz efeitos desde 20 de Fevereiro de 2005, ficando por este meio ratificados todos os despachos entretanto proferidos sobre as matérias ora objecto de subdelegação de competências.

18 de Março de 2005. — O Director de Finanças-Adjunto, *José Hermínio Tavares Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8433/2005 (2.ª série). — *Delegação e subdelegação de competências.* — I — Delegação de competências:

A) Considerando o disposto no artigo 3.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 357/98, de 18 de Novembro, e no artigo 62.º da lei geral tributária, com vista à gestão global das actividades e serviços inseridos nas áreas funcionais que integram os serviços operativos desta Direcção de Finanças, delego as seguintes competências:

1 — No director de finanças-adjunto Manuel da Silva Pereira, que poderá subdelegar as competências relativas a cada uma das unidades orgânicas desta área funcional, competências respeitantes à área funcional de liquidação e cobrança;

2 — No director de finanças-adjunto Manuel António Ribeiro, que poderá subdelegar as competências relativas a cada uma das unidades orgânicas desta área funcional, competências respeitantes à área funcional da justiça tributária;

3 — No director de finanças-adjunto Manuel António Ribeiro, que coordenará, no licenciado em Direito Manuel Henrique Braz da Silva, que o substituirá nas suas faltas, ausências e impedimentos, e nas licenciadas em Direito Ana Maria Melo Leitão, Cristina Maria Jesus Sobral Santos, Cristina Maria dos Santos Pinto Marques Santomé, Glória Regina Macedo Carvalho, Inês Sofia Amorim Almeida, Lúcia Maria Oliveira Luz Ribeiro Santos e Maria da Graça Morais Laranjeira, nos termos do disposto no artigo 54.º, n.º 1, alínea *c*), do ETAF, aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro, competências respeitantes à área funcional da representação da Fazenda Pública nos Tribunais Administrativos e Fiscais do Porto, Penafiel e Braga (jurisdição do concelho de Felgueiras);

4 — Nos directores de finanças-adjuntos licenciados José Hermínio Tavares Fernandes e Joaquim Manuel Matos Neto da Silva, com a possibilidade de subdelegar os poderes relativos a cada uma das unidades orgânicas desta área funcional, competências respeitantes à área funcional da inspecção tributária.

B)Tendo em conta o disposto no artigo 3.º, n.ºs 1, 2 e 3, do Decreto-Lei n.º 357/98, de 18 de Novembro, com vista à gestão global das actividades e serviços inseridos nas áreas funcionais de apoio desta Direcção de Finanças, delego as seguintes competências:

1 — No director de finanças-adjunto Urbano da Ressurreição Raposo e, nas suas faltas, ausências e impedimentos, no técnico economista principal licenciado Alfredo Carlos Monteiro dos Santos, quanto ao Serviço de Administração de Pessoal, e na técnica superior assessora principal licenciada Augusta da Conceição da Silva Pereira Machado Menezes, quanto aos restantes serviços, e, quando tiverem de ser substituídos simultaneamente o signatário e um dos funcionários supra, exercerá todas as competências o funcionário presente, competências respeitantes à área funcional de apoio administrativo, excluído o Serviço de Apoio às Comissões de Revisão;

2 — No director de finanças-adjunto Urbano da Ressurreição Raposo, com a faculdade de as subdelegar, competências respeitantes à área funcional de apoio administrativo, Serviço de Apoio às Comissões de Revisão;

3 — Nos directores de finanças-adjuntos licenciados José Hermínio Tavares Fernandes e Joaquim Manuel Matos Neto da Silva e, nas suas faltas, ausências e impedimentos, na chefe de divisão licenciada Maria Clara Ferreira Fernandes e, quando tiverem de ser substituídos simultaneamente o signatário e um dos funcionários supra, exercerá todas as competências o funcionário presente, competências respeitantes à Divisão de Processos Criminais Fiscais.

C) Atento o disposto no artigo 29.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho, delego a competência da área funcional de apoio administrativo no director de finanças-adjunto Urbano da Ressurreição Raposo e, nas suas faltas, ausências e impedimentos, no técnico economista principal licenciado Alfredo Carlos Monteiro dos Santos, quanto ao Serviço de Administração de Pessoal, e na técnica superior assessora principal licenciada Augusta da Conceição da Silva Pereira Machado Menezes, quanto ao Serviço de Administração Financeira e do Material, e, quando tiverem de ser substituídos simultaneamente o signatário e um dos funcionários supra, exercerá todas as competências o funcionário presente.

D) Nos termos do artigo 75.º, n.º 2, do CPPT, delego a competência que aí me é atribuída nos funcionários adiante indicados:

1 — Director de finanças-adjunto Manuel António Ribeiro, responsável pelos serviços operativos da área funcional de justiça tributária, com a faculdade de as subdelegar;

2 — Área da Divisão de Processos Criminais Fiscais — directores de finanças-adjuntos licenciados José Hermínio Tavares Fernandes e Joaquim Manuel Matos Neto da Silva e, nas suas faltas, ausências e impedimentos, na chefe de divisão licenciada Maria Clara Ferreira Fernandes e, quando tiverem de ser substituídos simultaneamente o signatário e um dos funcionários supra, exercerá todas as competências o funcionário presente;

3 — Licenciada Elvira da Silva Oliveira Almeida, gestora tributária;

4 — Chefes de finanças, quanto às reclamações graciosas respeitantes ao imposto municipal de sisa, imposto sobre as sucessões e doações, contribuição autárquica e imposto do selo.

E) Nos termos do artigo 112.º, n.º 6, do CPPT, delego as competências que aí me são atribuídas nos funcionários que se seguem:

1 — Director de finanças-adjunto Manuel António Ribeiro, responsável pelos serviços operativos da área funcional de justiça tributária, com a faculdade de as subdelegar;

2 — Directores de finanças-adjuntos licenciados José Hermínio Tavares Fernandes e Joaquim Manuel Matos Neto da Silva e, nas suas faltas, ausências e impedimentos, na chefe de divisão licenciada Maria Clara Ferreira Fernandes e, quando tiverem de ser substituídos simultaneamente o signatário e um dos funcionários supra, exercerá todas as competências o funcionário presente.

F) Com base no disposto no artigo 205.º, n.º 3, do CPT e no artigo 76.º, n.º 3, do RGIT, delego a competência para a aplicação de coimas ou arquivamento do processo, prevista nos artigos 54.º, n.º 1, do RJIFNA e 52.º, alínea *b*), e 77.º, n.º 1, do RGIT, nos seguintes funcionários:

1 — Director de finanças-adjunto Manuel António Ribeiro, responsável pelos serviços operativos da área funcional de justiça tributária, com a faculdade de as subdelegar;

2 — Chefes de finanças, no que concerne a processos respeitantes a contra-ordenações previstas e puníveis pelos artigos 29.º e 34.º do RJIFNA, desde que o montante da prestação tributária em falta ou do imposto não liquidado seja igual ou inferior a € 8000.

G) Nos termos do artigo 197.º, n.º 2, do CPPT, delego a competência para autorizar o pagamento em prestações em processos executivos no director de finanças-adjunto Manuel António Ribeiro, responsável pelos serviços operativos da área funcional de justiça tributária, com a faculdade de a subdelegar.

H) Atento o disposto nos artigos 44.º, n.º 1, e 45.º, ambos do RJIFNA, 41.º, n.ºs 1, alínea *b*), e 2, e 42.º, n.º 3, ambos do RGIT, delego a competência relativa à investigação no processo crime que aí me é atribuída nos directores de finanças-adjuntos licenciados José Hermínio Tavares Fernandes e Joaquim Manuel Matos Neto da Silva, responsáveis pela área da Divisão dos Processos Criminais Fiscais, e, nas suas faltas, ausências e impedimentos, na chefe de divisão licenciada Maria Clara Ferreira Fernandes e, quando tiverem de ser substituídos simultaneamente o signatário e um dos funcionários supra, exercerá todas as competências o funcionário presente.

I) Nos termos dos artigos 16.º, n.º 3, e 54.º do CIRC, 65.º, n.º 5, do CIRS, 84.º, n.º 2, do CIVA, 9.º, n.º 2, e 67.º do C. I. Selo, e 92.º, n.º 6, da LGT, delego as competências aí previstas nos seguintes funcionários:

1 — Directores de finanças-adjuntos licenciados José Hermínio Tavares Fernandes e Joaquim Manuel Matos Neto da Silva, chefe de divisão da Inspecção Tributária Alfredo Remígio Oliveira Paiva, licenciados Júlia Maria Moutinho Sousa Neto, Manuel Fernando Patrício da Rocha e Maria Albertina Lopes Braga Bastos Silva e técnico economista assessor principal licenciado Belarmino Marques Moreira;

2 — Director de finanças-adjunto Manuel da Silva Pereira;

3 — Chefe de divisão Vítor Manuel Ramos Vieira da Silva e inspector tributário António Augusto Lordelo Paulos, quanto aos actos de alteração dos elementos declarados.

J) Nos termos dos artigos 62.º e 78.º da LGT, delego, em matéria de IR, as competências para a revisão das liquidações, emissão e recolha das declarações oficiosas ou D. C. Únicos, nos seguintes funcionários:

1 — Director de finanças-adjunto Manuel António Ribeiro, em matéria de IRS, com a faculdade de as subdelegar;

2 — Director de finanças-adjunto Manuel da Silva Pereira, com a faculdade de as subdelegar;

3 — Chefes de finanças, quanto às declarações dos sujeitos passivos da respectiva área fiscal.

L) Delego nos chefes de finanças as competências para apresentar ou desistir de queixa, junto do Ministério Público, pela prática de crimes de emissão de cheques sem provisão emitidos a favor da Fazenda Pública, nos termos do artigo 10.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 492/88, de 30 de Dezembro, e do parecer n.º 132/2001, da Procuradoria-Geral da República, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 57, de 8 de Março de 2003.

II — Subdelegação de competências:

A) No uso dos poderes que me foram conferidos na parte final do n.º 2 da parte II do despacho, do director-geral dos Impostos, n.º 22 620/2004 (2.ª série), de 15 de Outubro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 260, de 5 de Novembro de 2004, subdelego as seguintes competências constantes do n.º 8.5, alíneas *b*) a *l*), por força dos n.ºs 9 e 11 da parte II deste mesmo despacho:

1 — Nos directores de finanças-adjuntos licenciados José Hermínio Tavares Fernandes e Joaquim Manuel Matos Neto da Silva, com a faculdade de as subdelegar, as competências constantes do n.º 1.7, alíneas *d*), *e*) e *f*), e do n.º 8.5, alíneas *b*) a *i*), daquele despacho do director-geral;

2 — Nos chefes de finanças a competência constante das alíneas *a*) e *l*), e do n.º 8.5 do mesmo despacho, quanto a esta última apenas quando respeitem aos pequenos retalhistas compreendidos na subsecção II da secção IV do Código do IVA.

B) Atento o disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 492/88, de 30 de Dezembro, subdelego a competência para autorizar o pagamento em prestações do IRS, quando o valor do pedido não exceda para o IRS € 75 000 e para o IRC € 115 000, de acordo com a alínea *b*) do n.º 2 da parte I do supracitado despacho do director-geral dos Impostos, no director de finanças-adjunto Manuel da Silva Pereira.

C) Nos termos do n.º 4 da parte I do supracitado despacho do director-geral dos Impostos e do despacho n.º 25 416/2004 (2.ª série), de 26 de Novembro, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 288, de 10 de Dezembro de 2004, subdelego no director de finanças-adjunto Manuel António Ribeiro, responsável pelos serviços operativos da área funcional de justiça tributária, com as restrições constantes do n.º 2 da parte II do despacho de 26 de Novembro de 2004, os seguintes poderes:

1 — Autorizar o pagamento em prestações, nos termos do artigo 4.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º, todos do Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto, quando as importâncias em dívida de natureza fiscal, sem inclusão de juros de mora, sejam inferiores a € 997 595,79;

2 — Decidir sobre a exclusão do regime previsto no referido decreto-lei, nas circunstâncias tipificadas no artigo 3.º do mesmo diploma, em relação a dívidas de € 24 939,89 a € 99 759,58;

3 — Decidir sobre a apresentação, através do Ministério Público, de pedido de abertura de processo de falência.

D) Atento o disposto no n.º 2 da parte III do referido despacho, subdelego a competência para a autorização de despesas:

1 — Até € 5000, no director de finanças-adjunto Urbano da Ressurreição Raposo;

2 — Até € 1000, na responsável do serviço de administração geral técnica superior assessora principal licenciada Augusta da Conceição da Silva Pereira Machado Menezes e nos chefes e tesoureiros de finanças.

Esta subdelegação está limitada pelos montantes das dotações orçamentais atribuídas aos respectivos serviços.

E) Atento o disposto no n.º 6 da parte III do referido despacho, subdelego a competência referida nas alíneas *a*) a *c*) e *e*) do n.º 4:

1 — Área funcional de apoio administrativo — no director de finanças-adjunto Urbano da Ressurreição Raposo e, nas suas faltas, ausências e impedimentos, no técnico economista principal licenciado Alfredo Carlos Monteiro dos Santos, quanto ao Serviço de Administração de Pessoal, e na técnica superior assessora principal licenciada Augusta da Conceição da Silva Pereira Machado Menezes, quanto aos restantes serviços, e, quando tiverem de ser substituídos simultaneamente o signatário e um dos funcionários supra, exercerá todas as competências o funcionário presente;

2 — Competências respeitantes às restantes áreas — atento o disposto no n.º 6 da parte III do referido despacho, subdelego a competência referida nas alíneas *c*), primeira parte, e *e*) do n.º 4 nos directores de finanças-adjuntos, com a faculdade de subdelegar nos funcionários com cargo igual ou superior a chefe de divisão e equiparado, no âmbito dos serviços que lhes estão afectos.

F) No uso dos poderes que me foram conferidos pelo mesmo despacho, subdelego as competências referidas no n.º 1.9 da parte II nos chefes de finanças.

III — Produção de efeitos — este despacho produz efeitos desde 22 de Julho de 2004 e, relativamente às competências próprias constantes da parte I, desde a data desde despacho, ficando por este meio ratificados todos os despachos entretanto proferidos sobre as matérias ora objecto de subdelegação de poderes.

20 de Fevereiro de 2005. — O Director de Finanças, *Vítor Negrais.*

Despacho (extracto) n.º 8434/2005 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — Nos termos do disposto nos artigos 62.º, n.º 2, da lei geral tributária, e 3.º, n.ºs 1 a 3, do Decreto-Lei n.º 357/98, de 18 de Novembro, e no âmbito da delegação e subdelegação de competências que me foi conferida pelo director de Finanças do Porto, por despacho de 20 de Fevereiro de 2005, subdelego as seguintes competências:

1 — Competências respeitantes à área funcional de liquidação e cobrança:

a) No chefe de divisão Rui Óscar Lopes Navarro, as relativas à Divisão dos Impostos sobre o Património e Outros Impostos;
b) No chefe de divisão Vítor Manuel Vieira da Silva, as relativas à Divisão dos Impostos sobre o Rendimento e sobre a Despesa;
c) No chefe de divisão José Agostinho Vilela Peixoto, as relativas à Divisão de Cobrança.

2 — Competência referida no n.º 5 do artigo 65.º do Código do IRS, no chefe de divisão Vítor Manuel Ramos Vieira da Silva e no inspector tributário licenciado António Augusto Lordelo Paulos.

3 — Competência para a revisão das liquidações e correcções oficiosas, emissão e recolha de declarações oficiosas ou equivalentes, em matéria de IRS, IRC e IVA, no chefe de divisão Vítor Manuel Ramos Vieira da Silva e, nas suas ausências, faltas e impedimentos, no inspector tributário licenciado António Augusto Lordelo Paulos quanto aos IRC e IRS e no técnico de administração tributária assessor licenciado António Alberto Martins Barbosa quanto ao IVA.

4 — Competência para a decisão dos pedidos de pagamento em prestações de IRS e IRC, nos termos dos artigos 29.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 492/88, de 30 de Dezembro, quando o valor do pedido não exceda, para o IRS, € 75 000 e, para o IRC, € 115 000, no chefe de divisão Vítor Manuel Vieira da Silva.

5 — Nas minhas faltas, ausências ou impedimentos, o meu substituto legal será o chefe de divisão Rui Óscar Lopes Navarro, com excepção da Divisão dos Impostos sobre o Rendimento e sobre a Despesa, será meu substituto o chefe de divisão Vítor Manuel Vieira da Silva.

Este despacho produz efeitos desde 22 de Julho de 2004, ficando por este meio ratificados todos os despachos entretanto proferidos sobre as matérias ora objecto de subdelegação de competências.

20 de Fevereiro de 2005. — O Director de Finanças-Adjunto, *Manuel da Silva Pereira.*

Despacho (extracto) n.º 8435/2005 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — No uso da autorização constante da parte I, alínea *a*) do n.º 4 do despacho do director de finanças do Porto n.º 2/2005, de 20 de Fevereiro, e ao abrigo do disposto no artigo 62.º da lei geral tributária e no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego as competências que se indicam pela forma seguinte:

1 — As competências respeitantes à área funcional da inspecção tributária nas minhas faltas, ausências ou impedimentos no chefe da Divisão de Inspecção IV, Alfredo Remígio Oliveira Paiva, e nas faltas, ausências ou impedimentos deste num dos chefes de divisão e no chefe do Serviço de Programação e Apoio Técnico, pela seguinte ordem: Manuel Fernando Patrício da Rocha, Júlia Maria Moutinho de Sousa Neto, Maria Albertina Lopes Braga Bastos Silva e Teresa Maria Correia Vidal Ramos das Neves.

2 — No chefe da Divisão de Inspecção I, licenciada Júlia Maria Moutinho de Sousa Neto, no chefe da Divisão de Inspecção II, licenciada Maria Albertina Lopes Braga Bastos Silva, no chefe da Divisão de Inspecção III, licenciado Manuel Fernando Patrício da Rocha, no chefe da Divisão de Inspecção IV, Alfredo Remígio de Oliveira Paiva e na chefe do Serviço de Programação e Apoio Técnico, Teresa Maria Correia Vidal Ramos das Neves, e nas faltas, ausências ou impedimentos de cada um deles nos chefes de equipa que os substituam as seguintes competências relativamente às respectivas divisões e serviço:

2.1 — Gestão e coordenação da unidade orgânica que dirigem;

2.2 — Determinação do recurso à avaliação indirecta, nos termos previstos nos artigos 28.º e 39.º do Código do IRS, no artigo 54.º do Código do IRC, no artigo 84.º do Código do IVA e nos artigos 87.º a 90.º da lei geral tributária;

2.3 — Prática dos actos necessários, em conformidade com o disposto no artigo 46.º do RCPIT, à credenciação dos técnicos designados para a realização das acções de inspecção previamente programadas, incluindo as alterações previstas no artigo 15.º do mesmo diploma;

2.4 — Fixação dos prazos para audição prévia, no âmbito dos procedimentos de inspecção tributária, de acordo com o disposto no artigo 60.º, n.º 3, da lei geral tributária e no artigo 60.º, n.os 1 e 2, do RCPIT, bem como praticar todos os actos subsequentes até à conclusão dos referidos procedimentos;

2.5 — Autorização de ampliação do prazo de conclusão dos procedimentos de inspecção, nos termos das alíneas *a*) e *b*) do n.º 3 do artigo 36.º do RCPIT;

2.6 — Sancionamento de todos os relatórios das acções de inspecção realizadas, em conformidade com o disposto no n.º 5 do artigo 62.º do RCPIT, bem como de todas as informações elaboradas;

2.7 — Autorização da recolha dos documentos de correcção relacionados com os procedimentos de inspecção;

2.8 — Assinatura de toda a correspondência produzida, com excepção da que seja dirigida aos serviços centrais.

3 — Este despacho produz efeitos desde 20 de Fevereiro de 2005, ficando por este meio ratificados todos os despachos entretanto proferidos sobre as matérias ora objecto de subdelegação de competências.

18 de Março de 2005. — O Director de Finanças-Adjunto, *Joaquim Manuel Matos Neto da Silva.*

Despacho (extracto) n.º 8436/2005 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — Nos termos do disposto nos artigos 62.º, n.º 2, da lei geral tributária e 3.º, n.os 1 a 3, do Decreto-Lei n.º 357/98, de 18 de Novembro, e no âmbito da delegação de competências que me foi conferida pelo director de Finanças do Porto pelo despacho n.º 2/2005, de 20 de Fevereiro, subdelego no técnico de administração tributária principal Claudino Augusto Abrunhosa Amado as competências respeitantes à área funcional de apoio administrativo do serviço de apoio às comissões de revisão.

Este despacho produz efeitos desde 20 de Fevereiro de 2005, ficando por este meio ratificados todos os despachos entretanto proferidos sobre as matérias ora objecto de subdelegação de competências.

23 de Março de 2005. — O Director de Finanças-Adjunto, *Urbano da Ressureição Raposo.*

Direcção de Finanças de Setúbal

Aviso (extracto) n.º 4138/2005 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — Nos termos do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, delego no adjunto em regime de substituição do Serviço de Finanças de Setúbal 2, TAT de nível 1, Joaquim Manuel Alexandre Prates Lopes, a chefia da 1.ª Secção, património, com as seguintes competências:

1 — As competências de carácter geral, que se encontram definidas no n.º 1 (n.º 1.1 a n.º 1.11) a que se refere a minha delegação de competências constante do aviso (extracto) n.º 8651/2004 (2.ª série) publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 206, de 1 de Setembro de 2004, p. 13 410.

2 — Sem prejuízo das competências próprias definidas no n.º 3 do aviso (extracto) acima referido, que se mantêm na esfera da competência do chefe do Serviço de Finanças, são delegadas no mesmo adjunto as seguintes competências de carácter específico na esfera dos impostos sobre o património e no âmbito da 1.ª Secção que chefia:

2.1 — A chefia do serviço local, na ausência simultânea do chefe do serviço e dos adjuntos Alzira Alves Gonçalves de Carvalho e Francisco José Lambuzana Luciano;

2.2 — As competências atribuídas aos chefes dos serviços locais de finanças referidas na legislação e instruções em vigor em sede do imposto municipal de imóveis, imposto municipal de transmissões e imposto do selo sobre transmissões gratuitas e ainda da Lei Geral Tributária, Código do Procedimento e do Processo Tributário e Código do Procedimento Administrativo, na parte aplicável àqueles impostos e tributos;

2.3 — As competências atribuídas aos chefes dos serviços locais e finanças referidas na legislação e instruções em vigor em sede de imposto municipal de sisa e do imposto sobre sucessões e doações e contribuição autárquica, em todas as matérias, assuntos e processos administrativos ainda pendentes.

Aplicam-se ainda à presente delegação de competências os n.os 4 e 5 da delegação cujo aviso é referido no n.º 1.

Mantém-se em vigor, na íntegra, a delegação de competências efectuada nos adjuntos Alzira Alves Gonçalves de Carvalho e Francisco José Lambuzana Luciano, nos precisos termos em que se encontra publicada, conforme o aviso referido no n.º 1 da presente delegação de competências.

A presente delegação de competências produz efeitos a partir da data da sua autorização pelo director-geral dos Impostos, considerando-se legitimados todos os actos praticados desde 1 de Outubro de 2004 até à sua publicação.

28 de Setembro de 2004. — O Chefe do Serviço de Finanças de Setúbal 2, *Eurico Jorge Simeão Neto.*

Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros

Despacho (extracto) n.º 8437/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros de 30 de Novembro de 2004:

Licenciada Ana Maria de Almeida Rodrigues — renovada a comissão de serviço, com efeitos a 5 de Fevereiro de 2005, no cargo de chefe de divisão de gestão da informação, da Direcção de Serviços de Planeamento e Gestão da Informação da DGITA, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Março de 2005. — A Directora de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, em regime de substituição, *Maria de Fátima Braz.*

Direcção-Geral do Orçamento

Despacho (extracto) n.º 8438/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 30 de Março de 2005:

Maria Madalena Silva Carvalho, licenciada, assessora de orçamento e conta da carreira de técnico superior de orçamento e conta do quadro de pessoal desta Direcção-Geral — nomeada, precedendo concurso, na categoria de assessor de orçamento e conta principal, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, conforme o constante do mapa IV do Decreto-Lei n.º 420/99, de 21 de Outubro.

1 de Abril de 2005. — O Director-Geral, *Francisco Brito Onofre.*

Instituto Nacional de Habitação

Aviso n.º 4139/2005 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos dos artigos 93.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, encontram-se afixadas desde 28 de Março de 2005, na direcção administrativa do Instituto Nacional de Habitação, sito na Avenida de Columbano Bordalo Pinheiro, 5, Lisboa, as listas de antiguidade dos funcionários afectos ao quadro de pessoal da função pública deste Instituto.

23 de Março de 2005. — Pela Direcção Administrativa, a Directora, *Isabel Sá Costa.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

Despacho conjunto n.º 308/2005. — Nos termos do disposto nos n.os 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 240/98, de 11 de Julho, e no cumprimento da delegação de competências estabelecida pelo despacho n.º 2079/2004, de 20 de Setembro, da Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 237, de 8 de Outubro de 2004, é aprovado o programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso e de acesso na carreira técnico-profissional, na área funcional de agricultura, do grupo de pessoal não docente do Instituto Politécnico de Viseu, constante do anexo do presente despacho e do qual faz parte integrante.

21 de Março de 2005. — A Directora-Geral da Administração Pública, *Maria Ermelinda Carrachás.* — O Presidente do Instituto Politécnico de Viseu, *João Pedro de Barros.*

ANEXO

Programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso na carreira técnico-profissional, área funcional de agricultura, do grupo de pessoal não docente do Instituto Politécnico de Viseu.

1 — Fruticultura em geral, privilegiando-se a macieira.
2 — Viticultura para produção de vinho de qualidade.
3 — Olivicultura em geral, sobretudo para a produção de azeite.
4 — Horticultura, incluindo a produção de vinho de qualidade.
5 — Floricultura, plantas ornamentais e jardinagem.
6 — Silvicultura.
7 — Pastagens e forragens.
8 — Bovinicultura e caprinicultura com aptidão para carne e leite.
9 — Avicultura, privilegiando-se os galináceos.
10 — Técnicas de regadio.
11 — Máquinas e alfaias agrícolas.
12 — Gestão da exploração agrícola.
13 — Enologia básica.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 8439/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos n.os 3 e 4 do artigo 2.º e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, para prestar colaboração no meu Gabinete no âmbito das suas qualificações profissionais, a licenciada Sara Isabel Câmara de Carvalho Marques.

2 — À nomeada é atribuída a remuneração mensal correspondente ao vencimento e despesas de representação fixados para os adjuntos dos gabinetes dos membros do Governo, acrescida de subsídios de refeição e demais regalias em vigor.

3 — Os subsídios de férias e de Natal a que tiver direito, nos termos da lei, terão por base aquela remuneração mensal.

4 — Esta nomeação produz efeitos a partir de 4 de Abril de 2005.

6 de Abril de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado.*

Instituto de Acção Social das Forças Armadas

Despacho n.º 8440/2005 (2.ª série). — Considerando as equiparações legais determinadas nos n.os 2 e 3 do artigo 12.º do Estatuto do Instituto de Acção Social das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 284/95, de 30 de Outubro, nos termos conjugados dos artigos 7.º, n.º 3, alínea *e*), e 9.º, n.º 2, do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, delego no capitão-de-mar-e-guerra Manuel António Lopes, director do Centro de Apoio Social do Alfeite, as competências para autorizar as despesas previstas no artigo 17.º, n.º 1, alínea *a*), do Decreto-Lei n.º 197/99, até ao limite de € 2500, quando a escolha do procedimento é em função do valor, e de € 1250, quando é independente do valor.

O presente despacho produz efeitos desde 1 de Abril de 2005.

1 de Abril de 2005. — O Presidente do Conselho de Direcção, *Rui Alberto Fidalgo Ferreira,* tenente-general.

ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

Gabinete do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

Despacho n.º 8441/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 13.º, 16.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, condecorar com a medalha de prata de serviços distintos o tenente-coronel Alberto Luciano Martins.

28 de Junho de 2004. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *José Manuel Garcia Mendes Cabeçadas,* almirante.

Louvor n.º 1142/2005. — Louvo o tenente-coronel piloto aviador Alberto Luciano Martins pela elevada competência, capacidade de trabalho e espírito de missão que evidenciou durante cerca de dois anos como adjunto militar do chefe do meu Gabinete.

Tendo a seu cargo, entre outras funções, o accionamento dos trabalhos do Conselho de Chefes de Estado-Maior, que subsecretariou, e o meu apoio na preparação das reuniões do Conselho Superior de Defesa Nacional, revelou em todas as circunstâncias um dinamismo, generosidade e abnegação invulgares, a par de uma extraordinária dedicação e permanente disponibilidade.

Como oficial de informações do Gabinete, revelou-se um elemento chave, capaz de rapidamente reconhecer e ajuizar os factores e os acontecimentos de manifesto interesse para as actividades relacionadas com a defesa nacional e as Forças Armadas, o que assegurou que fossem sempre espoletadas as necessárias e atempadas reacções, bem como a pronta difusão de factos relevantes.

Igualmente importante foi a sua postura leal e aberta enquanto especialista nas questões relacionadas com a operação e as capacidades dos meios aéreos, bem como com a metodologia de planeamento de forças relativa à componente aérea da defesa nacional, a qual provou ser um auxiliar precioso nos debates que mantive com os outros chefes militares e com os comandantes operacionais subordinados.

Oficial muito correcto, leal e determinado, o tenente-coronel Luciano Martins demonstrou apreciáveis qualidades pessoais e militares e uma clara aptidão para o desempenho de missões de maior responsabilidade, pelo que os serviços por si prestados se consideram extraordinários, relevantes e distintos.

28 de Maio de 2004. — O Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, *José Manuel Garcia Mendes Cabeçadas,* almirante.

EXÉRCITO

Comando da Logística

Direcção dos Serviços de Engenharia

Despacho n.º 8442/2005 (2.ª série). — *Lista de adjudicações de obras públicas efectuadas em 2004 para publicação no* Diário da República, *nos termos do artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março:*

Forma de atribuição	Entidade adjudicatária	Valor c/ IVA (euros)	PAD	Número de obra	Designação
Origem: concurso público	EDIVISA — Empresa de Construções, S. A.	65 355,16	026/04	003/03-A	PM 001/Amadora (AM) — construção do 2.º bloco de alojamentos — corpos 2 e 3 — erros e omissões.
Origem: concurso público	Rodrigues, Irmãos — Empreiteiros da Construção Civil e Obras Públicas, L.da	983,86	022/04	007/03-I	PM 001/Constância (1.º BIMEC) — remodelação do edifício n.º 85 — bar de praças — revisão de preços.
Concurso limitado	NVN — Sociedade de Construções, L.da	4 986,58	032/04	056/03-A	PM 035/Lisboa (Colégio Militar) — edifício para o comando e alojamentos — trabalhos a mais.
Ajuste directo	FABRIGIMNO — Fabricação de Material de Desporto, L.da	224 940,30	005/04	002/04	PM 016/Lisboa (AM) — arrelvamento do campo de futebol 11.
Concurso limitado	NOVOPCA — Construtores Associados, S. A.	711 025	008/04	003/04	PM 024/Sintra (RI 1) — remodelação da caserna de praças RV/RC (Prog. RV/RC).
Origem: concurso limitado	NOVOPCA — Construtores Associados, S. A.	27 837,57	050/04	003/04-A	PM 024/Sintra (RI 1) — remodelação da caserna de praças RV/RC (Prog. RV/RC) — erros e omissões.
Origem: concurso limitado	NOVOPCA — Construtores Associados, S. A.	85 300	079/04	003/04-B	PM 024/Sintra (RI 1) — remodelação da caserna de praças RV/RC (Prog. RV/RC) — trabalhos a mais.
Concurso público	ENGIARTE — Engenharia e Construções, L.da	458 864	009/04	004/04	PM 002/Amadora (Cmd. Inst./Un. Apoio) — remodelação da caserna de praças RV/RC da Un. Apoio.
Ajuste directo	EFACEC — Ambiente, S. A.	21 724,96	014/04	005/04	PM 001/Constância (CMSM) — reposição da situação anterior dos reservatórios antigos e ligação à rede adutora.
Concurso limitado	Sociedade de construções José Coutinho, S. A.	136 850	017/04	006/04	PM 001/Amadora (AM) — reparações diversas no refeitório de alunos.
Concurso público	EDIVISA — Empresa de Construções, S. A.	1 345 943,48	041/04	007/04	PM 001/Amadora (AM) — remodelação das infra-estruturas e arranjos exteriores de apoio ao núcleo de alojamento.
Origem: concurso público	EDIVISA — Empresa de Construções, AS — Visabeira, L.da	159 183,92	081/04	007/04-A	PM 001/Amadora (AM) — remodelação das infra-estruturas e arranjos exteriores de apoio ao núcleo de alojamento — erros e omissões.
Concurso limitado	Fialho & Paulo — Construção Civil e Obras Públicas, L.da	55 465,90	027/04	008/04	PM 001/Amadora (AM) — auditório — demolição geral dos edifícios existentes.
Concurso limitado	Sociedade de Construções José Coutinho, S. A.	100 663,12	031/04	009/04	PM 001/Amadora (AM) — construção do auditório 2 (estrutura).
Origem: concurso limitado	Sociedade de Construções José Coutinho, S. A.	12 325,39	077/04	009/04-A	PM 001/Amadora (AM) — construção do auditório 2 (estrutura) — erros e omissões.
Ajuste directo	Sociedade de Construções Martins Pereira, L.da	21 993,58	035/04	010/04	PM 003/Espinho (RE3) — reparação de pavimento.
Concurso limitado	CADIMARTE — Construções, L.da	20 825	037/04	011/04	PM 132/Lisboa (IAEM) — reparação de muro de suporte.
Concurso público	Construções Rodrigues & Filhos, L.da	447 001,72	030/04	012/04	PM 010/Leiria (RA4) — Quartel da Cruz da Areia — remodelação da caserna para praças RV/RC (Prog. RV/RC).
Origem: concurso público	Construções Rodrigues & Filhos, L.da	65 450	Protocolo/DGIE	012/04-A	PM 010/Leiria (RA4 — Quartel da Cruz da Areia) — remodelação da caserna para praças RV/RC (Prog. RV/RC) — trabalhos a mais.
Concurso público	CADIMARTE — Construções, L.da	111 146	018/04	013/04	PM 001/Amadora (AM) — construção do passadiço de ligação entre os edifícios do laboratório e das aulas indiferenciadas.
Origem: concurso público	CADIMARTE — Construções, L.da	22 228,39	076/04	013/04-A	PM 001/Amadora (AM) — construção do passadiço de ligação entre os edifícios do laboratório e das aulas indiferenciadas — trabalhos a mais.

Forma de atribuição	Entidade adjudicatária	Valor c/ IVA (euros)	PAD	Número de obra	Designação
Origem: concurso público	CADIMARTE — Construções, L.da	27 756,27	075/04	013/04-B	PM 001/Amadora (AM) — construção do passadiço de ligação entre os edifícios do laboratório e das aulas indiferenciadas — erros e omissões.
Concurso limitado	CADIMARTE — Construções, L.da	70 924	034/04	014/04	PM 011/Tomar — Quartel do Alvito (CTAT-RI15) — instalação do sistema de aquecimento central de caserna de praças.
Concurso limitado	CORIFA — Construção Civil, L.da	85 035,82	036/04	015/04	PM 001/Vila Nova da Barquinha (GALE) — reparação de cobertura do edifício n.º 40 (caserna de praças).
Concurso público	CADIMARTE — Construções, L.da	494 088	021/04	016/04	PM 047/Chaves (RI19) — remodelação de caserna para praças RV/RC (Prog. RV/RC).
Concurso público	Construções Rodrigues & Filhos, L.da	467 344,96	020/04	017/04	PM 011/Braga (RC6) — remodelação de caserna para praças RV/RC (Prog. RV/RC).
Ajuste directo	EDIMADE — Edificadora da Madeira, L.da	169 369,27	045/04	018/04	PM 026/Funchal (RG3) — Centro de Divulgação de Defesa Nacional.
Origem: ajuste directo	EDIMADE — Edificadora da Madeira, L.da	28 177,91	100/04	018/04-A	PM 026/Funchal (RG3) — Centro de Divulgação de Defesa Nacional — trabalhos a mais.
Ajuste directo	Rodrigues, Irmãos — Empreiteiros da Construção Civil e Obras Públicas, L.da	240 463,67	046/04	019/04	PM 001/Constância (RC4) — Centro de Divulgação de Defesa Nacional.
Origem: ajuste directo	Rodrigues, Irmãos — Empreiteiros da Construção Civil e Obras Públicas, L.da	58 384,97	064/04	019/04-A	PM 001/Constância (RC4) — Centro de Divulgação de Defesa Nacional — trabalhos a mais.
Ajuste directo	Sociedade de Construções Sandilor, L.da	166 287,63	043/04	020/04	PM 006/Beja (RI3) — Centro de Divulgação de Defesa Nacional.
Origem: ajuste directo	Sociedade de Construções Sandilor, L.da	29 749,73	080/04	020/04-A	PM 006/Beja (RI3) — Centro de Divulgação de Defesa Nacional — trabalhos a mais.
Ajuste directo	Sociedade de Construções Martins Pereira, L.da	259 481,70	044/04	021/04	PM 011/Braga (RC6) — Centro de Divulgação de Defesa Nacional.
Concurso limitado	LOVIRIL — Construção Civil, L.da	82 249,23	Protocolo/DGIE	022/04	PM 029/Sintra (Palácio Almeida Araújo) — reparação de caixilharias.
Concurso limitado	Construções Vieira Alves, L.da	114 482,97	IGeoE/DGIE	023/04	PM 203/Lisboa (IGeoE) — remodelação de terraço da ala nascente (estrutura metálica).
Concurso público	Armando Cunha — Empreiteiro de Obras Públicas, S. A.	298 203,77	029/04	024/04	PM 001/Amadora (AM) — auditório — infra-estruturas e arranjos exteriores da área envolvente.
Origem: concurso público	Armando Cunha — Empreiteiro de Obras Públicas, S. A.	40 430,15	078/04	024/04-A	PM 001/Amadora (AM) — auditório — infra-estruturas e arranjos exteriores da área envolvente — erros e omissões.
Concurso limitado	LOVIRIL — Construção Civil, L.da	46 595,29	IGeoE	025/04	PM 203/Lisboa (IGeoE) — remodelação de terraço da ala nascente (caixilharias e alvenarias).
Concurso limitado	Sociedade de Construções Sandilor, L.da	125 188	Protocolo/DGIE	026/04	PM 029/Sintra (Palácio Almeida Araújo) — reparação de cobertura.
Concurso limitado	CORIFA — Construção Civil, L.da	102 143,08	Protocolo/DGIE	027/04	PM 001/Constância (CMSM) — instalação de separadores de hidrocarbonetos — 1.ª fase.
Concurso limitado	CORIFA — Construção Civil, L.da	7 062,51	Protocolo/DGIE	027/04-A	PM 001/Constância (CMSM) — instalação de separadores de hidrocarbonetos — 1.ª fase — trabalhos a mais.
Ajuste directo	CADIMARTE — Construções, L.da	25 797	053/04	028/04	PM 001/Lamego (CIOE — Quartel de Santa Cruz) — reparações diversas da cobertura.
Ajuste directo	Rodrigues, Irmãos — Empreiteiros da Construção Civil e Obras Públicas, L.da	25 617,70	054/04	029/04	PM 001/Constância (CMSM) — reparação do apartamento n.º 121 do bairro de oficiais.
Concurso limitado	CADIMARTE — Construções, L.da	54 999,42	058/04	030/04	PM 216/Lisboa (HMP) — remodelação da rede de esgotos da cozinha.
Ajuste directo	António Mateus Heleno — Empreiteiros de Construção Civil, L.da	347 776,86	065/04	031/04	PM 002/Sintra (RAAA1) — Centro de Divulgação de Defesa Nacional.
Ajuste directo	Costa Empreiteiros — Construção Civil e Obras Públicas, L.da	159 289,53	066/04	032/04	PM 042/Ponta Delgada (Quartel de São Gonçalo) — Centro de Divulgação de Defesa Nacional.
Ajuste directo	Fialho & Paulo — Construção Civil e Obras Públicas, L.da	24 902,94	067/04	033/04	PM 002/Amadora (Un. Apoio) — remodelação e conversão da rede de gás do edifício de alimentação.
Ajuste directo	EDIVISA — Empresa de Construções, AS — Visabeira, L.da	90 947,48	083/04	034/04	PM 001/Amadora (AM) — realinhamento do ramal de abastecimento de gás natural — troço AB.

Forma de atribuição	Entidade adjudicatária	Valor c/ IVA (euros)	PAD	Número de obra	Designação
Ajuste directo	HEPAFILTRA, L.da	474 658,51	Protocolo/DGIE	035/04	PM 135/Lisboa (LMPQF) — concepção/construção dos laboratórios de bioterrorismo e bromatologia.
Ajuste directo	LOVIMEC — Renovação Urbana e Construções, Unipessoal, L.da	25 525,50	087/04	036/04	PM 014/Coimbra (QG/BLI) — remodelação de instalações sanitárias.
Concurso limitado	NOVOPCA — Construtores Associados, S. A.	85 745,12	088/04	037/04	PM 003/MAFRA (EPI) — Aldeia de Camões — construção do edifício laboratório.
Ajuste directo	LOVIMEC — Renovação Urbana e Construções, Unipessoal, L.da	338 632,98	102/04	038/04	PM 013/Vila Real (RI 13) — Centro de Divulgação de Defesa Nacional.
Ajuste directo	CADIMARTE — Construções, L.da	259 912,48	103/04	039/04	PM 007/Vila Nova de Gaia (RA5) — Centro de Divulgação de Defesa Nacional.
Concurso limitado	CADIMARTE — Construções, L.da	40 460	098/04	040/04	PM 048/Lisboa (Museu Militar) — reparação e pintura de paredes exteriores do pátio dos canhões.
Ajuste directo	António Mateus Heleno — Empreiteiros de Construção Civil, L.da	5 926,20	104/04	041/04	PM 010/Oeiras (COFT) — trabalhos diversos no alojamento de sargentos.
Ajuste directo	CORIFA — Construção Civil, L.da	13 407	097/04	042/04	PM 001/Vila Nova da Barquinha (EPE) — reparação dos parametros exteriores dos edifícios n.os 220 e 222 da CENG/BA1.
Concurso limitado	JOALIS — Construção Civil e Obras Públicas, L.da	142 209,09	095/04	043/04	PM 001/Vila Nova da Barquinha (CTAT) — reparações gerais (edifício n.º 30).
Concurso limitado	JOALIS — Construção Civil e Obras Públicas, L.da	79 838,47	093/04	044/04	PM 001/Vila Nova da Barquinha (CTAT) — reparação exterior do edifício n.º 42 (Clube de Praças).
Concurso limitado	CADIMARTE — Construções, L.da	27 251	089/04	045/04	PM 013/Viseu (RI 14) — remodelação de edifício para arrecadação de material de guerra.
Concurso limitado	Sociedade de Construções Martins Pereira, L.da	104 877,64	090/04	046/04	PM 003/Espinho (RE3) — reparação da cobertura das oficinas da apoio à BL1.
Ajuste directo	CADIMARTE — Construções, L.da	29 409,56	096/04	047/04	PM 175/Lisboa (B. H. — DSE) — reparações diversas em casas do Estado.
Concurso limitado	CADIMARTE — Construções, L.da	81 872	094/04	048/04	PM 048/Lisboa (Museu Militar) — substituição das caixilharias do pátio dos canhões.
Ajuste directo	CADIMARTE — Construções, L.da	17 612	091/04	049/04	PM 013/Viseu (RI 14) — Reparação da cobertura do depósito de géneros — 1.ª fase.
Concurso limitado	CADIMARTE — Construções, L.da	105 929,50	107/04	050/04	PM 018/Oeiras (EMEL) — remodelações diversas em edifício para instalação do grupo de engenharia de apoio à BL1.
Ajuste directo	Sociedade de Construções Martins Pereira, L.da	18 881,14	109/04	051/04	PM 048/Lisboa (EME) — Demolição da casa das máquinas de elevador.
Concurso limitado	Atlas, L.da	52 001,76	115/04	052/04	PM 048/Lisboa (EME) — substituição do elevador geral do EME.
Ajuste directo	CADIMARTE — Construções, L.da	4 809	086/04	053/04	PM 043/Lisboa (DSE) — reparação de infiltração na central telefónica.
Concurso limitado	EDIVISA — Empresa de Construções, S. A.	135 127,59	099/04	054/04	PM 001/Amadora (AM) — construção de infra-estruturas diversas de ligação ao lote do edifício do refeitório.
Ajuste directo	António Mateus Heleno — Empreiteiros de Construção Civil, L.da	5 140,80	Protocolo/DGIE	055/04	PM 023/Setúbal (Quartel do Baluarte da Conceição) — Centro de Classificação e Selecção de Setúbal — trabalhos diversos.
Ajuste directo	CADIMARTE — Construções, L.da	5 827,43	Protocolo/DGIE	056/04	PM 037/Setúbal (bateria de Albarquel) — trabalhos diversos.
Ajuste directo	CADIMARTE — Construções, L.da	16 369,64	114/04	057/04	PM 048/Lisboa (EME) — reparação da cobertura da Biblioteca do Exército.
Ajuste directo	ERGOESTUDO, L.da	29 152,48	113/04	058/04	PM 043/Lisboa (DSE) — remodelação do átrio da entrada principal.
Concurso limitado	Marques, S. A.	41 879,53	116/04	059/04	PM 001/Ponta Delgada (Forte de São Braz — Museu Militar) — reparação de alpendre.
Ajuste directo	Rodrigues, Irmãos — Empreiteiros da Construção Civil e Obras Públicas, L.da	19 999,35	117/04	060/04	PM 063/Mafra (EPI) — reparações diversas nas instalações sanitárias de uma caserna.

30 de Março de 2005. — O Director, *António José Maia de Mascarenhas, major-general.*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Despacho n.º 8443/2005 (2.ª série). — Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 63.º, n.º 6, e 64.º, n.º 4, ambos da Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 60/98, de 27 de Agosto, e na sequência de informação nesse sentido da Procuradoria-Geral da República, autorizo o abono de dois quintos do vencimento à licenciada Glória Maria Florindo Godinho Alves, procuradora-adjunta no 4.º Juízo Cível de Lisboa, por acumulação de funções com as de procuradora-adjunta no Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa, no período compreendido entre 9 de Fevereiro de 2004 e 15 de Julho do mesmo ano, com excepção do período de férias judiciais.

7 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues.*

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 8444/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 30 de Março de 2005:

Isabel Conceição Silva Costa Pereira Pinto, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça — nomeada, em regime de substituição, chefe de secção, da área funcional de Contabilidade, nos termos da leitura conjugada do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro. Nos termos dos artigos 127.º a 130.º do Código do Procedimento Administrativo, este despacho produz efeitos a 1 de Abril de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Abril de 2005. — A Secretária-Geral, *Ana Vaz.*

Instituto Nacional de Medicina Legal

Aviso n.º 4140/2005 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado da Justiça de 8 de Março de 2005:

Alda Maria Roseiro Mendes Sordo da Silva, Alice Maria dos Santos Martelo Castanheira e Fernando Alberto de Oliveira dos Santos Castanheira, técnicos de diagnóstico e terapêutica, área de anatomia patológica, citológica e tanatológica do quadro de pessoal do INML (delegação de Coimbra) — autorizadas a praticar o regime de horário acrescido, previsto nos artigos 74.º e 75.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 22 de Dezembro, aplicável no âmbito do INML, por força do disposto no artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 11/98, de 24 de Janeiro, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Abril de 2005. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão.*

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

Despacho n.º 8445/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino a requisição do motorista de ligeiros do quadro de pessoal da Secretaria Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Jorge Manuel Pereira Antunes, para exercer funções de motorista no meu Gabinete.

14 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa.*

Despacho n.º 8446/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino o destacamento da auxiliar administrativa do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Virgínia Conceição Martins Santos Lopes, para exercer funções no meu Gabinete.

14 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa.*

Despacho n.º 8447/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e nos artigos 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Patrícia Correia Pinheiro Veloso para exercer as funções de adjunta do meu Gabinete.

16 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa.*

Despacho n.º 8448/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e nos artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Ana Paula Baptista Madureira para exercer as funções de minha secretária pessoal.

17 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa.*

Despacho n.º 8449/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e nos artigos 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o licenciado Mário Martins do Nascimento para exercer as funções de adjunto do meu Gabinete, para o efeito requisitado à Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional.

18 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa.*

Despacho n.º 8450/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e nos artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Ana Paula de Carvalho Moita Uettwiller para exercer as funções de minha secretária pessoal.

21 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa.*

Despacho n.º 8451/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e nos artigos 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Anabela Rodrigues Santos Trindade para exercer as funções de adjunta do meu Gabinete, para o efeito requisitada ao Instituto da Conservação da Natureza.

28 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa.*

Despacho n.º 8452/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos n.os 3 e 4 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Paulo Alexandre Gomes Sanches Bernardo Monteiro para prestar assessoria jurídica especializada ao meu Gabinete, para o efeito requisitado à Inspecção-Geral da Administração do Território.

2 — O nomeado auferirá, a título de remuneração mensal, o montante equivalente à remuneração estabelecida para o cargo de adjunto, acrescido das correspondentes despesas de representação, subsídio de férias, de Natal e de refeição.

3 — Quando o nomeado se deslocar em missão oficial em território nacional, ao estrangeiro e no estrangeiro tem direito ao abono das correspondentes despesas de transporte e de ajudas de custo de montante igual ao fixado para os adjuntos do meu Gabinete.

4 — A presente nomeação é válida por um ano, automaticamente prorrogável por iguais períodos até à cessação das minhas funções, podendo ser revogada a todo o tempo.

28 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa.*

Despacho n.º 8453/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos n.os 3 e 4 do artigo 2.º e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o Doutor Fausto Costa Gomes de Brito e Abreu para prestar assessoria especializada no domínio do ambiente, na vertente das suas relações com os domínios empresarial, financeiro e internacional, ao meu Gabinete.

2 — A remuneração do ora nomeado é fixada em montante igual ao abonado aos adjuntos, incluindo a respectiva representação, acrescida dos subsídios de férias, de Natal e de refeição, sendo o encargo suportado pelo meu Gabinete.

3 — Quando se deslocar em missão oficial em território nacional, ao estrangeiro e no estrangeiro, tem direito ao abono das correspondentes despesas de transporte e de ajudas de custo de montante igual ao fixado para os adjuntos do meu Gabinete.

4 — A presente nomeação é válida por um ano, automaticamente prorrogável por iguais períodos até à cessação das minhas funções, podendo ser revogada a todo o tempo.

4 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa.*

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

Despacho n.º 8454/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino a requisição de Fernando Aparício Gonçalves, motorista de pesados, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, para exercer funções de motorista do meu Gabinete.

14 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão.*

Despacho n.º 8455/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino a requisição de Renato Teófilo da Silva Zamith, motorista de ligeiros, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, para exercer funções de motorista do meu Gabinete.

14 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão.*

Despacho n.º 8456/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e nos artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer as funções de minha secretária pessoal Maria Margarida Casquilho Lopes do Nascimento, técnica profissional especialista principal, para o efeito requisitada à Secretaria-geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

14 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão.*

Despacho n.º 8457/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Maria Gabriela Farracha Ricardo Gaspar de Freitas, do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral do Desenvolvimento Rural, para exercer o cargo de chefe do meu Gabinete.

14 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão.*

Despacho n.º 8458/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino o destacamento de Maria Teresa Furtado de Vilhena, secretária de administração, do quadro de pessoal do IFADAP, para exercer funções de apoio técnico e administrativo no meu Gabinete.

14 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão.*

Despacho n.º 8459/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º, dos artigos 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Sandra Cristina Pereira Guerreiro para exercer funções de adjunta no meu Gabinete.

2 — O presente despacho produz efeitos a 23 de Março de 2005.

23 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão.*

Despacho n.º 8460/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino o destacamento de Maria Helena Farinha Miguel Nunes, assistente administrativa principal, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, para exercer funções de apoio administrativo ao meu Gabinete.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2005.

30 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão.*

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional

Despacho n.º 8461/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino a requisição de Lurdes Veríssimo Fernandes Silva, auxiliar administrativa do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, para exercer funções de apoio administrativo ao meu Gabinete.

14 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Rui Nuno Garcia de Pina Neves Baleiras.*

Despacho n.º 8462/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos artigos 2.º, n.º 1, 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Maria da Nazaré Amaro Nico, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, minha secretária pessoal.

18 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Rui Nuno Garcia de Pina Neves Baleiras.*

Despacho n.º 8463/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino o destacamento de Ulda Maria Gonçalves de Matos Guerreiro, técnica profissional especialista principal, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, para exercer funções de apoio administrativo ao meu Gabinete.

30 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Rui Nuno Garcia de Pina Neves Baleiras.*

Secretaria-Geral

Aviso n.º 4141/2005 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto na Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, publica-se a listagem das transferências efectuadas pela Direcção-Geral das Autarquias Locais durante o 2.º semestre de 2004:

Beneficiário	Monante (euros)	Data da decisão
Afonso Marreiros Torrinha	58 310	10-8-2004
António Frasão Pedroso	122 500	10-8-2004
Carlos Frederico Abecassis do Amaral Netto	346 103,90	1-6-2004
Carlos Manuel Gaspar da Costa	23 800	10-8-2004
Francisca de Jesus Nunes de Melo	17 998,75	10-8-2004
Hernâni José Canto Lopes da Costa	478 949,91	1-6-2004
João Carlos Álvares Moreira da Fonseca	248 200	10-8-2004
João Carlos M. Amaral Netto	255 618,75	1-6-2004
Joaquim da Silva Duarte	44 687,48	10-8-2004
Joaquim Miguel Vasconcelos Mello e Arriaga Tavares	231 660	1-6-2004
José Almeida Godinho Monteiro Gomes	225 000	10-8-2004
José Carlos Nunes Duarte	87 500	10-8-2004
José da Costa Catalão	101 316,60	10-8-2004
José Vicente da Costa	25 000	10-8-2004

Beneficiário	Monante (euros)	Data da decisão
Luís Filipe M. F. Gouveia Coutinho, herdeiros	114 992	1-6-2004
Manuel António Pincho	22 560	10-8-2004
Manuel Joaquim Pereira	27 757	10-8-2004
Manuel Luís Gonçalves Neto Ferreira	22 372	10-8-2004
Maria da Piedade S. F. G. C. Lopes da Costa, herdeiros	159 432,20	1-6-2004
Maria Emília Tavares Cruz Veiga e Vasconcelos	32 300	10-8-2004
Maria Manuela L. G. R. Barracas	21 000	10-8-2004
Maria Teresa Rodrigues Boto	66 640	10-8-2004
Miguel Abecassis do Amaral Netto	95 000	10-8-2004
Sónia Maria Marques Abel	21 270	10-8-2004
Associação de Produtores Florestais e Agrícolas do Concelho de Proença-a-Nova	230 772	1-6-2004
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de Margem	57 689,64	1-6-2004
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de Oleiros	81 307,90	1-6-2004
FLORASUL — Associação de Produtores da Floresta Alentejana	99 600	1-6-2004
Pinus Verde — Associação de Desenvolvimento Integrado da Floresta	249 394,25	1-6-2004
Transumância e Natureza — Associação	55 000	10-8-2004
Santa Casa da Misericórdia da Chamusca	129 815,44	1-6-2004
Agro-Pecuária Marques & Valentim, L.da	228 480	10-8-2004
F. A. Neto — Sociedade Agrícola, L.da	269 163	1-6-2004
Predial da Avessada, S. A.	125 362	1-6-2004
S. S. A. — Sociedade de Serviços Agrícolas, S. A.	280 011,35	1-6-2004
Sociedade Agrícola António Vasco José Mello e Filho	100 000	10-8-2004
Sociedade Agrícola do Casal do Braga, L.da	29 600	1-6-2004
Sociedade Agrícola Quinta da Arrezima, L.da	93 980	1-6-2004
Sociedade Agrícola Quinta do Salvador, L.da	91 800	10-8-2004
Tapada Nacional de Mafra, CIPRL	910 397,25	1-6-2004
	5 882 341,42	

Beneficiário	Montante (euros)	Data da decisão	Programa
1.º de Maio Futebol Clube Sarilhense	21 804	6-10-2004	Equipamento associativo — SP2.
Asas — Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Lobeiros	14 963,93	14-9-2004	Equipamento associativo — SP2.
Assembleia Figueirense	20 819,89	30-7-2004	Equipamento associativo — SP2.
Associação Cultural Beneficente Mártir São Sebastião	14 963,93	1-7-2004	Equipamento associativo — SP2.
Associação Cultural, Desportiva, Recreativa e Social de Quinhendros	17 500	2-11-2004	Equipamento associativo — SP2.
Associação Cultural e Recreativa de Melhoramentos de São Pedro do Mosteiro	14 958,95	16-7-2004	Equipamento associativo — SP2.
Associação Cultural e Recreativa de Pregança do Mar	16 873,67	1-7-2004	Equipamento associativo — SP2.
Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Lugar das Matas	17 500	1-7-2004	Equipamento associativo — SP2.
Associação de Caçadores de Zibreira	17 139,50	6-9-2004	Equipamento associativo — SP2.
Associação de Melhoramentos, Cultura e Recreio do Lugar da Picha	14 958,95	20-8-2004	Equipamento associativo — SP2.
Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Ade	20 280,71	20-7-2004	Equipamento associativo — SP2.
Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Vila Boa	14 962,88	30-11-2004	Equipamento associativo — SP2.
Associação dos Amigos de Perrães (Amper)	17 491,25	16-7-2004	Equipamento associativo — SP2.
Associação Grupo de Melhoramentos de Gateira	20 549,16	17-8-2004	Equipamento associativo — SP2.
Associação Recreativa e Cultural Cairense	27 072,50	15-11-2004	Equipamento associativo — SP2.
Banda Musical de Carrazeda de Montenegro	26 836,81	20-10-2004	Equipamento associativo — SP2.
C. S. P. O. — Centro Social e Polivalente de Ourentã	25 046	20-10-2004	Equipamento associativo — SP2.
Casa do Povo de Abrunheira	26 606,25	15-11-2004	Equipamento associativo — SP2.
Centro Cultural, Recreativo e Desportivo de Cortiçadas de Lavre	21 116,86	7-12-2004	Equipamento associativo — SP2.
Centro de Bem-Estar Social de Vale de Figueira	17 499,82	30-7-2004	Equipamento associativo — SP2.
Centro de Cultura e Desporto de Caixarias	16 086,57	30-7-2004	Equipamento associativo — SP2.
Centro de Desenvolvimento Sócio-Cultural de Penalva de Alva	17 500	10-12-2004	Equipamento associativo — SP2.
Clube de Pesca Fronteirense	14 886,50	17-8-2004	Equipamento associativo — SP2.
Clube Desportivo da Covilhã	14 889,11	20-10-2004	Equipamento associativo — SP2.
Clube Fenianos Portuenses	27 072,50	21-7-2004	Equipamento associativo — SP2.
Colectividade Cultural e Recreativa de Santa Catarina	15 680	1-7-2004	Equipamento associativo — SP2.
Delegação do Porto da Cruz Vermelha Portuguesa	19 225,44	25-8-2004	Equipamento associativo — SP2.
Grupo de Cantares Populares Seara Nova	13 879,05	14-9-2004	Equipamento associativo — SP2.
Grupo Desportivo de Azambuja	19 436,30	21-7-2004	Equipamento associativo — SP2.
Grupo Desportivo e Cultural das Neves	17 034,67	23-9-2004	Equipamento associativo — SP2.
Liga de Melhoramentos de Praçais	23 208,67	20-10-2004	Equipamento associativo — SP2.
Pedra Rija de Portunhos	14 148,80	7-12-2004	Equipamento associativo — SP2.
Rancho Folclórico Os Moleiros da Ribeira	16 650	6-7-2004	Equipamento associativo — SP2.
Sociedade Filarmónica Progresso Matos Galamba	17 457,38	7-12-2004	Equipamento associativo — SP2.
Sociedade Filarmónica União e Progresso de Abrigada	14 963,87	16-7-2004	Equipamento associativo — SP2.
Sociedade Recreativa Musical Vila Franca do Rosário	17 456,25	1-7-2004	Equipamento associativo — SP2.
Sociedade União Montoitense	13 308,75	23-11-2004	Equipamento associativo — SP2.
União Desportiva de Roriz	27 045,20	9-12-2004	Equipamento associativo — SP2.
Comissão fabriqueira da igreja de Paços de Brandão	68 102,58	25-8-2004	Equipamento religioso — SP1.
Congregação das Carmelitas Descalças da Ordem da Virgem Maria do Monte Carmelo.	49 879,79	16-7-2004	Equipamento religioso — SP1.
Diocese de Braga	225 000	15-11-2004	Equipamento religioso — SP1.
Fábrica da igreja paroquial de Oliveira do Douro	58 535,40	23-11-2004	Equipamento religioso — SP1.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de Fornos	139 104,80	7-10-2004	Equipamento religioso — SP1.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de Nossa Senhora da Conceição	122 906,30	3-11-2004	Equipamento religioso — SP1.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de São Martinho de Penafiel	167 244	15-11-2004	Equipamento religioso — SP1.

Beneficiário	Montante (euros)	Data da decisão	Programa
Fábrica da igreja paroquial de Macedo de Cavaleiros	46 857,07	23-11-2004	Equipamento religioso — SP1.
Fábrica da igreja paroquial de Nossa Senhora de Lourdes	149 639,40	2-11-2004	Equipamento religioso — SP1.
Fábrica da igreja paroquial de Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos da Ramada.	49 879,79	20-10-2004	Equipamento religioso — SP1.
Seminário Diocesano de Viana do Castelo	149 639,40	15-11-2004	Equipamento religioso — SP1.
Benefício paroquial de Pedraça	16 145,50	6-10-2004	Equipamento religioso — SP2.
Clarissas adoradoras — Mosteiro de São José	14 000	30-7-2004	Equipamento religioso — SP2.
Comissão fabriqueira da igreja paroquial da freguesia de Carção	21 731,71	17-8-2004	Equipamento religioso — SP2.
Comissão fabriqueira da paróquia de Vreia de Jales	19 292,91	6-10-2004	Equipamento religioso — SP2.
Conselho da fábrica da igreja paroquial e do benefício paroquial de César	14 866,71	6-7-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial de Santa Maria de Turiz	16 846,90	1-7-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de São Martinho de Carrazedo	21 134,29	26-8-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja de Balança	16 100,52	17-8-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja de Belver	15 886,71	21-7-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja de Boticas	28 916,10	20-10-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja de Freixiosa	17 500	23-9-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja de Loureiro	22 624,87	23-9-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja de Santa Maria de Vermoim	17 224,90	2-11-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja de Santa Maria Madalena	40 296,62	17-8-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de Boelhe	14 940	20-9-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de Cavernães	17 500	17-8-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de Ferreirim	17 498,60	1-7-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de Figueira de Lorvão	13 830,80	25-8-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de Minde	23 380	30-7-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de Mondim de Basto	10 104,08	20-9-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de Montalegre	14 446	20-10-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de Monte do Trigo	14 824,77	20-8-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de Mouramorta	14 914,05	20-10-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de Mourão	20 369,30	6-7-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Ponte de Rol.	14 963,93	6-10-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Cheleiros.	17 457,82	20-10-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de Nossa Senhora da Conceição	17 136,56	6-10-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de Oliveira de Frades	27 986,39	16-7-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de Perovizeu	27 877,92	14-9-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de Rio Torto	13 933,64	6-10-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de São Pedro de Castelões	13 896,40	16-7-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de São Pedro de Sermonde	13 910,40	14-9-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de São Lourenço de Arranhó	12 500	20-10-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de São Mamede	14 918,01	16-7-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de Semide	14 964	17-8-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de Serrazes	14 713,30	2-11-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de Sezures	16 134,48	6-7-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de Tregosa	17 457,65	1-7-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial da freguesia de Valhascos	17 450,69	20-10-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial de Espírito Santo	27 794,01	17-8-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial de Gondoriz	20 039,70	7-9-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial de Nossa Senhora da Consolação de Agualva-Cacém.	14 963,93	14-9-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição de Olalhas	34 741,02	30-7-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial de Nossa Senhora do Reclamador	17 304	16-7-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial de Nossa Senhora do Reclamador	17 484,69	7-9-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial de São João da Ribeira	13 966,12	20-9-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial de São Lourenço de Vilar de Cunhas	13 662,08	1-7-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial de Santa Maria	14 261,71	16-7-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial de São Bartolomeu da freguesia de Vale das Fontes.	22 750	7-10-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial de São Mamede de Sandiães	22 694,94	7-10-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial de Vila da Rua	13 907,60	25-8-2004	Equipamento religioso — SP2.
Fábrica da igreja paroquial do Carregal	20 784	1-7-2004	Equipamento religioso — SP2.
Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Fornos de Algodres	27 572,44	7-10-2004	Equipamento religioso — SP2.
Irmandade do Senhor dos Mártires	014 919,04	21-9-2004	Equipamento religioso — SP2.

4 de Abril de 2005. — A Chefe de Secção, *Maria Odete Almeida.*

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Aviso n.º 4142/2005 (2.ª série). — Por despacho do vice-presidente, Dr. Girão Pereira, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro de 15 de Março de 2005:

Licenciado Nélson Duarte Martins — autorizada a acumulação de funções públicas durante o ano 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Março de 2005. — O Vice-Presidente, *José Girão Pereira.*

Aviso n.º 4143/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro de 10 de Março de 2005:

Licenciada Ana Paula Ferreira de Campos Malo, técnica superior de 2.ª classe — autorizada a equiparação a bolseiro, durante o período de Março a Dezembro de 2005, com dispensa parcial de funções, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Março de 2005. — O Presidente, *Pedro Manuel Tavares Lopes Andrade Saraiva.*

Rectificação n.º 613/2005. — No despacho n.º 4086/2005, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 39, de 24 de Fevereiro de 2005, rectifica-se que, na alínea *i*), onde se lê «subdelego na directora de serviços da ex-DRAOT engenheira Maria Luísa Galvão Mexia Lobo» deve ler-se «subdelego na directora de serviços da ex-DRAOT engenheira Maria Luísa da Silva Galvão Mexia Lobo».

Na alínea *ii*), onde se lê «o presente despacho produz efeitos a 7 de Outubro de 2005» deve ler-se «o presente despacho produz efeitos a 7 de Outubro de 2004».

17 de Março de 2005. — O Vice-Presidente, *José Girão Pereira.*

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Aviso n.º 4144/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal do quadro da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, com referência a 31 de Dezembro de 2004.

De acordo com o mesmo diploma legal, qualquer reclamação à citada lista deve ser apresentada no prazo de 30 dias consecutivos à data da publicação do presente aviso.

14 de Março de 2004. — A Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, *Deolinda Picado.*

Aviso n.º 4145/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º e da alínea *a*) do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, faz-se público que, autorizado por despacho de 24 de Fevereiro de 2005 do director-geral do Desenvolvimento Regional, ao abrigo da alínea *a*) do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso, concurso interno de acesso geral com vista ao preenchimento de um lugar vago na categoria de técnico superior principal do grupo de pessoal técnico superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, aprovado pela Portaria n.º 403/95, constante do mapa anexo à mesma, publicada no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 103, de 4 de Maio de 1995.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido exclusivamente para o provimento da vaga indicada e caduca com o respectivo preenchimento.

3 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.os 248/85, de 15 de Julho, 184/89, de 2 de Junho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezembro, 204/98, de 11 de Julho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, atenta a redacção introduzida pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, 141/2001, de 24 de Abril, e 442/91, de 15 de Novembro, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

4 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

5 — O conteúdo funcional do lugar a prover consiste no exercício de funções de estudo, concepção e adaptação de métodos e processos técnico-científicos de âmbito geral ou especializado, executadas com autonomia, iniciativa e responsabilidade, tendo em vista preparar a tomada de decisão superior e tendo como área funcional as matérias relacionadas com as competências atribuídas à Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, designadamente no âmbito específico do acompanhamento e gestão da vertente FEDER do Quadro Comunitário de Apoio.

6 — Local de trabalho — as funções inerentes ao lugar a prover serão exercidas na Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, sita na Rua de São Julião, 63, 1149-030 Lisboa.

7 — Remuneração — a remuneração corresponderá à categoria posta a concurso, resultante da aplicação dos Decretos-Leis n.os 353-A/89, de 16 de Outubro, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, atenta a redacção introduzida pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

8 — Condições de trabalho — as condições de trabalho e as regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da administração central.

9 — Requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso — podem ser admitidos a concurso os funcionários que satisfaçam até ao termo do prazo de apresentação das candidaturas os requisitos gerais de admissão a concurso e provimento em funções públicas estabelecidos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e os seguintes requisitos especiais:

a) Serem funcionários de qualquer serviço ou organismo da Administração Pública;
b) Nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, ser técnico superior de 1.ª classe com, pelo menos, três anos na categoria classificados de *Bom;*
c) Possuir como habilitação literária licenciatura em Organização e Gestão de Empresas.

10 — Métodos de selecção — o método de selecção a utilizar, com carácter eliminatório, será a avaliação curricular.

10.1 — A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais do candidato na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional.

10.2 — A classificação final será expressa numa escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética ponderada da classificação obtida em cada um dos factores de ponderação da avaliação curricular, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

11 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao director-geral do Desenvolvimento Regional, entregue pessoalmente na Secção de Pessoal durante as horas normais de expediente, ou remetido pelo correio em carta registada, com aviso de recepção (atendendo-se, neste caso, à data do registo), para a morada referida no n.º 6, até ao termo do prazo fixado no aviso, donde constem os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, número e data do bilhete de identidade, residência, código postal e telefone);
b) Concurso e lugar a que se candidata;
c) Habilitações literárias (completas);
d) Categoria, vínculo e serviço a que pertence.

12 — Os requerimentos de admissão ao concurso deverão ser acompanhados dos seguintes elementos:

a) Declaração, devidamente actualizada e autenticada, passada pelo serviço de origem, da qual constem, de forma inequívoca, a existência e natureza do vínculo, a categoria detida e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, reportada ao dia seguinte à publicação do presente aviso, bem como as classificações de serviço (menção quantitativa) relevantes para o concurso;
b) Currículo profissional detalhado, datado e assinado, do qual deve constar, designadamente, as habilitações literárias (completas), as funções que exercem, bem como as que exerceram, com indicação das actividades relevantes, assim como a formação profissional detida, com indicação das acções de formação frequentadas, indicando a respectiva duração, datas de realização e entidades promotoras;
c) Documentos autênticos ou autenticados comprovativos da formação profissional, com indicação das datas de realização e duração total (em horas);
d) Declaração passada e autenticada pelo serviço especificando o conjunto de tarefas e responsabilidades inerentes ao lugar ocupado pelo candidato, bem como o tempo de serviço correspondente ao exercício das mesmas.

12.1 — Aos candidatos pertencentes ao quadro da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional não é exigida a apresentação das declarações a que se referem as alíneas *a*) e *d*) do n.º 12, sendo ainda dispensada a apresentação de documentos comprovativos que se encontrem arquivados no respectivo processo individual.

12.2 — A não apresentação do documento comprovativo dos requisitos especiais de admissão exigido na alínea *a*) do n.º 12 determina a exclusão do concurso.

12.3 — Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

12.4 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

13 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

14 — A publicitação da relação de candidatos admitidos e da lista de classificação final obedecerá ao disposto nos artigos 33.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

15 — A composição do júri será a seguinte:

Presidente — Ana Maria dos Santos Barata da Silva, directora de serviços.
Vogais efectivos:

Ana Isabel Prata Ramos, chefe de divisão.
Maria Teresa Costa Correia Bernardo, chefe de divisão.

Vogais suplentes:

Maria Alexandra da Mata Almeida, técnica superior principal.
Maria Teresa Mendes Rodrigues Alho, assessora principal.

16 — A 1.ª vogal efectiva substituirá a presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

17 de Março de 2005. — O Director-Geral, *Amável Santos.*

Aviso n.º 4146/2005 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Março de 2005 do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional:

Maria João Morgado Gonçalves Marques dos Santos, técnica superior de 1.ª classe de nomeação definitiva do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais, requisitada nesta Direcção-Geral — autorizada a cessação da equiparação a bolseiro, com efeitos a 1 de Março de 2005.

18 de Março de 2005. — A Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, *Deolinda Picado.*

Aviso n.º 4147/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral do Desenvolvimento Regional de 22 de Março de 2005:

Francisco da Purificação Monteiro — nomeado definitivamente técnico de informática do grau 2, nível 1, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, precedendo concurso interno de acesso geral pelo aviso n.º 7787, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 176, de 28 de Julho de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Março de 2005. — A Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, *Deolinda Picado.*

Aviso n.º 4148/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral do Desenvolvimento Regional de 22 de Março de 2005:

Hélder do Carmo Ribeiro Gonçalves Rodolfo — nomeado definitivamente técnico de informática do grau 3, nível 1, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Desenvolvimento Regional, precedendo concurso interno de acesso limitado. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Março de 2005. — A Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, *Deolinda Picado.*

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Listagem n.º 103/2005. — Em cumprimento do disposto no artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, faz-se público que a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais efectuou, no ano de 2004, as adjudicações de empreitadas de obras públicas constantes no mapa seguinte:

Lista de empreitadas de obras públicas adjudicadas durante o ano de 2004

Designação da empreitada	Forma de atribuição	Adjudicatário	Valor sem IVA (em euros)
Igreja de Nossa Senhora da Azinheira — execução de vão exterior.	Ajuste directo sem consulta	Lopes & Pinho — Sociedade de Construções, L.da	1 602
Igreja Paroquial de Vilarinho de Agrochão — renovação das coberturas e eliminação de deficiências.	Ajuste directo com consulta	LUSOCOL — Sociedade Lusa de Construções, L.da	4 940
Instituto Português da Vinha e do Vinho — Edifício Cassiano Branco — trabalhos de remodelação e beneficiação.	Concurso público	BOSOGOL — Construções e Obras Públicas, L.da	709 342
INSA — Edifício do Ecoponto — alterações estruturais	Ajuste directo sem consulta	Camilo de Amorim — Construções Civis, L.da	2 625
PSP — Comando Distrital de Évora — Obras de beneficiação	Concurso público	Construções Moreira Cavacas, L.da	11 821
Mosteiro de São Vicente de Fora — impermeabilização da caleira periférica do terraço do claustro.	Concurso limitado, sem publicação de anúncio.	Camilo de Amorim — Construções Civis, L.da	43 900
Casa-Museu dos Patudos — remodelação da instalação eléctrica e de segurança nas salas de exposições temporárias e quadro eléctrico do piso.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Gouveia, Neves e Ventura — Sociedade de Estudos e Montagens de Electricidade e Mecânica, L.da	34 107
Igreja de São José das Taipas — obras de conservação de interior de espaços anexos à igreja — 5.ª fase.	Ajuste directo com consulta	Augusto de Oliveira Ferreira & C.ª, L.da	18 875
Igreja de Santa Leocádia — conservação e valorização do espaço interior.	Ajuste directo com consulta	Lopes & Pinho — Sociedade de Construções, L.da	5 097
Forte de Sacavém — arquivos da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais — paiois 1, 2 e 3 — beneficiação dos equipamentos de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC).	Ajuste directo sem consulta	VENTIFOR — Representações, Equipamentos e Assistência Técnica, L.da	24 828
Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge — remodelação das coberturas.	Concurso público	Imobiliária Venadense, L.da	145 500
Tanque do Quintal do Ídolo/Fonte do Ídolo, Braga — obras de conservação e valorização geral do imóvel — 2.ª fase.	Concurso limitado, sem publicação de anúncio.	CARI — Casimiro Ribeiro & Filhos, L.da	37 000

Designação da empreitada	Forma de atribuição	Adjudicatário	Valor sem IVA (em euros)
Paço Episcopal do Porto — Conservação geral de caixilharias exteriores — 4.ª fase.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Augusto de Oliveira Ferreira & C.ª, L.da	38 565
Igreja e convento de São Francisco — conservação e valorização geral do imóvel — 3.ª fase — paramentos exteriores da nave.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	CARI — Casimiro Ribeiro & Filhos, L.da	32 660
Centro de Reabilitação de Nossa Senhora dos Anjos — beneficiação de *hall* de entrada e corredor.	Ajuste directo com consulta	Camilo de Amorim — Construções Civis, L.da	17 810
Igreja da Colegiada de Guimarães — conservação de coberturas — 2.ª fase.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Lopes & Pinho — Sociedade de Construções, L.da	40 609
DGEMN — instalações do Terreiro do Paço — diversos arranjos de roturas em instalações sanitárias.	Ajuste directo sem consulta	Sociedade de Construções Tomé Ribeiro, L.da	3 179
DGEMN — instalações do Terreiro do Paço — beneficiações diversas — instalação eléctrica.	Ajuste directo com consulta	Electro Lopes, L.da	13 186
Academia de Ciências de Lisboa — claustro sul — envidraçados.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	MIU — Gabinete Técnico de Engenharia, L.da	47 250
Instituto Português de Museus — Palácio Monteiro Mor — Museu Nacional do Traje — reabilitação do pavimento e instalação eléctrica do rés-do-chão.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Sociedade de Construções José Moreira, L.da	123 654
Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas — reparação de gabinetes.	Ajuste directo com consulta	Sociedade de Construções José Moreira, L.da	18 850
Biblioteca Nacional — impermeabilização de terraços nas áreas da cartografia, música, investigação e reservados.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Camilo de Amorim — Construções Civis, L.da	29 000
Edifício da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Alentejo — obras de beneficiação em interiores.	Ajuste directo sem consulta	António Serra Construções, L.da	4 911
Mosteiro de Santos-o-Novo — remodelação de caixilharias e pinturas de fachadas do 4.º pavimento.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Sociedade de Construções Tomé Ribeiro, L.da	45 740
Assistência Infantil Santa Isabel — remodelação da cobertura edifício principal.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Camilo de Amorim Construções Civis, L.da	49 700
Mosteiro de Landim — conservação e valorização geral do imóvel — 1.ª e 2.ª fases — tratamento e conservação da torre sineira e tratamento e conservação das coberturas da Igreja.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Lopes & Pinho — Sociedade de Construções, L.da	96 260
Estação Zootécnica Nacional da Fonte Boa — beneficiações diversas — pavilhão de recria e acabamento de suínos.	Ajuste directo com consulta	Cobeng — Construtora, L.da	20 619
Arquivo Histórico Ultramarino — remodelação do arquivo 12 e instalações sanitárias de apoio aos funcionários.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Mateus & Irmãos, L.da	28 087
Assistência Infantil Santa Isabel — remodelação da cobertura — edifício A (ATL).	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Cobeng — Construtora, L.da	29 999
Estação Zootécnica Nacional da Fonte Boa — beneficiações diversas na cobertura do anexo do laboratório.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Mateus & Irmãos, L.da	18 300
Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional — pintura de fachadas.	Ajuste directo com consulta	Sociedade de Construções Tomé Ribeiro, L.da	20 827
Residência oficial do Primeiro-Ministro — adaptação da arrecadação para a instalação de sub-registos — instalação do ramal de água.	Ajuste directo sem consulta	LUSECA — Sociedade de Construções, S. A.	1 266

Designação da empreitada	Forma de atribuição	Adjudicatário	Valor sem IVA (em euros)
Teatro Nacional de São Carlos — instalação de iluminação de emergência — 2.ª fase — e beneficiações diversas.	Ajuste directo com consulta	Electro 3M — Instalações Eléctricas, Sociedade Unipessoal, L.da	6 411
Arquivo Histórico Ultramarino — trabalhos diversos nas galerias e bar.	Ajuste directo com consulta	LN Ribeiro Construções, L.da	13 431
Secretaria de Estado da Juventude e Desportos — recuperação de parte da fachada poente.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Camilo de Amorim Construções Civis, L.da	37 450
DGEMN — Instalações da DREMC — reparação da rede principal de distribuição de água.	Ajuste directo com consulta	Lourenço Simões & Reis, L.da	3 281
Palácio das Necessidades — Ministério dos Negócios Estrangeiros — instalação de um grupo gerador de emergência e de sinalização de segurança.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Gouveia, Neves e Ventura — Sociedade de Estudos e Montagens de Electricidade e Mecânica, L.da	104 685
Palácio das Necessidades — Ministério dos Negócios Estrangeiros — remodelação do sistema de aquecimento central dos pisos 4 e 5.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	CLIMOBRA — Instalações Técnicas de Climatização, L.da	102 925
Igreja românica de Telões/Igreja de Santo André — Porto — Amarante — conservação geral do imóvel — 1.ª fase — coberturas e paramentos.	Concurso limitado, sem publicação de anúncio.	Lopes & Pinho Sociedade de Construções, L.da	56 523
Residência oficial do Primeiro-Ministro — infra-estruturas para escultura comemorativa do 25 de Abril.	Ajuste directo com consulta	LUSECA — Sociedade de Construções, S. A.	24 515
Castelo de Torres Vedras — recuperação do Palácio dos Alcaides — consolidação de paramentos.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Sociedade de Construção Carvalho & Martinho, L.da	89 791
Igreja Matriz de Monsaraz — obras de reparação de pináculo	Ajuste directo sem consulta	Construções Moreira Cavacas, L.da	3 500
Residência oficial do Primeiro-Ministro — arranjos exteriores	Ajuste directo com consulta	LUSECA — Sociedade de Construções, S. A.	7 481
Forte de São Julião da Barra — muralhas da praia da torre — recuperação do capeamento.	Ajuste directo sem consulta	Camilo de Amorim — Construções Civis, L.da	4 967
Forte de Sacavém — reparação de ruptura no abastecimento de água na portaria, limpeza das caixas de esgoto e mudança da UPS.	Ajuste directo sem consulta	HCI — Construções, S. A.	4 946
DGEMN — Instalações do Terreiro do Paço — remodelação do sistema de ventilação das instalações da DSID e do bar.	Ajuste directo com consulta	VENTIFOR — Representações, Equipamentos e Assistência Técnica, L.da	3 955
Palácio Foz — recuperação da sala da PSP e do esgoto do WC no 1.º piso.	Ajuste directo com consulta	Construções Borges & Cantante, L.da	6 705
Instituto de Investigação Científica e Tropical — Centro de Documentação e Informação, no Palácio Condes da Calheta — beneficiações diversas.	Ajuste directo com consulta	Camilo de Amorim — Construções Civis, L.da	9 878
Palácio das Laranjeiras — beneficiações da cobertura — anexo	Ajuste directo com consulta	Mateus & Irmãos, L.da	7 941
Recolhimento das merceeiras — beneficiações diversas — substituição da caixilharia.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Fraterna — Engenharia, Consultoria e Construção, L.da	23 910
Tribunal Constitucional — Palácio Ratton — recuperação da cobertura e fachadas.	Concurso público	Lourenço Simões & Reis, L.da	276 950
Igreja Matriz de Viana do Castelo — Viana do Castelo, Viana do Castelo, Santa Maria Maior — obras de conservação de coberturas — 2.ª fase.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Lopes & Pinho — Sociedade de Construções, L.da	51 099

Designação da empreitada	Forma de atribuição	Adjudicatário	Valor sem IVA (em euros)
Palácio das Necessidades — Ministério dos Negócios Estrangeiros — remodelação da rede eléctrica do piso 2.	Concurso limitado, sem publicação de anúncio.	Electro 3M Instalações Eléctricas, Sociedade Unipessoal, L.da	75 359
Comando Regional da PSP no Funchal — carreira de tiro	Concurso público	LISTORRES — Construção Civil e Obras Públicas, S. A.	406 061
Convento do Louriçal — obras de beneficiação do claustro	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Armando Rodrigues, L.da	88 191
Igreja de São Salvador — conclusão da intervenção	Ajuste directo com consulta	Lourenço Simões & Reis, L.da	8 516
Associação Protectora da Infância Bispo D. António Barroso — conservação de espaços interiores — 4.ª fase.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Lopes & Pinho — Sociedade de Construções, L.da	42 804
Estação Vitivinícola da Bairrada — remodelação e adaptação do laboratório.	Concurso público	ARFUS — Sociedade de Construções, S. A.	164 461
Arquivo Histórico Ultramarino — remodelação das instalações sanitárias e sala de espera.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Mateus & Irmãos, L.da	61 954
Igreja de Santa Maria de Cós — beneficiação da instalação eléctrica — 1.ª fase.	Ajuste directo com consulta	Electro 3M Instalações Eléctricas, Sociedade Unipessoal, L.da	5 870
DGEMN — instalações do Terreiro do Paço — DREL — reparação de gabinetes.	Ajuste directo sem consulta	Sociedade de Construções Tomé Ribeiro, L.da	4 955
Igreja Paroquial de Avantos/Igreja de Santo André — Bragança, Mirandela, Avantos — obras de conservação e valorização geral do imóvel — 4.ª fase — tratamento da sacristia.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Lopes & Pinho — Sociedade de Construções, L.da	11 866
Igreja de Santa Maria de Airães — obras de conservação e salvaguarda — 1.ª fase — coberturas e paramentos exteriores.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	LUSOCOL — Sociedade Lusa de Construções, L.da	57 174
Igreja de São Vicente de Sousa — obras de conservação geral do imóvel.	Ajuste directo com consulta	Alfredo & Carvalhido, L.da	10 441
Igreja Matriz de Cárquere — obras de conservação da cobertura.	Ajuste directo com consulta	LUSOCOL — Sociedade Lusa de Construções, L.da	13 586
Igreja de São Miguel de Entre-os-Rios — obras de conservação de pavimentos interiores, conservação de paramentos interiores e conservação de tectos.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	LUSOCOL — Sociedade Lusa de Construções, L.da	33 086
Castelo de Marvão — recuperação da instalação eléctrica de iluminação exterior decorativa.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Carvalho & Rainha, L.da	23 623
Teatro Nacional de São Carlos — continuação das obras de beneficiação do piso 1 — 2.ª fase.	Ajuste directo com consulta	Construções Borges & Cantante, L.da	24 776
Capela de Nossa Senhora da Saúde — Lisboa — beneficiação de fachadas e coberturas.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Camilo de Amorim — Construções Civis, L.da	85 900
Igreja de Santa Maria de Cós — reparação de cobertura de sacristia da igreja.	Ajuste directo sem consulta	Mateus & Irmãos, L.da	4 482
Igreja de São Miguel Lisboa — beneficiação de fachadas e coberturas.	Concurso limitado, sem publicação de anúncio.	Construções Borges & Cantante, L.da	74 993
Igreja de Gândara/de São Miguel/de Cabeça Santa — Porto, Penafiel, Cabeça Santa — obras de conservação e valorização geral do imóvel — 2.ª fase — beneficiação geral do interior.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Alfredo & Carvalhido, L.da	24 822
Tribunal de Contas prédio da Avenida da República, 65, em Lisboa — alçados posteriores — beneficiações diversas.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Construções Borges & Cantante, L.da	88 307

Designação da empreitada	Forma de atribuição	Adjudicatário	Valor sem IVA (em euros)
Convento do Pópulo — reforço estrutural da abóbada do coro alto da igreja.	Concurso limitado, sem publicação de anúncio.	Augusto de Oliveira Ferreira & C.ª, L.da	44 370
Edifício da DREMN — Porto — conservação e remodelação do sistema de aquecimento.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	VENTARCO — Ventilação e Ar Condicionado, L.da	47 065
Teatro Nacional de São Carlos — remodelação do bar e instalações sanitárias adjacentes.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Construções Borges & Cantante, L.da	119 267
Estação Zootécnica Nacional da Fonte Boa — Mouchão do Esfola Vacas — instalação eléctrica — Posto de transformação — quadro eléctrico geral de baixa tensão.	Ajuste directo com consulta	GIRANTE — Construção Civil e Instalações Eléctricas, S. A.	8 885
Igreja da Memória — reparação de juntas	Ajuste directo com consulta	Ca Co3 — Conservação do Património Artístico, L.da	15 990
Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo — laboratório — projecto das redes de gazes.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Sousa Pedro — Projectos e Gestão de Instalações Técnicas, S. A.	55 799
Serviço Nacional Coudélico — Coudelaria de Alter — remodelação e ampliação das instalações — Centro de Desbaste e Testagem.	Concurso público	Sociedade de Construções José Coutinho, L.da	1 600 603
Serviço Nacional Coudélico — Coudelaria de Alter — centro de recepção e interpretação.	Concurso público	CONDOP — Construções e Obras Públicas, S. A.	325 307
Igreja do Mosteiro de Landim — Braga, Vila Nova de Famalicão, Landim — obras de conservação e valorização geral do imóvel — 4.ª fase — tratamento e consolidação dos pavimentos, paramentos, tectos, vãos e instalação eléctrica.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Lopes & Pinho — Sociedade de Construções, L.da	116 043
Igreja de São Pedro de Ferreira/Igreja de São Salvador — obras de conservação geral do imóvel.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	LUSOCOL — Sociedade Lusa de Construções, L.da	76 480
Hospital Miguel Bombarda — beneficiação de coberturas no pavilhão de segurança.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Mateus & Irmãos, L.da	69 921
Muralhas de Santarém — caminho de Santiago — trabalhos prioritários de contenção de talude — trabalhos complementares.	Ajuste directo de empreitada, por motivos de aptidão técnica ou artística ou exclusividade, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 59/99.	TECNASOL — FGE — Fundações e Geotecnia, S. A.	119 571
Alfândega de Lisboa — remoção de aparelhos de climatização do edifício do Largo do Terreiro do Trigo.	Ajuste directo sem consulta	Clima-Classe, L.da	4 298
Arquivo Histórico Ultramarino — pavimentação do saguão ...	Ajuste directo sem consulta	Mateus & Irmãos, L.da	4 034
Forte de Santiago — recuperação da muralha sul	Ajuste directo com consulta	Oliveira & Augusta, L.da	15 371
Ponte de Espindo — Porto, Lousada, Meinedo — obras de conservação do imóvel.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Alfredo & Carvalhido, L.da	63 408
Centro de Reabilitação de Nossa Senhora dos Anjos — beneficiações diversas.	Ajuste directo sem consulta	Camilo de Amorim — Construções Civis, L.da	2 788
Inspecção-Geral de Obras Públicas, Transportes e Comunicações — obras de remodelação no 4.º andar.	Ajuste directo com consulta	Amador, L.da	13 619
PSP — Comando Distrital de Évora — obras de conservação	Ajuste directo sem consulta	Construções Moreira Cavacas, L.da	4 980
Arquivo Histórico Ultramarino — remodelação de diversas salas da ala oriental.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	MIU — Gabinete Técnico de Engenharia, L.da	113 648

Designação da empreitada	Forma de atribuição	Adjudicatário	Valor sem IVA (em euros)
Igreja de Santa Maria, em Estremoz — reparação de coberturas	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Construções Moreira Cavacas, L.da	21 989
Ministério das Finanças — instalações do Terreiro do Paço — remodelação das coberturas do torreão da ala oriental e da zona anexa ao pátio 5.	Concurso público	Xaviéres, L.da	138 345
Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional — Rua da Alfândega, 160 — beneficiação da escada e instalações sanitárias.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Sociedade de Construções Tomé Ribeiro, L.da	54 249
Forte do Magoito — reparação da cobertura	Ajuste directo com consulta	Ca Co3 — Conservação do Património Artístico, L.da	18 707
Museu Grão Vasco — instalação de AVAC nas salas de exposições temporárias, salas das reservas, secção administrativa e equipamento multimédia.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	ACF — Arlindo Correia & Filhos, S. A.	124 036
Governo Civil de Braga — reparação e reforço do pavimento do sótão.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Augusto de Oliveira Ferreira & C.a, L.da	24 792
Tribunal Constitucional — Palácio Ratton — ampliação do sistema de vídeo vigilância CCTV.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Voltagem — Instalações Técnicas Especiais, S. A.	40 704
INIAP — Instituto Nacional de Investigação Agrária e Pescas — remodelação da casa de Alvalade — 1.ª fase.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Sociedade de Construções Tomé Ribeiro, L.da	77 158
Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência — obras de beneficiação das fachadas principal e posterior do edifício da Avenda do Conde Valbom, 63, em Lisboa.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Sociedade de Construções Tomé Ribeiro, L.da	116 131
Teatro Nacional de São Carlos — remodelação do sistema de aquecimento.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Fraterna — Engenharia, Consultoria e Construção, L.da	49 550
Teatro Nacional de São Carlos — remodelação da instalação eléctrica da copa/bar, bilheteiras e instalações sanitárias públicas.	Ajuste directo com consulta	Electro 3M Instalações Eléctricas, Sociedade Unipessoal, L.da	24 900
Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação — Biblioteca e Arquivo Histórico — recuperação da cobertura.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Construções Borges & Cantante, L.da	107 076
Muralhas de Lagos troço da Rua da Capelinha — obras de conservação.	Ajuste directo com consulta	António Serra Construções, L.da	18 917
Ponte de Vilela — Porto — Lousada — Aveleda — obras de conservação do imóvel.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	STAP — Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S. A.	94 600
Assistência Infantil Santa Isabel — edifício (ATL) — cobertura — caixilharia.	Ajuste directo sem consulta	Cobeng — Construtora, L.da	4 126
Instituto Nacional de Medicina Legal — delegação de Lisboa — conservação, reparação e renovação da fachada exterior.	Concurso público	Cobeng — Construtora, L.da/ J. Cepas, em consórcio.	199 814
Igreja de Abragão — obras de conservação geral do imóvel	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Alfredo & Carvalhido, L.da	72 295
Edifício da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Alentejo — obras de remodelação na zona interior ajardinada sobre a reprografia.	Ajuste directo com consulta	António Serra Construções, L.da	21 514
Instituto de Reinserção Social — adaptação do antigo pavilhão masculino para instalação das equipas de Coimbra — obras de construção civil e instalação eléctrica.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	ARFUS — Sociedade de Construções, S. A	103 203
Igreja de Santa Maria — Castelo de Vide — obras de conservação.	Concurso público	H. Tecnic — Construções, L.da	220 165

Designação da empreitada	Forma de atribuição	Adjudicatário	Valor sem IVA (em euros)
PSP — Comando Distrital de Faro — beneficiação do edifício anexo.	Ajuste directo com consulta	ACF — Arlindo Correia & Filhos, S. A.	24 630
Capela do Espírito Santo dos Mareantes — fornecimento e montagem de equipamento de iluminação e segurança.	Ajuste directo sem consulta	Electro 3M Instalações Eléctricas, Sociedade Unipessoal, L.da	4 775
Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar — edifício da Rua da Lapa — remodelação das instalações eléctricas.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Electro Lopes, L.da	73 333
Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar — instalação da sede no edifício n.º 73 da Rua da Lapa.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Camilo de Amorim — Construções Civis, L.da	73 946
Igreja de São Bento — obras de conservação no imóvel	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	CARI — Casimiro Ribeiro & Filhos, L.da	59 520
Teatro Nacional de São Carlos — segurança contra o risco de incêndio.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Fraterna — Engenharia, Consultoria e Construção, L.da	38 708
Palácio das Necessidades — Ministério dos Negócios Estrangeiros — substituição de quadros eléctricos.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Gouveia, Neves e Ventura — Sociedade de Estudos e Montagens de Electricidade e Mecânica, L.da	76 400
Coudelaria de Alter — execução da cavalariça dos garanhões, picadeiro e armazém.	Concurso público	BOSOGOL — Construções e Obras Públicas, L.da	1 500 000
Paço dos Henriques — obras de beneficiação	Ajuste directo com consulta	António Serra Construções, L.da	10 182
Igreja de Santiago Palmela — reparação da Torre Sineira	Ajuste directo com consulta	Oliveira & Augusta, L.da	6 309
Edifícios da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Reginal do Centro, ex-Fábrica dos Mirandas — reconstrução e adaptação para instalação de serviços da CCDRC — 1.ª fase.	Concurso público	ACF — Arlindo Correia & Filhos, S. A.	399 297
Prédio do Estado da Rua Newton, 2-4, em Lisboa — obras de conservação.	Ajuste directo com consulta	Camilo de Amorim Construções Civis, L.da	6 180
Igreja de Santo António dos Olivais — Coimbra — obras de conservação de paramentos exteriores (incluindo muros e capelas).	Concurso limitado, sem publicação de anúncio.	CADIMARTE — Construções, L.da	89 055
Imóvel do Estado situado na Rua das Gaivotas, 20-C, Lisboa — obras de reparação na instalação eléctrica do 2.º andar, direito.	Ajuste directo com consulta	Electro Lopes, L.da	2 900
Arquivo Histórico Ultramarino — remodelação da sala dos códices, sala da Índia, 1.ª secção e 2.ª secção.	Concurso limitado, sem publicação de anúncio.	LN Ribeiro Construções, L.da	120 925
Igreja Paroquial de Cambra — Vouzela — obras de conservação interior e dos paramentos exteriores.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	CADIMARTE — Construções, L.da	83 000
Instituto de Investigação Científica e Tropical — substituição de vãos envidraçados no Palácio Burnay.	Ajuste directo sem consulta	Camilo de Amorim Construções Civis, L.da	4 980
Igreja de São Cristóvão — Lisboa — beneficiação da cobertura do corpo poente.	Ajuste directo com consulta	Fraterna — Engenharia, Consultoria e Construção, L.da	24 795
Igreja Matriz de Escamarão — Cinfães — obras de beneficiação interior e exterior.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Rodrigues Cardoso & Sousa, L.da ...	43 789
Instalações do Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, Moradia n.º 6 de São Mateus — obras de reparação exteriores.	Ajuste directo com consulta	José Amaro Costa Moleiro	8 776

Designação da empreitada	Forma de atribuição	Adjudicatário	Valor sem IVA (em euros)
Instalações do Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, Quinta de Nossa Senhora da Oliveira — substituição do portão principal.	Ajuste directo com consulta	EDIFER — Construções Pires Coelho & Fernandes, S. A.	6 555
Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas — reparação de rotura de águas no edifício da Praça do Comércio.	Ajuste directo sem consulta	Camilo de Amorim — Construções Civis, L.da	2 400
Escola Náutica Infante D. Henrique — edifício principal e pavilhão desportivo — remodelação de instalações sanitárias.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Sociedade de Construções Tomé Ribeiro, L.da	53 500
Governo Civil de Vila Real — remodelação da rede de drenagem de águas pluviais.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	ACF — Arlindo Correia & Filhos, S. A.	37 451
Beneficiação das coberturas dos prédios do Estado sitos na Rua das Necessidades, 11 e 15.	Ajuste directo com consulta	Sociedade de Construções Tomé Ribeiro, L.da	23 762
Muralhas da cidade da Covilhã — Portas do Sol — obras de consolidação.	Concurso público	Teixeira Duarte, S. A., e BEL-ere, S. A., em consórcio	436 283
Igreja de Aveleda — Lousada — obras de conservação e salvaguarda — 1.ª fase — coberturas, paramentos exteriores e vãos.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Alfredo & Carvalhido, L.da	47 345
Capela da Senhora do Vale — Paredes — obras de conservação geral das coberturas, paramentos e vãos exteriores.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	LUSOCOL — Sociedade Lusa de Construções, L.da	25 085
PSP — Comando Distrital de Faro — construção de canis	Ajuste directo com consulta	ACF — Arlindo Correia & Filhos, S. A.	19 659
Palácio Bensaúde — Inspecção-Geral da Defesa Nacional — obras de conservação e beneficiação no piso 2.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Camilo de Amorim — Construções Civis, L.da	40 546
Academia de Ciências de Lisboa — reposição da traça original do claustro nascente.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	MIU — Gabinete Técnico de Engenharia, L.da	34 412
Igreja de Águas Santas — Maia — obras de consolidação do coruchéu.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	LUSOCOL — Sociedade Lusa de Construções, L.da	20 300
Convento do Santíssimo Coração de Jesus — adaptação de acessos a pessoas com mobilidade condicionada.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	XAVIÉRES, L.da	49 603
Igreja de Santo António — obras de conservação	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	António Serra Construções, L.da	29 804
PSP de Faro — beneficiações na ala nascente do edifício anexo	Concurso limitado, sem publicação de anúncio.	ACF — Arlindo Correia & Filhos, S. A.	49 850
Capela de São Pedro de Varais — reparação de carpintarias exteriores.	Ajuste directo sem consulta	Alfredo & Carvalhido, L.da	1 400
Biblioteca Nacional — cofre-forte de microfilmagens — ampliação.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Camilo de Amorim Construções Civis, L.da	89 877
Estação Zootécnica Nacional da Fonte Boa — isolamento da cobertura do pavilhão de recria de suínos.	Ajuste directo sem consulta	Cobeng — Construtora, L.da	4 943
DGEMN — DREL — beneficiação em gabinetes	Ajuste directo sem consulta	Sociedade de Construções Tomé Ribeiro, L.da	3 508
Mosteiro de Santos-o-Novo — Serviços Sociais do Ministério da Educação — alas sul e poente do 3.º pavimento — trabalhos diversos.	Ajuste directo com consulta	Sociedade de Construções Tomé Ribeiro, L.da	6 618

Designação da empreitada	Forma de atribuição	Adjudicatário	Valor sem IVA (em euros)
Capela de Nossa Senhora do Castelo — Vila Velha de Ródão — obras de recuperação — 2.ª fase.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	RUVILFER — Sociedade de Construção Civil e Obras Públicas, L.da	34 632
Residência oficial do Primeiro-Ministro — remodelação da cozinha.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	LUSECA — Sociedade de Construções, S. A.	64 588
Polícia de Segurança Pública — Comando Distrital de Aveiro — impermeabilizaçao das fachadas.	Concurso público	José Tavares & Filhos, L.da	90 019
Hospital Miguel Bombarda — trabalhos diversos do pavilhão de segurança.	Ajuste directo sem consulta	Mateus & Irmãos, L.da	3 837
Residência oficial do Primeiro-Ministro — cozinha — remodelação — instalações mecânicas.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	LUSECA — Sociedade de Construções, S. A.	77 720
DGEMN — DREL — reparações diversas	Ajuste directo sem consulta	Sociedade de Construções Tomé Ribeiro, L.da	3 061
Governo Civil de Coimbra — obras de conservação no edifício — reparação de caixilhos do salão do 1.º piso.	Ajuste directo sem consulta	CADIMARTE — Construções, L.da	4 200
Convento do Buçaco — Mealhada — recuperação de parte da cobertura da capela.	Ajuste directo com consulta	Antero Santos & Santos, L.da	20 588
Mosteiro de São Vicente de Fora — tanque das bicas no Pátio das Laranjeiras.	Ajuste directo com consulta	Camilo de Amorim — Construções Civis, L.da	11 533
Governo Civil do Distrito de Braga — reparação e reforço do pavimento do sotão — 2.ª fase.	Ajuste directo com consulta	Augusto de Oliveira Ferreira & C.ª, L.da	9 682
Igreja de Santa Cruz — Viana do Castelo — conservação das coberturas — 1.ª fase.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	Augusto de Oliveira Ferreira & C.ª, L.da	19 700
Igreja e Torre de Manhente — Barcelos — obras de conservação geral das coberturas, paramentos e vãos exteriores — 1.ª fase.	Concurso limitado sem publicação de anúncio.	LUSOCOL — Sociedade Lusa de Construções, L.da	36 721
Museu de Arte Popular — reabilitação — 2.ª fase	Concurso público	ACF — Arlindo Correia & Filhos, S. A.	365 000
Instituto Nacional de Aviação Civil — construção do novo edifício.	Concurso público	ARQUICON — Construtora, L.da ...	2 050 000
Imóvel do Estado sito na Rua de Fernandes Tomás, 68 — tapamento de vãos.	Ajuste directo sem consulta	Sociedade de Construções Tomé Ribeiro, L.da	450
Casa da Lusofonia — Palacete Seixas — Lisboa — substituição dos tubos de queda.	Ajuste directo sem consulta	HCI — Construções, S. A.	8 162

18 de Março de 2005. — O Director-Geral, *Vasco Martins Costa.*

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Contrato n.º 980/2005. — *Contrato-programa — programa de requalificação da Mata Municipal da Serra da Esgalhada.* — No âmbito da cooperação técnica e financeira entre o Estado e as autarquias locais, prevista no artigo 7.º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, com a redacção conferida pela Lei n.º 94/2001, de 20 de Agosto (Lei das Finanças Locais), e tendo em conta o regime de celebração de contratos-programa estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 157/90 e 319/2001, de, respectivamente, 17 de Maio e 10 de Dezembro, o Governo, através da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, financia, ao abrigo da medida n.º 3 do Despacho Normativo n.º 45-A/2000, de 21 de Dezembro, acções que contribuam para a promoção do desenvolvimento económico de um determinado núcleo urbano e que, simultaneamente, contribuam para a melhoria da sua qualidade ambiental.

Considerando que a Câmara Municipal de Fornos de Algodres apresentou a sua candidatura a este apoio financeiro, nos termos do referido despacho normativo, e tendo esta sido seleccionada por despacho de 4 de Fevereiro de 2005 do Ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional;

Considerando o parecer emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e a sua participação no âmbito da acção de financiamento:

Entre a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro) e o município de Fornos de Algodres, aos 5 dias do mês de Fevereiro de 2005,

é celebrado o presente contrato-programa, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objecto

Constitui objecto do presente contrato-programa a definição do processo de cooperação técnica e financeira entre as partes contraentes, com vista à execução dos projectos de requalificação da Mata Municipal da Serra da Esgalhada, em Fornos de Algodres, cujas acções são identificadas em anexo ao presente contrato e que dele faz parte integrante.

Cláusula 2.ª

Prazo

O presente contrato produz efeitos desde a data da sua assinatura e pelo prazo de um ano, sem prejuízo de eventual revisão.

Cláusula 3.ª

Direitos e obrigações

1 — Compete aos serviços contraentes da administração central, no âmbito do presente contrato:

a) Esclarecer todas as questões suscitadas pela Câmara Municipal relativamente à comparticipação ora contratualizada;
b) Accionar, após recepção dos documentos de despesa, os procedimentos tendo em vista a liquidação das quatro prestações da comparticipação da DGOTDU;
c) Prestar, dentro das suas possibilidades, à Câmara Municipal o apoio técnico que lhes for solicitado para a boa execução dos trabalhos.

2 — Compete à Câmara Municipal de Fornos de Algodres assegurar a responsabilidade pela promoção e execução dos projectos, na sua qualidade de dono da obra ou de executor dos projectos, nomeadamente:

a) Elaborar e aprovar os estudos e projectos, bem como recolher os pareceres técnicos que forem exigidos por lei;
b) Cumprir as disposições legais, nacionais e comunitárias, designadamente em matéria de licenciamentos, contratação pública e ambiente;
c) Proceder à abertura de concurso e à adjudicação dos trabalhos;
d) Quando algum trabalho for executado por administração directa, organizar um registo documental comprovativo dos registos contabilísticos, nos termos do despacho n.º 13 536/98, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 179, de 5 de Agosto de 1998;
e) Efectuar a gestão do contrato de empreitada;
f) Assegurar a fiscalização da execução dos trabalhos;
g) Elaborar a conta final e proceder à recepção provisória e definitiva dos trabalhos;
h) Prestar à DGOTDU e à CCDR Centro toda a informação solicitada relacionada com os trabalhos objecto da comparticipação;
i) Colocar, no local de realização das obras, painel de divulgação que identifique as obras, contenha a designação do projecto, o montante de investimento, o prazo de execução dos trabalhos, as entidades financiadoras e os montantes das respectivas comparticipações financeiras.

Cláusula 4.ª

Financiamento

1 — A participação financeira do Estado, dotação do PIDDAC da DGOTDU, é efectuada em quatro prestações, da seguinte forma:

a) A primeira fracção, até 25 % do total da comparticipação, sob a forma de adiantamento, após a celebração do contrato-programa;
b) As segunda e terceira fracções, até 25 % cada uma, mediante prova da conclusão de 25 % e 50 %, respectivamente, dos trabalhos executados;
c) A quarta fracção, do valor remanescente, após confirmação da conclusão total dos trabalhos.

2 — O faseamento da liquidação das quatro prestações da comparticipação, a definir entre as partes, terá em conta as disponibilidades orçamentais da DGOTDU e fica sujeito ao parecer favorável da CCDR Centro e à observância das normas legais e regulamentares aplicáveis.

3 — Poderá a DGOTDU proceder a alterações ao faseamento que venha a ser definido para a comparticipação, a solicitação da Câmara Municipal, devidamente fundamentada, instruída com parecer favorável da CCDR Centro.

4 — A Câmara Municipal perde o direito a qualquer saldo de comparticipação que venha a existir no final de cada ano face ao escalonamento em vigor, só podendo a DGOTDU considerar pedidos de liquidação de verbas ao abrigo de escalonamento aprovado para um determinado ano, desde que o documento comprovativo de despesa, em condições de imediato processamento, seja recebido na DGOTDU, impreterivelmente, até 30 de Novembro desse ano.

Cláusula 5.ª

Comparticipação financeira

1 — A comparticipação financeira da DGOTDU tem por base o programa oportunamente apresentado pela Câmara Municipal em conjunto com a sua candidatura e corresponde a 40 % do custo total dos trabalhos, tendo como limite o valor de € 262 837.

2 — O apoio financeiro da administração central não abrange os custos resultantes de altas de praça, revisões de preços, trabalhos a mais, erros e omissões do projecto, trabalhos imprevistos e respectivas actualizações orçamentais.

3 — Compete ao município de Fornos de Algodres assegurar a parte do investimento não financiado pelo presente contrato-programa.

4 — Se a intervenção beneficiar de apoio suplementar de outras fontes de financiamento, a comparticipação a atribuir ao abrigo do presente contrato-programa terá em conta a obrigatoriedade da autarquia suportar pelo menos 10 % do custo total da mesma.

Cláusula 6.ª

Acompanhamento e controlo

O acompanhamento e controlo das acções previstas no presente contrato-programa fica a cargo da CCDR Centro, que verificará da conformidade dos trabalhos com o programa aprovado.

Cláusula 7.ª

Resolução do contrato

O incumprimento do objecto do presente contrato constitui motivo suficiente para a sua resolução, pelo que, nessa situação, o município de Fornos de Algodres desde já autoriza a retenção das transferências que lhe couberem ao abrigo da Lei da Finanças Locais até à integral restituição das verbas recebidas.

5 de Fevereiro de 2005. — Pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, a Subdirectora-Geral, *Isabel Moraes Cardoso.* — Pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, *(Assinatura ilegível.)* — Pela Câmara Municipal de Fornos de Algodres, *(Assinatura ilegível.)*

ANEXO

Programa de requalificação da Mata Municipal da Serra da Esgalhada

Arruamento da serra da Esgalhada.
Arruamento na envolvente do Estádio Municipal Dr. Moreira da Cruz.
Balneários de apoio ao campo de jogos.
Rede de iluminação pública da zona envolvente ao Complexo Desportivo de Fornos de Algodres.
Parque temático da serra da Esgalhada — rede de iluminação pública.

Contrato n.º 981/2005. — *Contrato-programa n.º 2/2005 — processo LVT-002/M3/05 — medida n.º 3 do Despacho Normativo n.º 45-A/2000, de 21 de Dezembro — requalificação da zona de confluência dos rios Alcoa e Baça, em Alcobaça.* — No âmbito da cooperação técnica e financeira entre o Estado e as autarquias locais, prevista no artigo 7.º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, com a redacção conferida pela Lei n.º 94/2001, de 20 de Agosto (Lei das Finanças Locais), e tendo em conta o regime de celebração de contratos-programa estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 157/90 e 319/2001, respectivamente de 17 de Maio e 10 de Dezembro, o Governo, através da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, financia ao abrigo da medida n.º 3 do Despacho Normativo n.º 45-A/2000, de 21 de Dezembro, acções que contribuam para a promoção do desenvolvimento económico de um determinado núcleo urbano e que, simultaneamente, contribuam para a melhoria da sua qualidade ambiental.

Considerando que a Câmara Municipal de Alcobaça apresentou a sua candidatura a este apoio financeiro, nos termos do referido despacho normativo, e tendo esta sido seleccionada por despacho de 15 de Fevereiro de 2005 do Ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional;

Considerando o parecer emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e a sua participação no âmbito da acção de financiamento:

Entre a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) e o município de Alcobaça, aos 16 dias do mês de Fevereiro de 2005, é celebrado o presente contrato-programa, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objecto

Constitui objecto do presente contrato-programa a definição do processo de cooperação técnica e financeira entre as partes contraentes, com vista à execução dos projectos de requalificação da zona urbana de confluência dos rios Alcoa e Baça, no município de Alcobaça, cujas acções são identificadas no anexo do presente contrato e que dele faz parte integrante.

Cláusula 2.ª

Prazo

O presente contrato produz efeitos desde a data da sua assinatura e pelo prazo de um ano, sem prejuízo de eventual revisão.

Cláusula 3.ª

Direitos e obrigações

1 — Compete aos serviços contraentes da administração central, no âmbito do presente contrato:

a) Esclarecer todas as questões suscitadas pela Câmara Municipal relativamente à comparticipação ora contratualizada;
b) Accionar, após recepção dos documentos de despesa, os procedimentos tendo em vista a liquidação das quatro prestações da comparticipação da DGOTDU;
c) Prestar, dentro das suas possibilidades, à Câmara Municipal o apoio técnico que lhes for solicitado para a boa execução dos trabalhos.

2 — Compete à Câmara Municipal de Alcobaça assegurar a responsabilidade pela promoção e execução dos projectos, na sua qualidade de dona da obra ou de executora dos projectos, nomeadamente:

a) Elaborar e aprovar os estudos e projectos, bem como recolher os pareceres técnicos que forem exigidos por lei;
b) Cumprir as disposições legais, nacionais e comunitárias, designadamente em matéria de licenciamentos, contratação pública e ambiente;
c) Proceder à abertura de concurso e à adjudicação dos trabalhos;
d) Quando algum trabalho for executado por administração directa, organizar um registo documental comprovativo dos registos contabilísticos, nos termos do despacho n.º 13 536/98, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 179, de 5 de Agosto de 1998;
e) Efectuar a gestão do contrato de empreitada;
f) Assegurar a fiscalização da execução dos trabalhos;
g) Elaborar a conta final e proceder à recepção provisória e definitiva dos trabalhos;
h) Prestar à DGOTDU e à CCDRLVT toda a informação solicitada relacionada com os trabalhos objecto da comparticipação;
i) Colocar, no local de realização das obras, painel de divulgação que identifique as obras, contenha a designação do projecto, o montante de investimento, o prazo de execução dos trabalhos, as entidades financiadoras e os montantes das respectivas comparticipações financeiras.

Cláusula 4.ª

Financiamento

1 — A participação financeira do Estado, dotação do PIDDAC da DGOTDU, é efectuada em quatro prestações, da seguinte forma:

a) A primeira fracção, até 25 % do total da comparticipação, sob a forma de adiantamento, após a celebração do contrato-programa;
b) As segundas e terceira fracções, até 25 % cada uma, mediante prova da conclusão de 25 % e 50 %, respectivamente, dos trabalhos executados;
c) A quarta fracção, do valor remanescente, após confirmação da conclusão total dos trabalhos.

2 — O faseamento da liquidação das quatro prestações da comparticipação, a definir entre as partes, terá em conta as disponibilidades orçamentais da DGOTDU e fica sujeito ao parecer favorável da CCDRLVT e ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis.

3 — Poderá a DGOTDU proceder a alterações ao faseamento que venha a ser definido para a comparticipação, a solicitação da Câmara Municipal, devidamente fundamentada, instruída com parecer favorável da CCDRLVT.

4 — A Câmara Municipal perde o direito a qualquer saldo de comparticipações que venha a existir no final de cada ano face ao escalonamento em vigor, só podendo a DGOTDU considerar pedidos de liquidação de verbas ao abrigo de escalonamento aprovado para um determinado ano, desde que o documento comprovativo de despesa, em condições de imediato processamento, seja recebido na DGOTDU, impreterivelmente, até 30 de Novembro desse ano.

Cláusula 5.ª

Comparticipação financeira

1 — A comparticipação financeira da DGOTDU, no valor total de € 498 798, tem por base o programa oportunamente apresentado pela Câmara Municipal em conjunto com a sua candidatura, sendo aferido em função da aplicação da taxa máxima de comparticipação, ou seja, 40 % do custo total dos trabalhos, com o limite constante do n.º 9 do Despacho Normativo n.º 45-A/2000, de 21 de Dezembro.

2 — O apoio financeiro da administração central não abrange os custos resultantes de altas de praça, revisões de preços, trabalhos a mais, erros e omissões do projecto, trabalhos imprevistos e respectivas actualizações orçamentais.

3 — Compete ao município de Alcobaça assegurar a parte do investimento não financiado pelo presente contrato-programa.

4 — Se a intervenção beneficiar de apoio suplementar de outras fontes de financiamento, a comparticipação a atribuir ao abrigo do presente contrato-programa terá em conta a obrigatoriedade de a autarquia suportar pelo menos 10 % do custo total da mesma.

Cláusula 6.ª

Acompanhamento e controlo

O acompanhamento e controlo das acções previstas no presente contrato-programa fica a cargo da CCDRLVT, que verificará a conformidade dos trabalhos com o programa aprovado.

Cláusula 7.ª

Resolução do contrato

1 — O incumprimento do objecto do presente contrato constitui motivo suficiente para a sua resolução, pelo que, nessa situação, o município de Alcobaça desde já autoriza a retenção das transferências que lhe couberem ao abrigo da Lei das Finanças Locais até à integral restituição das verbas recebidas.

2 — A resolução do presente contrato-programa, nos termos do número anterior, inibe a autarquia de se candidatar durante um período de cinco anos a novos financiamentos no âmbito da medida n.º 3 do Despacho Normativo n.º 45-A/2000.

16 de Fevereiro de 2005. — Pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, *(Assinatura ilegível.)* — Pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, o Vice-Presidente, *Fernando Ferreira.* — Pela Câmara Municipal de Alcobaça, *(Assinatura ilegível.)*

ANEXO

Programa de requalificação da zona urbana de confluência dos rios Alcoa e Baça

Tratamento das margens dos rios através da recuperação de muros de contenção e criação de um novo remate com um murete contíguo capeado de pedra.
Plantação de um jardim.
Recuperação da central hidroeléctrica para criação de um museu de ciência viva, um espaço de leitura, cafetaria de apoio à biblioteca, e restauração do sistema de levadas.
Recuperação do pombal para o seu estado original.
Requalificação dos acessos e da sua situação dentro da cidade criando um novo atravessamento do rio Baça e recuperando a ponte existente sobre o rio Alcoa.
Consolidação do cais existente e dos acessos aos rios.
Resolução de problemas criados pela existência de várias infra-estruturas de apoio à zona circundante integrando-as no projecto.

Declaração n.º 92/2005 (2.ª série). — Torna-se público que esta Direcção-Geral registou com o n.º 01.13.17.00/02-05.MP/PU, em 24 de Março de 2005, as medidas preventivas para a área de intervenção do futuro plano de urbanização da zona envolvente à VL 3 entre

a EN 1-15 e o IC 2, no município de Vila Nova de Gaia, ratificadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2005, publicada no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 54, de 17 de Março de 2005.

29 de Março de 2005. — Pelo Director-Geral, a Subdirectora-Geral, *Isabel Moraes Cardoso.*

Declaração n.º 93/2005 (2.ª série). — Torna-se público que esta Direcção-Geral registou com o n.º 03.11.06.00/01-05.PP, em 29 de Março de 2005, o Plano de Pormenor da Artilharia Um, no município de Lisboa, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2005, publicada no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 54, de 17 de Março de 2005.

29 de Março de 2005. — Pelo Director-Geral, a Subdirectora-Geral, *Isabel Moraes Cardoso.*

Declaração n.º 94/2005 (2.ª série). — Torna-se público que esta Direcção-Geral registou com o n.º 04.12.11.00/01-05.PU, em 30 de Março de 2005, o Plano de Urbanização de Santo Aleixo, no município de Monforte, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2005, publicada no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 53, de 16 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — Pelo Director-Geral, a Subdirectora-Geral, *Isabel Moraes Cardoso.*

Declaração n.º 95/2005 (2.ª série). — Torna-se público que esta Direcção-Geral registou com o n.º 02.01.05.00/01-05.PU, em 28 de Março de 2005, o Plano de Urbanização do Programa Polis, no município de Aveiro, integrado no âmbito do Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2005, publicada no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 54, de 17 de Março de 2005.

31 de Março de 2005. — Pelo Director-Geral, a Subdirectora-Geral, *Isabel Moraes Cardoso.*

Declaração n.º 96/2005 (2.ª série). — Torna-se público que esta Direcção-Geral registou com o n.º 02.06.15.00/OD.05.PD/S, em 31 de Março de 2005, a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Soure, pelo prazo de dois anos, na área a abranger pelo futuro Plano de Pormenor da Zona Nordeste da Vila de Soure, e com o n.º 02.06.15.00/01.05-MP/PP, na mesma data, o estabelecimento de medidas preventivas, para a mesma área e por igual prazo, ratificados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2005, publicada no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 54, de 17 de Março de 2005.

31 de Março de 2005. — Pelo Director-Geral, a Subdirectora-Geral, *Isabel Moraes Cardoso.*

Declaração n.º 97/2005 (2.ª série). — Torna-se público que esta Direcção-Geral registou com os n.ºs 02.06.09.00/01.05-PU/S e 02.06.09.00/OC.05.PD/S, em 29 de Março de 2005, a suspensão parcial do Plano de Urbanização de Miranda do Corvo e do Plano Director Municipal de Miranda do Corvo, pelo prazo de dois anos, na área de intervenção do futuro Plano de Pormenor da Quinta da Paiva, e com o n.º 02.06.09.00/01.05-MP/PP, na mesma data, o estabelecimento de medidas preventivas, para a mesma área e por igual prazo, ratificados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2005, publicada no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 54, de 17 de Março de 2005.

31 de Março de 2005. — Pelo Director-Geral, a Subdirectora-Geral, *Isabel Moraes Cardoso.*

Declaração n.º 98/2005 (2.ª série). — Torna-se público que esta Direcção-Geral registou com o n.º 04.15.05.00/01-05.PP, em 4 de Abril de 2005, o Plano de Pormenor da UNOP 1 de Tróia, no município de Grândola, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2005, publicada no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 61, de 29 de Março de 2005.

5 de Abril de 2005. — Pelo Director-Geral, a Subdirectora-Geral, *Isabel Moraes Cardoso.*

Inspecção-Geral do Ambiente

Rectificação n.º 614/2005. — Por ter saído com inexactidão o despacho n.º 6701/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 63, de 31 de Março de 2005, a p. 5046, rectifica-se que onde se lê «7 de Fevereiro de 2005» deve ler-se «14 de Março de 2005».

31 de Março de 2005. — O Subinspector-Geral, *António Sequeira Ribeiro.*

Instituto da Água

Aviso n.º 4149/2005 (2.ª série). — *Discussão pública do Plano de Ordenamento da Albufeira de Vale de Gaio.* — O Dr. Orlando Borges, presidente do Instituto da Água, em cumprimento do preceituado no n.º 3 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, faz saber que, entre 26 de Abril e 7 de Junho de 2005, fica patente para consulta, no âmbito da discussão pública, o Plano de Ordenamento da Albufeira de Vale de Gaio nos seguintes locais:

Instituto da Água — Avenida do Almirante Gago Coutinho, 30, 1049-066 Lisboa; telefone: 218430000, fax: 218430469; e-mail: inforag@inag.pt;
Câmara Municipal de Alcácer do Sal — Praça de Pedro Nunes, 7580-125 Alcácer do Sal; telefone: 265610040, fax: 265610059;
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo — Estrada das Piscinas, 193, 7000-758 Évora; telefone: 266740300, fax: 266706562;
Junta de Freguesia do Torrão — Praça de Bernardim Ribeiro, 1, 7595-004 Torrão; telefone: 265669245, fax: 265669835.

A consulta decorrerá entre 26 de Abril e 7 de Junho de 2005, devendo os interessados participar por escrito nos locais acima referidos. Durante o período da discussão pública realizar-se-á uma sessão pública de esclarecimento no dia 12 de Maio, pelas 18 horas, nas instalações do Museu Etnográfico do Torrão.

22 de Março de 2005. — O Presidente, *Orlando Borges.*

Despacho n.º 8464/2005 (2.ª série). — O Instituto da Água, criado pelo Decreto-Lei n.º 187/93, de 24 de Maio, pessoa colectiva pública dotada de autonomia administrativa e tutelada pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, é a entidade responsável pela prossecução das políticas nacionais no domínio dos recursos hídricos.

No âmbito da sua actividade, presta serviços e disponibiliza informação a inúmeras entidades públicas e privadas, cujo custo deve ser, pelo menos parcialmente, suportado por essas entidades.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 1.º, conjugado com a alínea *f*) do n.º 3 do artigo 7.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, determino:

1 — É aprovada em anexo a tabela de preços a cobrar pelos serviços prestados a terceiros pelo Instituto da Água.

2 — As reproduções de documentos ou certidões solicitadas no âmbito do exercício do direito de acesso aos documentos administrativos são fornecidas pelo preço constante do despacho n.º 8617/2002, de 29 de Abril, do Ministro das Finanças.

3 — Os preços resultantes da tabela anexa serão actualizados, anualmente, de acordo com o índice de preços no consumidor nacional do INE.

4 — A tabela de preços começa a vigorar no dia imediato ao da publicação do presente despacho.

8 de Abril de 2005. — O Presidente, *Orlando Borges.*

ANEXO

Venda de publicações — os preços constam de um catálogo, «Catálogo de publicações», emitido pela DDI e a sua tabela será aprovada anualmente pelo conselho administrativo, sob proposta do departamento que tem a seu cargo a divulgação.

Fotocópias:

A cores:

Particulares/empresas:

A4 — € 0,90;
A3 — € 1,40;

Estudantes:

A4 — € 0,60;
A3 — € 1;

A preto:

A4 (entre 1 e 50) — € 0,04;
A4 (entre 51 e 100) — € 0,03;

A4 (mais de 100) — € 0,02;
A3 (entre 1 e 50) — € 0,08;
A3 (entre 51 e 100) — € 0,07;
A3 (mais de 100) — € 0,05.

Plotagens:
A cores:

Particulares/empresas:

A2 — € 7,50;
A1 — € 15;
A0 — € 20;

Estudantes:

A2 — € 5;
A1 — € 10;
A0 — € 15;

A preto:

Particulares/empresas:

A2 — € 5;
A1 — € 12;
A0 — € 15;

Estudantes:

A2 — € 3;
A1 — € 8;
A0 — € 10-

Cópia de documentos, sem tratamento, em suporte digital:

Custo por cada 10 MB — € 0,50;
Custo mínimo 50 MB — € 2,50;
Cópia adicional — € 1.

A estes valores será adicionado o custo do material de suporte (cada CD-ROM sem capa — € 0,75;

Digitalização de documentos, até 10 unidades — € 0,10 por documento;
Digitalização de documentos, de 11 a 50 unidades — € 0,12 por documento;
Digitalização de documentos, de 51 a 100 unidades — € 0,15 por documento;
Por cada documento a mais — € 0,20.

Utilização de instalações:

Auditório (com ar condicionado, instalação sonora, retroprojector e projector de *slides*):

Meio dia — € 600;
Um dia — € 1000;

Sala Azul (sem instalação sonora):

Meio dia — € 300;
Um dia — € 500;

Sala Laranja:

Meio dia — € 300;
Um dia — € 500.

Cedência de informação constante de estudos e projectos — será orçamentado um valor que terá por base um percentual sobre o custo do estudo ou projecto e que terá em conta a complexidade do estudo/projecto e as peças/componentes a fornecer.

Este valor será acrescido dos custos de cópia constantes das tabelas anteriores.

Venda de cadernos de encargos — estes documentos serão vendidos ao preço que for fixado no despacho de abertura do respectivo concurso.

Emissão de certidões:

Por cada certidão até 10 laudas ou páginas — € 50;
Por cada lauda ou página além de 10 — € 5;

Pareceres técnicos:

Descrição pormenorizada	Preço de base (euros)	Acréscimo em função do grau de complexidade, de 1 a 4 (*a*).
Determinação de caudais de cheia obtidos através de métodos empírico-cinemáticos	500	250
Elaboração de pareceres hidrogeológicos	500	250
Determinação de caudais de cheia obtidos através de modelação hidrológica	1 000	250
Determinação de cotas de cheia por inferência a partir da informação existente da secção	1 500	300
Determinação de cotas de cheia obtidas através de modelação hidráulica	4 000	500
Delimitação de zonas de inundação	3 500	300
Determinação do efeito de maré	1 500	500
Apreciação de estudos hidrológicos	650	250
Apreciação de estudos hidráulicos	650	250
Apreciação de estudos de impacte ambiental (EIA) ou avaliação de impacte ambiental (AIA)	650	250
Apreciação de estudos de alteração da delimitação da Reserva Ecológica Natural (REN)	600	300
Elaboração de «ferramentas expeditas» para disponibilização de informação hidrometeorológica e de qualidade de forma personalizada	700	300
Elaboração de cadernos de encargos para captação de abastecimento público (empresas e autarquias)	600	250
Outros	500	150

(*a*) Graus de complexidade: baixo (1), médio (2), alto (3) e muito alto (4).

O valor final dos pareceres técnicos será sempre suportado num orçamento que poderá incluir um ou mais tipos de pareceres, consoante a sua natureza.

Trabalhos de campo:

Descrição pormenorizada	Preço de base (euros)	Acréscimo em função do grau de complexidade, de 1 a 4 (*a*).
Execução batimétrica e ou topográfica e elaboração de relatório técnico	1 000	250
Acompanhamento de execução de furos de captação e elaboração de relatório técnico	1 000	250
Outros	500	150

(*a*) Graus de complexidade: baixo (1), médio (2), alto (3) e muito alto (4).

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros

Listagem n.º 104/2005. — *Listagem de obras públicas adjudicadas no ano de 2004, elaborada nos termos do artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março:*

Tipo de procedimento	Valor s/IVA (euros)	Designação da empreitada	Adjudicatário
Concurso público internacional	6 882 260	Empreita de reparação dos esporões e das obras aderentes da Costa da Caparica e da Cova do Vapor.	Consórcio CPTP/Mota Engil, S. A.
Concurso público	714 012,50	Empreitada de construção de tratamento de águas residuais da povoação de Vale de Vargo.	SOPROCIL — Sociedade de Projectos Civis, S. A.
Concurso público	76 998,16	Empreitada de beneficiação das condições de escoamento no troço coberto do rio Crós-Cós, em Alverca, concelho de Vila Franca de Xira.	SOTALMA — Sociedade Técnica de Construção e Obras Públicas, L.da
Concurso público	284 333,87	Empreitada de reparação da estacada-cais em Cascais	Consórcio Teixeira Duarte/Bel-Ere.
Concurso público	815 685,45	Empreitada de requalificação ambiental das dunas da Amorosa	Monte & Monte, S. A.
Concurso público	4 849 946,63	Empreitada de espaços públicos, acessos e estacionamentos para as praias de São João do Estoril a Carcavelos.	Consórcio TRAGSA, S. A./TRAPSA, S. A./JAOP, S. A.
Concurso público	554 574,26	Empreitada de dragagens do canal de acesso à ponte cais e aos estaleiros de Caminha, rio Minho.	OFM — Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S. A.
Concurso público	991 245,45	Empreitada de construção do centro de interpretação ambiental da Ponta do Sal e área envolvente.	Consórcio Armando Cunha, S. A./Francisco Ribeiro Ramos Construções, L.da
Concurso limitado sem publicação de anúncio ...	92 252	Empreitada de construção do pontão sobre a ribeira de Santo António de Alhandra, concelho de Vila Franca de Xira.	SOPROEL — Sociedade de Projectos, Obras e Estudos, S. A.
Concurso limitado sem publicação de anúncio ...	51 310,85	Empreitada de construção de alteração da tomada de água da barragem do Enxoé e descarga de fundo do reservatório de água tratada — aproveitamento hidráulico do Enxoé.	SERVISUB — Salvação Marítima e Técnica Submarina, L.da
Concurso limitado sem publicação de anúncio ...	78 564,80	Empreitada de regularização de um troço da ribeira de Santo António de Alhandra, concelho de Vila Franca de Xira.	SOPROEL — Sociedade de Projectos, Obras e Estudos, S. A.
Concurso limitado sem publicação de anúncio ...	123 242	Empreitada de construção da ponte sobre o ribeiro Grande, em Barreiras da Serra, concelho de Tomar.	SOPOGEP — Sociedade de Obras Públicas, Gestão e Planeamento, L.da
Concurso limitado sem publicação de anúncio ...	59 855	Empreitada de estabilização de um troço da vala do Carregado, ao quilómetro 1 + 160 da EN 1-3, concelho de Vila Franca de Xira.	SETH — Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S. A.
Concurso limitado sem publicação de anúncio ...	123 864,13	Empreitada de restabelecimento dos acessos à ponte do Varatojo sobre o rio Sizandro, concelho de Torres Vedras.	SOPROEL — Sociedade de Projectos, Obras e Estudos, S. A.
Concurso limitado sem publicação de anúncio ...	81 900	Empreitada de reforço da protecção da margem sul da lagoa de Óbidos, na zona de urbanização da Quinta do Bom Sucesso.	Francisco Ribeiro Ramos, L.da
Concurso limitado sem publicação de anúncio ...	73 376,10	Empreitada de limpeza da ribeira de Santo António de Alhandra, concelho de Vila Franca de Xira.	ESCAVATERRA — Escavações e Terraplanagens, L.da
Concurso limitado sem publicação de anúncio ...	107 500	Empreitada de colocação de sinalética na albufeira da Barragem de Castelo de Bode.	João Salvador, L.da
Concurso limitado sem publicação de anúncio ...	80 597	Empreitada de construção de protecções marginais e descarregadores no rio Tejo, no Tramagal, concelho de Abrantes.	SOTALMA — Sociedade Técnica de Construção e Obras Públicas, L.da
Concurso limitado sem publicação de anúncio ...	84 950	Empreitada de beneficiação das condições de navegabilidade na embocadura e cais da vala de Salvaterra de Magos.	ETERMAR — Empresa de Obras Terrestres e Marítimas, S. A.
Concurso limitado sem publicação de anúncio ...	99 287,50	Empreitada de limpeza e desobstrução do rio Costa, em Odivelas, concelho de Odivelas.	Mateus Vicente & Seabra Nascimento, L.da
Concurso limitado sem publicação de anúncio ...	38 861,96	Instalações de sistemas de comando das comportas do açude da ponte de Coimbra.	Tecnilab Portugal — Sociedade de Planeamento Técnico e Científico, L.da
Concurso limitado sem publicação de anúncio (Lei n.º 9/2004).	94 802,20	Empreitada de substituição de dois pontões no Ribeirão, concelho de Oleiros.	SOPOGEP — Sociedade de Obras Públicas, Gestão e Planeamento, L.da
Concurso limitado sem publicação de anúncio (Lei n.º 9/2004).	75 630,95	Empreitada de substituição de dois pontões em Vale do Cervo e no ribeiro do Peso, concelho de Oleiros.	SOPOGEP — Sociedade de Obras Públicas, Gestão e Planeamento, L.da
Concurso limitado sem publicação de anúncio (Lei n.º 9/2004).	117 833	Empreitada de reabilitação de infra-estruturas hidráulicas no concelho de Vila de Rei.	SOPOGEP — Sociedade de Obras Públicas, Gestão e Planeamento, L.da
Concurso limitado sem publicação de anúncio (Lei n.º 9/2004).	119 420	Empreita de reabilitação da ribeira das Cortelhas, restabelecimento do contínuo natural, concelho de Vila de Rei.	SOPOGEP — Sociedade de Obras Públicas, Gestão e Planeamento, L.da

Tipo de procedimento	Valor s/IVA (euros)	Designação da empreitada	Adjudicatário
Concurso limitado sem publicação de anúncio (Lei n.º 9/2004).	79 949	Empreita de reabilitação da ribeira da Vila, corredor verde, concelho de Vila de Rei.	SOPOGEP — Sociedade de Obras Públicas, Gestão e Planeamento, L.da
Concurso limitado sem publicação de anúncio (Lei n.º 9/2004).	81 290	Empreitada de reabilitação da ribeira das Trutas, defesa da galeria ripícola, concelho de Vila de Rei.	SOPOGEP — Sociedade de Obras Públicas, Gestão e Planeamento, L.da
Concurso limitado sem publicação de anúncio (Lei n.º 9/2004).	247 058,50	Empreitada de recuperação hidráulica e ambiental do troço urbano da ribeira do Vale do Casal Velho, concelho da Chamusca.	SOTALMA — Sociedade Técnica de Construção e Obras Públicas, L.da
Concurso limitado sem publicação de anúncio (Lei n.º 9/2004).	234 728,30	Empreitada de recuperação hidráulica e ambiental do troço rural da ribeira do Vale do Casal Velho, concelho da Chamusca.	SOTALMA — Sociedade Técnica de Construção e Obras Públicas, L.da
Adicional	23 324,81	Empreitada de execução da protecção das margens da ribeira a jusante da bacia de dissipação da barragem de Odeleite e da alteração de três aquedutos na estrada de Odeleite-Moutinho.	TECNOVIA — Sociedade de Empreitadas, S. A.
Adicional	38 617,43	Empreitada de construção de uma ponte sobre o rio Sizandro, em Ponte do Rol, concelho de Torres Vedras.	SOTALMA — Sociedade Técnica de Construção e Obras Públicas, L.da
Adicional	38 665,04	Empreitada de construção da ponte da Coutada sobre o rio Sizandro, concelho de Torres Vedras.	SOTALMA — Sociedade Técnica de Construção e Obras Públicas, L.da
Adicional	65 400	Empreitada de dragagens de manutenção da lagoa de Óbidos	DRAGAPOR — Dragagens de Portugal, S. A.
Adicional	13 275	Empreitada de substituição da PH da ribeira do Ameal sob a EN 333, concelho de Águeda.	ETERMAR — Empresa de Obras Terrestres e Marítimas, S. A.
Adicional	10 980	Empreitada de limpeza da ribeira de Santo António de Alhandra, concelho de Vila Franca de Xira.	ESCAVATERRA — Escavações e Terraplanagens, L.da
Adicional	84 760,84	Empreitada de reparação de três rombos no rio Tejo, Abrantes, concelho de Abrantes.	SOTALMA — Sociedade Técnica de Construção e Obras Públicas, L.da
Adicional	762 344,14	Empreitada de construção do túnel de Odelouca-Funcho	Consórcio SPIE/Ramalho Rosa COBETAR/ETERMAR.
Adicional	53 450	Empreitada de construção da ponte do Varatojo sobre o rio Sizandro, concelho de Torres Vedras.	SOPROEL — Sociedade de Projectos, Obras e Estudos, S. A.
Adicional	23 717,20	Empreitada de requalificação da ribeira de Palmela a jusante da auto-estrada, troço de montante, concelho de Palmela.	SOPROEL — Sociedade de Projectos, Obras e Estudos, S. A.
Adicional	125 403,75	Empreitada de reparação dos estragos na vala de Salvaterra de Magos, concelho de Salvaterra de Magos.	ETERMAR — Empresa de Obras Terrestres e Marítimas, S. A.
Adicional	117 610,34	Empreitada de construção do túnel de Odelouca-Funcho	Consórcio SPIE/Ramalho Rosa COBETAR/ETERMAR.
Adicional	16 195	Empreitada de construção da ponte sobre o ribeiro Grande, em Barreiras da Serra, concelho de Tomar.	SOPOGEP — Sociedade de Obras Públicas, Gestão e Planeamento, L.da
Adicional	7 103	Empreitada de construção da alteração da tomada de água da barragem do Enxoé.	SERVISUB — Salvação Marítima e Técnica Submarina, L.da
Adicional	44 612,90	Empreitada de reparação da estacada-cais em Cascais	Consórcio Teixeira Duarte/BEL-ERE.
Adicional	9 067,50	Empreitada de construção de um pontão sobre a ribeira de Santo António de Alhandra, concelho de Vila Franca de Xira.	SOPROEL — Sociedade de Projectos, Obras e Estudos, S. A.
Adicional	9 455	Empreitada de regularização de um troço da ribeira de Santo António de Alhandra, concelho de Vila Franca de Xira.	SOPROEL — Sociedade de Projectos, Obras e Estudos, S. A.
Adicional	2 386,50	Empreitada de estabilização da margem direita de um troço da vala do Carregado ao quilómetro 1 + 670 da EN 1-3, concelho de Vila Franca de Xira.	SETH — Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S. A.
Adicional	10 980	Empreitada de limpeza da ribeira de Santo António de Alhandra, concelho de Vila Franca de Xira.	ESCAVATERRA — Escavações e Terraplanagens, L.da
Ajuste directo	3 059,10	Empreitada de substituição da bomba de abastecimento de água a casa guarda e centro comando.	HIDRALGAR — Equipamentos Electromecânicos, L.da
Ajuste directo	4 825	Empreitada de adjudicação dos trabalhos de manutenção e ensaios das comportas do descarregador de cheias e da descarga de fundo da barragem de Beliche.	HIDROSER — Serviços e Manutenção de Equipamentos Hídricos, L.da
Ajuste directo	2 200	Empreitada de beneficiação das instalações eléctricas no açude da ponte de Coimbra.	José da Costa Cristino, L.da
Ajuste directo	972	Empreitada de corte de uma manilha na zona do Campo de Lares, Mondego.	Mota Engil, Engenharia e Construção, S. A.

Tipo de procedimento	Valor s/IVA (euros)	Designação da empreitada	Adjudicatário
Ajuste directo	4 440	Empreitada de reparação dos pilares de apoio dos flutuadores da barragem da Meimoa.	ZAGOPE — Construções e Engenharia, S. A.
Ajuste directo	614	Empreitada de beneficiação das instalações eléctricas — protecção de pessoas e equipamentos — barragem de Fagilde.	José da Costa Cristino, L.da
Ajuste directo	1 780	Empreitada de beneficiação das comportas do açude de Coimbra	Alstom Portugal, S. A.
Ajuste directo	4 700	Empreitada de reforço do sistema de terra de protecção geral da barragem do Funcho.	João Jacinto Tomé, S. A.
Ajuste directo	2 396,73	Empreitada de beneficiação das instalações eléctricas de baixa tensão da barragem de Alijó — protecção de pessoas e equipamentos.	José da Costa Cristino, L.da
Ajuste directo	3 850	Empreitada de construção de uma vedação metálica na zona de acesso ao posto de transformação armário eléctrico geral da barragem de Alijó.	Alexandre de Oliveira Pais, L.da
Ajuste directo	9 753,71	Empreitada de recuperação parques miradouros/Funcho	JARDIX — Manutenção Ambiental e Jardins, L.da
Ajuste directo	2 679	Empreitada de manutenção e beneficiação do posto de transformação da barragem de Beliche.	João Jacinto Tomé, S. A.
Ajuste directo	1 921	Empreitada de manutenção e beneficiação do posto de transformação da barragem de Beliche.	João Jacinto Tomé, S. A.
Ajuste directo	4 984,60	Empreitada de reparação da casa n.º 4, barragem de Alijó.	Arlindo de Sá Gouveia.
Ajuste directo	7 740	Empreitada de revisão do monobloco da estação elevatória da barragem de Beliche.	Asea Brown Boveri, S. A.
Ajuste directo	9 794	Empreitada de fornecimento e montagem do sistema de protecção contra descargas atmosféricas EE 3 — barragem de Beliche.	Santos e Graça, L.da
Ajuste directo	2 100	Empreitada de beneficiação do sistema de terra de protecção geral da câmara de válvulas do Malhão.	João Jacinto Tomé, S. A.
Ajuste directo	3 620	Empreitada de reparação das estanquidades trav. frontal pint. comporta de regul. descarga de fundo da barragem do Beliche.	HIDROSER — Serviços e Manutenção de Equipamentos Hídricos, L.da
Ajuste directo	24 753,40	Empreitada de adjudicação dos trabalhos de reparação das bermas e valetas da estrada de acesso e de limpeza da vegetação a jusante barragem da Apartadura.	João Salvador, L.da
Ajuste directo	16 830	Empreitada de adjudicação de fabrico e montagem de guardas metálicas de protecção do paramento de jusante da barragem do Escarigo.	SERMAPE — Projectos e Construções Metalomecânicas, L.da
Ajuste directo	4 890	Empreitada de reparação da tubagem de alimentação dos poços dos flutuadores e dos obturadores de disco da tomada de água da barragem da Meimoa.	Alstom Portugal, S. A.
Ajuste directo	37 430	Empreitada de revisão dos equipamentos eléctricos das EE 1, 2 e 3 dos reguladores de tensão da EE 1 e dos monoblocos das EE 2 e 3 — barragem de Beliche.	EFACEC, Serviços de Manutenção e Assistência, S. A.
Ajuste directo	4 900	Empreitada de reparação dos projectores do sistema de supervisão e comando instalado na estação elevatória 1 — barragem de Beliche.	Pedro Serras, L.da
Ajuste directo	37 576,46	Empreitada de reparação e colocação em serviço dos equipamentos das derivações de rega — barragem de Beliche.	INDUSTRA — Comércio de Equipamentos Industriais, L.da
Ajuste directo	8 719	Empreitada de reparação do revestimento do enrocamento do talude do leito menor da margem esquerda na zona de jusante do leito central do rio Mondego.	Domingos Góis Simões & Filhos, L.da
Ajuste directo	1 870	Empreitada de tratamento anticorrosivo e pintura das colunas metálicas de iluminação do coroamento e do descarregador de cheias da barragem da Apartadura.	PRONTICOR — Protecções Anticorrosivas, L.da
Ajuste directo	8 980	Empreitada de reforço e beneficiação do sistema de terra de protecção geral da estação elevatória do Azibo — descarga atmosférica sobre o respectivo PT.	EFACEC, Serviços de Manutenção e Assistência, S. A.
Ajuste directo	867,46	Empreitada de beneficiação do gerador de socorro da barragem do Alvito.	IGERPOWER — Manutenção de Equipamentos Electromecânicos, L.da
Ajuste directo	230	Empreitada de reparação de anomalia nos grupos de bombagem de água da barragem do Monte Novo.	Electro Planície, L.da

Tipo de procedimento	Valor s/IVA (euros)	Designação da empreitada	Adjudicatário
Ajuste directo	618	Empreitada de reparação do pavimento piso 3 zona das instalações sanitárias — edifício sede do INAG.	Canas Correia, S. A.
Ajuste directo	4 816	Empreitada de execução de um caminho agrícola marginal da ribeira do Ameal.	ETERMAR — Empresa de Obras Terrestres e Marítimas, S. A.
Ajuste directo	4 027	Empreitada de demolição e reconstrução de um muro e execução de drenagem no rio Sizandro, na povoação de Pedrulhos.	ETERMAR — Empresa de Obras Terrestres e Marítimas, S. A.
Ajuste directo	160 000	Empreitada de conclusão da ensecadeira da barragem de Odelouca.	CONDURIL — Construtora Duriense, S. A.
Ajuste directo	152 344,10	Empreitada de reparação do 1.º grupo electrobomba na estação elevatória do Fojo, aproveitamento hidráulico do Mondego.	KSB — Bombas e Válvulas, S. A.
Ajuste directo	2 630	Beneficiação das instalações eléctricas da estação elevatória de Alfândega da Fé.	EFACEC, Serviços de Manutenção e Assistência, S. A.
Ajuste directo	870	Construção de tapamento metálico, Meimoa	António José Martins Moreira.
Ajuste directo	1 895	Reparação de equipamento de protecção da estação elevatória de Azibo.	EFACEC, Serviços de Manutenção e Assistência, S. A.
Ajuste directo	1 455	Fornecimento e montagem do autómato dos sistemas de supervisão da estação elevatória de Odeleite.	Alstom Portugal, S. A.
Ajuste directo	4 760	Fornecimento e montagem de seccionador do posto de transformação, Beliche.	João Jacinto Tomé, S. A.
Ajuste directo	1 350	Beneficiação das instalações eléctricas da barragem de Alijó	José da Costa Cristino, L.da
Ajuste directo	2 304	Reparação das estanquidades dos servomotores das comportas ensecadeiras, Funcho.	HIDROSER — Serviços e Manutenção de Equipamento Hídricos, L.da
Ajuste directo	3 120	Anomalia no grupo elevatório do Azibo, inventariação das reparações.	EFACEC, Serviços de Manutenção e Assistência, S. A.
Ajuste directo	4 600	Reparação do enrocamento do talude do leito menor, Lares, Mondego.	Domingos Góis Simões & Filhos, L.da
Ajuste directo	847,75	Revisão de beneficiação do gerador de socorro da barragem de Beliche.	IGERPOWER — Manutenção de Equipamentos Electromecânicos, L.da
Ajuste directo	838,78	Beneficiação das instalações eléctricas do parque de Samora Correia	Gomes dos Santos, L.da
Ajuste directo	1 690,92	Construção de vedações metálicas nas zonas de acesso, barragem de Monte Novo.	João A. Lopes Louro, Herdeiros, L.da
Ajuste directo	870	Conservação do estado das instalações eléctricas, barragem da Marateca.	José da Costa Cristino, L.da
Ajuste directo	230	Reparação dos grupos de bombagem, barragem de Monte Novo.	Electro Planície, L.da
Ajuste directo	397,20	Beneficiação do gerador, barragem da Apartadura	IGERPOWER — Manutenção de Equipamentos Electromecânicos, L.da
Ajuste directo	4 165	Reparação de dois grupos electrobomba, barragem do Alvito	ELECTROPAL — Montagens Eléctricas e Mecânicas, L.da
Ajuste directo	4 930	Reparação de comportas, ponte de Coimbra	Alstom Portugal, S. A.
Ajuste directo	2 206	Reparação de muro de alvenaria do pontão de Cioga, leito periférico direito, Mondego.	Domingos Góis Simões & Filhos, L.da
Ajuste directo	20 250	Aterro de pilar, ponte de Formoselha	Domingos Góis Simões & Filhos, L.da
Ajuste directo	4 135	Reparação de instalações eléctricas do açude da ponte de Coimbra.	José da Costa Cristino, L.da
Ajuste directo	1 242	Reparação do disjuntor Cela H-21, estação elevatória 1, EE de Beliche.	Asea Brown Boveri, S. A.
Ajuste directo	714	Revisão da beneficiação do gerador de socorro, Fojo	TURBOMAR — Comércia e Técnica de Máquinas, L.da
Ajuste directo	14 408	Execução de vedação, barragem de Odeleite	NOVIREDE — Nova Indústria de Redes, L.da
Ajuste directo	483,76	Fornecimento e montagem de dois indicadores de caudal e pressão para a EE2 e EE3, U-Beliche.	Tecnilab Portugal — Sociedade de Planeamento Técnico e Científico, L.da
Ajuste directo	2 545	Alteração do portão de acesso à torre de tomada de água, barragem do Enxoé.	SERVISUB — Salvação Marítima e Técnica Submarina, L.da
Ajuste directo	24 583,50	Protecção do paramento de montante da barragem de Odelouca	CONDURIL — Construtora Duriense, S. A.
Ajuste directo	23 380	Reparação do obturador do disco da tomada de água, barragem da Meimoa.	Alstom Portugal, S. A.
Ajuste directo	395	Beneficiação das armaduras, Marateca	José da Costa Cristino, L.da
Ajuste directo	2 940	Beneficiação e conservação das instalações eléctricas, barragem do Funcho.	João Jacinto Tomé, S. A.

Tipo de procedimento	Valor s/IVA (euros)	Designação da empreitada	Adjudicatário
Ajuste directo	1 500	Beneficiação e conservação das instalações eléctricas, barragem de Fagilde.	José da Costa Cristino, L.da
Ajuste directo	1 100	Beneficiação das instalações eléctricas da barragem de Azibo	José da Costa Cristino, L.da
Ajuste directo	17 160	Fornecimento e montagem de equipamentos da comporta de descarga de fundo, barragem do Alvito.	SOFOMIL — Sociedade Fornecedora de Máquinas Industriais, L.da
Ajuste directo	24 850	Guardas metálicas e protecção do coroamento do açude da ribeira da Isna, Sertã.	SERMAPE — Projectos e Construções Metalomecânicas, L.da
Ajuste directo	2 820	Inspecção das instalações eléctricas, barragem da Apartadura	João Jacinto Tomé, S. A.
Ajuste directo	3 675	Protecção das ferragens metálicas do sistema de iluminação, barragem do Monte Novo.	VELNA — Electricidade, Ventilação e Ar Condicionado, L.da
Ajuste directo	4 860,47	Reparação das instalações eléctricas, barragem de Beliche	João Jacinto Tomé, S. A.
Ajuste directo	4 620	Reparação do grupo elevatório da EE da barragem do Azibo	EFACEC, Serviços de Manutenção e Assistência, S. A.
Ajuste directo	1 469,10	Reparação dos quadros eléctricos do parque de Samora Correia.	Gomes dos Santos, L.da
Ajuste directo	670	Execução de trabalhos eléctricos, barragem de Fagilde	José da Costa Cristino, L.da
Ajuste directo	3 030	Fornecimento e montagem de autómato para derivação e calibração dos medidores, Odeleite, Beliche.	CEGELEC — Instalações e Sistemas de Automação, L.da
Ajuste directo	920	Reparação da captação de água para abastecimento das casas da barragem de Meimoa.	Alstom Portugal, S. A.
Ajuste directo	29 079,65	Reparação da estrutura da caleira técnica e substituição de tubagens na estacada-cais, Cascais.	BELBETÕES — Fundações e Betões Especiais, L.da
Ajuste directo	1 100	Remoção e limpeza, Terras Malhão, Castro Marim	AGROROMÃO — Serviços de Empreitadas, L.da
Ajuste directo	1 329,35	Execução de gradeamento metálico do açude da ponte de Coimbra.	Juvenal Rodrigues da Costa.
Ajuste directo	1 268,40	Marcas altimétricas para o plano de emergência da barragem de Odelouca.	CONDURIL — Construtora Duriense, S. A.
Ajuste directo	8 780,65	Manutenção das instalações eléctricas da barragem de Odeleite	João Jacinto Tomé, S. A.
Ajuste directo	24 580	Execução de tampas acesso poços, barragem de Caia	Alstom Portugal, S. A.
Ajuste directo	4 234,73	Subida crista canal condutor, Mondego	Domingos Góis Simões & Filhos, L.da
Ajuste directo	880	Aplicação de quadro eléctrico do açude da ponte de Coimbra	Tecnilab Portugal — Sociedade de Planeamento Técnico e Científico, L.da
Ajuste directo	1 939	Reparação da bomba injectora do gerador de socorro, barragem do Alvito.	TURBOMAR — Comércia e Técnica de Máquinas, L.da
Ajuste directo	2 250	Arranjo da tomada de água na barragem da Estevainha	EFACEC — Ambiente, S. A.
Ajuste directo	1 316,18	Arranjos diversos nos parques de merendas e miradouros, barragem do Funcho.	JARDIX — Manutenção Ambiental e Jardins, L.da
Ajuste directo	24 505	Execução do acesso à câmara de manobras da descarga de fundo e de limpeza de vegetação, barragem de Monte Novo.	SOPROEL — Sociedade de Projectos, Obras e Estudos, S. A.
Ajuste directo	3 400	Execução de estruturas de fixação das tubagens de aspiração dos grupos de electrobomba Gria e Grig, Odeleite, Beliche.	KSB — Bombas e Válvulas, S. A.
Ajuste directo	19 500	Limpeza de lodos na zona torre de tomada de água e desm. Jangada, Enxoé.	SERVISUB — Salvação Marítima e Técnica Submarina, L.da
Ajuste directo	80,63	Fornecimento e montagem de acessórios para a bomba de abastecimento de água, Foja, Mondego.	Correia & Roque, L.da
Ajuste directo	1 086,32	Revisão e beneficiação do gerador de socorro do açude	INGERPOWER — Manutenção de Equipamentos Electromecânicos, L.da.
Ajuste directo	2 539	Inspecção das instalações eléctricas, média e baixa tensão, Meimoa.	Lúcio Ribeiro Costa Filhos, L.da
Ajuste directo	462	Revisão e beneficiação do gerador de socorro da estação elevatória de Foja.	TURBOMAR — Comércia e Técnica de Máquinas, L.da
Ajuste directo	297	Aplicação de uma fechadura de alta segurança no passadiço de inspecção das comportas, barragem de Fagilde.	José da Costa Cristino, L.da
Ajuste directo	918,78	Revisão e beneficiação do gerador de socorro da barragem do Azibo.	TURBOMAR — Comércia e Técnica de Máquinas, L.da
Ajuste directo	2 136	Verificação do estado de segurança e conservação das instalações eléctricas, barragem das Corgas.	Lúcio Ribeiro Costa Filhos, L.da
Ajuste directo	17 350	Limpeza do rio Crós-Cós, ribeira A dos Potes, Vila Franca de Xira.	SOPROEL — Sociedade de Projectos, Obras e Estudos, S. A.

Tipo de procedimento	Valor s/IVA (euros)	Designação da empreitada	Adjudicatário
Ajuste directo	41 260	Limpeza de um troço do rio Grande da Pipa, Alenquer, Vila Franca de Xira.	Mateus Vicente & Seabra Nascimento, L.da
Ajuste directo	44 695	Reabilitação da ponte de acesso a Ereira sobre o leito velho do rio Mondego, Coimbra.	SOPROEL — Sociedade de Projectos, Obras e Estudos, S. A.
Ajuste directo	2 325	Prospecção geológica na ponte de acesso a Ereira, rio Mondego.	GEOCONTROLE — Gabinete de Geotecnia e Topografia, L.da
Ajuste directo	3 630	Trabalho de apoio à inspecção, ponte de Tercena, rio Lis, Vieira de Leiria.	SOPROEL — Sociedade de Projectos, Obras e Estudos, S. A.
Ajuste directo	19 788	Limpeza e desobstrução de um troço do rio Sizandro, Casal dos Coxos, Torres Vedras.	SOTALMA — Sociedade Técnica de Construção e Obras Públicas, L.da
Ajuste directo	12 280	Limpeza e desobstrução do troço a montante da cobertura da ribeira de Santa Sofia, Vila Franca de Xira.	ESCAVATERRA — Escavações e Terraplanagens, L.da

18 de Março de 2005. — Pelo Presidente, a Directora, por delegação, *Isabel Maria Malta.*

Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

Despacho n.º 8465/2005 (2.ª série). — Por despachos do vogal do conselho directivo de 30 de Março de 2005, foram nomeados definitivamente, precedendo concurso, os seguintes funcionários:

António Joaquim Sião da Silva e António José Nunes Ruivo Ribeiro — como técnicos de informática de grau 2, nível 1, da carreira de técnico de informática do quadro de pessoal dos serviços centrais (SC).

Fernanda da Conceição Pires — como assistente administrativa especialista da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal dos serviços centrais (SC).

Célio de Sousa Ha-Heng — como técnico profissional especialista principal da carreira de fiscal técnico de obras públicas do quadro de pessoal da Direcção de Gestão Habitacional de Lisboa (DGHL).

Joaquim José de Magalhães e Reis Ferraz Brandão — como assessor da carreira de engenheiro civil do quadro de pessoal da Direcção de Gestão Habitacional do Norte (DGHN).

(Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Março de 2005. — O Chefe da Divisão de Pessoal e Administração, *Edi Vieira Gomes.*

Instituto dos Resíduos

Despacho (extracto) n.º 8466/2005 (2.ª série). — Por meu despacho, nomeio como minha secretária pessoal a técnica profissional de 1.ª classe Adelaide Maria Franco da Silva Matos, com efeitos a 1 de Abril. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Março de 2005. — O Presidente, *A. Ascenso Pires.*

Despacho n.º 8467/2005 (2.ª série). — 1 — Após publicitação, na bolsa de emprego e no *Correio da Manhã* de 1 de Fevereiro de 2005, do processo de selecção do titular do cargo de chefe de divisão do Gabinete de Apoio Jurídico do quadro de pessoal dirigente deste Instituto, verificou-se que se apresentaram seis candidatos.

2 — Analisadas as respectivas candidaturas, constatou-se que Filipa Cabral de Andrade Duarte Ribeiro Vicente de Sousa reúne, com melhor mérito relativo, todos os requisitos do perfil pretendido, nomeadamente:

Licenciatura em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, em 1991, e pós-graduação em Estudos Europeus pela Universidade Católica Portuguesa, em 1991-1992;
Oito anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura;
Experiência profissional na área posta a concurso.

3 — Visto estarmos perante uma candidatura que preenche as condições para ocupar o cargo, conforme se constata pela nota curricular em anexo, ao abrigo do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é nomeada, em regime de comissão de serviço, por três anos, renovável por iguais períodos de tempo, a licenciada Filipa Cabral de Andrade Duarte Ribeiro Vicente de Sousa para o cargo de chefe de divisão do Gabinete de Apoio Jurídico deste Instituto. Esta nomeação produz efeitos a 1 de Abril de 2005.

28 de Março de 2005. — O Presidente, *A. Ascenso Pires.*

ANEXO

Nota curricular

Nome — Filipa Cabral de Andrade Duarte Ribeiro Vicente de Sousa.
Data de nascimento — 30 de Abril de 1967, Grândola.
Habilitações — licenciatura em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, em 1991, e pós-graduação em Estudos Europeus pela Universidade Católica Portuguesa no período de 1991-1992.
Carreira profissional:

Estágio de advocacia e inscrição na Ordem dos Advogados;
Exercício de advocacia de 1992 a 1996;
Jurista na Procuradoria-Geral da República;
Estágio para ingresso no quadro da carreira técnica superior da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários;
Técnica superior de 2.ª classe do Serviço dos Assuntos Jurídicos da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, desde 28 de Maio de 1998;
Técnica superior de 1.ª classe do Serviço dos Assuntos Jurídicos da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, desde 12 de Outubro de 2000;

Técnica superior principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, desde 29 de Outubro de 2004.

Actividades profissionais:

Gestão de processos de pré-contencioso e contencioso comunitário;
Agente da República Portuguesa — elaboração das peças processuais em processos;
Acompanhamento dos processos de infracção relativos à não notificação de legislação nacional;
Elaboração de pareceres sobre a compatibilidade da legislação portuguesa com o direito comunitário;
Preparação das listas de directivas por ministério submetidas às reuniões da comissão interministerial;
Colaboração com o Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus;
Coordenação e participação nas reuniões entre a Comissão Europeia e as autoridades portuguesas;
Actualização do inventário das directivas e notificação mensal à comissão das directivas transpostas por Portugal;
Apreciação do documento «Scoreboard», transposição das directivas relativas ao mercado único e processos de infracção instaurados contra os Estados membros.

MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS.

Despacho conjunto n.º 309/2005. — Pelo despacho conjunto n.º 204/2005, de 16 de Fevereiro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 47, de 8 de Março de 2005, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, em vista da autorização de corte de conversão de 2605 sobreiros em povoamento, «reconhece-se a imprescindível utilidade pública do empreendimento turístico a executar pela PORTUCALE — Sociedade de Desenvolvimento Agro-Turístico, S. A., no prédio rústico denominado «Vargem Fresca», sito na freguesia de Samora Correia, município de Benavente [. . .] sem prejuízo da demais legislação aplicável relevante, nomeadamente o disposto no Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, sujeito aos condicionalismos» constantes do mesmo despacho.

Considerando a especial primazia conferida à protecção do sobreiro e da azinheira, expressamente consagrada no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de Junho;

Considerando a proibição constante do n.º 1 do artigo 2.º do citado Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, que configura uma especial medida de protecção do sobreiro, justificada pela sua importância ambiental e económica, já reconhecida na Lei de Bases da Política Florestal, a Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto;

Considerando que nos termos do disposto no n.º 2, alínea *a*), do artigo 2.º, conjugado com o disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 6.º, todos do referido Decreto-Lei n.º 169/2001, a conversão de povoamentos de sobreiro apenas pode ser admitida, excepcionalmente, em vista, nomeadamente, da realização de empreendimentos de imprescindível utilidade pública, declarada pelos competentes membros do Governo mediante a apresentação, pelo proponente, dos elementos indicados nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 3 do referido artigo 6.º;

Considerando que, contrariamente ao disposto na alínea *a*) do n.º 3 do artigo 6.º do mencionado diploma legal, não se encontram inequivocamente demonstrados tecnicamente o interesse económico e social do empreendimento, a sua sustentabilidade e a inexistência de alternativas válidas quanto à sua localização, que consubstanciem especiais razões de utilidade pública de um empreendimento privado, e de imprescindibilidade do sacrifício de um bem natural merecedor de um estatuto legal de especial protecção, porquanto não foi avaliado em que medida o projecto deve sobrepor-se, justificadamente, a outros bens tutelados pela ordem jurídica, no caso, os representados pela protecção legal do montado de sobro, que necessariamente conduzisse ao reconhecimento da existência inequívoca de um imprescindível interesse fundamental de ordem pública a prosseguir pelo empreendimento visado;

Considerando, por isso, que o mencionado despacho violou o princípio da fundamentação e o princípio da proporcionalidade dos actos administrativos, que devem, em qualquer circunstância, nortear a acção administrativa num Estado de direito;

Considerando, ainda, que não obstante o disposto na alínea *b*) do mesmo n.º 3 e artigo 6.º do supracitado Decreto-Lei n.º 169/2001, não foi emitida declaração de impacte ambiental para o projectado abate de sobreiros, a qual é legalmente exigida nos termos do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do anexo II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, considerada a área a desflorestar para o tipo de utilização previsto com o empreendimento turístico em apreço, e sem prejuízo do disposto na alínea *f*) do n.º 12 do mesmo anexo relativamente a campos de golfe;

Considerando, também, que contrariamente ao legalmente prescrito nas supra-indicadas normas legais, apenas se condicionou o efeito do reconhecimento da imprescindibilidade e interesse público do empreendimento ao que resultasse de uma avaliação de impacte ambiental a realizar já depois de proferido o acto administrativo em causa, como se infere da parte final, e que se transcreve, «sem prejuízo da demais legislação aplicável relevante, nomeadamente o disposto no Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio», significando, em última instância, uma evidente inversão dos fins que a avaliação de impacte ambiental serve, enquanto instrumento prévio à decisão e que a enforma e fundamenta;

Considerando, ainda, a falta de identificação da legislação tida por relevante naquele despacho, conduzindo a um vazio, bem como a indefinição dos condicionalismos para que se remete;

Considerando, em suma, a insuficiência dos elementos instrutórios carreados para o processo até ao presente, em relação ao desiderato visado pela PORTUCALE, bem assim como os vícios de que enferma o despacho conjunto n.º 204/2005, de 16 de Fevereiro, nomeadamente o vício de violação de lei, por ausência da verificação de um pressuposto legal essencial à tomada de decisão, consubstanciado, além do mais, na omissão da declaração de impacte ambiental exigida na alínea *d*) do n.º 1 do anexo II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, aplicável por força da alínea *b*) do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio:

Determina-se que fica revogado, para todos os legais efeitos, o despacho conjunto n.º 204/2005, de 16 de Fevereiro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 47, de 8 de Março de 2005.

28 de Março de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia.* — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho.* — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva.*

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Gabinete do Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor

Despacho n.º 8468/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 2.º, 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer funções de minha secretária pessoal Maria Helena Pinheiro Moura Pina da Cruz.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 14 de Março de 2005.

14 de Março de 2005. — O Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, *Fernando Pereira Serrasqueiro.*

Direcção Regional da Economia do Alentejo

Despacho n.º 8469/2005 (2.ª série). — Por despacho do director regional de 4 de Abril:

Maria Manuel Marques Coutinho Loupa, Elsa da Conceição Maximino Mendes e Anabela Meira Batista Santana, assistentes administrativas principais — promovidas, precedendo concurso, à categoria imediata de assistente administrativa especialista, escalão 1, índice 269, do quadro de pessoal da Direcção Regional da Economia do Alentejo. As nomeações produzem efeitos a partir da data da aceitação, considerando-se exoneradas da categoria anterior a partir daquela data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Abril de 2005. — O Director Regional, *José João Mouzinho Serrote.*

ICEP Portugal, I. P.

Listagem n.º 105/2005. — Conforme a Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, publicamos os subsídios pagos pelo ICEP Portugal, I. P., durante o 2.º semestre de 2004:

	Euros	Data da decisão
Apoio a associações		
APRAM — Associação de Promoção da Região Autónoma da Madeira	364 600	8-7-2004
Associação Turismo Lisboa — Visitors and Convention Bureau	979 200	1-10-2004
Associação Música Educação e Cultura	66 281,68	18-2-2004
Associação Turismo dos Açores Convention And Visitors Bureau	41 000	13-12-2004
Apoio a câmaras de comércio		
Câmara de Comércio e Ind. Portugal — Angola	19 027,14	30-11-2004
CCIAP — Câmara de Comércio Ind. Árabe-Portuguesa	37 410	6-12-2004
Acordo CDE/ICEP		
Banco BPI, S. A. — Sociedade Aberta	23 750	30-11-2004
CAL — Câmara de Agricultura Lusófona	19 180	18-3-2004
CULTIVAR — Associação de Técnicos de Cult. Tropicais	18 820	7-12-2004
Fundação Portugal África	84 568	29-11-2004
MCICAJU — Consultoria Industrial, L.da	22 000	25-6-2004
MCICAJU — Consultoria Industrial, L.da	19 000	10-11-2004
Multidominium — Consultoria de Gestão Tecnológica, Económica e Financeira, S. A.	16 800	4-8-2004
Multidominium — Consultoria de Gestão Tecnológica, Económica e Financeira, S. A.	16 800	10-11-2004
PPC — Programas promocionais conjuntos		
Região de Turismo do Centro	39 903,84	3-5-2004
PAIEP 2 — Acção C		
Mota — Engil, Engenharia e Construção, S. A.	408 985,13	8-9-2004
SAPEC — Agro, S. A.	512 584,24	18-11-2004
PIQTUR — Prog. Intervenções para a Qualificação do Turismo		
Região de Turismo do Algarve	125 000	15-4-2004
ANRET — Associação Nacional das Regiões de Turismo	31 237,97	22-1-2004
Federação Portuguesa de Ginástica	60 000	25-10-2004
PRIME		
AIDA — Associação Industrial do Distrito de Aveiro	48 227,07	30-9-2004
AIMMP — Associação das Indústrias da Madeira e Mobiliário de Portugal	57 303,41	2-9-2004
AIMMP — Associação das Indústrias da Madeira e Mobiliário de Portugal	52 330	3-12-2004
AIMMP — Associação das Indústrias da Madeira e Mobiliário de Portugal	122 820,80	25-8-2004
AIMMP — Associação das Indústrias da Madeira e Mobiliário de Portugal	26 952,48	30-9-2004
AIMMP — Associação das Indústrias da Madeira e Mobiliário de Portugal	121 846,85	20-12-2004
ANIL — Associação Nac. Indústria de Lanifícios	497 375,50	16-11-2004
ANIL — Associação Nac. Indústria de Lanifícios	403 229,20	8-7-2004
ANIVEC — Associação Nac. Ind. Vestuário/Confecção	315 267,84	4-11-2004
ANIVEC — Associação Nac. Ind. Vestuário/Confecção	318 386,55	2-12-2004
ANJE — Associação Nacional dos Jovens Empresários	236 936,30	1-7-2004
ANJE — Associação Nacional dos Jovens Empresários	335 519,34	17-9-2004
ANJE — Associação Nacional dos Jovens Empresários	296 032,88	28-12-2004
ANJE — Associação Nacional dos Jovens Empresários	610 889,84	19-8-2004
ANJE — Associação Nacional dos Jovens Empresários	1 304 282,83	18-11-2004
ANRET — Associação Nacional das Regiões de Turismo	40 043,28	22-7-2004
ANRET — Associação Nacional das Regiões de Turismo	55 658,61	21-10-2004
APICCAPS — Associação Port. Ind. Calçado, Compon. Art. de Pele	512 343,07	8-7-2004
APICCAPS — Associação Port. Ind. Calçado, Compon. Art. de Pele	265 404,28	19-8-2004
APICCAPS — Associação Port. Ind. Calçado, Compon. Art. de Pele	28 974,13	19-8-2004
APICCAPS — Associação Port. Ind. Calçado, Compon. Art. de Pele	1 145 124,03	18-11-2004
APICCAPS — Associação Port. Ind. Calçado, Compon. Art. de Pele	657 057,77	2-12-2004
APIMA — Associação Portuguesa das Indústrias de Mobiliário e Afins	1 130 391,50	11-11-2004
AIPI — Associação dos Industriais Portugueses de Iluminação	231 685,01	22-10-2004
Associação Empresarial de Portugal	220 943	19-8-2004
Associação Empresarial de Portugal	1 255 984,91	2-9-2004
Associação Empresarial de Portugal	969 632,77	2-12-2004
AIMMAP — Associação Ind. Metalur. e Metal. e Afins Portugal	99 395,98	25-8-2004
AIMMAP — Associação Ind. Metalur. e Metal. e Afins Portugal	116 078,56	19-11-2004
Associação Industrial do Minho	234 461,59	6-12-2004
Associação Industrial do Minho	83 092,24	19-11-2004

	Euros	Data da decisão
Associação Industrial Portuguesa	106 493,33	19-8-2004
Associação Industrial Portuguesa	301 971,83	2-9-2004
Associação Moda Lisboa	103 078,10	8-7-2004
ANDOVI — Associação Nacional de Denominações de Origem Vitivinícolas	764 957,15	2-12-2004
APICER — Associação Portuguesa da Ind. de Cerâmica	22 997,71	28-8-2004
ATP — Associação Têxtil e Vestuário de Portugal	127 346,95	17-9-2004
ATP — Associação Têxtil e Vestuário de Portugal	89 303,93	17-9-2004
ATP — Associação Têxtil e Vestuário de Portugal	89 303,93	5-11-2004
ATP — Associação Têxtil e Vestuário de Portugal	129 072,69	7-12-2004
CCPM — Câmara de Comércio Portugal Moçambique	238 301,51	28-10-2004
CEDINTEC — Centro p/ Desenv. Inovação Tecnológicos	57 452,86	22-7-2004
CEFAMOL — Associação Nacional da Indústria de Moldes	544 814,09	17-9-2004
CEFAMOL — Associação Nacional da Indústria de Moldes	24 335,30	5-11-2004
CENESTAP — Centro de Estudos Têxteis Aplicados	258 525,38	19-8-2004
CENESTAP — Centro de Estudos Têxteis Aplicados	479 798,13	16-12-2004
CIC — Associação Industrial de Cristalaria	52 519,87	24-11-2004
FPAO — Federação Portuguesa de Artes e Ofícios	21 033,94	21-10-2004
FPAO — Federação Portuguesa de Artes e Ofícios	93 487,08	12-11-2004
Selectiva Moda — Associação de Prom. Salões Moda	821 991	7-12-2004
VITROCRISTAL, A. C. E	620 518,65	16-12-2004
Outros apoios		
Mundiventos — Org. de Congressos e Convenções, L.da	20 000	28-6-2004
MUNDIVENTOS — Org. de Congressos e Convenções, L.da	27 500	1-10-2004

18 de Fevereiro de 2005. — A Directora Financeira, *Luísa Moraes Sarmento.*

Instituto Português da Qualidade, I. P.

Despacho n.º 8470/2005 (2.ª série). — *Organismo de verificação metrológica de conjuntos de medição de abastecimento combustível GPL carburante.* — 1 — Através da Portaria n.º 17/91, de 9 de Janeiro, foi publicado o regulamento do controlo metrológico de contadores e conjuntos de medição de líquidos com exclusão de água.

2 — Verifica-se a necessidade de descentralizar a realização das operações de controlo metrológico envolvidas, por forma a simplificar os procedimentos administrativos, sem prejuízo do necessário rigor metrológico.

3 — A empresa Petroassist encontra-se certificada, segundo a NP EN ISO 9002, para a montagem de postos de abastecimento de combustíveis líquidos e prestação de serviços de assistência técnica, tendo sido emitido o certificado de conformidade n.º 96/CEP.394, de 4 de Dezembro de 1997.

4 — Assim, para efeitos de aplicação da Portaria n.º 17/91, de 9 de Janeiro, e nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de Setembro, determino:

a) É reconhecida a qualificação à empresa Petroassist — Assistência Electrónica, S. A., sito no Parque Industrial de Guimarães, Pav. L4, São João da Ponte, 4800-493 Guimarães, para a execução da operação de primeira verificação;
b) A referida empresa colocará, nos termos da legislação em vigor, a respectiva marca própria, anexa ao presente despacho, bem como o símbolo da operação de controlo metrológico, no esquema de selagem dos instrumentos de medição abrangidos pelo regulamento atrás referido;
c) Das operações envolvidas, serão mantidos em arquivo os relatórios dos ensaios correspondentes às operações de controlo metrológico, nos termos da lei;
d) Mensalmente deverá a empresa enviar ao IPQ uma relação dos instrumentos que forem verificados, assim como efectuar o pagamento dos montantes correspondentes às operações de controlo metrológico realizadas, até ao dia 10 do mês seguinte, mediante cheque endossado ao Instituto Português da Qualidade, remetido ao Serviço de Metrologia Legal, Rua de António Gião, 2, 2829-513 Caparica;
e) O valor da taxa aplicável às operações previstas neste despacho encontra-se definido na tabela de taxas de controlo metrológico, e será revisto anualmente.

5 — O presente despacho produz efeitos imediatos e é válido até 31 de Dezembro de 2007.

24 de Março de 2005. — O Vogal do Conselho da Administração, *M. Duarte Figueira.*

Região de Turismo da Rota da Luz

Despacho (extracto) n.º 8471/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 31 de Março de 2005, é celebrado contrato de trabalho a termo certo, pelo período de dois anos, com início a 1 de Abril de 2005, com Sílvia Fernandes Ribau. A contratada, com a categoria de técnica superior de 2.ª classe, desempenhará as suas funções no desenvolvimento e acompanhamento do projecto «Tecnologias da informação e comunicação para disponibilização de serviços na Região de Turismo da Rota da Luz». A remuneração é a correspondente ao índice 400. (Isento de fiscalização prévia.)

4 de Abril de 2005. — O Presidente, *Francisco da Encarnação Dias.*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas

Despacho (extracto) n.º 8472/2005 (2.ª série). — Por despacho do vogal do conselho de administração do IFADAP e INGA Dr. Ponte Zeferino de 21 de Março de 2005:

Maria da Conceição Rodrigues de Matos Pires da Beira, assistente administrativa especialista, escalão 5, índice 337 — exonerada, a seu pedido, do lugar do quadro de pessoal da função pública do

INGA a partir de 3 de Fevereiro de 2005, data da sua passagem ao regime de contrato individual de trabalho, com a categoria de técnico H, nível 9, nos termos do n.º 1 do artigo 30.º e dos n.os 1, 2 e 4 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 78/98, de 27 de Março, conjugados com o artigo 67.º do regulamento interno do INGA. (Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Março de 2005. — O Director-Coordenador, *Damasceno Dias.*

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 8473/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para apoio administrativo do meu Gabinete a assistente administrativa especialista Maria José Casimiro Dinis Caixado do quadro da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

12 de Março de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia.*

Despacho n.º 8474/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e nos artigos 3.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio chefe do meu Gabinete o mestre em Direito Guilherme Machado Dray, ficando autorizado a continuar a exercer as actividades previstas nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio.

2 — As remunerações a processar mensalmente serão as estabelecidas por lei para o cargo de chefe de gabinete, incluindo subsídio de férias, de Natal e de refeição, bem como o abono das despesas de representação.

12 de Março de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia.*

Despacho n.º 8475/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, em regime de requisição, o licenciado Francisco Guedes Landeira para exercer as funções de adjunto do meu Gabinete.

2 — As remunerações a processar mensalmente serão as estabelecidas por lei para o cargo de adjunto de gabinete, incluindo subsídio de férias, de Natal e de refeição, bem como o abono das despesas de representação.

12 de Março de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia.*

Despacho n.º 8476/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para apoio administrativo do meu Gabinete o assistente administrativo especialista José Rodrigues Chaves, do quadro da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

12 de Março de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia.*

Despacho n.º 8477/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para apoio administrativo do meu Gabinete a telefonista Maria Rosa Serrasqueiro Marques Pereira, do quadro da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

12 de Março de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia.*

Despacho n.º 8478/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para apoio administrativo do meu Gabinete a auxiliar administrativa Júlia Marques Cardoso, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

12 de Março de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia.*

Despacho n.º 8479/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para apoio administrativo do meu gabinete a impressora de artes gráficas Edna Carla Carmelino Martins Reis Gomes do quadro da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

12 de Março de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia.*

Despacho n.º 8480/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para apoio ao meu Gabinete o motorista de ligeiros António Inocêncio Pereira do quadro da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

12 de Março de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia.*

Despacho n.º 8481/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para apoio administrativo do meu Gabinete a assistente administrativa principal Anabela Pereira dos Santos do quadro da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

12 de Março de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia.*

Despacho n.º 8482/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para apoio administrativo do meu Gabinete a assistente administrativa principal Belmira Maria Santos Silva Fernandes, do quadro da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

12 de Março de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia.*

Despacho n.º 8483/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para apoio administrativo do meu Gabinete a assistente administrativa especialista Francisca Dezoito Marques dos Prazeres do quadro da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

12 de Março de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia.*

Despacho n.º 8484/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para apoio administrativo do meu Gabinete o assistente administrativo principal Luís Manuel Nunes Pinto da Costa, do quadro da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

12 de Março de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia.*

Despacho n.º 8485/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para apoio administrativo do meu Gabinete a auxiliar administrativa Maria Alice de Almeida Pires, do quadro da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

12 de Março de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia.*

Despacho n.º 8486/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para apoio administrativo do meu Gabinete a assistente administrativa principal Mariana Cardoso da Silva Cascalheira, do quadro da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

12 de Março de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia.*

Despacho n.º 8487/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para apoio administrativo do meu Gabinete o auxiliar administrativo

José Maria Ribeiro Cerqueira, do quadro da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

12 de Março de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia.*

Despacho n.º 8488/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para apoio administrativo do meu Gabinete a assistente administrativa especialista Maria Antónia Martins, do quadro da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

12 de Março de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia.*

Despacho n.º 8489/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, destaco para apoio ao meu Gabinete o motorista de ligeiros Francisco Joaquim Franjoso Gavelas, do quadro da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

12 de Março de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia.*

Despacho n.º 8490/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, delego no chefe do meu Gabinete, Guilherme Machado Dray, a competência para a prática dos seguintes actos, no âmbito do Gabinete do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações:

a) Gestão do pessoal do Gabinete;
b) Gestão do orçamento e autorizar, nos termos do Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de Abril, as alterações orçamentais que se revelem necessárias à sua execução e que não careçam da intervenção do Ministério das Finanças;
c) Autorizar a constituição de fundos de maneio por conta do orçamento do Gabinete;
d) Formular os pedidos de libertação de créditos e autorizar a emissão de meios de pagamento do meu Gabinete, nos termos dos artigos 17.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho;
e) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriados;
f) Autorizar o processamento de despesas resultantes de deslocações em serviço, com ou sem abono antecipado de ajudas de custo;
g) Autorizar a requisição de passaportes de serviço oficial, nos termos do Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de Maio, a favor de individualidades designadas por mim e cuja viagem constitua encargo do Gabinete;
h) Autorizar a requisição de guias de transporte, incluindo a via aérea, ou utilização de viatura própria por membros do Gabinete ou por individualidades que tenham de se deslocar em serviço do mesmo;
i) Autorizar a aquisição de passes sociais ou assinaturas para utilização em transportes públicos relativamente a deslocações em serviço oficial;
j) Autorizar o pessoal do Gabinete a conduzir viaturas afectas ao Gabinete, nos termos do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro;
k) Autorizar a utilização de carro de aluguer, quando indispensável e o serviço o exigir;
l) Autorizar o processamento de despesas cujas facturas, por motivo justificado, derem entrada nos serviços além do prazo regulamentar;
m) Autorização de despesas com a aquisição de bens e serviços por conta das dotações orçamentais do Gabinete, nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 197/99, de 8 de Junho, e 104/2002, de 12 de Abril, até ao limite dos montantes referidos nas competências atribuídas aos directores-gerais;
n) Autorização para a prática de actos correntes relativos às funções específicas do Gabinete sobre as quais tenha havido orientação prévia e, também, de grupos de trabalho, comissões, serviços ou programas especiais que funcionem na dependência directa do Gabinete;
o) Autorização para o uso de avisão no continente.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 12 de Março de 2005, ficando por este meio ratificados os actos entretanto praticados.

21 de Março de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia.*

Despacho n.º 8491/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o licenciado Pedro Artur Saraiva Alves de Abreu para exercer as funções de adjunto do meu Gabinete.

2 — As remunerações a processar mensalmente serão as estabelecidas por lei para o cargo de adjunto de gabinete, incluindo subsídio de férias, de Natal e de refeição, bem como o abono das despesas de representação.

23 de Março de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia.*

Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes

Despacho n.º 8492/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, e ao abrigo do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, delego no chefe do meu Gabinete, licenciado António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes, a competência para a prática dos seguintes actos:

a) Despachar os assuntos de gestão corrente do Gabinete;
b) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso semanal, complementar e feriados, bem como o respectivo pagamento;
c) Autorizar o pagamento de despesas resultantes de deslocações em serviço, com ou sem abono antecipado de ajudas de custo;
d) Autorizar despesas eventuais de representação do Gabinete até ao montante de € 500;
e) Autorizar despesas com a aquisição de bens e serviços por conta das dotações orçamentais do Gabinete, nos termos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao montante estabelecido na lei para os directores-gerais;
f) Autorizar a constituição e movimentação de fundos permanentes até ao montante máximo correspondente a um duodécimo da dotação orçamental;
g) Autorizar a requisição de passaportes especiais nos termos do Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de Maio, a favor de individualidades designadas por mim para se deslocarem ao estrangeiro e cuja viagem constitua encargo do Gabinete;
h) Autorizar a deslocação e a requisição de guias de transporte, incluindo via aérea, ou utilização de viatura própria, por membros do Gabinete ou individualidades que tenham de se deslocar em serviço do Gabinete;
i) Gestão do orçamento do Gabinete e autorizar, nos termos do Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de Abril, as alterações orçamentais que se revelem necessárias à sua execução e que não careçam de intervenção do Ministro das Finanças;
j) Autorizar a antecipação de duodécimos;
k) Autorizar a utilização de avião no continente, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril;
l) Autorizar a constituição de fundos de maneio, bem como as despesas por conta do orçamento do Gabinete, nos termos do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho;
m) Formular os pedidos de libertação de créditos e autorizar a emissão de meios de pagamento do meu Gabinete, nos termos dos artigos 17.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de Março de 2005, ficando ratificados todos os actos entretanto praticados.

24 de Março de 2005. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino.*

Despacho n.º 8493/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos artigos 2.º, 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Eunice Jemina de Gouveia Serra Morais, em regime de requisição, para exercer as funções de minha secretária pessoal, com efeitos a partir de 15 de Março de 2005.

24 de Março de 2005. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino.*

Despacho n.º 8494/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, é destacada a auxiliar administrativa do quadro do pessoal da Secretaria-Geral deste Ministério, Maria Adelina Fernandes Ribeiro Cardoso, para prestar serviço no meu Gabinete.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de Março de 2005.

24 de Março de 2005. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino.*

Despacho n.º 8495/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, autorizo a prestação de trabalho extraordinário, inclusive em dias de descanso semanal, complementar e feriados, ao pessoal que presta serviço neste Gabinete, designadamente em regime de destacamento ou requisição.
2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de Março de 2005.

24 de Março de 2005. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino.*

Despacho n.º 8496/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos artigos 2.º, 3.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o licenciado António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com efeitos a partir de 15 de Março de 2005, para exercer as funções de chefe do meu Gabinete.

24 de Março de 2005. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino.*

Despacho n.º 8497/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 2.º, 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o licenciado Paulo José da Silva Magina, com efeitos a partir de 15 de Março de 2005, para exercer as funções de adjunto do meu Gabinete, em regime de requisição, com opção pela remuneração mensal e demais regalias correspondentes ao cargo de origem, acrescida das despesas de representação estabelecidas por lei.
2 — O nomeado é autorizado a exercer as actividades previstas no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio, sem prejuízo para o desempenho das suas funções.

24 de Março de 2005. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino.*

Despacho n.º 8498/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos artigos 2.º, 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Vera da Conceição Mendes Silva, com efeitos a partir de 15 de Março de 2005, para exercer as funções de minha secretária pessoal.

24 de Março de 2005. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino.*

Despacho n.º 8499/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, obtida a anuência do conselho de administração dos CTT Correios de Portugal, destaco o motorista José Custódio Cardoso de Brito, com efeitos a partir de 15 de Março de 2005, para prestar serviço no meu Gabinete, sendo abonado no subsídio de risco e horas extraordinárias pelo orçamento do meu Gabinete.

24 de Março de 2005. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino.*

Despacho n.º 8500/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, obtida a anuência do conselho de administração da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S. A., destaco o motorista António Manuel Gonçalves Delgado, com efeitos a partir de 15 de Março de 2005, para prestar serviço no meu Gabinete, sendo abonado no subsídio de risco e horas extraordinárias pelo orçamento do meu Gabinete.

24 de Março de 2005. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino.*

Despacho n.º 8501/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, obtida a anuência do conselho de administração da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S. A., destaco o motorista Armando Abade dos Santos Vieira, com efeitos a partir de 17 de Março de 2005, para prestar serviço no meu Gabinete, sendo abonado no subsídio de risco e horas extraordinárias pelo orçamento do meu Gabinete.

24 de Março de 2005. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino.*

Comissão de Planeamento de Emergência do Transporte Marítimo

Despacho n.º 8502/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 153/91, de 23 de Abril, e para os efeitos do disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, designo para exercer funções de secretariado na Comissão de Planeamento de Emergência do Transporte Marítimo Lucinda Soares Borges Santos. O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Março de 2005. — O Presidente, *Eduardo da Silva Martins.*

Direcção-Geral de Transportes Terrestres

Despacho (extracto) n.º 8503/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de Transportes Terrestres de 5 de Abril de 2005:

Lídia Maria Henriques Ferreira dos Santos, assistente administrativa especialista da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Transportes Terrestres — nomeada para exercer, em regime de substituição, e pelo período de 60 dias, salvo se estiver em curso procedimento tendente à nomeação de novo titular, ao abrigo e nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicável por força do disposto no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, as funções de chefe da secção de serviços gerais, da Direcção de Serviços de Administração e Organização. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Abril de 2005. — A Directora de Serviços de Administração e Organização, *Maria Gilda Macedo Costa.*

Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Deliberação (extracto) n.º 552/2005. — Por deliberação de 30 de Março de 2005 da direcção do Laboratório Nacional de Engenharia Civil:

Sandra Isabel Pereira Tomás e Pedro Filipe Puga da Fonseca Velo, técnicos superiores estagiários, da carreira de técnico superior, em regime de comissão de serviço extraordinária — nomeados definitivamente técnicos superiores de 2.ª classe, escalão 1, índice 400, produzindo efeitos a 30 de Março, considerando-se exonerados dos lugares de assistente administrativa principal e assistente administrativo especialista, respectivamente, com efeitos a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Março de 2005. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Ana Paula Seixas Morais.*

Deliberação (extracto) n.º 553/2005. — Por delberação de 5 de Abril de 2005 da direcção do Laboratório Nacional de Engenharia Civil:

Rui Manuel Magro Monteiro, especialista de informática, grau 2, nível 1 — designado para o exercício de funções de coordenador técnico, com um acréscimo remuneratório de 60 pontos indiciários, pelo período de dois anos, com efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República.*

5 de Abril de 2005. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Ana Paula Seixas Morais.*

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social

Despacho n.º 8504/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer as funções de assessoria ao meu Gabinete, no âmbito das respectivas qualificações profissionais, a licenciada Carla Susana de Oliveira Ferreira, sendo para o efeito destacada do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu.

2 — A presente nomeação terá a duração de um ano, renovável, estabelecendo-se para a nomeada a remuneração mensal equiparada à dos adjuntos do Gabinete, incluindo subsídios de férias, de Natal e de refeição e despesas de representação.

3 — O respectivo serviço de origem abonará a nomeada com a remuneração que lhe compete, sendo a diferença suportada por verbas do orçamento do meu Gabinete.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 30 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — O Secretário de Estado da Segurança Social, *Pedro Manuel Dias de Jesus Marques.*

Despacho n.º 8505/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer as funções de assessoria ao meu Gabinete, no âmbito das respectivas qualificações profissionais, o licenciado Fernando Pompeu Lima e Viega Santos Costa, sendo para o efeito destacado do Instituto da Segurança Social.

2 — A presente nomeação terá a duração de um ano, renovável, estabelecendo-se para o nomeado a remuneração mensal equiparada à dos adjuntos do Gabinete, incluindo subsídios de férias, de Natal e de refeição e despesas de representação.

3 — O respectivo serviço de origem abonará o nomeado com a remuneração que lhe compete, sendo a diferença suportada por verbas do orçamento do meu Gabinete.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 4 de Abril de 2005.

4 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado da Segurança Social, *Pedro Manuel Dias de Jesus Marques.*

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação

Despacho n.º 8506/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer as funções de apoio administrativo neste Gabinete Sandra Cristina Graça Saraiva dos Anjos, auferindo a remuneração mensal estabelecida para o cargo de secretária pessoal, com direito à percepção dos subsídios de férias, de Natal e de refeição no montante correspondente ao daquele cargo, sendo para o efeito requisitada ao Partido Socialista.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 4 de Abril de 2005.

31 de Março de 2005. — A Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, *Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz.*

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 8507/2005 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Abril de 2005 do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social:

Licenciado António Paulo Salvado de Lima Moreira — exonerado a seu pedido do cargo de secretário-geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, com efeitos a partir de 9 de Abril de 2005, inclusive.

5 de Abril de 2005. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Adelino Bento Coelho.*

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.

Deliberação n.º 554/2005. — Por deliberação do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., de 31 de Março de 2005:

Lucília Conceição Lourenço Alcântara Martins, Maria de Nazaré Antónia Martins Cardoso Paiva e Emília Maria Mendes Martins Preto Santos, técnicas profissionais especialistas do quadro de pessoal do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., remuneradas pelo escalão 5, índice 337 — nomeadas na sequência de concurso na categoria de técnico profissional especialista principal, do mesmo quadro de pessoal, remuneradas pelo escalão 5, índice 360, com efeitos a 31 de Março de 2005, considerando-se exoneradas dos anteriores lugares a partir da data da aceitação dos novos lugares.

Maria Dulce Amaral Bento Araújo, Maria Luísa Salema Leal de Matos, Artur Manuel Augusto Costa Santos e Carlos Alberto Gouveia Duarte Coelho, técnicos profissionais especialistas do quadro de pessoal do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., remunerados pelo escalão 4, índice 316 — nomeados na sequência de concurso na categoria de técnico profissional especialista principal do mesmo quadro de pessoal, remunerados pelo escalão 2, índice 326, com efeitos a 31 de Março de 2005, considerando-se exonerados dos anteriores lugares a partir da data da aceitação dos novos lugares.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Abril de 2005. — A Directora de Carreiras e Desenvolvimento, *Isabel Rodrigues.*

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Évora

Aviso n.º 4150/2005 (2.ª série). — Nos termos do que dispõe o n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que foi afixada para consulta a lista de antiguidade respeitante ao ano de 2004 do pessoal do quadro do ex-Centro Regional de Segurança Social do Alentejo, em exercício de funções no Centro Distrital de Segurança Social de Évora.

Da organização da lista cabe reclamação, a deduzir no prazo de 30 dias consecutivos a contar da data da publicação deste aviso.

4 de Abril de 2005. — O Director, *Luís A. Alves Morais.*

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Centro

Listagem n.º 106/2005. — Em cumprimento do disposto do artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de Março, faz-se público que a Administração Regional de Saúde do Centro, com sede na Alameda de Júlio Henriques, 3000-457 Coimbra, no ano de 2004, efectuou, ao abrigo do supracitado diploma legal, as adjudicações de empreitadas de obras públicas na listagem anexa.

4 de Abril de 2005. — O Presidente do Conselho de Administração, *Fernando Andrade.*

Obras públicas adjudicadas em 2004

Designação da empreitada	Forma de atribuição	Valor (s/IVA)	Entidade adjudicatária
Administração Regional de Saúde do Centro			
Hospital Distrital de Oliveira de Azeméis — ampliação e remodelação, 2.ª fase.	Concurso público	2 100 521,07	Manuel Rodrigues Gouveia.
Hospital Dr. Francisco Zagalo, Ovar — construção da nova central térmica.	Concurso público	144 885,63	ECOFLUÍDO, L.da
Hospital de Sousa Martins, Guarda — substituição de placas de granito.	Ajuste directo	7 640	Cipriano Pereira Carvalho & Filhos, L.da
Sub-Região de Saúde da Guarda			
Centro de Saúde de Manteigas — construção e remodelação.	Concurso público	643 321,25	CONSTROPE — Construção Civil e Obras Públicas.

Designação da empreitada	Forma de atribuição	Valor (s/IVA)	Entidade adjudicatária
Centro de Saúde de Gouveia — construção	Concurso público	2 378 247,64	Manuel Rodrigues Gouveia, S. A.
Sede — auditório — remodelação	Concurso público	194 994,91	António Ascenção Coelho & Filhos, S. A.
Centro de Saúde de Pinhel — projecto e construção	Concurso público	1 547 423,87	CONDOP — Construção e Obras Públicas, S. A.
Sub-Região de Saúde de Aveiro			
Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis — empreitada de construção novo edifício.	Concurso público	2 081 938,08	CONDOP — Construção e Obras Públicas, S. A.
Sub-Região de Saúde de Viseu			
Centro de Saúde de Lamego — obras de beneficiação e conservação.	Concurso limitado sem publicação em anúncio.	85 563,68	José Nogueira Elias, L.da
Sub-Região de Saúde de Leiria	Concurso público	317 750	QUIMLENA, Construções, L.da
Extensão de Saúde de São Mamede — construção			
Extensão de Saúde de Avelar — construção	Concurso público	398 969,76	José Nogueira Elias, L.da
Centro de Saúde Prof. Doutor Arnaldo Sampaio — construção.	Concurso público	1 941 829	Manuel Rodrigues Gouveia, S. A.
Extensão de Saúde de Gândara dos Olivais — remodelação do edifício.	Ajuste directo	5 200	LITOBRAS, L.da
Centro de Saúde da Marinha Grande — remodelação da saúde pública.	Ajuste directo	10 750	LITOBRAS, L.da
Centro de Saúde de Alvaiázere — remodelação	Ajuste directo	1 350	ODRAUDE — Construção Civil e Obras Públicas, L.da
Sede — aprovisionamento e remodelação	Ajuste directo	4 050	António Brites Pereira L.da
Extensão de Saúde de Bairradas — Pintura do edifício	Ajuste directo	1 050	Fernando Silva Paiva.
Centro de Saúde da Batalha — remodelação	Ajuste directo	2 737,80	Canal Batalha, L.da
Sede — Heróis de Angola, 59 — remodelação	Ajuste directo	2 495	António Brites Pereira L.da
CDP de Leiria — remodelação e adaptação de WC para deficientes.	Ajuste directo	9 423,35	Paulo Silva Santos, L.da
Centro de Saúde Ansião — remodelação	Ajuste directo	4 975	José Nogueira Elias, L.da
Centro de Saúde Dr.Gorjão Henriques — pintura	Ajuste directo	8 856	Paulo Silva Santos, L.da
Extensão de Saúde de Famalicão — remodelação	Ajuste directo	2 045	HABICISTER, L.da
Extensão de Saúde de Valado de Frades — remodelação.	Ajuste directo	2 758	HABICISTER, L.da
Extensão de Saúde de Santa Eufémia, Souto da Carpalhosa, Bidoeira e Caranguejeira — remodelação, construção de rampas e adaptação de WC para deficientes.	Ajuste directo	3 830	LITOBRAS, L.da
Centro de Saúde de Porto de Mós — remodelação e construção de rampa.	Ajuste directo	2 250	Sobrado — Construções, L.da
Sub-Região de Saúde de Castelo Branco	Ajuste directo	1 100	Carlos Alberto de Jesus Quelhas.
Centro Saúde da Covilhã — remodelação e adaptação			
Sede — Rua dos Heróis de Dradrá — reparação	Ajuste directo	33,61	STRUALBI — Estruturas de Alumínio, L.da
Sede — Rua dos Heróis de Dradrá — alteração	Ajuste directo	152,44	SOBAITE — Sociedade Comercial Informática, L.da
Ex-SLAT de Castelo Branco — reparação e conservação.	Ajuste directo	1 642,55	Isidro Martinho Prata & Filhos, L.da
Centro de Saúde de Castelo Branco — reparação e conservação.	Ajuste directo	815	Isidro Martinho Prata & Filhos, L.da
Centro de Saúde de Vila Velha de Ródão — reparação.	Ajuste directo	45,14	José Francisco da Conceição.
Sede — Rua dos Heróis de Dradrá — alteração	Ajuste directo	1 424,85	José Francisco da Conceição.
Centro de Saúde de Penamacor — beneficiação	Consulta prévia	17 420	AMBISTORE, Instalações Mecânicas e Eléctricas, L.da
Sede — Rua dos Heróis de Dradrá — reparação	Ajuste directo	120	Irmãos Jacinto, L.da
Centro de Saúde de Idanha-a-Nova — conservação	Ajuste directo	485,24	Juarez & Gomes Marçalo.
Centro de Saúde da Sertã — reparação	Consulta prévia	10 000	PROENGEL, Projectos de Engenharia e Arquitectura.
Centro de Saúde do Fundão — reparação	Ajuste directo	880	Carlos Alberto Pombo.
Extensão de Saúde de Vila do Carvalho — alteração e reparação.	Ajuste directo	425	Carlos Alberto de Jesus Quelhas.
Extensão de Saúde de Vila do Carvalho — construção	Consulta prévia	3 000	Carlos Alberto de Jesus Quelhas.
Sede — Rua dos Heróis de Dradrá — reparação e conservação.	Ajuste directo	299,17	José Francisco da Conceição.
Sede — Rua dos Heróis de Dradrá — reparação e conservação.	Ajuste directo	507,54	Abílio Bicho Pinto.
Centro de Saúde de Vila de Rei — construção e ampliação.	Concurso público	1 399 790	TENSOR, Construção Civil, L.da
Centro de Saúde de Vila de Rei — adaptação	Consulta prévia	1 618	Aníbal Laranjeira.
Centro de Saúde de Vila de Rei — adaptação	Consulta prévia	1 150	Valresa Lacca.
Centro de Saúde de Vila de Rei — adaptação	Consulta prévia	2 145,30	MALINCONSUL, L.da
Centro de Saúde de Vila de Rei — adaptação	Consulta prévia	4 179,83	Manuel Gaspar & Martins, L.da
Centro de Saúde de Castelo Branco — construção	Concurso público	1 617 309,56	Manuel Rodrigues Gouveia, S. A.
Centro de Saúde de Oleiros — construção	Concurso público	1 290 257,40	CONDOP — Construção e Obras Públicas, S. A.

Sub-Região de Saúde de Viseu

Contrato n.º 982/2005. — *Centro de Saúde de Viseu 2 — Viseu Norte.* — Nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, e da alínea *n*) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 335/93, de 29 de Setembro, entre a Administração Regional de Saúde do Centro, representada pelo seu presidente, Fernando Carlos Branco Marques Andrade, adiante designada como primeira outorgante, e a Câmara Municipal de Viseu, representada pelo seu presidente, Fernando de Carvalho Ruas, adiante designada como segunda outorgante, é celebrado o presente contrato-programa, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

Objecto

O presente contrato-programa tem por objecto a cooperação técnica e financeira para a construção do edifício destinado ao funcionamento do Centro de Saúde de Viseu 2 — Viseu Norte.

Cláusula 2.ª

Obrigações

1 — À primeira outorgante, no âmbito do presente contrato-programa, cabe:

Aprovar o terreno e, consequentemente, a localização do edifício;
Elaborar e aprovar o programa funcional do Centro de Saúde;
Aprovar o processo de projecto/construção do edifício;
Financiar a construção do edifício;
Elaborar e aprovar o projecto de equipamento geral e médico;
Assumir o lançamento e a adjudicação do fornecimento de equipamento geral e médico, através da Sub-Região de Saúde de Viseu;
Financiar o equipamento, geral e médico, do Centro de Saúde na totalidade.

2 — À segunda outorgante, no âmbito do presente contrato-programa, cabe:

Disponibilizar o terreno para a construção, devendo tal terreno ser dotado das necessárias infra-estruturas exteriores de águas, esgotos e electricidade, bem como de acessos;
Elaborar o processo de projecto/construção do edifício, de acordo com o programa funcional e com as condições técnicas apresentadas pela primeira outorgante, documentos que fazem parte do presente contrato-programa e a ele são anexados;
Fazer aprovar, pela primeira outorgante, o processo de projecto/construção do edifício do Centro de Saúde;
Assumir o lançamento, a adjudicação e a execução da obra, incluindo a contratação do responsável pela higiene e segurança dos trabalhos e da equipa de fiscalização da empreitada.

Cláusula 3.ª

Encargos, execução e fiscalização da obra

1 — A previsão do encargo com a construção do edifício e seu equipamento é de € 3 294 560.

2 — Para efeitos de coordenação e acompanhamento das obras, deve ser constituída uma comissão composta por elementos indicados pela segunda outorgante e na qual a primeira outorgante se fará representar por um elemento a indicar pela Sub-Região de Saúde de Viseu.

3 — A comissão constituída nos termos do número anterior tutelará as equipas responsáveis pela higiene e segurança dos trabalhos e pela fiscalização da empreitada, devendo emitir parecer quanto a reclamações, prorrogações de prazo, revisões de preço, alterações e rescisão dos trabalhos, no âmbito da empreitada de construção do edifício, propondo procedimentos que terão de ser previamente aprovados pelo conselho de administração da primeira outorgante.

Cláusula 4.ª

Responsabilidade financeira

Os encargos resultantes do presente contrato-programa serão suportados pelo orçamento da Administração Regional de Saúde do Centro, através do PIDDAC e de fundos comunitários.

Cláusula 5.ª

Horizonte temporal de execução

A obra de construção do Centro de Saúde de Viseu 2 — Viseu Norte iniciar-se-á em 2005, devendo estar concluída até ao final do ano de 2006.

Cláusula 6.ª

Propriedade do imóvel

O edifício destinado ao Centro de Saúde de Viseu 2 — Viseu Norte será propriedade da Administração Regional de Saúde do Centro.

Cláusula 7.ª

Casos omissos

Os casos omissos no presente contrato-programa serão objecto de acordo entre as outorgantes, com respeito pelo disposto na lei geral.

10 de Dezembro de 2004- — O Presidente do Conselho de Administração da Administração Regional de Saúde do Centro, *Fernando Carlos Branco Marques Andrade.* — O Presidente da Câmara Municipal de Viseu, *Fernando de Carvalho Ruas.*

Homologo.

10 de Dezembro de 2004. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, *Mário Patinha Antão.*

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo

Sub-Região de Saúde de Santarém

Rectificação n.º 615/2005. — Por ter saído com inexactidão a publicação inserta no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 58, de 23 de Março de 2005, a pp. 4677 e 4678, relativamente à publicação da lista de classificação final referente ao concurso identificado interno de ingresso para provimento de 35 lugares na categoria de enfermeiro, da carreira de enfermagem, aberto através do aviso de abertura n.º 967/2004, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 22, de 27 de Janeiro de 2004, rectifica-se que onde se lê «66.º João Luís Soares Lopes» deve ler-se «66.º João Luís Soares Paulo».

5 de Abril de 2005. — O Coordenador, *Fernando Manuel de Almeida Afoito.*

Administração Regional de Saúde do Norte

Despacho n.º 8508/2005 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Março de 2005 do presidente do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Norte:

António Guilherme Almeida Gonçalves, assistente graduado de saúde pública no Centro Regional de Saúde Pública do Norte — concedido o prolongamento de equiparação a bolseiro, em regime de tempo inteiro a 1 de Setembro a 30 de Novembro de 2005.

6 de Abril de 2005. — Pelo Conselho de Administração, a Vogal, *Aurora Aroso.*

Sub-Região de Saúde do Porto

Aviso n.º 4151/2005 (2.ª série). — 1 — Faz-se público que, por despacho de 26 de Outubro de 2004 da coordenadora desta Sub-Região de Saúde, no uso de competência delegada, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República,* concurso interno de ingresso para admissão a estágio e posterior provimento de três lugares na categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior, do regime geral, constantes do quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde do Norte, Sub-Região de Saúde do Porto, serviços de âmbito sub-regional, aprovado pela Portaria n.º 772-B/96, de 31 de Dezembro, e publicada no *Diário da República,* 1.ª série-B, n.º 302, de 31 de Dezembro de 1996, para as seguintes áreas:

Referência A — um lugar para a área de organização;
Referência B — dois lugares para as áreas de planeamento e estatística.

1.1 — Legislação aplicável ao presente concurso:

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e legislação complementar;
Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;
Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

2 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido para o provimento dos lugares postos a concurso nas referidas áreas e para os que possam ocorrer no prazo de um ano contado a partir da publicação da lista de classificação final, nas mesmas áreas.

4 — Local de trabalho — serviços de âmbito sub-regional desta Sub-Região de Saúde.

5 — Conteúdo funcional — compete genericamente ao técnico superior conceber, adoptar e ou aplicar métodos e processos técnico-científicos, elaborando estudos, de âmbito geral ou especializado, executados com autonomia e responsabilidade, tendo em vista a tomada de decisão superior sobre medidas de política e gestão que interessem à Administração no âmbito desta Sub-Região de Saúde, nomeadamente ao conteúdo funcional nas áreas de organização e planeamento e estatística.

6 — Remuneração e condições de trabalho — a remuneração é a correspondente à respectiva categoria, nos termos do disposto no anexo do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários e agentes da Administração Pública.

7 — Requisitos de admissão a concurso:

7.1 — Requisitos gerais — os constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

7.2 — Requisitos especiais:

7.2.1 — Ser funcionário ou agente, nos termos do n.º 1 ou do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e detentores de licenciaturas adequadas aos lugares a prover, legalmente reconhecidas, nas seguintes áreas de formação: Gestão, Economia, Matemática, Sociologia, Geografia, Administração Pública e Informática.

8 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar serão os seguintes:

a) Prova de conhecimentos gerais;
b) Prova de conhecimentos específicos;
c) Avaliação curricular.

8.1 — As provas de conhecimentos gerais e específicos revestirão a forma escrita, tendo a primeira a duração de uma hora e trinta minutos e a segunda de três horas, de acordo com o programa das provas em anexo, visando avaliar o nível de conhecimentos académicos e profissionais exigíveis para o exercício da função.

8.2 — Durante as provas é apenas permitida consulta à legislação mencionada no anexo.

9 — Os candidatos admitidos serão notificados, com a devida antecedência, da data, da hora e do local da realização das provas, nos termos do n.º 2 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

10 — Na avaliação curricular ponderar-se-ão os seguintes factores:

a) Habilitação académica de base, onde se pondera a titularidade do grau académico;
b) Formação profissional, onde se ponderam as acções de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as áreas postas a concurso;
c) Experiência profissional, em que se pondera o desempenho efectivo de funções nas áreas postas a concurso, bem como outras capacitações adequadas, com avaliação da sua natureza e duração.

11 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

12 — Formalização das candidaturas:

12.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido à coordenadora da Sub-Região de Saúde do Porto, a entregar directamente na Divisão de Gestão de Recursos Humanos, sita à Rua Nova de São Crispim, 380-384, 4049-002 Porto, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado neste aviso, atendendo-se, neste último caso, à data do registo.

12.2 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, se for caso disso, residência, código postal e telefone);
b) Habilitações literárias;
c) Pedido para ser admitido ao concurso;
d) Identificação do concurso, mediante indicação do número do aviso, da data e da página do *Diário da República* onde se encontra publicado o aviso de abertura e da referência a que se candidata;
e) Identificação dos documentos que acompanham o requerimento, bem como a sua sumária caracterização;
f) Quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes para a apreciação do seu mérito;
g) Declaração, sob compromisso de honra, de que reúne os requisitos gerais de provimento constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, a qual dispensa a apresentação dos documentos comprovativos dos mesmos.

13 — Os requerimentos de candidatura deverão ser obrigatoriamente acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

a) Declaração do serviço a que se encontra vinculado, devidamente autenticada, comprovativa da existência e natureza do vínculo e do tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública;
b) Documento comprovativo das habilitações literárias, de onde conste o plano curricular da licenciatura emitido pelo respectivo estabelecimento de ensino;
c) Currículo profissional (três exemplares, datados e assinados), sendo que todas as declarações constantes do currículo e referentes à formação profissional deverão ser comprovadas com documentos adequados, sob pena de não serem consideradas.

14 — O júri pode exigir a qualquer dos candidatos, no caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

15 — Regime de estágio:

15.1 — O estágio, com carácter probatório, terá a duração de um ano e reger-se-á pelo disposto no Regulamento do Estágio para Ingresso nas Carreiras Técnica Superior e Técnica dos Hospitais e Administrações Regionais de Saúde, aprovado pelo despacho ministerial n.º 23/94, de 10 de Maio, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 132, de 8 de Junho de 1994.

15.2 — A frequência do estágio será feita em regime de comissão de serviço extraordinária ou contrato administrativo de provimento, conforme, respectivamente, os candidatos possuam ou não nomeação definitiva.

16 — A relação dos candidatos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos do disposto nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e afixadas no expositor do átrio da sede desta Sub-Região de Saúde, sita à Rua Nova de São Crispim, 380-384, Porto.

17 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei penal.

18 — Composição do júri — o júri do concurso e de estágio terá a seguinte composição:

Presidente — Dr. António Américo Ventura Pinto Coelho, chefe de divisão desta Sub-Região de Saúde.
Vogais efectivos:

Dr. Joaquim José Jesus Sá Vieira Mouta, técnico superior principal desta Sub-Região de Saúde, que substituirá o presidente nas suas ausências e impedimentos.
Dr. Jorge Miguel Alves Cunha Teles, técnico superior de 2.ª classe desta Sub-Região de Saúde.

Vogais suplentes:

Dr.ª Maria Helena Pina Lemos, assessora desta Sub-Região de Saúde.
Dr.ª Maria Rosário Pinto Carneiro, assessora desta Sub-Região de Saúde.

5 de Abril de 2005. — A Coordenadora, *Maria Georgina Cruz.*

ANEXO

Programa das provas de conhecimentos

A) Legislação necessária à preparação da prova de conhecimentos gerais:

1 — Direitos e deveres da função pública e deontologia profissional — regime de férias faltas e licenças (Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio);

1.1 — Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública (Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho);

1.2 — Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública (Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro);
1.3 — Deontologia do serviço público (Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, «Carta ética», do Secretariado da Modernização Administrativa).
2 — Atribuições e competências próprias do serviço para o qual é aberto o concurso:

Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto — Lei de Bases da Saúde;
Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro — Estatuto do Serviço Nacional de Saúde;
Decreto-Lei n.º 335/93, de 29 de Setembro — administrações regionais de saúde;
Decreto-Lei n.º 60/2003, de 1 de Abril — rede dos cuidados de saúde primários.

B) As provas de conhecimentos específicos versará sobre os seguintes temas:

Decreto-Lei n.º 173/2003, de 1 de Agosto;
Portaria n.º 103/2004, de 23 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 242/2004, de 31 de Dezembro;
Decreto-Lei n.º 118/92, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 305/98, de 7 de Outubro, 205/2000, de 1 de Setembro, e 90/2004, de 20 de Abril;
Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 335/93, de 29 de Setembro;
Decreto-Lei n.º 10/2004, de 22 de Março;
Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio;
Decreto-Lei n.º 185/2002, de 20 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 60/2003, de 1 de Abril;
Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto;
Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro;
Decreto-Lei n.º 281/2003, de 8 de Novembro;
Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro;
Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 53/98, de 11 de Março, 97/98, de 18 de Abril, e 68/2000, de 26 de Abril;
Critérios de programação funcional dos novos centros de saúde.

A legislação aplicável à prova de conhecimentos específicos poderá ser levantada na Divisão de Apoio Técnico/Documentação desta Sub-Região de Saúde.
Bibliografia específica:

Imperatori, Emílio e Giraldes, Maria Rosário, *Metodologia do Planeamento em Saúde,* Edições Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública — área de planeamento e estatística;
Gestão das Organizações, Sebastião Teixeira, pp. 2 a 182 — área de organização.

Direcção-Geral da Saúde

Centro Hospitalar de Cascais

Aviso n.º 4152/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada no expositor do Serviço de Pessoal do Centro Hospitalar de Cascais, a lista de antiguidade dos funcionários reportada a 31 de Dezembro de 2003.
Da referida lista cabe reclamação a deduzir no prazo de 10 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República,* nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do citado diploma legal.

30 de Março de 2005. — O Presidente do Conselho de Administração, *A. Pimentel Serra.*

Aviso n.º 4153/2005 (2.ª série). — *Listagem de empreitadas adjudicadas em 2004 ao abrigo do artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março:*

Designação	Valor adjudicado (em euros) (com IVA)	Adjudicatário	Tipo de procedimento
Concepção, projecto e obras de remodelação e beneficiação da cozinha do HCCG.	60 467,59	Comprojecto, L.da	Concurso público.
Impermeabilização do terraço e montagem de portas e janelas no serviço de fisioterapia.	18 271,52	Jovino António R. Fidalgo	Concurso público.
Obras de ampliação do serviço de urgência do CHC	15 505,70	Manuel Esteves Moreira, L.da	Consulta prévia.
Obras de remodelação da cozinha do HOJA	82 207,02	Progenho, L.da	Consulta prévia.
Fornecimento e montagem de clarabóias para cozinha	4 010,30	José Antunes Gonçalves	Ajuste directo.
Obras de isolamento e impermeabilização da cobertura dos SIE	1 071	José Antunes Gonçalves	Ajuste directo.
Obras de remodelação de vários serviços no HOJA	11 702,01	José Antunes Gonçalves	Ajuste directo.
Obras e trabalhos diversos de demolição e limpeza de infra-estruturas.	1 047,20	José Antunes Gonçalves	Ajuste directo.
Obras de remodelação da urgência pediátrica no HCCG	5 864,74	Manuel Esteves Moreira	Ajuste directo.
Trabalhos a mais referentes à impermeabilização do terraço	1 473,65	Jovino António R. Fidalgo	Ajuste directo.
Trabalhos a mais referentes às obras de ampliação do serviço de urgência	3 875,24	Manuel Esteves Moreira, L.da	Ajuste directo.
Obras e reparações diversas no HOJA e no HCCG	4 612,41	José Antunes Gonçalves	Ajuste directo.
Obras de beneficiação de acesso à garagem no HOJA	5 282,77	José Antunes Gonçalves	Ajuste directo.
Obras/reparações no armazém n.º 2 do HOJA e corredor da cozinha	4 090,76	José Antunes Gonçalves	Ajuste directo.
Fornecimento e montagem de rede de gases medicinais no serviço de obstetrícia.	4 132,49	Air Liquide, S. A.	Ajuste directo.
Colocação e fornecimento de vãos de madeira e chapas em inox no bloco operatório do HOJA.	2 058,70	Francisco João Lima Rodrigo	Ajuste directo.
Reparação de infiltrações de água no bloco operatório do HOJA	1 011,50	Albano Pires Mariano	Ajuste directo.
Reparação de esgotos no serviço de medicina e cirurgia no HCCG	714	Albano Pires Mariano	Ajuste directo.
Obras de beneficiação do quarto dos médicos	1 166,20	José Antunes Gonçalves	Ajuste directo.
Obras de beneficiação do SIE	5 888,22	José Antunes Gonçalves	Ajuste directo.
Reparação de canalizações e lavatórios nas cisternas e serviço de medicina.	654	Albano Pires Mariano	Ajuste directo.
Reparação da cobertura do 3.º piso e substituição de placas de lusalite.	291,55	Albano Pires Mariano	Ajuste directo.
Trabalhos diversos no serviço de urgência	1 707,65	Manuel Esteves Moreira, L.da	Ajuste directo.
Trabalhos diversos de construção civil no HCCG	4 154,99	José Antunes Gonçalves	Ajuste directo.
Beneficiação de compartimento no HOJA para instalação temporária da jurista.	1 130,50	José Antunes Gonçalves	Ajuste directo.
Isolamento de tubagem exterior do HCCG	372,83	Vaporel, L.da	Ajuste directo.
Reparação de painel de azulejos no refeitório do HOJA	583,10	José Antunes Gonçalves	Ajuste directo.
Obras de isolamento do terraço do serviço de radiologia	5 223,41	José Antunes Gonçalves	Ajuste directo.
Modificação da instalação AVAC	6 140,40	Trane — Aire Condicionado	Ajuste directo.
Reparação de dispensa junto às câmaras frigoríficas	1 606,50	José Antunes Gonçalves	Ajuste directo.
Reparação de infiltrações no WC do serviço de cardiologia	949,62	José Antunes Gonçalves	Ajuste directo.

Designação	Valor adjudicado (em euros) (com IVA)	Adjudicatário	Tipo de procedimento
Obras de isolamento do terraço da UCMC (unidade de cuidados polivalente).	1 368,50	José Antunes Gonçalves	Ajuste directo.
Fornecimento e colocação de caleiras com descarga no telhado do laboratório.	595	José Antunes Gonçalves	Ajuste directo.
Obras para colocação de equipamento de radiologia no HOJA	833	José Antunes Gonçalves	Ajuste directo.
Reparação da cobertura do laboratório e SIE	1 487,50	José Antunes Gonçalves	Ajuste directo.
Reparação e impermeabilização do terraço do serviço de pessoal	1 712,41	José Antunes Gonçalves	Ajuste directo.
Pintura de dois gabinetes — dietista e jurista no HOJA	1 630,30	José Antunes Gonçalves	Ajuste directo.
Obras diversas no antigo laboratório do HOJA	714	José Antunes Gonçalves	Ajuste directo.
Reparação de fuga de águas na parede junto à rampa de acesso da lavandaria.	1 999,20	José Antunes Gonçalves	Ajuste directo.
Reparação de paredes no corredor de acesso aos gabinetes e WC no HOJA.	249,90	José Antunes Gonçalves	Ajuste directo.
Reparação de caixa de esgoto no armazém de produtos de limpeza	571	José Antunes Gonçalves	Ajuste directo.
Montagem de HOTTE para início das obras do *catering* — HOJA	1 254,26	Disotel, L.da	Ajuste directo.
Trabalhos a mais de isolamento do terraço (gabinete e ginásio)	3 391,50	Manuel Esteves Moreira, L.da ...	Ajuste directo.
Trabalhos efectuados na casa mortuária	1 029,35	Manuel Esteves Moreira, L.da ...	Ajuste directo.
Trabalhos a mais na cozinha do HOJA	4 877,19	Progenho, L.da	Ajuste directo.

5 de Abril de 2005. — O Vogal Executivo do Conselho de Administração, *Carlos Gil.*

Hospitais Civis de Lisboa

Hospital de Curry Cabral

Aviso n.º 4154/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, informa-se que se encontra afixada no Serviço de Gestão de Recursos Humanos a lista de antiguidade dos funcionários deste Hospital reportada a 31 de Dezembro de 2004, depois de devidamente aprovada pelo administrador-delegado deste Hospital.

Nos termos do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, da referida lista cabe direito a reclamação no prazo de 30 dias a contar do presente aviso.

5 de Abril de 2005. — O Administrador Hospitalar, *Sá de Almeida.*

Hospitais da Universidade de Coimbra

Aviso n.º 4155/2005 (2.ª série). — Para conhecimento dos interessados, publica-se a seguinte lista de classificação final do concurso, interno, n.º 200419 — assistente de oftalmologia, após homologação pelo conselho de administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra em 24 de Março de 2005 e informação da existência de cabimento orçamental pela DGO:

1.º *(ex-aequo)* Dr. Pedro Miguel Mendes de Faria e Dr. Carlos Alberto Quental de Lemos — 18 valores.

O prazo de 10 dias úteis para interposição de eventuais recursos conta a partir da data da publicação desta lista no *Diário da República,* devendo os mesmos ser entregues ou enviados para o serviço de pessoal dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

6 de Abril de 2005. — Pela Directora do Serviço de Pessoal, *(Assinatura ilegível.)*

Hospital Distrital de Águeda

Aviso n.º 4156/2005 (2.ª série). — *Concurso interno de acesso para provimento de quatro lugares de assistente administrativo principal.* — 1 — Por despacho do conselho de administração de 28 de Fevereiro de 2005, faz-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso, concurso interno de acesso para provimento de quatro lugares de assistente administrativo principal do quadro de pessoal deste Hospital, aprovado pela Portaria n.º 1/98, de 5 de Janeiro, e alterado pela Portaria n.º 506/99, de 16 de Julho.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para as vagas indicadas, caducando com o seu preenchimento.

3 — Conteúdo funcional — o constante do Decreto Regulamentar n.º 20/85, de 1 de Maio.

4 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelos Decretos-Leis n.os 404-A/98, de 18 de Dezembro, e 204/98, de 11 de Julho.

5 — Local de trabalho — o local de trabalho situa-se na Rua da Misericórdia, 3750-130 Águeda.

6 — Remuneração — a resultante da aplicação do anexo do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e legislação complementar.

7 — Requisitos de admissão ao concurso:

7.1 — Requisitos gerais — os requisitos gerais de admissão ao concurso são os previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

7.2 — Requisitos especiais — os requisitos especiais são os enunciados no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

8 — Os métodos de selecção a utilizar serão a avaliação curricular e a entrevista.

8.1 — A classificação final resultará da seguinte fórmula:

$$CF=\frac{AC+E}{2}$$

em que:

CF = classificação final;
AC = avaliação curricular;
E = entrevista.

9 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas e reuniões do júri do concurso.

10 — Formalização de candidaturas:

10.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital Distrital de Águeda e entregue no Serviço de Gestão de Recursos Humanos, durante as horas normais de expediente, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, desde que tenha sido expedido até ao termo do prazo indicado no presente aviso.

10.2 — Nos requerimentos devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, estado civil, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento e número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu), situação militar, residência, código postal e telefone;
b) Categoria profissional e estabelecimento ou serviço a que o candidato esteja vinculado;
c) Habilitações literárias;
d) Pedido para ser admitido ao concurso, fazendo referência ao número da ordem de serviço;
e) Indicação dos documentos que instruem o processo, bem como a sua sumária caracterização;
f) Outros elementos que o candidato julgue conveniente mencionar.

11 — Os requerimentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

a) Documento autêntico ou autenticado das habilitações literárias;
b) Documento passado pelo serviço ou organismo a que o candidato se encontre vinculado, do qual constem, de maneira clara e inequívoca, a natureza do vínculo à função pública, a categoria que detém e a respectiva antiguidade, bem como a antiguidade na carreira e na função pública e as três últimas classificações de serviço;
c) Quaisquer outros documentos que os candidatos considerem relevantes para apreciação do seu mérito;
d) Três exemplares do *curriculum vitae.*

12 — As falsas declarações serão punidas por lei.
13 — Publicação da lista — a lista de candidatos admitidos e excluídos bem como a lista de classificação final serão afixadas, para consulta, no expositor do Serviço de Recursos Humanos.
14 — O júri tem a seguinte composição, sendo todos funcionários do Hospital Distrital de Águeda:

Presidente — Maria Edite da Rocha Silva Matos, chefe de repartição.
Vogais efectivos:

Maria do Céu da Silva Teixeira Neves dos Santos, chefe de secção.
José António Tavares da Rocha, chefe de secção.

Vogais suplentes:

Maria Margarida Ribeiro da Silva, assistente administrativa especialista.
Maria Rosária Balreira Correia Bastos, assistente administrativa especialista.

1 de Abril de 2005. — A Vogal Executiva, *Ana Isabel Torrão Estima Breda Marques.*

Hospital de Sousa Martins

Aviso n.º 4157/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 34 do Regulamento dos Concursos de Provimento na Categoria de Assistente da Carreira Médica Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, torna-se pública a lista de classificação final do candidato admitido ao concurso institucional e interno geral de provimento para assistente de pediatria, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 23, de 2 de Fevereiro de 2005:

Dr. Sixto José Martinez Arriazu — 17,7 valores.

Foi dado cumprimento ao preceituado nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo.
A acta da reunião da classificação final do candidato que a integra foi homologada por deliberação do conselho de administração do Hospital de Sousa Martins de 7 de Abril de 2005, de que cabe recurso, a interpor nos termos do n.º 35 do já citado Regulamento.

8 de Abril de 2005. — A Presidente do Conselho de Administração, *Isabel Maria Raposo Garção Pires.*

Maternidade de Júlio Dinis

Aviso n.º 4158/2005 (2.ª série). — Para os devidos efeitos, faz-se público que recusou a nomeação a que tinha direito Carla Maria de Almeida Ramalho, pelo que será abatida à lista de classificação final do concurso interno geral para assistente hospitalar de ginecologista/obstetrícia, aberto pelo aviso n.º 178/2004, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 30 de Julho de 2004.

5 de Abril de 2005. — O Administrador Hospitalar, *Adelino Gouveia.*

Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento

Aviso n.º 4159/2005 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no artigo 9.º-A do Decreto-Lei n.º 118/92, de 25 de Junho, com a nova redacção dada pelos Decretos-Leis n.os 305/98, de 7 de Outubro, 205/2000, de 1 de Setembro, 270/2002, de 2 de Dezembro, e 81/2004, de 10 de Abril, publica-se em anexo a lista dos medicamentos comparticipados em 1 de Abril de 2005.

21 de Março de 2005. — Pelo Conselho de Administração, a Vogal, *Alexandra Bordalo.*

Substância activa	Forma farmacêutica	Dosagem	Nome comercial	Apresentação	Número de registo	Titular da AIM (*)	Grupo/ subgrupo farmacêutico (**)	Designação GFT(**)	Grupo homogéneo	Escalão (***)	Preço (PVP) (em euros)	Preço de referência (em euros)
Ácido fusídico	Creme	20 mg/g	*Inffloc 2 % Creme*	Embalagem de 15 g.	4849592	S. F. D. — Sociedade Farmacêutica de Desenvolvimento, L.da	13.1.2	Antibacterianos		C	3	
Ácido fusídico	Pomada	20 mg/g	*Inffloc 2 % Pomada* ...	Embalagem de 5 g.	4849691	S. F. D. — Sociedade Farmacêutica de Desenvolvimento, L.da	13.1.2	Antibacterianos		C	3	
Ácido nicotínico	Comprimido de libertação prolongada.	1000 mg	*Niaspan*	28 comprimidos	5070289	Merck KGaA	3.7	Antidislipidémicos.		C	23,86	
Ácido nicotínico	Comprimido de libertação prolongada.	1000 mg	*Niaspan*	56 comprimidos	5070388	Merck KGaA	3.7	Antidislipidémicos.		C	43,38	
Ácido nicotínico	Comprimido de libertação prolongada.	375 mg	*Niaspan*	28 comprimidos	5069489	Merck KGaA	3.7	Antidislipidémicos.		C	9,80	
Ácido nicotínico	Comprimido de libertação prolongada.	375 mg	*Niaspan*	7 comprimidos	5069281	Merck KGaA	3.7	Antidislipidémicos.		C	2,45	

Substância activa	Forma farmacêutica	Dosagem	Nome comercial	Apresentação	Número de registo	Titular da AIM (*)	Grupo/ subgrupo farmacêutico (**)	Designação GFT (**)	Grupo homogénio	Escalão (***)	Preço (PVP) (em euros)	Preço de referência (em euros)
Ácido nicotínico	Comprimido de libertação prolongada.	500 mg	*Niaspan*	28 comprimidos	5069687	Merck KGaA	3.7	Antidislipidémicos.		C	13,07	
Ácido nicotínico	Comprimido de libertação prolongada.	500 mg	*Niaspan*	56 comprimidos	5069786	Merck KGaA	3.7	Antidislipidémicos.		C	25,37	
Ácido nicotínico	Comprimido de libertação prolongada.	750 mg	*Niaspan*	28 comprimidos	5069984	Merck KGaA	3.7	Antidislipidémicos.		C	19,60	
Ácido nicotínico	Comprimido de libertação prolongada.	750 mg	*Niaspan*	56 comprimidos	5070081	Merck KGaA	3.7	Antidislipidémicos.		C	38,60	
Amlodipina	Comprimido	5 mg	*Amlodipina Cardionox 5 mg Comprimidos* (*a*)	60 comprimidos	4893582	Alodial Farmacêutica	3.4.3	Bloqueadores da entrada do cálcio.	GH0248	B	14,36	22,64
Budesonido + formoterol.	Pó para inalação	80/4,5 mcg	*Assieme Turbohaler* ...	120 doses	3729688	TECNIFAR	5.1	Antiasmáticos e broncodilatadores.		C	52,09	
Clozapina	Comprimido	100 mg	*Clozapina Bexal 100 mg Comprimidos* (*a*).	60 comprimidos	5107388	BEXAL — Produtos Farmacêuticos.	2.9.2	Antipsicóticos	GH0270	C	46,66	46,66
Clozapina	Comprimido	25 mg	*Clozapina Bexal 25 mg Comprimidos* (*a*).	20 comprimidos	5107180	BEXAL — Produtos Farmacêuticos.	2.9.2	Antipsicóticos	GH0268	C	6,21	6,21
Clozapina	Comprimido	25 mg	*Clozapina Bexal 25 mg Comprimidos* (*a*) ..	60 comprimidos	5107289	BEXAL — Produtos Farmacêuticos.	2.9.2	Antipsicóticos	GH0269	C	15,74	15,74
Domperidona	Comprimido revestido	10 mg	*Domperidona Merck Genéricos 10 mg Comprimidos Revestidos* (*a*).	20 comprimidos	5104989	Merck Genéricos	6.3.1	Modificadores da motilidade gástrica ou procinéticos.	GH354	C	3,22	3,22
Domperidona	Comprimido revestido	10 mg	*Domperidona Merck Genéricos 10 mg Comprimidos Revestidos* (*a*).	60 comprimidos	5105085	Merck Genéricos	6.3.1	Modificadores da motilidade gástrica ou procinéticos.	GH355	C	6,96	6,96
Ganciclovir	Gele oftálmico	1,5 mg/g	*Virgan Gele Oftálmico*	1 bisnaga com 5 g	3549680	Laboratoires Théa ...	15.1.3	Antivíricos		C	13,42	
Letrozol	Comprimido revestido	2,5 mg	*Femara*	30 comprimidos	2499986	Novartis Farma — Produtos Farmacêuticos, S. A.	16.2.2.3	Inibidores da aromatase.		C	165,74	
Levocetirizina, dicloridrato.	Comprimido revestido	5 mg	*Xyzal*	21 comprimidos	3732088	UCB Pharma (Produtos Farmacêuticos), L.da	10.1.2	Anti-histamínicos H 1 não sedativos.		C	8,79	
Levodopa + carbidopa + entacapona.	Comprimido revestido por película.	100 mg+ +25 mg+ +200 mg	*Stalevo*	100 comprimidos	4794186	Orion Corporation ...	2.5.2	Dopaminomiméticos.		A	111,22	
Levodopa + carbidopa + entacapona.	Comprimido revestido por película.	150 mg+ +37,5mg+ +200 mg	*Stalevo*	100 comprimidos	4794582	Orion Corporation ...	2.5.2	Dopaminomiméticos.		A	116,93	
Levodopa + carbidopa + entacapona.	Comprimido revestido por película.	50 mg+ +12,5 mg+ +200 mg	*Stalevo*	100 comprimidos	4793782	Orion Corporation ...	2.5.2	Dopaminomiméticos.		A	106,95	
Levodopa + carbidopa + entacapona.	Comprimido revestido por película.	50 mg+ +12,5 mg+ +200 mg	*Stalevo*	30 comprimidos	4793683	Orion Corporation ...	2.5.2	Dopaminomiméticos.		A	38,52	
Lisinopril + hidroclorotiazida.	Comprimido	20 mg + +12,5 mg	*Lisinopril + Hidroclorotiazida Merck Genéricos 20 mg + +12,5 Comprimidos* (*a*).	14 comprimidos	5153580	Merck Genéricos Produtos Farmacêuticos.	3.4.2.1	Inibidores da enzima de conversão da angiotensina.	GH0203	B	6,55	6,82

Substância activa	Forma farmacêutica	Dosagem	Nome comercial	Apresentação	Número de registo	Titular da AIM (*)	Grupo/ subgrupo farmacêutico (**)	Designação GFT (**)	Grupo homogénio	Escalão (***)	Preço (PVP) (em euros)	Preço de referência (em euros)
Lisinopril + hidroclorotiazida.	Comprimido	20 mg + +12,5 mg	*Lisinopril + Hidroclorotiazida Merck Genéricos 20 mg + +12,5 Comprimidos* (*a*).	28 comprimidos	5153689	Merck Genéricos Produtos Farmacêuticos.	3.4.2.1	Inibidores da enzima de conversão da angiotensina.	GH0204	B	11,79	11,79
Lisinopril + hidroclorotiazida.	Comprimido	20 mg + +12,5 mg	*Lisinopril + Hidroclorotiazida Merck Genéricos 20 mg + +12,5 Comprimidos* (*a*).	56 comprimidos	5153788	Merck Genéricos Produtos Farmacêuticos.	3.4.2.1	Inibidores da enzima de conversão da angiotensina.	GH0205	B	21,56	21,56
Meloxicam	Comprimido	15 mg	*Meloxicam Merck Genéricos 15 mg Comprimidos* (*a*).	30 comprimidos	5155486	Merck Genéricos Produtos Farmacêuticos, L.da	9.1.6	Oxicans		B	14,99	
Meloxicam	Comprimido	15 mg	*Meloxicam Merck Genéricos 15 mg Comprimidos* (*a*).	60 comprimidos	5155585	Merck Genéricos Produtos Farmacêuticos, L.da	9.1.6	Oxicans		B	27,19	
Meloxicam	Comprimido	7,5 mg	*Meloxicam Merck Genéricos 7,5 mg Comprimidos* (*a*).	10 comprimidos	5155080	Merck Genéricos Produtos Farmacêuticos, L.da	9.1.6	Oxicans		B	3,33	
Meloxicam	Comprimido	7,5 mg	*Meloxicam Merck Genéricos 7,5 mg Comprimidos* (*a*).	30 comprimidos	5155189	Merck Genéricos Produtos Farmacêuticos, L.da	9.1.6	Oxicans		B	8,51	
Meloxicam	Comprimido	7,5 mg	*Meloxicam Merck Genéricos 7,5 mg Comprimidos* (*a*).	60 comprimidos	5155288	Merck Genéricos Produtos Farmacêuticos, L.da	9.1.6	Oxicans		B	15,42	
Omeprazol	Cápsula gastro-resistente.	20 mg	*Omeprazol Gasec 20 mg Cápsulas Duras Gastro-Resistentes* (*a*).	14 cápsulas *(blister)*.	5032297	Mepha	6.2.2.3	Inibidores da bomba de protões.	GH0119	B	22,11	22,67
Omeprazol	Cápsula gastro-resistente.	20 mg	*Omeprazol Gasec 20 mg Cápsulas Duras Gastro-Resistentes* (*a*).	28 cápsulas *(blister)*.	5032396	Mepha	6.2.2.3	Inibidores da bomba de protões.	GH0120	B	32,11	32,76
Omeprazol	Cápsula gastro-resistente.	20 mg	*Omeprazol Gasec 20 mg Cápsulas Duras Gastro-Resistentes* (*a*).	56 cápsulas *(blister)*.	5032495	Mepha	6.2.2.3	Inibidores da bomba de protões.	GH0121	B	63,60	63,60
Paroxetina	Comprimido revestido	20 mg	*Paroxetina Tolife 20 mg Comprimidos* (*a*).	10 comprimidos	5212089	TOLIFE — Produtos Farmacêuticos.	2.9.3	Antidepressores	GH0220	C	8,24	8,24
Paroxetina	Comprimido revestido	20 mg	*Paroxetina Tolife 20 mg Comprimidos* (*a*).	60 comprimidos	5212287	TOLIFE — Produtos Farmacêuticos.	2.9.3	Antidepressores	GH0222	C	39,83	39,83
Pergolida	Comprimido	0,25 mg	*Pergolida Ratiopharm 0,25 mg Comprimidos* (*a*).	50 comprimidos	5161286	Ratiopharm — Comércio e Indústria de Produtos Farmacêuticos, L.da	2.5.2	Dopaminomiméticos.		A	9,40	
Pergolida	Comprimido	1 mg	*Pergolida Ratiopharm 1 mg Comprimidos* (*a*)	30 comprimidos	5161385	Ratiopharm — Comércio e Indústria de Produtos Farmacêuticos, L.da	2.5.2	Dopaminomiméticos.		A	23,19	
Perindopril	Comprimido	8 mg	*Coversyl Forte*	30 comprimidos	4455986	Servier Portugal — Especialidades Farmacêuticas, L.da	3.4.2.1	Inibidores da enzima de conversão da angiotensina.		B	34,55	
Pravastatina	Comprimido	10 mg	*Pravastatina Bexal 10 mg Comprimidos* (*a*).	60 comprimidos	5183488	BEXAL — Produtos Farmacêuticos, S. A.	3.7	Antidislipidémicos.		C	21,76	

Substância activa	Forma farmacêutica	Dosagem	Nome comercial	Apresentação	Número de registo	Titular da AIM (*)	Grupo/ subgrupo farmacêutico (**)	Designação GFT (**)	Grupo homogénio	Escalão (***)	Preço (PVP) (em euros)	Preço de referência (em euros)
Pravastatina	Comprimido	20 mg	*Pravastatina Bexal 20 mg Comprimidos* (*a*).	60 comprimidos	5183686	BEXAL — Produtos Farmacêuticos, S. A.	3.7	Antidislipidémicos.	GH0227	C	51,23	51,23
Pravastatina	Comprimido	40 mg	*Pravastatina Bexal 40 mg Comprimidos* (*a*).	60 comprimidos	5184080	BEXAL — Produtos Farmacêuticos S.A.	3.7	Antidislipidémicos.	GH0360	C	69,02	69,02
Risperidona	Comprimido orodispersível.	2 mg	*Risperdal Quicklet* ...	28 comprimidos	4220083	Janssen Farmacêutica Portugal, L.da	2.9.2	Antipsicóticos		C	49,65	
Rosuvastatina	Comprimido revestido por película.	20 mg	*Crestor 20 mg*	30 comprimidos	4358388	AstraZeneca Produtos Farmacêuticos, L.da	3.7	Antidislipidémicos.		C	60,26	
Rosuvastatina	Comprimido revestido por película.	20 mg	*Visacor 20 mg*	30 comprimidos	4362885	AstraZeneca Produtos Farmacêuticos, L.da	3.7	Antidislipidémicos.		C	60,26	
Sertralina	Comprimido revestido	100 mg	*Sertralina Somidal 100 mg Comprimidos Revestidos* (*a*).	30 comprimidos	4897880	Alodial	2.9.3	Antidepressores	GH0305	C	28,60	28,80
Sertralina	Comprimido revestido	100 mg	*Sertralina Somidal 100 mg Comprimidos Revestidos* (*a*).	60 comprimidos	4897989	Alodial	2.9.3	Antidepressores	GH0306	C	51,44	51,85
Sertralina	Comprimido revestido	50 mg	*Sertralina Somidal 50 mg Comprimidos Revestidos* (*a*).	10 comprimidos	4897583	Alodial	2.9.3	Antidepressores	GH0302	C	7,97	7,97
Sertralina	Comprimido revestido	50 mg	*Sertralina Somidal 50 mg Comprimidos Revestidos* (*a*).	30 comprimidos	4897682	Alodial	2.9.3	Antidepressores	GH0303	C	19,43	19,56
Sertralina	Comprimido revestido	50 mg	*Sertralina Somidal 50 mg comprimidos revestidos* (*a*).	60 comprimidos	4897781	Alodial	2.9.3	Antidepressores	GH0304	C	34,94	35,22
Sinvastatina	Comprimido revestido	40 mg	*Sinvastatina Sumaclina 40 mg comprimidos revestidos* (*a*).	60 comprimidos	4780284	Alodial	3.7	Antidislipidémicos.	GH0234	C	77,34	77,34
Tansulosina	Cápsula de libertação prolongada.	0,4 mg	*Tansulosina Mepha 0,4 mg Cápsulas Duras de Libertação Prolongada* (*a*).	10 cápsulas	5227889	Mepha — Investigação, Desenvolvimento e Fabricação Farmacêutica, L.da	7.4.2.1	Medicamentos usados na retenção urinária.		C	7,20	
Tansulosina	Cápsula de libertação prolongada.	0,4 mg	*Tansulosina Mepha 0,4 mg Cápsulas Duras de Libertação Prolongada* (*a*).	30 cápsulas	5228085	Mepha — Investigação, Desenvolvimento e Fabricação Farmacêutica, L.da	7.4.2.1	Medicamentos usados na retenção urinária.		C	18,37	
Terbinafina	Comprimido	250 mg	*Terbinafina Farmoz 250 mg Comprimidos* (*a*).	14 comprimidos	5096995	Farmoz	1.2	Antifúngicos ...		B	22,02	
Terbinafina	Comprimido	250 mg	*Terbinafina Farmoz 250 mg Comprimidos* (*a*).	28 comprimidos	5097092	Farmoz	1.2	Antifúngicos ...		B	41,70	
Topiramato	Cápsula	15 mg	*Topamax*	20 cápsulas	3221496	Janssen-Cilag Farmacêutica, L.da	2.6	Antiepilépticos e anticonvulsivantes.		A	5,86	

(*) Autorização de Introdução no Mercado.
(**) De acordo com a classificação farmacoterapêutica definida pelo despacho n.º 21 844/2004 (2.ª série), de 12 de Outubro.
(***) Regime geral — escalão A (100 %), escalão B (70 %), escalão C (40 %), escalão D (20 %); medicamento genérico — escalão A (100 %), escalão B (80 %), escalão C (50 %), escalão D (30 %).
(***) Regime especial — escalão A (100 %), escalão B (85 %), escalão C (55 %), escalão D (35 %); medicamento genérico — escalão A (100 %), escalão B (95 %), escalão C (65 %), escalão D (45 %).
(*a*) Medicamento genérico.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Inspecção-Geral das Actividades Culturais

Despacho (extracto) n.º 8509/2005 (2.ª série). — Por despacho da Ministra da Cultura de 4 de Abril de 2005, foi reconduzido, nos termos do artigo 6.º, n.º 3, alínea *a*), do Decreto-Lei n.º 106-B/92, de 1 de Junho, o mandato das vogais da Comissão de Classificação de Espectáculos Margarida Raposo Seguro e Maria Teresa Torres Antunes Lino Craveiro.

7 de Abril de 2005. — O Subinspector-Geral, *Júlio Araújo Melo.*

Instituto Português do Livro e das Bibliotecas

Contrato n.º 983/2005. — *Contrato-programa.* — Aos 16 dias do mês de Setembro de 2004 é celebrado um contrato-programa para a instalação da Biblioteca Municipal da Moita, autorizado por despacho de 16 de Junho de 2004 do director do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.

Considerando que a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas é uma realização conjunta do Ministério da Cultura e dos municípios portugueses que tem por finalidade dotar os concelhos de equipamentos culturais aptos a prestar um serviço de leitura pública a toda a população, independentemente da idade, profissão, nível educativo ou sócio-económico;

Considerando que, com vista à instalação da Biblioteca da Moita, foi celebrado em 28 de Dezembro de 1988 um contrato-programa entre o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e a Câmara Municipal da Moita, com uma duração prevista de quatro anos, complementado por duas adendas, a 10 de Outubro de 1991 e a 28 de Setembro de 1995, respectivamente;

Considerando que o referido período se revelou insuficiente para proceder à execução do objecto então definido, pelo que existem obrigações ainda não cumpridas por ambas as partes;

Considerando que importa, assim, celebrar novo contrato-programa, que visa, por um lado, a conclusão da execução do anterior contrato-programa e, por outro, dar continuidade ao projecto de cooperação técnica e financeira entre ambas as partes, no sentido do desenvolvimento desta Biblioteca;

Considerando que, na linha dos princípios e orientações internacionalmente aceites, nomeadamente pela UNESCO, relativamente ao papel das bibliotecas públicas nas sociedades modernas e num contexto de crescente multiplicação dos meios de informação e comunicação, merece especial atenção e apoio o aspecto do desenvolvimento das bibliotecas;

Considerando que não basta a preocupação da sua instalação em edifícios adequados e da aquisição inicial do seu equipamento, recursos informacionais e tecnológicos, sob pena de rápida estagnação e transformação em organismos sem vida e sem qualquer relação entre si ou com o meio;

Considerando que é necessário assegurar o seu desenvolvimento, nomeadamente nos aspectos que envolvem a prestação de serviços inovadores que correspondam às necessidades dos indivíduos e dos grupos, a actualização de recursos de informação e de recursos tecnológicos, a melhor qualificação dos seus recursos humanos, a expansão em rede mediante a criação de anexos ou pólos e a resposta ao novo ambiente das tecnologias de informação e comunicação;

Considerando que só assim a biblioteca, como espaço de organização do conhecimento, poderá realizar a sua missão, garantindo aos cidadãos o livre acesso à informação e a sua utilização para fins educacionais e de formação ao longo da vida, profissionais ou, simplesmente, de lazer;

Considerando que, para que a biblioteca pública possa continuar a desempenhar o papel que lhe cabe, também na área do seu desenvolvimento se entende que a administração central deve cooperar com os municípios e prestar, do ponto de vista técnico e financeiro, um contributo indispensável à criação de mais e melhores bibliotecas, aptas a exercer a sua importante função social e cultural, de modo que o conceito de «biblioteca para todos», como factor de inclusão social, possa ser uma realidade na democratização do acesso à informação, na participação dos cidadãos na vida pública e no contributo para a igualdade de oportunidades:

Nestes termos, entre o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, abreviadamente designado por IPLB, instituto público com autonomia administrativa, sob tutela do Ministério da Cultura, pessoa colectiva n.º 503848069, com instalações no Campo Grande, 83, 1.º, 1749-081 Lisboa, representado pelo seu director, Rui Alberto Mateus Pereira, e pela subdirectora, Isilda Maria da Costa Fernandes, na qualidade de primeiro outorgante, nos termos do artigo 6.º, n.ºs 1, alínea *b*), e 4, do Decreto-Lei n.º 90/97, de 19 de Abril, e o município da Moita, pessoa colectiva n.º 506791220, com sede na Moita, representado pelo seu presidente da Câmara Municipal, João Manuel Jesus Lobo, em exercício de funções desde 22 de Maio de 2002, com competência própria para o acto, na qualidade de segundo outorgante, é celebrado o presente contrato-programa, ao abrigo do disposto nos Decretos-Leis n.ºs 111/87, de 11 de Março, e 384/87, de 24 de Dezembro, que se faz de acordo com as cláusulas seguintes:

1.ª

Situação da Biblioteca da Moita

O ponto de situação da execução das obrigações decorrentes do contrato-programa celebrado em 28 de Dezembro de 1988 e das adendas de 10 de Outubro de 1995 é o constante do anexo n.º 1 ao presente contrato-programa, do qual faz parte integrante e que se dá por inteiramente reproduzido.

2.ª

Objecto

1 — Ambos os outorgantes acordam em proceder à conclusão da instalação da Biblioteca Municipal da Moita, na Moita, de acordo com os requisitos previamente enunciados e nos termos das peças documentais que faziam parte integrante do contrato-programa referido na cláusula anterior.

2 — A modalidade de instalação, a identificação do prédio e a respectiva localização no Plano Director Municipal encontram-se definidas no anterior contrato-programa, dando-se aqui por reproduzidas.

3 — Ambos os outorgantes acordam, ainda, em proceder em conjunto à análise das acções necessárias ao desenvolvimento futuro da Biblioteca, incluindo as decorrentes da informatização.

3.ª

Requisitos obrigatórios

A concepção, organização e gestão da Biblioteca objecto do presente contrato devem obedecer aos requisitos definidos pelo primeiro outorgante, constantes nos documentos referidos no n.º 1 da cláusula 2.ª

4.ª

Provimento de pessoal qualificado

1 — A direcção da Biblioteca Municipal compete a um técnico superior de biblioteca e documentação.

2 — Os lugares de técnico superior da carreira técnica superior de biblioteca e documentação deverão estar providos, assim como todos os lugares previstos no quadro de pessoal, nomeadamente os restantes lugares das carreiras de biblioteca e documentação.

5.ª

Alterações ao projecto

1 — Qualquer alteração ao projecto inicial deve ser previamente submetida ao primeiro outorgante para aprovação expressa.

2 — A não observância do estipulado no número anterior constitui incumprimento grave deste contrato-programa.

6.ª

Co-financiamento

1 — O primeiro outorgante obriga-se a co-financiar a instalação da Biblioteca da Moita até ao montante correspondente a 50 % dos custos totais susceptíveis de comparticipação, excluindo IVA, mencionados no anexo n.º 1 a este contrato-programa.

2 — São elegíveis as despesas de instalação relativas aos estudos do projecto, à obra de construção civil, à aquisição de equipamento e mobiliário, à aquisição de fundos documentais e à informatização da Biblioteca.

3 — O referido financiamento é suportado por verbas inscritas no PIDDAC, capítulo 50 do Orçamento do Estado.

7.ª

Transferências entre componentes

Por acordo entre ambos os outorgantes, é permitida a transferência de verbas entre componentes, desde que devidamente justificada e não ultrapassando, em caso algum, o limite da comparticipação do primeiro outorgante.

8.ª

Outras fontes de financiamento

1 — Sempre que o segundo outorgante venha a receber de outras fontes de financiamento — públicas ou privadas, nacionais, comuni-

tárias ou internacionais — verbas destinadas ao fim previsto no presente contrato-programa, deve, de imediato, comunicar formalmente esse facto ao primeiro outorgante.

2 — As verbas referidas no número anterior são obrigatoriamente consideradas para determinação da percentagem de comparticipação do primeiro outorgante.

3 — A falta de comunicação prevista no n.º 1 constitui incumprimento grave do contrato.

9.ª

Forma de pagamento

A liquidação da comparticipação do primeiro outorgante depende da existência de dotação orçamental adequada e operar-se-á no decurso da vigência do contrato, independentemente de a obra se considerar terminada antes do termo previsto para o efeito.

10.ª

Informatização da Biblioteca

1 — O processo de informatização da Biblioteca deve ser objecto de um documento autónomo, denominado por projecto informático, onde são descritos os níveis de serviço a atingir e especificadas as soluções técnicas a adoptar, devendo ser apresentado para aprovação pelo primeiro outorgante.

2 — O segundo outorgante deve disponibilizar-se a partilhar recursos de informação e a trabalhar em rede com outras bibliotecas, utilizando as tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente no âmbito de projectos a desenvolver pelo primeiro outorgante nesta área.

3 — Após aprovação do projecto informático pelo primeiro outorgante, os custos totais relativos ao projecto e as condições de execução serão objecto de uma adenda ao presente contrato, estando este apoio condicionado ao cumprimenro dos requisitos mínimos estabelecidos no programa de apoio para as vertentes fundos documentais e pessoal.

11.ª

Orçamento da Biblioteca

1 — O segundo outorgante deve inscrever anualmente, nos seus orçamento e plano de actividades, as dotações financeiras necessárias ao normal funcionamento e ao desenvolvimento e actualização da Biblioteca, de modo a adequá-la ao cumprimento das obrigações previstas no presente contrato e aos objectivos indicados na introdução do presente contrato-programa.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, o segundo outorgante deve estabelecer os objectivos e afectar os recursos indispensáveis ao regular funcionamento da Biblioteca, mediante a prévia audição do bibliotecário responsável, ao qual são cometidas competências técnicas e de gestão dos respectivos serviços.

3 — A fim de assegurar o cabal cumprimento do disposto nos números anteriores, o segundo outorgante pode constituir um fundo de maneio, nos termos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com uma verba fixada anualmente e especialmente destinada a garantir o pagamento de despesas urgentes e inadiáveis.

12.ª

Desenvolvimento da Biblioteca

1 — A cooperação técnica e financeira entre a administração central e os municípios traduzida no Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais estende-se ao necessário desenvolvimento das bibliotecas criadas no seu âmbito.

2 — O desenvolvimento da Biblioteca da Moita deve contemplar aspectos relacionados com a prestação de serviços inovadores à população do concelho, com a renovação de equipamentos e actualização de informação, com a formação contínua dos recursos humanos, com a resposta ao novo ambiente das tecnologias de informação e comunicação e com a sua eventual expansão em rede mediante a criação de anexos ou pólos.

3 — As modalidades específicas de apoio a conceder pelo primeiro outorgante serão objecto de adendas ao presente contrato-programa, a celebrar quando se encontrem definidas por ambas as partes as necessidades concretas relacionadas com o desenvolvimento e calculado o montante de investimento adequado.

13.ª

Dever de informação

O primeiro e o segundo outorgantes têm o dever de informação mútua relativamente a todas as fases de execução do disposto no presente contrato-programa, podendo, para o efeito, constituir os grupos de trabalho que julguem necessários.

14.ª

Propriedade da Biblioteca

1 — A Biblioteca da Moita, o respectivo equipamento e os fundos documentais constituem património do segundo outorgante.

2 — O segundo outorgante compromete-se a manter e actualizar a Biblioteca, assim como a desenvolver os respectivos serviços, acompanhando a evolução das orientações aplicáveis a esta realidade.

15.ª

Dever de vinculação aos fins

1 — A área do imóvel destinada à Biblioteca da Moita deve ser exclusivamente destinada pelo segundo outorgante a serviços da biblioteca, não podendo ser utilizada para outros fins.

2 — O mesmo dever de utilização exclusiva pela biblioteca e respectiva rede concelhia, caso exista, aplica-se ao mobiliário, equipamento e fundos documentais.

3 — A violação do disposto nos números anteriores constitui incumprimento grave do contrato-programa e confere ao primeiro outorgante o direito de exigir a devolução da comparticipação efectuada.

16.ª

Incumprimento

1 — Em caso de incumprimento por parte do segundo outorgante das obrigações previstas nas cláusulas 2.ª, 3.ª, 4.ª, 13.ª e 14.ª, n.º 2, deve ser suspenso o financiamento do primeiro outorgante até regularização da situação em prazo a fixar por este.

2 — Nos casos de incumprimento grave por causa imputável ao segundo outorgante, designadamente falsas declarações, afectação da comparticipação do primeiro outorgante a outros fins diferentes do previsto no presente contrato-programa e, ainda, violação do disposto nas cláusulas 5.ª, n.º 1, e 8.ª, n.º 1, o primeiro outorgante, apreciado o caso concreto, pode suprimir o financiamento, devendo o segundo outorgante devolver as importâncias indevidamente utilizadas.

3 — Os projectos de decisão de suspensão ou de supressão do financiamento são devidamente fundamentados e notificados ao segundo outorgante para, num prazo de 15 dias úteis, apresentar as suas observações.

4 — A decisão final será tomada tendo em consideração as observações apresentadas.

17.ª

Restituições

1 — A restituição das importâncias não utilizadas ou indevidamente utilizadas deve ser efectuada pelo segundo outorgante no prazo de 60 dias úteis após a notificação.

2 — Não se verificando a restituição voluntária no prazo referido no número anterior, nem a contestação da dívida, o segundo outorgante autoriza a retenção das transferências que lhe couberem ao abrigo da Lei das Finanças Locais, até à integral restituição das verbas em dívida.

18.ª

Revisão do contrato-programa

1 — Em caso de desactualização do calendário de execução originada pela alteração anormal e imprevisível de circunstâncias que determinaram os termos deste contrato-programa, ou face a quaisquer outras consequências provenientes daquela alteração, deve o segundo outorgante, na qualidade de responsável pela execução do investimento, propor a revisão dos referidos termos.

2 — Ambos os outorgantes acordam, ainda, em fixar por escrito e como adenda complementar todos os aspectos e situações de facto que, emergentes do acordo, não tenham sido objecto de regulamentação e se venham a revelar necessários no decurso do cumprimento do contrato-programa, quer tenham a natureza de omissões ou dúvidas e desde que, para o efeito, se verifique o consenso das partes.

19.ª

Convenção de arbitragem

1 — Ambos os outorgantes acordam em submeter os eventuais litígios emergentes do presente contrato a um tribunal arbitral, constituído por três árbitros, indicados um por cada um dos outorgantes e sendo presidente o terceiro árbitro, escolhido pelos dois árbitros nomeados, decidindo mediante a equidade e nos termos da legislação aplicável à arbitragem.

2 — Os árbitros são escolhidos de entre indivíduos licenciados em Direito, não vinculados aos outorgantes, devendo os seus honorários constar de despacho conjunto dos membros do Governo que tutelam

o primeiro outorgante e o organismo de fiscalização da actividade do segundo outorgante.

20.ª

Duração do contrato

O presente contrato-programa tem início na data da sua celebração é vigora pelo prazo de cinco anos.

16 de Setembro de 2004. — Pelo Primeiro Outorgante, *Rui Alberto Mateus Pereira.* — Pelo Segundo Outorgante, *João Manuel Jesus Lobo.*

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

ANEXO N.º 1

1 — Contrato-programa e adenda:

	Em euros
Total	*1 425 466*
Obra de construção civil+estudos	1 047 476
Mobiliário e equipamento	164 105
Fundos documentais	213 885

2 — Comparticipação:

Total	*712 732*
Obra de construção civil+estudos	516 619
Mobiliário e equipamento	89 171
Fundos documentais	106 942

3 — Montante transferido:

Total	*705 749*
Obra de construção civil+estudos	516 619
Mobiliário e equipamento	83 684
Fundos documentais	105 446

4 — Montante justificado:

Total	*699 186*
Obra de construção civil+estudos	516 619
Mobiliário e equipamento	82 052
Fundos documentais	100 515

TRIBUNAL DE CONTAS

Gabinete do Conselheiro Presidente

Despacho n.º 8510/2005 (2.ª série). — Em sessão de 17 de Março de 2005, o plenário da 2.ª Secção do Tribunal de Contas, através da resolução n.º 2/05-2.ª Secção, deliberou considerar conveniente e adequada a constituição de uma equipa de projecto e de auditoria, no âmbito do DA IV, para desenvolver acções de controlo na área da defesa e para acompanhar as recomendações do Tribunal formuladas relativamente à organização e apresentação das contas de gerência e à implementação do POCP.

Assim, tendo presente a citada resolução, determino, sob proposta do director-geral, ao abrigo do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 440/99, de 2 de Novembro, o seguinte:

1 — É constituída, no DA IV, uma equipa de projecto e de auditoria tendo os seguintes objecto e âmbito:

Incentivar o aperfeiçoamento dos sistemas e dos procedimentos contabilísticos e financeiros em vigor na Defesa, através de auditorias e de um acompanhamento muito próximo das medidas correctivas entretanto adoptadas;

As auditorias financeiras, de sistemas e de gestão a realizar examinarão os aspectos mais relevantes da área da Defesa, nomeadamente o planeamento, a execução e o controlo da Lei da Programação Militar e a organização e apresentação das contas das unidades, estabelecimentos e órgãos dos três ramos das Forças Armadas. Os respectivos resultados darão lugar a relatórios e eventuais contribuições para o parecer sobre a Conta Geral do Estado.

2 — A equipa de projecto tem a composição seguinte:

Técnica verificadora superior principal Dr.ª Maria Fernanda Rodrigues Alves Ribeiro Beites Martins, que coordenará.
Técnico verificador superior principal Dr. Hélder Vasco Lourenço Ferreira Travado.
Técnica verificadora superior de 1.ª classe Dr.ª Maria Manuela Vaz Menezes.

3 — A coordenadora e os demais membros da equipa desenvolverão esta actividade em acumulação com outras tarefas de que sejam incumbidos no âmbito do DA IV, atribuindo-se à coordenadora o estatuto de auditor-chefe e auferindo os demais membros da equipa a remuneração suplementar mensal ilíquida de € 500.

4 — A equipa de projecto e de auditoria desenvolverá a sua missão até 31 de Dezembro de 2005, prorrogável anualmente até 31 de Dezembro de 2007, em que cessa o Plano Trienal 2005-2007. Para efeitos de prorrogação deverá ser apresentada ao Presidente uma proposta fundamentada, com o relatório intercalar sobre a actividade desenvolvida pela equipa de projecto e de auditoria.

4 de Abril de 2005. — O Presidente, *Alfredo José de Sousa.*

Direcção-Geral

Aviso n.º 4160/2005 (2.ª série). — 1 — Em cumprimento do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, autorizado por despacho da subdirectora-geral do Tribunal de Contas de 31 de Março de 2005, exarado no uso de competência delegada nos termos do despacho n.º 1705/2000, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 19, de 24 de Janeiro de 2000, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso, concurso interno de acesso geral com vista ao provimento de dois lugares da categoria de técnico superior de biblioteca e documentação principal da carreira técnica superior de biblioteca e documentação do grupo de pessoal técnico superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, aprovado, nos termos do n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 440/99, de 2 de Novembro, pela Portaria n.º 1100/99, de 21 de Dezembro, e alterado pela Portaria n.º 43/2001, de 19 de Janeiro.

2 — O concurso visa exclusivamente o provimento de dois lugares na categoria referida, caducando com o respectivo preenchimento.

3 — O conteúdo funcional dos lugares a prover consiste em conceber e planear serviços e sistemas de informação; estabelecer e aplicar critérios de organização e funcionamento dos serviços; seleccionar, classificar e indexar documentos sobre a forma textual, sonora, visual ou outra para o que precisa de desenvolver e adaptar sistemas de tratamento automático ou manual, de acordo com as necessidades específicas dos utilizadores; definir procedimentos de recuperação e exploração de informação; apoiar e orientar o utilizador dos serviços; promover acções de difusão, a fim de tornar acessíveis as fontes de informação primária, secundária e terciária; coordenar e supervisionar os recursos humanos e materiais necessários às actividades a desenvolver e proceder à avaliação dos resultados.

4 — O local de trabalho situa-se na sede da Direcção-Geral do Tribunal de Contas ou noutra dependência existente em Lisboa.

5 — São requisitos gerais e especiais de admissão a concurso os referidos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e são requisitos especiais de admissão a concurso a permanência na categoria de técnico superior de biblioteca e documentação de 1.ª classe durante, pelo menos, três anos, classificados de *Bom,* nos termos da alínea *c*) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 247/91, de 10 de Julho.

6 — A admissão a concurso deverá ser requerida ao director-geral do Tribunal de Contas, nos termos legais previstos relativamente às comunicações aos serviços ou organismos públicos, ou, ainda, em impresso tipo a solicitar, pessoalmente, à Secção de Pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, Avenida da República, 65, piso intermédio, ou pelo correio, para a Avenida de Barbosa du Bocage, 61, 1069-045 Lisboa. O requerimento e os documentos referidos no n.º 6.2 deverão ser entregues em mão ou enviados em carta registada com aviso de recepção para o mesmo endereço, até ao termo do prazo referido no n.º 1.

6.1 — Dos requerimentos de admissão deverão constar obrigatoriamente:

a) Identificação do concurso a que se candidata, especificando o número e data do *Diário da República* onde se encontra publicado o aviso de abertura do mesmo;
b) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número, local e data de emissão do bilhete de identidade), residência, código postal e telefone;
c) Habilitações literárias;
d) Habilitações e qualificações profissionais (cursos de formação e outros);
e) Indicação da categoria detida, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública;
f) Quaisquer outros elementos que os interessados considerem relevantes para a apreciação do seu mérito, ou que possam constituir motivo de preferência legal;
g) Declaração, sob compromisso de honra, de que o candidato reúne os requisitos gerais de provimento em funções públicas.

6.2 — Os requerimentos deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão no caso da alínea *b*), da seguinte documentação:

a) *Curriculum vitae* pormenorizado, devidamente datado e assinado pelo candidato;
b) Declaração, passada pelo serviço ou organismo de origem, especificando o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública e a classificação de serviço na sua expressão quantitativa reportada aos anos relevantes para efeitos de acesso na carreira;
c) Declaração passada pelo serviço onde foram exercidas as funções durante os anos referidos na alínea *b*) que descreva as tarefas e responsabilidades cometidas ao candidato;
d) Documentos comprovativos das acções de formação profissional complementar e da respectiva duração em horas;
e) Documentos comprovativos dos elementos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito ou que possam constituir motivo de preferência legal.

7 — A apresentação ou a entrega de documento falso implica, para além dos efeitos de exclusão ou de não provimento, a participação à entidade competente para procedimento disciplinar e penal, conforme os casos.

8 — Os métodos de selecção a utilizar serão, nos termos dos artigos 19.º, 20.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, a avaliação curricular e uma prova de conhecimentos específicos.

9 — A prova de conhecimentos será oral, terá a duração máxima de quarenta e cinco minutos e incidirá sobre as matérias constantes do programa aprovado por despacho de 30 de Março de 2005 do conselheiro presidente, que se publica em anexo ao presente aviso, conjuntamente com a lista de legislação e bibliografia recomendável à preparação dos candidatos.

10 — A não comparência para prestação da prova de conhecimento equivale a desistência do concurso.

11 — A classificação final dos concorrentes resultará da média ponderada das classificações parcelares obtidas pelos candidatos nos dois métodos de selecção aplicáveis, numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que, em qualquer desses métodos, obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

12 — Os critérios de apreciação e ponderação a utilizar na aplicação dos referidos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

13 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, o Tribunal de Contas, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

14 — Os candidatos admitidos ao concurso constarão de relação a afixar na secção de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 2 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e os candidatos excluídos serão notificados nos termos do artigo 34.º do mesmo diploma legal.

15 — Nos termos da alínea *c*) do n.º 2 do artigo 34.º, conjugado com o n.º 2 do artigo 35.º, do Decreto-Lei. n.º 204/98, os candidatos admitidos serão notificados pessoalmente do dia e hora da realização da prova de conhecimentos.

16 — A lista de classificação final do concurso será notificada aos candidatos, nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

17 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — Judite Maria Calado Damas Cavaleiro Paixão, directora de serviços.
Vogais efectivos:

Maria de Fátima Coelho Parracho Cortes, técnica superior de 1.ª classe, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.
Cristina Maria Gonçalves Neves da Silva Cardoso, chefe de divisão.

Vogais suplentes:

Ana Bela de Oliveira Lima de Jesus Teodoro, técnica verificadora superior principal.
Maria Alexandra Veríssimo Martins da Silva Lourenço, chefe de divisão.

31 de Março de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Helena Abreu Lopes.*

ANEXO

Programa de provas de conhecimentos para o concurso interno de acesso geral na categoria de técnico superior de biblioteca e documentação principal da carreira técnica superior de biblioteca e documentação do grupo de pessoal técnico superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas.

No presente concurso, as provas de conhecimentos incidirão sobre as seguintes matérias:

I):

O Tribunal de Contas e os seus serviços de apoio;
Enquadramento do Tribunal de Contas na estrutura do Estado: orgânica, atribuições e funcionamento;

II):

Planeamento e gestão de sistemas de informação;
Avaliação e selecção de documentação/informação;
Tratamento documental: catalogação, classificação (de acordo com a classificação decimal universal), indexação (de acordo com o tesauro EUROVOC);
Prestação de serviços aos utilizadores;
Difusão da documentação/ informação.

Textos legais e bibliografia

Constituição da República Portuguesa.
Leis n.os 98/97, de 26 de Agosto, e 14/96, de 20 de Abril.
Decreto-Lei n.º 440/99, de 2 de Novembro.
Bethery, Annie, *Développer un Fonds de Référence en Bibliothèque: Imprimés, Cédéroms, Sites Internet,* Paris, Electre-Éditions du Cercle de la Librairie, 2001.
Calenge, Bertrand, *Accueillir, Orienter, Informer: L'organisation des Services aux Publics dans les Bibliothèques,* Paris, Electre-Éditions du Cercle de la Librairie, 1999.
Cleveland, Donald B.; Cleveland, Ana, *Introduction to Indexing and Abstracting,* 2nd ed. Englewood, Libraries Unlimited, 1990.
Giappiconi, Thierry; Bourdon, Jacques, *Manuel Théorique et Pratique d'Évaluation des Bibliothèques et Centres Documentaires,* Paris, Electre-Éditions du Cercle de la Librairie, 2001.
IFLA, *Libraries in the Information Society,* Munchen, K.G. Saur, 2002.
IFLA General Conference, 63, Copenhagen, 1997, «Adapting marketing to libraries in a changing and world-wide environment = = Le marketing des bibliothèques à l'heure du changement et de la mondialisation», Munchen, K.G. Saur, 2000.
Manual de Información y Documentación, coord. José López Yepes, Madrid, Pirámide, 1996.
Manual Unimarc, ed. lit. Brian P. Holt, Sally H. McCallum e A. B. Long, ed. em língua portuguesa/coordenação por Fernanda Maria Guedes de Campos,Lisboa, Biblioteca Nacional, 1999.
Muet, Florence; Salaün, Jean-Michel, *Stratégie Marketing des Services d'Information: Bibliothèques et Centres de Documentation,* Paris, Electre-Éditions du Cercle de la Librairie, 2001.
Portugal, Biblioteca Nacional, *CDU: Classificação Decimal Universal: Tabela de Autoridade,* 2.ª ed., Lisboa, Biblioteca Nacional, 1990.
Regras Portuguesas de Catalogação, coordenação técnica, revisão e índices por Armando Nobre de Gusmão, Fernanda Maria Guedes de Campos e José Carlos Garcia, 3.ª reimpr., Lisboa, Biblioteca Nacional, 2000.
União Europeia — Tesauro EUROVOC, 3.ª ed., Luxemburgo, Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1995, três vols.

Rectificação n.º 616/2005. — Tendo-se verificado a existência de uma inexactidão na publicação do despacho n.º 6047/2005, no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 56, de 21 de Março de 2005, solicita-se a sua rectificação. Assim, no n.º 3, rectifica-se que onde se lê «As actuais alíneas *f*) e *g*) do n.º 5 do artigo 9.º» deve ler-se «As actuais alíneas *f*) e *g*) do n.º 5 do artigo 11.º».

5 de Abril de 2005. — O Director-Geral, *José F. F. Tavares.*

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Contrato (extracto) n.º 984/2005. — Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 18 de Março de 2005:

Maria Lucinda de Jesus Duarte Vila-Chã — autorizada a renovação do contrato a termo certo para exercer funções correspondentes

a auxiliar técnico na Universidade do Algarve, pelo período de seis meses, com início de funções a partir de 1 de Abril de 2005.

28 de Março de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso.*

Despacho n.º 8511/2005 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade do Algarve de 21 de Março de 2005:

Victor Vieira Santa Rita — nomeado técnico especialista da carreira técnica, na área de desenho de construção civil, do quadro de pessoal não docente da Universidade do Algarve, precedendo concurso, com efeitos a partir da data da publicação da nomeação no *Diário da República,* auferindo a remuneração mensal ilíquida equivalente ao índice 460.

28 de Março de 2005. — A Administradora, *Maria Cândida Soares Barroso.*

UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Despacho (extracto) n.º 8512/2005 (2.ª série). — Por despachos proferidos nas datas a seguir indicadas do vice-reitor da Universidade de Aveiro, no uso de delegação de competências [despacho n.º 11 562/2003 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 135, de 12 de Junho de 2003], foi concedida equiparação a bolseiro, fora do País, aos seguintes docentes:

De 23 de Novembro de 2004:

Doutora Celeste de Oliveira Alves Coelho, professora catedrática — no período de 25 a 28 de Novembro de 2004.
Doutor José Carlos Esteves Duarte Pedro, professor catedrático — no período de 12 a 21 de Dezembro de 2004.
Doutor José Fernando Ferreira Mendes, professor associado com agregação — no período de 29 de Novembro a 11 de Dezembro de 2004.
Doutor Atílio Manuel da Silva Gameiro, professor associado — no período de 1 a 3 de Dezembro de 2004.
Doutor Vítor Brás de Sequeira Amaral, professor associado — no período de 27 de Novembro a 2 de Dezembro e de 11 de Novembro a 15 de Dezembro de 2004.
Doutor Nikolai Andreevitch Sobolev, professor associado convidado — no período de 24 de Dezembro de 2004 a 15 de Janeiro de 2005.
Doutor Manuel Bernardo Salvador Cunha, professor auxiliar — no período de 30 de Novembro a 4 de Dezembro de 2004.
Doutora Maria Elisabete Jorge Vieira da Costa, professora auxiliar — no dia 19 de Novembro de 2004.
Doutora Maria Margarida Tavares Lopes de Almeida, professora auxiliar — no dia 19 de Novembro de 2004.
Licenciada Margit Faschinger, leitora — no período de 5 a 12 de Dezembro de 2004.

De 25 de Novembro de 2004:

Doutor José Abrunheiro da Silva Cavaleiro, professor catedrático — no período de 10 a 16 de Dezembro de 2004.
Doutor Carlos Manuel Martins da Costa, professor associado — no período de 12 a 15 de Dezembro de 2004.
Doutor António Joaquim da Silva Teixeira, professor auxiliar — no período de 7 a 10 de Dezembro de 2004.
Doutor Rui Manuel Escadas Ramos Martins, professor auxiliar — no período de 23 a 28 de Novembro de 2004.
Mestre Ilídio Fernando de Castro Oliveira, assistente convidado — no período de 24 a 27 de Novembro de 2004.

De 30 de Novembro de 2004:

Doutor Jorge Ribeiro Frade, professor catedrático — no período de 1 a 3 de Dezembro de 2004.
Doutor Paula Cristina Supardo Machado Marques Cerejeiras, professora associada — no período de 28 de Março a 1 de Abril de 2005.
Doutor António José Batel Anjo, professor auxiliar — no período de 16 a 20 de Dezembro de 2004.
Doutora Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista, professora auxiliar — no período de 26 a 31 de Dezembro de 2004.
Doutor Jesus Manuel Pedreira Dubert, professor auxiliar convidado — no período de 7 a 11 de Dezembro de 2004.
Doutor Uwe Kähler, professor auxiliar convidado — nos períodos de 9 a 26 de Janeiro de 2005 e de 28 de Março a 1 de Abril de 2005.
Licenciada Maria Natália da Silva Abrantes Vieira da Silva, assistente convidada (ES) — no período de 5 a 7 de Dezembro de 2004.

De 6 de Dezembro de 2004:

Doutor Carlos Alberto Diogo Soares Borrego, professor catedrático — no período de 12 a 14 de Dezembro de 2004.
Doutora Maria Fernanda Amaro Matos Brasete, professora auxiliar — no período de 18 a 23 de Dezembro de 2004.

De 7 de Dezembro de 2004:

Doutor Fernando Joaquim Fernandes Tavares Rocha, professor catedrático — no período de 16 a 19 de Dezembro de 2004.
Doutor José Alberto Gouveia Fonseca, professor associado — no período de 2 a 13 de Janeiro de 2005.
Doutor Vítor Manuel Sousa Félix, professor associado — no período de 8 a 11 de Dezembro de 2004.
Doutor Luís Miguel Pinho de Almeida, professor auxiliar — nos dias 1 e 2 de Dezembro de 2004.

1 de Abril de 2005. — O Administrador, *José da Cruz Costa.*

Despacho (extracto) n.º 8513/2005 (2.ª série). — Por despachos proferidos nas datas a seguir indicadas da reitora da Universidade de Aveiro:

De 30 de Setembro de 2004:

Mestra Maria Fernanda da Silva Rodrigues — nomeada, em comissão de serviço extraordinária, assistente convidada, por um ano, por urgente conveniência de serviço, a partir de 1 de Outubro de 2004, inclusive. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

De 2 de Novembro de 2004:

Mestra Elsa Maria de Oliveira Pinheiro de Melo — nomeada, em comissão de serviço extraordinária, equiparada a professora-adjunta, por um ano, por urgente conveniência de serviço, a partir de 1 de Dezembro de 2004, inclusive. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Abril de 2005. — O Administrador, *José da Cruz Costa.*

Despacho (extracto) n.º 8514/2005 (2.ª série). — Por despachos proferidos nas datas a seguir indicadas do vice-reitor da Universidade de Aveiro, no uso de delegação de competências [despacho n.º 11 562/2003 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 135, de 12 de Junho de 2003], foi concedida a renovação dos contratos aos seguintes docentes:

De 20 de Julho de 2004:

Mestra Elsa Maria Fernandes de Morais Sarmento, assistente convidada — por três anos, a partir de 10 de Fevereiro de 2005.
Mestra Leonor da Conceição Teixeira, assistente convidada — por três anos, a partir de 24 de Janeiro de 2005.
Licenciada Ana Raquel Reis Couto Xambre, assistente convidada — por três anos, a partir de 4 de Fevereiro de 2005.
Licenciada Sílvia Luís Teixeira Pinto Ferreira Jorge, assistente convidada — por três anos, a partir de 4 de Fevereiro de 2005.

De 4 de Fevereiro de 2005:

Mestra Maria Margarida Carreira Pires Urbano, equiparada a professora-adjunta — por um biénio, a partir de 18 de Fevereiro de 2005.
Mestra Maria José Rodrigues Felício de Moura e Castro, equiparada a professora-adjunta — por um biénio, a partir de 21 de Fevereiro de 2005.
Licenciado António Manuel Tavares Amorim Gomes Pereira, equiparado a assistente do 2.º triénio — por um biénio, a partir de 21 de Fevereiro de 2005.

1 de Abril de 2005. — O Administrador, *José da Cruz Costa.*

Despacho (extracto) n.º 8515/2005 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Setembro de 2004 do vice-reitor da Universidade de Aveiro, no uso de delegação de competências [despacho n.º 11 562/2003 (2.ª série), *Diário da República,* 2.ª série, n.º 135, de 12 de Junho de 2003]:

Doutor Dirk Hofmann — contratado como professor auxiliar convidado além do quadro do pessoal docente da Universidade de Aveiro por um quinquénio, por urgente conveniência de serviço, a partir de 3 de Outubro de 2004.

Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

O conselho científico da Universidade de Aveiro aprovou, em reunião de 15 de Setembro de 2004, a contratação como professor auxiliar convidado além do quadro do pessoal docente desta Universidade do Doutor Dirk Hofmann.

A proposta de convite veio acompanhada dos pareceres previstos no n.º 2 do artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, antes citado, tendo sido subscritos pelos Doutores Maria Paula Macedo Rocha Malonek, professora catedrática, Luís Filipe Pinheiro de Castro, professor associado com agregação, e Manuel González Scotto, professor auxiliar, todos da Universidade de Aveiro.

Com base nesses pareceres favoráveis e na análise do *curriculum vitae* do candidato, o conselho científico da Universidade de Aveiro é de parecer que o Doutor Dirk Hofmann, pelo seu currículo profissional no domínio da matemática, pela sua preparação técnica e pela sua acção pedagógica a nível de formação inicial, reúne os requisitos necessários ao exercício da docência como professor auxiliar convidado.

O presidente do Conselho Científico, *Joaquim Manuel Vieira.*

1 de Abril de 2005. — O Administrador, *José da Cruz Costa.*

Despacho (extracto) n.º 8516/2005 (2.ª série). — Por despachos proferidos nas datas a seguir indicadas da reitora da Universidade de Aveiro, foi concedida a renovação do contrato de trabalho a termo certo:

De 17 de Janeiro de 2005:

Licenciado Nuno Daniel Marques da Costa, técnico de informática do grau 1, nível 1 — por um ano, a partir de 19 de Janeiro de 2005.

De 20 de Janeiro de 2005:

Licenciado Luís Manuel Lobato de Macedo, técnico superior de 2.ª classe — por um ano, a partir de 20 de Janeiro de 2005.

1 de Abril de 2005. — O Administrador, *José da Cruz Costa.*

Despacho (extracto) n.º 8517/2005 (2.ª série). — Por despachos proferidos nas datas a seguir indicadas do vice-reitor da Universidade de Aveiro, no uso de delegação de competências [despacho n.º 11 562/2003 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 135, de 12 de Junho de 2003]:

De 26 de Julho de 2004:

Licenciado Timothy John Wallis — concedida alteração ao contrato inicialmente celebrado como leitor em 1 de Outubro de 2004, permanencendo em vigor todas as suas cláusulas, com excepção da cláusula correspondente à remuneração em virtude de ter optado pelo regime de dedicação exclusiva, alteração que produz efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004, inclusive.

De 18 de Outubro de 2004:

Mestre Mário Jorge Ferreira Rodrigues — concedida alteração ao contrato inicialmente celebrado como equiparado a assistente do 1.º triénio em 22 de Setembro de 2003, permanecendo em vigor todas as suas cláusulas, com excepção da cláusula correspondente à remuneração em virtude de ter optado pelo regime de dedicação exclusiva, alteração que produz efeitos a partir de 1 de Novembro de 2004, inclusive.

Mestre Pedro Alexandre de Sousa Gonçalves — concedida alteração ao contrato inicialmente celebrado como equiparado a assistente do 1.º triénio em 1 de Outubro de 2003, permanecendo em vigor todas as suas cláusulas, com excepção da cláusula correspondente à remuneração em virtude de ter optado pelo regime de dedicação exclusiva, alteração que produz efeitos a partir de 1 de Novembro de 2004, inclusive.

De 27 de Outubro de 2004:

Liecenciado David Nunes Resende — concedida alteração ao contrato inicialmente celebrado como equiparado a assistente do 1.º triénio em 22 de Setembro de 2003, permanecendo em vigor todas as suas cláusulas, com excepção da cláusula correspondente à remuneração em virtude de ter optado pelo regime de dedicação exclusiva, alteração que produz efeitos a partir de 1 de Novembro de 2004, inclusive.

1 de Abril de 2005. — O Administrador, *José da Cruz Costa.*

Despacho (extracto) n.º 8518/2005 (2.ª série). — Por despachos proferidos nas datas a seguir indicadas do vice-reitor da Universidade de Aveiro, no uso de delegação de competências [despacho n.º 11 562/2003 (2.ª série), *Diário da República,* 2.ª série, n.º 135, de 12 de Junho de 2003], foi concedida a prorrogação dos contratos aos seguintes docentes:

De 20 de Julho de 2004:

Mestra Teresa Maria Bettencourt da Cruz, assistente — por um biénio, a partir de 1 de Setembro de 2004.

De 17 de Janeiro de 2005:

Licenciada Isabel Cristina Saraiva de Assunção Rodrigues, assistente — a partir de 22 de Janeiro e até 29 de Julho de 2005 (final do ano lectivo de 2004-2005).

1 de Abril de 2005. — O Administrador, *José da Cruz Costa.*

UNIVERSIDADE DO MINHO

Despacho (extracto) n.º 8519/2005 (2.ª série). — Por despacho de 24 de Janeiro de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciado José Mendes Machado, assistente — concedida a dispensa de serviço docente pelo período de seis meses, com início em 1 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8520/2005 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Fevereiro de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciada Maria Teresa Mesquita da Cunha Machado Malheiro, assistente — concedida dispensa de serviço docente pelo período de 180 dias, com início em 1 de Março de 2005.

Licenciada Cláudia Isabel Machado Horta, assistente — concedida dispensa de serviço docente pelo período de 58 dias, com início em 1 de Março de 2005.

Licenciada Susana Margarida Ferreira de Sá Faria, assistente — concedida dispensa de serviço docente pelo período de 60 dias, com início em 1 de Abril de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8521/2005 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Fevereiro de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida dispensa de serviço docente, aos docentes a seguir mencionados:

Licenciado Carlos Alberto Baptista de Sousa Pinto, assistente — pelo período de seis meses, com início em 31 de Agosto de 2005.

Licenciado João Pedro Pereira Maia Couto, assistente — pelo período de seis meses, com início em 18 de Janeiro de 2006.

30 de Março de 2005. — O Director, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8522/2005 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Fevereiro de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutora Lúcia Maria Portela de Lima Rodrigues, professora associada — concedida licença sabática pelo período de um ano, com incício em 1 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8523/2005 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Fevereiro de 2005 do presidente da Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Minho, por delegação:

Doutor Jorge Manuel Rolo Pedrosa, professor auxiliar — concedida equiparação a bolseiro no período de 12 a 14 de Fevereiro de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8524/2005 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Janeiro de 2005 do presidente do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, por delegação:

Doutor Almerindo Janela Gonçalves Afonso, professor associado — concedida equiparação a bolseiro no período de 29 de Janeiro a 5 de Fevereiro de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8525/2005 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Janeiro de 2005 do presidente do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Jorge Manuel Ferreira Almeida Santos, professor associado — no período de 2 a 4 de Fevereiro de 2005.
Doutora Maria de Fátima Morais Silva, professora auxiliar — no período de 11 a 16 de Fevereiro de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8526/2005 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Janeiro de 2005 do presidente do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, por delegação:

Doutora Isabel Flávia Gonçalves Fernandes Ferreira Vieira, professora associada — concedida equiparação a bolseiro no período de 2 a 6 de Fevereiro de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8527/2005 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Fevereiro de 2005 do presidente do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, por delegação:

Doutor Paulo Maria Bastos da Silva Dias, professor catedrático — concedida equiparação a bolseiro no período de 17 a 20 de Fevereiro de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8528/2005 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Fevereiro de 2005 do presidente do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, por delegação:

Licenciada Maria Emília Pinto Vilarinho Rodrigues Barros Zão, assistente — concedida equiparação a bolseiro no período de 9 a 15 de Fevereiro de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8529/2005 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Fevereiro de 2005 do presidente do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Maria de Lourdes da Trindade Dionísio, professora auxiliar — no período de 13 a 21 de Fevereiro de 2005.
Licenciada Maria Emília Pinto Vilarinho Rodrigues Barros Zão, assistente — no período de 2 a 6 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8530/2005 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Fevereiro de 2005 do presidente do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Maria de Fátima Neves Guerreiro Sequeira, professora catedrática — pelo período de 13 dias, com início em 21 de Fevereiro de 2005.
Doutor José Augusto Brito Pacheco, professor associado com agregação — pelo período de 12 dias, com início em 21 de Fevereiro de 2005.
Doutora Teresa Margarida Moreira Freire Barbas Albuquerque, professora auxiliar — no período de 21 a 23 de Fevereiro de 2005.
Licenciada Maria Madalena de Freitas Matos Paiva, assistente convidada — no período de 3 a 8 de Março de 2005.
Licenciada Isabel Maria Antunes Barbosa, assistente convidada — no período de 3 a 8 de Março de 2005.
Licenciada Isabel Sandra Lima Fernandes, assistente convidada — no período de 3 a 8 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8531/2005 (2.ª série). — Por despacho de 24 de Fevereiro de 2005 do presidente do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Óscar Filipe Coelho Neves Gonçalves, professor catedrático — no período de 2 a 6 de Março de 2005.
Doutor Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, professor associado com agregação — no período de 2 a 6 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8532/2005 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Fevereiro de 2005 do presidente do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, por delegação:

Doutor Licínio Carlos Viana da Silva Lima, professor catedrático — concedida equiparação a bolseiro no período de 12 a 17 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8533/2005 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Março de 2005 do presidente do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, por delegação:

Doutor Jorge Manuel Ferreira Almeida Santos, professor associado com agregação — concedida equiparação a bolseiro no período de 19 a 23 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8534/2005 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Março de 2005 do presidente do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, por delegação:

Doutora Maria Assunção Flores Fernandes, professora auxiliar — concedida equiparação a bolseiro no período de 15 a 20 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8535/2005 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Janeiro de 2005 do presidente do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, por delegação:

Doutora Maria da Graça Ferreira Simões de Carvalho, professora catedrática — concedida equiparação a bolseiro no período de 31 de Janeiro a 6 de Fevereiro de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8536/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Fevereiro de 2005 do presidente do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, por delegação:

Doutor Luís Augusto de Miranda Correia, professor associado com agregação — concedida equiparação a bolseiro no período de 20 a 25 de Fevereiro de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8537/2005 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Fevereiro de 2005 do presidente do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor João Manuel Formosinho Sanches Simões, professor catedrático — no período de 20 a 23 de Fevereiro de 2005.
Doutora Júlia Fátima Domingues Basto Oliveira, professora associada — no período de 20 a 23 de Fevereiro de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8538/2005 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Março de 2005 do presidente do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor António Manuel de Sousa Fernandes, professor associado — no período de 12 a 15 de Março de 2005.
Doutora Maria Teresa Jacinto Sarmento Pereira, professora auxiliar — no período de 12 a 15 de Março de 2005.
Doutor Fernando Ilídio da Silva Ferreira, professor auxiliar — no período de 12 a 15 de Março de 2005.
Doutor Joaquim Machado de Araújo, docente no âmbito da formação inicial/requisitado — no período de 12 a 15 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8539/2005 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Janeiro de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Luís Manuel Meneses Guimarães Almeida, professor catedrático — no período de 5 a 11 de Fevereiro de 2005.
Doutora Rosa Maria de Castro Fernandes Vasconcelos, professora auxiliar — no período de 11 a 14 de Fevereiro de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8540/2005 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Janeiro de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor José Manuel Cardoso Teixeira, professor associado — no período de 5 a 9 de Janeiro de 2005.
Doutor Paulo Jorge de Sousa Cruz, professor associado — no período de 3 a 6 de Fevereiro de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8541/2005 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Janeiro de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor José Manuel Vasconcelos Valério Carvalho, professor catedrático — no período de 27 a 31 de Janeiro de 2005.
Doutora Maria Manuela Oliveira Guedes Almeida, professora auxiliar — nos dias 10 e 11 de Fevereiro de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8542/2005 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Fevereiro de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação:

Doutro Luís Alfredo Martins do Amaral, professor associado — concedida equiparação a bolseiro no período de 11 a 14 de Fevereiro de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8543/2005 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Fevereiro de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Artur Manuel Cavaco Paulo, professor auxiliar com agregação — no período de 20 a 24 de Fevereiro de 2005.
Doutor Miguel Ângelo Fernandes Carvalho, professor auxiliar — no período de 13 a 20 de Fevereiro de 2005.
Doutora Estela Guerreiro Silva Bicho Erlhagen, professora auxiliar — no período de 13 a 17 de Fevereiro de 2005.
Licenciada Isabel Cristina de Almeida Pereira da Rocha, assistente convidada — no período de 12 a 18 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8544/2005 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Fevereiro de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor José António Couto Teixeira, professor catedrático — pelo período de 11 dias, com início em 6 de Março de 2005.
Doutor Zlatan Zlatev Dentchev, professor auxiliar — no período de 14 a 17 de Fevereiro de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8545/2005 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Fevereiro de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Domingas Rosário Veríssimo Jacinto Tavares Oliveira, professora catedrática — no período de 21 a 24 de Fevereiro de 2005.
Doutor José Higino Gomes Correia, professor associado — no período de 15 a 23 de Março de 2005.
Doutor Rui Luís Gonçalves dos Reis, professor associado — nos dias 16 e 17 de Fevereiro de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8546/2005 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Fevereiro de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor José António Colaço Gomes Covas, professor catedrático — no período de 23 a 27 de Fevereiro de 2005.
Doutor Pedro Manuel Rangel Santos Henriques, professor associado — no período de 18 a 23 de Fevereiro de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8547/2005 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Fevereiro de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação:

Doutor Rui Luís Gonçalves dos Reis, professor associado — concedida equiparação a bolseiro nos dias 18 e 19 de Fevereiro de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8548/2005 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Fevereiro de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor António Augusto Magalhães da Cunha, professor catedrático — nos dias 23, 24, 25 e 26 de Fevereiro de 2005.
Doutora Olga Machado de Sousa Carneiro, professora associada — no período de 23 a 27 de Fevereiro de 2005.
Doutor Rui Luís Gonçalves dos Reis, professor associado — no período de 21 a 26 de Fevereiro de 2005.
Doutor Luís Augusto Sousa Marques da Rocha, professor associado — no período de 20 a 27 de Fevereiro de 2005.
Doutor Júlio César Machado Viana, professor auxiliar — no período de 21 a 25 de Fevereiro de 2005.
Doutor António José Borba Ramires Fernandes, professor auxiliar — no dia 21 de Fevereiro de 2005.
Doutor João Filipe Colardelle da Luz Mano, professor auxiliar — no período de 21 a 28 de Fevereiro de 2005.
Licenciado Jorge Manuel Gonçalves Branco, assistente — no período de 22 de Fevereiro a 2 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8549/2005 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Fevereiro de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Eugénio Manuel de Faria Campos Ferreira, professor associado com agregação — no dia 3 de Março de 2005.
Doutor Jorge Miguel Matos Sousa Pinto, professor auxiliar — no período de 4 a 12 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8550/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Fevereiro de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor José Carlos Ferreira Maia Neves, professor catedrático — no período de 24 de Fevereiro a 4 de Março de 2005.
Doutor Victor Manuel Rodrigues Alves, professor auxiliar — no período de 24 de Fevereiro a 4 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8551/2005 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Fevereiro de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor José Manuel Ramos Gomes, professor associado — no período de 23 a 30 de Abril de 2005.

Doutor António Fernando Macedo Ribeiro, professor associado — no período de 5 a 12 de Abril de 2005.
Doutor Jaime Carlos Luzia Ferreira da Silva, professor associado — no período de 9 a 15 de Março de 2005.
Doutor António Vasco Amaral Nunes, professor auxiliar — no período de 24 a 26 de Fevereiro de 2005.
Doutor Eduardo José Castanheira Beira, professor convidado equiparado a professor auxiliar — no período de 26 de Fevereiro a 1 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8552/2005 (2.ª série). — Por despacho de 24 de Fevereiro de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação:

Doutora Mónica Frias da Costa Paz Barroso, professora auxiliar — concedida equiparação a bolseiro no período de 30 de Março a 3 de Abril de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8553/2005 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Fevereiro de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes as seguir mencionados:

Doutor António Augusto Magalhães da Cunha, professor catedrático — no dia 1 de Março de 2005.
Doutor José António Colaço Gomes Covas, professor catedrático — pelo período de 10 dias, com início em 5 de Março de 2005.
Doutor Joaquim António Oliveira de Barros, professor associado — no período de 15 a 21 de Abril de 2005.
Doutora Olga Machado de Sousa Carneiro, professora associada — pelo período de 10 dias, com início em 5 de Março de 2005.
Doutor João Miguel de Amorim Novais da Costa Nóbrega, professor auxiliar — pelo período de 10 dias, com início em 5 de Março de 2005.
Doutor António Gaspar Lopes da Cunha, professor auxiliar — pelo período de 10 dias, com início em 5 de Março de 2005.
Doutor João Miguel Lobo Fernandes, professor auxiliar — no período de 12 a 19 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8554/2005 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Março de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Rosa Maria de Castro Fernandes Vasconcelos, professora associada — no período de 11 a 18 de Março de 2005.
Doutor Goran Putnik, professor associado — no período de 2 a 5 de Março de 2005.
Doutor Fernando Carlos Cabrita Romero, professor auxiliar — no período de 2 a 5 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8555/2005 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Março de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Alexandre Júlio Teixeira Santos, professor associado — no período de 16 a 22 de Abril de 2005.
Doutor Júlio César Machado Viana, professor auxiliar — pelo período de 10 dias, com início em 5 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8556/2005 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Março de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Domingas do Rosário Veríssimo Jacinto Tavares de Oliveira, professora catedrática — no período de 10 a 13 de Março de 2005.
Doutor Luís Alfredo Martins do Amaral, professor associado — no período de 11 a 18 de Março de 2005.
Doutora Ana Maria Moreira Ferreira da Rocha, professora auxiliar — no período de 13 a 18 de Março de 2005.
Doutor Paulo Sérgio Soares de Almeida, professor auxiliar — no período de 6 a 14 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8557/2005 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Março de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação:

Licenciado Gustavo Alexandre Oliveira Rodrigues Dias, assistente — concedida equiparação a bolseiro pelo período de 10 dias, com início em 5 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8558/2005 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Março de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor António Sérgio Duarte Pousada, professor catedrático — no período de 18 a 22 de Abril de 2005.
Doutor Paulo José Brandão Barbosa Lourenço, professor associado — nos dias 10 e 11 de Março de 2005.
Doutor José de Araújo Mendes, professor auxiliar — no período de 7 de Março a 3 de Abril de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8559/2005 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Março de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Ricardo Jorge Silvério de Magalhães Machado, professor auxiliar — no período de 2 a 6 de Abril de 2005.
Licenciado Vítor Júlio da Silva e Sá, assistente — no período de 14 a 21 de Março de 2005.
Licenciado Isabel Maria Ferreira Costa Soares Barros, assistente convidada — no período de 13 a 20 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8560/2005 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Março de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Luís Paulo Peixoto dos Santos, professor auxiliar — no período de 24 a 30 de Março de 2005.
Doutor João Miguel Lobo Fernandes, professor auxiliar — no período de 2 a 6 de Abril de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8561/2005 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Março de 2005 do presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho, por delegação, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Adriano Jorge Cardoso Moreira, professor auxiliar — no período de 13 a 16 de Abril de 2005.
Doutora Maribel Yasmina Campos Alves Santos, professora auxiliar — no período de 13 a 16 de Abril de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8562/2005 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Dezembro de 2004 do reitor da Universidade do Minho:

Doutor João Carlos Vicente Sarmento, professor auxiliar — concedida equiparação a bolseiro no dia 17 de Dezembro de 2004.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8563/2005 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Janeiro de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutor João Filipe Colardelle Luz Mano, professor auxiliar — anulada a equiparação a bolseiro publicada no *Diário da República,*

2.ª série, n.º 33, de 16 de Fevereiro de 2005, a p. 2306, no período de 13 a 15 de Dezembro de 2004 e concedida nos dias 13 e 14 de Dezembro de 2004.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8564/2005 (2.ª série). — Por despacho de 24 de Janeiro de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciada Ana Cristina Brandão Fernandes, assistente — concedida equiparação a bolseiro pelo período de 50 dias, com início em 30 de Outubro de 2004.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8565/2005 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Janeiro de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutora Bárbara Fernandes de Carvalho Figueiredo, professora associada — concedida equiparação a bolseiro no período de 1 a 4 de Fevereiro de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8566/2005 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Janeiro de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciada Sofia Oliveira Lopes, assistente — concedida equiparação a bolseiro pelo período de 184 dias, com início em 29 de Janeiro de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8567/2005 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Janeiro de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutor Mário Jorge Cardoso Coelho Freitas, professor auxiliar — concedida equiparação a bolseiro pelo período de 17 dias, com início em 2 de Fevereiro de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8568/2005 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Fevereiro de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Licenciada Ema Paula Botelho da Costa Mamede, assistente — concedida equiparação a bolseiro pelo período de 187 dias, com início em 26 de Janeiro de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8569/2005 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Fevereiro de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutor João Manuel Luís Lopes Maia, professor auxiliar — concedida equiparação a bolseiro no período de 2 a 6 de Fevereiro de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8570/2005 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Fevereiro de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutor Manuel José Magalhães Gomes Mota, professor catedrático — concedida equiparação a bolseiro no período de 4 a 6 de Fevereiro de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8571/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Fevereiro de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Acílio Silva Estanqueiro Rocha, professor catedrático — no dia 7 de Fevereiro de 2005.
Doutor Manuel José Jacinto Sarmento Pereira, professor associado — pelo período de 23 dias, com início em 10 de Fevereiro de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8572/2005 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Fevereiro de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutor Manuel José Magalhães Gomes Mota, professor catedrático — concedida a equiparação a bolseiro nos dias 15 e 16 de Fevereiro de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8573/2005 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Fevereiro de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Maria da Graça Ferreira Simões de Carvalho, professora catedrática — no período de 17 a 20 de Fevereiro de 2005.
Doutor Ricardo Pedro Lopes Martins Mendes Ribeiro, professor auxiliar — pelo período de 30 dias, com início em 1 de Abril de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8574/2005 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Fevereiro de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Maria da Piedade Machado Ramos, professora associada — pelo período de 19 dias, com início em 6 de Março de 2005.
Doutor Joseph Eugene Mullin, professor associado — no período de 27 a 31 de Outubro de 2004.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8575/2005 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Fevereiro de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutora Maria Isabel Pontes Correia Neves, professora auxiliar — pelo período de 90 dias, com início em 10 de Março de 2005.
Doutor Manuel Bernardo Martins Barbosa, professor auxiliar — pelo período de 120 dias, com início em 1 de Março de 2005.
Doutor Luís António Carvalho Gachineiro da Cunha, professor auxiliar — no período de 5 a 12 de Junho de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8576/2005 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Março de 2005 do reitor da Universidade do Minho, foi concedida a equiparação a bolseiro aos docentes a seguir mencionados:

Doutor Luís Manuel Meneses Guimarães de Almeida, professor catedrático — no período de 16 a 20 de Março de 2005.
Doutora Maria do Pilar Pereira Barbosa, professora associada — pelo período de 120 dias, com início em 17 de Março de 2005.
Doutor Artur Manuel Cavaco Paulo, professor auxiliar com agregação — no período de 12 a 19 de Março de 2005.
Licenciado José Mendes Machado, assistente — pelo período de 90 dias, com início em 11 de Abril de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8577/2005 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Março de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutor João Manuel Formosinho Sanches Simões, professor catedrático — concedida a equiparação a bolseiro no período de 6 a 13 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8578/2005 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Março de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutora Lúcia Fernández Suárez, professora auxiliar — concedida a equiparação a bolseiro pelo período de 120 dias, com início em 2 de Abril de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8579/2005 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Março de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutor João Manuel Luís Lopes Maia, professor auxiliar — concedida a equiparação a bolseiro no período de 17 a 24 de Março de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

Despacho (extracto) n.º 8580/2005 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Março de 2005 do reitor da Universidade do Minho:

Doutor Armando Albino Dias Venâncio, professor auxiliar — concedida a equiparação a bolseiro pelo período de 17 dias, com início em 4 de Abril de 2005.

30 de Março de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes.*

UNIVERSIDADE DO PORTO

Secretaria-Geral

Aviso n.º 4161/2005 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 30 de Março de 2005 e sob proposta do conselho científico da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto, foi determinado o seguinte para o ano lectivo de 2005-2006 relativamente ao curso de mestrado de Gestão Desportiva da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física desta Universidade:

1 — Limitações quantitativas:
1.1 — Número de vagas: 25.
1.2 — Percentagem de vagas para docentes do ensino superior: 20 %.
1.3 — Percentagem de vagas reservadas a não docentes do ensino superior: 80 %.
1.4 — Vagas para candidatos das Regiões Autónomas: duas.
1.5 — Vagas para candidatos dos PALOP: uma.
1.6 — Vagas para candidatos da América Latina: três:

Brasil: duas;
Outros países: uma.

1.7 — O número mínimo de inscrições indispensável ao funcionamento do curso é de 10.
2 — Prazos e calendário lectivo:
2.1 — Candidaturas: de 23 de Maio a 9 de Junho de 2005.
2.2 — Selecção dos candidatos de 20 de Junho a 8 de Julho de 2005.
2.3 — Afixação da lista seriada de candidatos: 19 de Julho de 2005.
2.4 — Prazo para a matrícula: de 1 a 9 de Setembro de 2005.
2.5 — Início da parte escolar: Setembro/Outubro de 2005.
3 — É fixada a propina anual de € 1500.

31 de Março de 2005. — O Chefe de Divisão, *António Pereira Bastos.*

Aviso n.º 4162/2005 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 30 de Março de 2005 e sob proposta do conselho científico da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto, foi determinado o seguinte para o ano lectivo de 2005-2006 relativamente ao curso de mestrado de Actividade Física e Saúde da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física desta Universidade:

1 — Limitações quantitativas:
1.1 — Número de vagas: 25;
1.2 — Percentagem de vagas para docentes do ensino superior: 20 %;
1.3 — Percentagem de vagas reservadas a não docentes do ensino superior: 80 %;
1.4 — Vagas para candidatos das Regiões Autónomas: duas;
1.5 — Vagas para candidatos dos PALOP: duas;
1.6 — Vagas para candidatos da América Latina: três:

Brasil: duas;
Outros países: uma;

1.7 — O número mínimo de inscrições indispensável ao funcionamento do curso é de 10.
2 — Prazos e calendário lectivo:
2.1 — Candidaturas: de 23 de Maio a 9 de Junho de 2005;
2.2 — Selecção dos candidatos: de 20 de Junho a 8 de Julho de 2005;
2.3 — Afixação da lista seriada de candidatos: 19 de Julho de 2005;
2.4 — Prazo para a matrícula: de 1 a 9 de Setembro de 2005;
2.5 — Início da parte escolar: Setembro/Outubro de 2005;
3 — É fixada a propina anual de € 1500.

31 de Março de 2005. — O Chefe de Divisão, *António Pereira Bastos.*

Aviso n.º 4163/2005 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 30 de Março de 2005 e sob proposta do conselho científico da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto, foi determinado o seguinte para o ano lectivo de 2005-2006 relativamente ao curso de mestrado de Actividade Física para a Terceira Idade da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física desta Universidade:

1 — Limitações quantitativas:
1.1 — Número de vagas: 25;
1.2 — Percentagem de vagas para docentes do ensino superior: 20 %;
1.3 — Percentagem de vagas reservadas a não docentes do ensino superior: 80 %;
1.4 — Vagas para candidatos das Regiões Autónomas: duas;
1.5 — Vagas para candidatos dos PALOP: duas;
1.6 — Vagas para candidatos da América Latina: três:

Brasil: duas;
Outros países: uma;

1.7 — O número mínimo de inscrições indispensável ao funcionamento do curso é de 10.
2 — Prazos e calendário lectivo:
2.1 — Candidaturas: de 23 de Maio a 9 de Junho de 2005;
2.2 — Selecção dos candidatos: de 20 de Junho a 8 de Julho de 2005;
2.3 — Afixação da lista seriada de candidatos: 19 de Julho de 2005;
2.4 — Prazo para a matrícula: de 1 a 9 de Setembro de 2005;
2.5 — Início da parte escolar: Setembro/Outubro de 2005.
3 — É fixada a propina anual de € 1500.

31 de Março de 2005. — O Chefe de Divisão, *António Pereira Bastos.*

Aviso n.º 4164/2005 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 30 de Março de 2005 e sob proposta do conselho científico da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto, foi determinado o seguinte para o ano lectivo de 2005-2006 relativamente ao curso de mestrado de Desporto para Crianças e Jovens da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física desta Universidade:

1 — Limitações quantitativas:
1.1 — Número de vagas: 25;
1.2 — Percentagem de vagas para docentes do ensino superior: 20 %;
1.3 — Percentagem de vagas reservadas a não docentes do ensino superior: 80 %;
1.4 — Vagas para candidatos das Regiões Autónomas: duas;
1.5 — Vagas para candidatos dos PALOP: duas;
1.6 — Vagas para candidatos da América Latina: três:

Brasil: duas;
Outros países: uma;

1.7 — O número mínimo de inscrições indispensável ao funcionamento do curso é de 10.
2 — Prazos e calendário lectivo:
2.1 — Candidaturas: de 23 de Maio a 9 de Junho de 2005;
2.2 — Selecção dos candidatos: de 20 de Junho a 8 de Julho de 2005;
2.3 — Afixação da lista seriada de candidatos: 19 de Julho de 2005;
2.4 — Prazo para a matrícula: de 1 a 9 de Setembro de 2005;
2.5 — Início da parte escolar: Setembro/Outubro de 2005.
3 — É fixada a propina anual de € 1500.

31 de Março de 2005. — O Chefe de Divisão, *António Pereira Bastos.*

Aviso n.º 4165/2005 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 30 de Março de 2005 e sob proposta do conselho científico da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto, foi determinado o seguinte para o ano lectivo de 2005-2006 relativamente ao curso de mestrado de Treino de Alto Rendimento Desportivo da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física desta Universidade:

1 — Limitações quantitativas:
1.1 — Número de vagas: 25;
1.2 — Percentagem de vagas para docentes do ensino superior: 20 %;
1.3 — Percentagem de vagas reservadas a não docentes do ensino superior: 80 %;
1.4 — Vagas para candidatos das Regiões Autónomas: duas;
1.5 — Vagas para candidatos dos PALOP: duas;
1.6 — Vagas para candidatos da América Latina: três:

Brasil: duas;
Outros países: uma;

1.7 — O número mínimo de inscrições indispensável ao funcionamento do curso é de 10.
2 — Prazos e calendário lectivo:
2.1 — Candidaturas: de 23 de Maio a 9 de Junho de 2005;
2.2 — Selecção dos candidatos: de 20 de Junho a 8 de Julho de 2005;

2.3 — Afixação da lista seriada de candidatos: 19 de Julho de 2005;
2.4 — Prazo para a matrícula: de 1 a 9 de Setembro de 2005;
2.5 — Início da parte escolar: Setembro/Outubro de 2005.
3 — É fixada a propina anual de € 1500.

31 de Março de 2005. — O Chefe de Divisão, *António Pereira Bastos.*

Aviso n.º 4166/2005 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 30 de Março de 2005 e sob proposta do conselho científico da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto, foi determinado o seguinte para o ano lectivo de 2005-2006 relativamente ao curso de mestrado de Actividade Física Adaptada da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física desta Universidade:

1 — Limitações quantitativas:
1.1 — Número de vagas: 25;
1.2 — Percentagem de vagas para docentes do ensino superior: 20 %;
1.3 — Percentagem de vagas reservadas a não docentes do ensino superior: 80 %;
1.4 — Vagas para candidatos das Regiões Autónomas: duas;
1.5 — Vagas para candidatos dos PALOP: duas;
1.6 — Vagas para candidatos da América Latina: três:

Brasil: duas;
Outros países: uma;

1.7 — O número mínimo de inscrições indispensável ao funcionamento do curso é de 10.
2 — Prazos e calendário lectivo:
2.1 — Candidaturas: de 23 de Maio a 9 de Junho de 2005;
2.2 — Selecção dos candidatos: de 20 de Junho a 8 de Julho de 2005;
2.3 — Afixação da lista seriada de candidatos: 19 de Julho de 2005;
2.4 — Prazo para a matrícula: de 1 a 9 de Setembro de 2005;
2.5 — Início da parte escolar: Setembro/Outubro de 2005.
3 — É fixada a propina anual de € 1500.

31 de Março de 2005. — O Chefe de Divisão, *António Pereira Bastos.*

Aviso n.º 4167/2005 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 30 de Março de 2005 e sob proposta do conselho científico da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto, foi determinado o seguinte para o ano lectivo de 2005-2006 relativamente ao curso de mestrado em Desenvolvimento Motor da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física desta Universidade:

1 — Limitações quantitativas:
1.1 — Número de vagas: 25;
1.2 — Percentagem de vagas para docentes do ensino superior: 20 %;
1.3 — Percentagem de vagas reservadas a não docentes do ensino superior: 80 %;
1.4 — Vagas para candidatos das Regiões Autónomas: duas;
1.5 — Vagas para candidatos dos PALOP: duas;
1.6 — Vagas para candidatos da América Latina: três:

Brasil: duas;
Outros países: uma;

1.7 — O número mínimo de inscrições indispensável ao funcionamento do curso é de 10.
2 — Prazos e calendário lectivo:
2.1 — Candidaturas: de 23 de Maio a 9 de Junho de 2005;
2.2 — Selecção dos candidatos: de 20 de Junho a 8 de Julho de 2005;
2.3 — Afixação da lista seriada de candidatos: 19 de Julho de 2005;
2.4 — Prazo para a matrícula: de 1 a 9 de Setembro de 2005;
2.5 — Início da parte escolar: Setembro/Outubro de 2005.
3 — É fixada a propina anual de € 1500.

31 de Março de 2005. — O Chefe de Divisão, *António Pereira Bastos.*

Despacho n.º 8581/2005 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Março do vice-reitor Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva, proferido por delegação de competências conferida por despacho reitoral de 16 de Setembro de 2002, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 236, de 12 de Outubro de 2002, foi constituído pela seguinte forma, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto n.º 301/72, de 14 de Agosto, o júri das provas para o título de agregado do Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto requeridas pelo Doutor Luís Fernando Adriano Carlos:

Presidente — Reitor da Universidade do Porto.
Vogais:

Doutora Maria Paula Nina Morão, professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
Doutora Clara Crabbé Rocha, professora catedrática da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
Doutor Fernando Jorge Vieira Pimentel, professor catedrático da Universidade dos Açores.
Doutora Maria da Graça Lisboa Castro Pinto, professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Doutor Arnaldo Baptista Saraiva, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Doutora Maria Isabel da Silva Pires de Lima, professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Doutora Maria de Fátima Aires Pereira Marinho Saraiva, professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Doutora Fernanda Irene Ferreira de Araújo Barros Fonseca, professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Doutora Ana Maria Barros de Brito, professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

31 de Março de 2005. — O Chefe de Divisão, *António Pereira Bastos.*

Despacho n.º 8582/2005 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Março de 2005 do vice-reitor Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva, proferido por delegação de competência conferida por despacho reitoral de 16 de Setembro de 2002, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 235, de 11 de Outubro de 2002, foi, constituído pela seguinte forma, nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 388/70, de 18 de Agosto, o júri das provas de doutoramento em Letras, especialidade de Literatura Alemã, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, requeridas pela licenciada Ana Isabel Gouveia Boura:

Presidente — Reitor da Universidade do Porto.
Vogais:

Doutora Maria Manuela Nobre Gouveia Delille, professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
Doutora Maria Teresa Paula Santos Delgado Mingocho, professora associada com agregação do Grupo de Estudos Germanísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
Doutor Gonçalo José do Vale Peixoto e Vilas-Boas, professor associado com agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Doutor John Thomas Greenfield, professor associado com agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Doutora Maria Teresa Vilela Martins de Oliveira Soares, professora auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

31 de Março de 2005. — O Chefe de Divisão, *António Pereira Bastos.*

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Faculdade de Medicina Veterinária

Aviso n.º 4168/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, comunica-se que foram elaboradas as listas de antiguidade relativas ao ano de 2004 referentes aos funcionários dos quadros de pessoal docente e não docente da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa, já afixadas para consulta.

Conforme o estabelecido no n.º 1 do artigo 96.º do mencionado diploma, o prazo de reclamação é de 30 dias consecutivos a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República.*

1 de Abril de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Luís Manuel Morgado Tavares.*

Despacho n.º 8583/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Lisboa de 7 de Março de 2005, proferido por delegação:

José António Mestre Prates — nomeado professor auxiliar não pertencente aos quadros de nomeação definitiva, desta Faculdade com efeitos a partir de 21 de Março de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

Relatório final de processo de nomeação definitiva

Em cumprimento do disposto no artigo 25.º, n.º 2, e dos n.os 2 e 4 do artigo 20.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, e tendo em atenção os pareceres subscritos pelos professores catedráticos José Robalo Silva e Carlos Manuel Lopes Vieira Martins, o plenário do conselho científico da Faculdade de Medicina Veterinária, reunido em 16 de Fevereiro de 2005, em votação nominal justificada dos seus vogais com nomeação definitiva, considerou estarem preenchidos os requisitos pressupostos no n.º 4 do referido artigo 20.º, pelo que aprovou, por unanimidade, a nomeação definitiva como professor auxiliar do Doutor José António Mestre Prates.

11 de Março de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Luís Manuel Morgado Tavares.*

Despacho n.º 8584/2005 (2.ª série). — Por despacho do vice-reitor da Universidade Técnica de Lisboa de 3 de Março de 2005, proferido por delegação:

Miguel Luís Mendes Saraiva Lima, professor associado — dispensado de serviço docente (licença sabática) pelo período de seis meses, com início em 1 de Março até 31 de Agosto de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

11 de Março de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Luís Manuel Morgado Tavares.*

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Aviso n.º 4169/2005 (2.ª série). — Por despachos do presidente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, ao abrigo da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 19.º dos Estatutos deste Instituto, publicados em anexo ao Despacho Normativo n.º 37/2000, de 3 de Agosto:

De 13 de Julho de 2004:

Maria da Paz Ventura Campos de Lima — autorizada a contratação, por urgente conveniência de serviço, como professora auxiliar além do quadro neste Instituto. O contrato produz efeitos a partir de 25 de Junho de 2004, dia imediato ao da conclusão das provas de doutoramento, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

De 29 de Outubro de 2004:

Alexandre Mário Duarte Reis de Oliveira — autorizada a contratação, por urgente conveniência de serviço, como assistente convidado além do quadro neste Instituto. O contrato produz efeitos a partir de 1 de Novembro de 2004, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

De 17 de Novembro de 2004:

Pedro Viana Botelho — autorizada a contratação, por urgente conveniência de serviço, como professor auxiliar convidado além do quadro neste Instituto. O contrato produz efeitos a partir da data do despacho autorizador, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

De acordo com o n.º 3 do artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, foi aprovada em reunião do conselho científico de 16 de Novembro de 2004 com base nos pareceres elaborados pelos Profs. Doutores Manuel António Correia Teixeira, Teresa Marquito Marat-Mendes e Luíz Sarmento de Carvalho e Cunha.

José Ricardo Pontes Resende — autorizada a contratação, por urgente conveniência de serviço, em regime de tempo parcial, como assistente convidado além do quadro neste Instituto. O contrato produz efeitos a partir da data do despacho autorizador, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

De 2 de Dezembro de 2004:

Miguel Filipe Pardal Cabrita — autorizada a contratação, por urgente conveniência de serviço, como assistente convidado além do quadro neste Instituto, em regime de substituição no âmbito do PROPED/01, acção n.º 2/5.3. O contrato produz efeitos a partir da data do despacho autorizador, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

De 17 de Fevereiro de 2005:

Rosa Maria de Figueiredo Perez — nomeada definitivamente na categoria de professora associada do quadro deste Instituto, lugar a extinguir quando vagar. A nomeação produz efeitos a partir da data do despacho autorizador.

De 22 de Fevereiro de 2005:

Ângela Maria Barreto Xavier — autorizada a contratação, por urgente conveniência de serviço, como professora auxiliar além do quadro neste Instituto, em regime de substituição. O contrato produz efeitos a partir da data do despacho autorizador, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

(Não sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

29 de Março de 2005. — O Presidente, *Luís Antero Reto.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE

Contrato (extracto) n.º 985/2005. — Por despacho de 11 de Janeiro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave:

Agostinha Patrícia da Silva Gomes — autorizado, por correcção e por urgente conveniência de serviço, o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio a 100 %, sem exclusividade, para a Escola Superior de Gestão deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 1 de Março de 2004, celebrado em regime de substituição, ao abrigo do PRODEP, pelo período de seis meses, renovável até ao momento em que as substituídas, Soraia Marla Ferreira Gonçalves e Sónia Maria da Silva Monteiro, retomarem o serviço, auferindo a remuneração mensal de € 986,49, correspondente ao escalão 1, índice 100, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico, e autorizada a renovação do mesmo, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Abril de 2005. — O Presidente, *Norberto Amadeu Ferreira Gonçalves da Cunha.*

Contrato (extracto) n.º 986/2005. — Por despacho de 11 de Janeiro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave:

Maria de Lurdes Ribeiro da Silva — autorizado, por urgente conveniência de serviço, o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio a 100 %, para a Escola Superior de Gestão deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2004, celebrado em regime de substituição ao abrigo do PRODEP, válido até ao momento em que o substituído José Manuel Teixeira Pereira voltar ao serviço, auferindo a remuneração mensal de € 986,49, correspondente ao escalão 1, índice 100, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Natália Maria de Bessa Pacheco Rego — autorizado, por urgente conveniência de serviço, o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio a 60 %, para a Escola Superior de Gestão deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2004, celebrado em regime de substituição ao abrigo do PRODEP, válido até ao momento em que o substituído Mário João Freitas de Sousa Basto voltar ao serviço, auferindo a remuneração mensal de € 604,91, correspondente ao escalão 1, índice 100, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Nuno Filipe Magalhães e Sousa — autorizado, por conveniência urgente de serviço, o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 1.º triénio a 100 %, sem exclusividade, para a Escola Superior de Gestão deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2004, celebrado em regime de substituição ao abrigo do PRODEP, válido até ao momento em que as substituídas Raquel Bernardette Vale Mendes e Laurentina Maria da Cruz Vareiro retomarem o serviço, auferindo a remuneração mensal de € 986,49, correspondente ao escalão 1, índice 100, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Pedro Miguel Dias Venâncio — autorizado, por urgente conveniência de serviço, o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 2.º triénio a 50 %, para a Escola Superior de Gestão deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2004, celebrado em regime de substituição ao abrigo do PRODEP, válido até ao momento em que a substituída Irene Maria Portela voltar ao serviço, auferindo a remuneração mensal de € 504,09, correspondente ao escalão 1, índice 135, do estatuto

remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Rosinda Manuela Ferreira de Magalhães — autorizado, por urgente conveniência de serviço, o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio a 100 %, sem exclusividade, para a Escola Superior de Gestão deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2004, celebrado em regime de substituição ao abrigo do PRODEP, válido até ao momento em que a substituída Raquel Bernardette Vale Mendes voltar ao serviço, auferindo a remuneração mensal de € 986,49, correspondente ao escalão 1, índice 100, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Susana Margarida Alves Ferreira de Gouveia Moura Teixeira — autorizado, por urgente conveniência de serviço, o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 2.º triénio a 50 %, para a Escola Superior de Gestão deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2004, celebrado em regime de substituição ao abrigo do PRODEP, válido até ao momento em que o substituído Mário João Freitas de Sousa Basto voltar ao serviço, auferindo a remuneração mensal de € 504,09, correspondente ao escalão 1, índice 135, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Abril de 2005. — O Presidente, *Norberto Amadeu Ferreira Gonçalves da Cunha.*

Contrato (extracto) n.º 987/2005. — Por despacho de 11 de Janeiro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, foi autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento, por dois anos, de:

Alexandra Maria Filinto Gonçalves Marques Sequeira, equiparada a assistente do 1.º triénio a 60 % — com efeitos a partir de 15 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

António Guilherme Moura Teixeira, equiparado a assistente do 2.º triénio a 100 %, com exclusividade — com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

António Manuel Alves de Sousa Martins, equiparado a assistente do 2.º triénio a 50 % — com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

António Manuel Pinheiro Fernandes, equiparado a assistente do 2.º triénio a 50 % — com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

António Pedro Almeida de Oliveira, equiparado a assistente do 2.º triénio a 30 % — com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Bruno da Conceição Cortes, equiparado a assistente do 2.º triénio a 100 %, com exclusividade — com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Carla Susana Policarpo Lobo, equiparada a professora-adjunta a 60 % — com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Fernando Miguel Dias Simões, equiparado a assistente do 1.º triénio a 100 %, com exclusividade — com efeitos a partir de 15 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Isabel Maria de Freitas Soares Ferreira, equiparada a assistente do 1.º triénio a 100 %, com exclusividade — com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

João Félix Ferreira Peixoto, equiparado a assistente do 2.º triénio a 50 % — com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Joaquim Gonçalves Pereira da Silva, equiparado a assistente do 2.º triénio a 100 %, com exclusividade — com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

José Soares Roriz, equiparado a assistente do 2.º triénio a 50 % — com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Laurentina Maria da Cruz Vareiro, equiparada a professora-adjunta a 100 %, com exclusividade — com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Lígia Maria Gonçalves Ribeiro, equiparada a assistente do 2.º triénio a 30 % — com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Márcia Marina Rodrigues Brito Duarte, equiparada a assistente do 1.º triénio a 100 %, com exclusividade — com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Maria Manuela Alves Malheiro, equiparada a professora-adjunta a 60 % — com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Mário da Cunha Guimarães, equiparado a assistente do 2.º triénio a 50 % — com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Paulo Alexandre da Rocha Armada de Campos Leite, equiparado a assistente do 1.º triénio a 100 %, com exclusividade — com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Pedro Júlio Monteiro Gomes de Sousa, equiparado a assistente do 2.º triénio a 60 % — com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Raquel Bernardette Vale Mendes, equiparada a professora-adjunta a 100 %, com exclusividade — com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Sara Alexandra da Eira Serra, equiparada a assistente do 1.º triénio a 100 %, com exclusividade — com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Sílvia Raquel da Silva Leite Pereira, equiparada a assistente do 1.º triénio a 100 %, com exclusividade — com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Vicente Ferreira Ribeiro, equiparado a assistente do 2.º triénio a 50 % — com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Abril de 2005. — O Presidente, *Norberto Amadeu Ferreira Gonçalves da Cunha.*

Contrato (extracto) n.º 988/2005. — Por despacho de 11 de Janeiro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, foi autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2004:

Ana Catarina Monteiro de Sousa Fontes Vieira — equiparada a assistente do 1.º triénio a 60 %. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Cristina Josefa Santos Teixeira — equiparada a assistente do 1.º triénio a 30 %. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Eva Ferreira de Oliveira — equiparada a assistente do 1.º triénio a 100 %, com exclusividade. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Nicolino Eduardo da Silva Ribeiro — equiparado a assistente do 1.º triénio a 40 %. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Abril de 2005. — O Presidente, *Norberto Amadeu Ferreira Gonçalves da Cunha.*

Contrato (extracto) n.º 989/2005. — Por despacho de 11 de Janeiro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave:

Estela Maria dos Santos Ramos Vilhena, assistente do 2.º triénio, com exclusividade — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento, por três anos, com efeitos a partir de 23 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Teresa do Carmo Salgueiro da Costa, assistente do 2.º triénio, com exclusividade — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento, por três anos, com efeitos a partir de 23 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Abril de 2005. — O Presidente, *Norberto Amadeu Ferreira Gonçalves da Cunha.*

Contrato (extracto) n.º 990/2005. — Por despacho de 22 de Fevereiro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave:

Francisco José Areias Duarte — autorizado, por urgente conveniência de serviço, o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 1.º triénio a 30 % para a Escola Superior de Gestão deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 2 de Fevereiro de 2005, pelo período de seis meses, não renovável, auferindo a remuneração mensal de € 302,46, correspondente ao escalão 1, índice 100, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico, considerando-se rescindido o contrato anterior. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Joana Maria Sousa de Barros Pinto — autorizado, por urgente conveniência de serviço, o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio a 30 % para a Escola Superior de Gestão deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 2005, pelo período de seis meses, não renovável,

auferindo a remuneração mensal de € 302,46, correspondente ao escalão 1, índice 100, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

João Pedro Moreira de Mesquita e Sousa — autorizado, por urgente conveniência de serviço, o contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 1.º triénio a 30 % para a Escola Superior de Gestão deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 2 de Fevereiro de 2005, pelo período de seis meses, não renovável auferindo a remuneração mensal de € 302,46, correspondente ao escalão 1, índice 100, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Sónia Rafaela Pinto da Silva — autorizado, por urgente conveniência de serviço, o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio a 30 % para a Escola Superior de Gestão deste Instituto Politécnico, com efeitos a partir de 2 de Fevereiro de 2005, pelo período de seis meses, não renovável, auferindo a remuneração mensal de € 302,46, correspondente ao escalão 1, índice 100, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Abril de 2005. — O Presidente, *Norberto Amadeu Ferreira Gonçalves da Cunha.*

Contrato (extracto) n.º 991/2005. — Por despacho de 22 de Fevereiro de 2005 do presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave:

Ana Paula Adão Martins, assistente do 1.º triénio, requisitada no Centro de Estudos Judiciários — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento, por três anos, e a consequente passagem a assistente do 2.º triénio, com efeitos a partir de 23 de Outubro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Abril de 2005. — O Presidente, *Norberto Amadeu Ferreira Gonçalves da Cunha.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA

Aviso n.º 4170/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Coimbra de 29 de Março de 2005:

Licenciado Marco António Pinto de Oliveira Rodrigues — autorizada a contratação, em regime de contrato administrativo de provimento, na categoria de equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo integral, na área de Teatro, na Escola Superior de Educação deste Instituto, com efeitos a partir de 3 de Março e até 30 de Agosto de 2005.

5 de Abril de 2005. — O Administrador, *Artur Manuel Quintas Cardoso Furtado.*

Aviso n.º 4171/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Coimbra de 15 de Março de 2005:

Licenciada Ana Cristina Almeida Pinheiro — autorizada a rescisão do contrato administrativo de provimento, como encarregada de trabalhos do Instituto Superior de Engenharia deste Instituto, ao abrigo da alínea *c*) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, com efeitos a partir de 15 de Março de 2005.

5 de Abril de 2005. — O Administrador, *Artur Manuel Quintas Cardoso Furtado.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

Aviso n.º 4172/2005 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Março de 2005 do presidente do Instituto Politécnico da Guarda:

Olga Maria Osório da Costa Farias — autorizado o contrato administrativo de provimento para exercer funções no Instituto Politécnico da Guarda com a categoria de assessor da carreira técnica superior de biblioteca e documentação, com o vencimento correspondente ao índice 610, actualizável nos termos legais, produzindo efeitos a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

31 de Março de 2005. — O Presidente, *Jorge Manuel Monteiro Mendes.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

Escola Superior de Música e das Artes do Espectáculo

Despacho (extracto) n.º 8585/2005 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Março de 2005 do presidente do Instituto Politécnico do Porto:

Cecília Maria Alves Sequeira Sérgio Feijão — renovada a nomeação em comissão de serviço como secretária, válida por três anos, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2005.

1 de Abril de 2005. — O Chefe da Divisão de Administração de Pessoal, *Luís Carlos S. Fernandes.*

Instituto Superior de Engenharia

Contrato (extracto) n.º 992/2005. — Por despacho da vice-presidente:

Luísa Maria Pinto da Silva Faria Garcia Magueijo — renovado o contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004 e validade até 30 de Setembro de 2005.

31 de Março de 2005. — A Vice-Presidente do Instituto Politécnico do Porto, *Maria de Fátima Morgado.*

Contrato (extracto) n.º 993/2005:

Paulo Sérgio Perames Paraíso — celebrado contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente, auferindo o vencimento previsto na lei geral para a respectiva categoria, com efeitos a partir de 14 de Fevereiro de 2005 e validade até 4 de Junho de 2005.

31 de Março de 2005. — A Vice-Presidente do Instituto Politécnico do Porto, *Maria de Fátima Morgado.*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Despacho (extracto) n.º 8586/2005 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Março de 2005 do presidente deste Instituto:

Carlos Eduardo de Jesus Almeida — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-coordenador, em regime de tempo parcial e acumulação, pelo período de dois anos, com efeitos reportados a 10 de Novembro de 2004, por urgente conveniência de serviço, para exercer funções na Escola Superior de Gestão deste Instituto, com a remuneração correspondente a 30 % do escalão 1, índice 220 (sem exclusividade), do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Sujeito a fiscalização sucessiva do Tribunal de Contas.)

28 de Março de 2005. — Pelo Administrador, *(Assinatura ilegível.)*

Despacho (extracto) n.º 8587/2005 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Março de 2005 do presidente deste Instituto:

Isabel Maria Cândida Duarte — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparada a professora-adjunta, em regime de tempo integral e exclusividade, pelo período de dois anos, com efeitos reportados a 1 de Novembro de 2004, por urgente conveniência de serviço, para exercer funções na Escola Superior de Gestão deste Instituto com a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 185, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Sujeito a fiscalização sucessiva do Tribunal de Contas.)

28 de Março de 2005. — Pelo Administrador, *(Assinatura ilegível.)*

Despacho (extracto) n.º 8588/2005 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Março de 2005 do presidente deste Instituto:

Júlio Manuel Seixas Pereira Camelo — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo integral e exclusividade, pelo período de dois anos, com efeitos reportados a 22 de Novembro de 2004, por urgente conveniência de serviço, para exercer funções na Escola Superior de Gestão deste Instituto, com a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 185, do estatuto remuneratório do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Sujeito a fiscalização sucessiva do Tribunal de Contas.)

28 de Março de 2005. — Pelo Administrador, *(Assinatura ilegível.)*

Despacho (extracto) n.º 8589/2005 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Março de 2005 do presidente deste Instituto:

Sandra Filipa Gomes dos Santos — autorizada a renovação do contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral e exclusividade, pelo período de um ano, com efeitos reportados a 1 de Outubro de 2004, por urgente conveniência de serviço, para exercer funções na Escola Superior de Gestão de Santarém, deste Instituto, a que corresponde a remuneração relativa ao escalão 1, índice 100, da carreira do pessoal docente do ensino superior politécnico. (Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

28 de Março de 2005. — Pelo Administrador, *(Assinatura ilegível.)*

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

Despacho (extracto) n.º 8590/2005 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Janeiro de 2005 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, por delegação de competências:

Ricardo Alexandre Vargas Mestre, encarregado de trabalhos da Escola Superior de Ciências Empresariais deste Instituto Politécnico — autorizada a renovação do contrato por dois anos, com efeitos a partir de 3 de Janeiro de 2005.

28 de Março de 2005. — A Administradora, *Maria Manuela Serra.*

Despacho (extracto) n.º 8591/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Outubro de 2004 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, por delegação de competências:

Diogo Coelho de Carvalho Montalvão e Silva, equiparado a assistente, em regime de exclusividade, da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, deste Instituto Politécnico — autorizada a renovação do contrato, por dois anos, com efeitos a partir de 9 de Outubro de 2004.

28 de Março de 2005. — A Administradora, *Maria Manuela Serra.*

Despacho (extracto) n.º 8592/2005 (2.ª série). — Por despachos de 1 de Outubro de 2004 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, por delegação de competências:

Albano de Almeida, equiparado a professor-adjunto, em regime de tempo parcial, a 60 %, na Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, deste Instituto Politécnico — autorizada a renovação do contrato, por dois anos, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004.
Patrícia Alexandra Pires Macedo, equiparada a assistente, em regime de exclusividade, da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, deste Instituto Politécnico — autorizada a renovação do contrato, por dois anos, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004.
Vítor Manuel Rodrigues Viegas, equiparado a assistente, em regime de exclusividade, da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, deste Instituto Politécnico — autorizada a renovação do contrato, por dois anos, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2004.

28 de Março de 2005. — A Administradora, *Maria Manuela Serra.*

Despacho (extracto) n.º 8593/2005 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Setembro de 2004 da presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, por delegação de competências:

Ana Bela de Sousa Delicado Teixeira, professora-adjunta da Escola Superior de Ciências Empresariais deste Instituto Politécnico — autorizada a equiparação a bolseiro no estrangeiro no período de 29 de Setembro a 1 de Outubro de 2004.

29 de Março de 2005. — A Administradora, *Maria Manuela Serra.*

Despacho (extracto) n.º 8594/2005 (2.ª série). — Por despachos de 19 de Janeiro de 2005 da presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, por delegação de competências:

Ana Bela de Sousa Delicado Teixeira, professora-adjunta da Escola Superior de Ciências Empresariais deste Instituto Politécnico — autorizada a equiparação a bolseiro, no estrangeiro, no período de 2 a 4 de Fevereiro de 2005.
Rui Manuel Sobral Rita, equiparado a professor-adjunto da Escola Superior de Ciências Empresariais deste Instituto Politécnico — autorizada a equiparação a bolseiro, no estrangeiro, no período de 2 a 4 de Fevereiro de 2005.
Maria do Amparo Peixoto Guedes, equiparada a assistente da Escola Superior de Ciências Empresariais deste Instituto Politécnico — autorizada a equiparação a bolseiro, no estrangeiro, no período de 2 a 4 de Fevereiro de 2005.
Paula Alexandra Godinho Pires Valério, equiparada a assistente da Escola Superior de Ciências Empresariais deste Instituto Politécnico — autorizada a equiparação a bolseiro, no estrangeiro, no período de 2 a 4 de Fevereiro de 2005.

29 de Março de 2005. — A Administradora, *Maria Manuela Serra.*

Despacho (extracto) n.º 8595/2005 (2.ª série). — Por despachos de 31 de Janeiro de 2005 da presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, por delegação de competências:

Jorge José Martins Rodrigues, professor-adjunto da Escola Superior de Ciências Empresariais deste Instituto Politécnico — autorizada a equiparação a bolseiro no estrangeiro no período de 2 a 5 de Fevereiro de 2005.
Fernando Miguel dos Santos Henriques Seabra, equiparado a professor adjunto da Escola Superior de Ciências Empresariais deste Instituto Politécnico — autorizada a equiparação a bolseiro no estrangeiro no período de 2 a 5 de Fevereiro de 2005.
Carlos Manuel Severino da Mata, equiparado a assistente da Escola Superior de Ciências Empresariais deste Instituto Politécnico — autorizada a equiparação a bolseiro no estrangeiro no período de 2 a 5 de Fevereiro de 2005.

29 de Março de 2005. — A Administradora, *Maria Manuela Serra.*

Despacho (extracto) n.º 8596/2005 (2.ª série). — Por despachos de 21 de Janeiro de 2005 da presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, por delegação de competências:

Aníbal Jorge da Costa Cristóvão Caiado, professor-adjunto da Escola Superior de Ciências Empresariais deste Instituto Politécnico — autorizada a equiparação a bolseiro no estrangeiro no período de 16 a 20 de Maio de 2005.
Boguslawa Maria Barszczak Sardinha, professora-adjunta da Escola Superior de Ciências Empresariais deste Instituto Politécnico — autorizada a equiparação a bolseiro no estrangeiro no período de 2 a 4 de Fevereiro de 2005.
Luísa Margarida Cagica Carvalho, equiparada a assistente da Escola Superior de Ciências Empresariais deste Instituto Politécnico — autorizada a equiparação a bolseiro no estrangeiro no período de 2 a 4 de Fevereiro de 2005.

29 de Março de 2005. — A Administradora, *Maria Manuela Serra.*

Despacho (extracto) n.º 8597/2005 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Março de 2005 da presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, por delegação de competências:

Pedro Fragoso da Silva, professor requisitado da Escola Superior de Educação deste Instituto Politécnico — autorizada a equiparação a bolseiro no estrangeiro no período de 13 a 19 de Março de 2005.

29 de Março de 2005. — A Administradora, *Maria Manuela Serra.*

Despacho (extracto) n.º 8598/2005 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Março de 2005 da presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, por delegação de competências:

Joana Maria Leitão Brocardo, professora-coordenadora da Escola Superior de Educação deste Instituto Politécnico — autorizada a equiparação a bolseiro no estrangeiro no período de 12 a 16 de Março de 2005.

29 de Março de 2005. — A Administradora, *Maria Manuela Serra.*

Despacho (extracto) n.º 8599/2005 (2.ª série). — Por despachos de 14 de Outubro de 2004 do vice-presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, por delegação de competências:

Cristina Maria Ferreira de Almeida, equiparada a professora-adjunta, em regime de exclusividade, da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal deste Instituto Politécnico — autorizada a renovação do contrato, por dois anos, com efeitos a partir de 15 de Outubro de 2004.
Paula Cristina Sequeira Pereira, equiparada a professora-adjunta, em regime de exclusividade, da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal deste Instituto Politécnico — autorizada a renovação do contrato, por dois anos, com efeitos a partir de 15 de Outubro de 2004.
Sérgio Flores Fernandes, equiparado a professor-adjunto, em regime de exclusividade, da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal deste Instituto Politécnico — autorizada a renovação do contrato, por dois anos, com efeitos a partir de 18 de Outubro de 2004.
Carlos Miguel da Costa Fernandes, equiparado a assistente, em regime de exclusividade da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal deste

Instituto Politécnico — autorizada a renovação do contrato, por dois anos, com efeitos a partir de 15 de Outubro de 2004.

Cláudio Miguel Garcia Loureiro dos Santos Sapateiro, equiparado a assistente, em regime de exclusividade da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal deste Instituto Politécnico — autorizada a renovação do contrato, por dois anos, com efeitos a partir de 15 de Outubro de 2004.

António Rodrigo Baptista Caeiro, equiparado a assistente, em regime de tempo parcial, a 50 %, da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal deste Instituto Politécnico — autorizada a renovação do contrato, por dois anos, com efeitos a partir de 15 de Outubro de 2004.

Rui Manuel Gonçalves Lino, equiparado a assistente, em regime de tempo parcial, a 50 %, da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal deste Instituto Politécnico — autorizada a renovação do contrato, por dois anos, com efeitos a partir de 15 de Outubro de 2004.

Carlos Manuel Esteves Antunes, encarregado de trabalhos, em regime de tempo integral, da Escola Superior de Tecnologia de Setúbal deste Instituto Politécnico — autorizada a renovação do contrato, por dois anos, com efeitos a partir de 20 de Outubro de 2004.

29 de Março de 2005. — A Administradora, *Maria Manuela Serra.*

ÁGUAS DO CENTRO ALENTEJO, S. A.

Listagem n.º 107/2005. — *Lista de adjudicações efectuadas no ano de 2004.* — Em cumprimento do disposto no artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, torna-se pública a lista de todas as adjudicações de empreitadas de obras públicas efectuadas pela empresa Águas do Centro Alentejo, S. A., no ano de 2004:

Designação da empreitada	Tipo de concurso	Adjudicatário	Valor da adjudicação
Sistema adutor ao concelho de Évora entre a ETA do Monte Novo e o reservatório da cidade — lote A.	Concurso público . . .	Somague Engenharia, S. A./NEOPUL — Sociedade de Estudos e Construções, S. A.	689 311,52
Sistema adutor ao concelho de Évora entre a ETA do Monte Novo e o reservatório da cidade — lote B.	Concurso público . . .	EDIOC — Empreendimentos e Obras, S. A	2 966 586,64
Conduta adutora entre a ETA da Vigia e o reservatório de Outeiro do Barro.	Concurso público . . .	Cabral & Filhos, S. A	934 394,67

4 de Abril de 2005. — O Administrador Delegado, *Manuel José Marcelly Coelho de Carvalho.*

HOSPITAL DE EGAS MONIZ, S. A.

Despacho n.º 8600/2005 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Março de 2005 do conselho de administração do Hospital de Egas Moniz, S. A., foram prorrogados os regimes de horário acrescido aos enfermeiros abaixo designados de 1 de Abril até 30 de Setembro de 2005:

Adélia Rosa Gomes Ferreira.
Aida Maria Rodrigues.
Alberto Joaquim Batista Capelão.
Alcina Maria Ferreira Ascenso da Silva Mendes.
Aldina Veloso da Silva.
Alexandra Maria Pereira da Costa.
Almerinda Maria Silva Martins.
Amélia Rosa Tomás Casinha.
Ana Alexandra Figueiredo Salreta de Jesus.
Ana Cristina Domingues Alho Caetano Paiva Gonçalves.
Ana Cristina Macias Marques Mira.
Ana Cristina Monteiro de Almeida Vassalo Pereira.
Ana Cristina Trindade Magalhães Fiúza da Silva.
Ana Isabel Duarte Martins Costa.
Ana Isabel Pereira dos Santos.
Ana Isabel Santos Oliveira Paulista Plácido.
Ana Luísa Leitão Esperança.
Ana Maria de Bastos Rodrigues.
Ana Maria Risueno Sanchez.
Ana Patrícia Antunes Felgueiras.
Ana Paula da Rocha e Silva Reis.
Ana Paula Rodrigues Curto Avelar.
Ana Rita Santos de Oliveira Rego Melo Cunha.
Ana Sofia Araújo Silva Paulo.
Ana Sofia Gonçalves Sales.
Anabela da Silva Encarnação.
Anabela Rodrigues Carvalho Raposo.
Ângela Sofia Oliveira de Seabra.
Antónia Idalina Vilhena Nunes.
Antónia Maria Carapeta Casaca.
Antónia Maria Lopes Pereira.
Antonino Tavares.
António Corceiro de Barros.
António Filipe Figueiredo Dias Freixo.
António José Albuquerque Bártolo Moura.
Armandina Conceição Fernandes Vilela Cartera.
Benta da Silva Pereira de Sousa Meneses.
Benvinda de Fátima Fagundes da Silva Brito.
Carla Alexandra da Silva Pinto.
Carla Isabel Neves Rodrigues.
Carla Maria da Conceição Dias Moniz de Sousa.
Carla Maria Jorge Maricato.
Carla Marina Maximino Sousa Lúcio.
Carla Patrícia Fernandes da Cruz Ferreira.
Carla Susana Afonso Benites Paulos.
Casimiro José Dias Correia.
Cecília do Carmo Leal Gregório.
Cecília Paiva Vila Flor.
Célia Gouveia Lopes.
Célia Maria Anjos Moreira Rodrigues.
Cláudia Salomé Maçanita Júdice.
Clementina da Conceição Esteves Felício Moreira.
Cristina Maria Alves Dias Henriques.
Cristina Maria da Conceição Colaço.
Donzília Manuela Garcia Alves Lopes.
Dora Margarida Manuel Bonito.
Elisa Casalta Nabais.
Elsa da Conceição Fernandes Caramelo.
Emília Maria Proença Romão.
Ermelinda Gaspar Freire Branco.
Ester de Jesus Santos Baptista.
Fátima da Conceição Fernandes Gomes.
Felisbela da Nazaré Carretas Mota Gaspar.
Fernanda Baptista Cardoso Lopes.
Fernanda Maria Oliveira Grencho Guedes Poeira.
Fernando Abrantes de Barros.
Filomena dos Anjos Sousa Pataca Nunes.
Gracinda dos Santos Cartaxo Costa.
Helena Maria Morais Osório.
Irene Fernanda de Almeida Farinha.
Isabel Cristina Mariano dos Santos Félix.
Isabel dos Santos Elias.
Isabel Elisa Santos Fitas.
Isabel Maria Almeida da Fonseca.
Isabel Maria Amaral Amado.
Isabel Maria da Silva Alcobia da Costa.
Isabel Maria Moreira Seita.
Isabel Maria Pedrosa Simões.
Isabel Maria Teixeira Santos.
Isabel Sofia Mateus Rodrigues.
Isaura Maria Ferreira Loureiro.
Ivo Miguel das Neves Saramago.
João Hélder Rodrigues dos Santos.
João Miguel da Costa Vieira.
João Paulo Martins Mesquita.
Joaquim Alves.
Jorge Emanuel Vicente de Almeida.
José Luís de Melo Pinheiro.
José Manuel Mendes Martins.
Lídia Maria Alves Roldão Ferreira.
Lina Isabel Valente Almeida Hasse Ferreira.
Lina Maria Duque Martins Sanchas.
Liseta Chainho Pereira.
Lúcia Maria Vieira Mendes Gouveia Lucinda Dantas Lopes.

Lúcio da Rocha Alves.
Luís Carlos Avelelas Teixeira.
Luís Henrique Afonso Choupina.
Luís Miguel Pereira Carrasquinho.
Luísa Maria Ferreira Lima Nogueira.
Lurdes Rodrigues Gaio Carrilho.
Manuel Alves Arcanjo.
Manuel João Frias Quintela.
Margarida Maria de Jesus Pombeiro.
Maria Alexandra Milheiriço de Brito Subtil.
Maria Alice Sancho Pires Abade Carrapiço.
Maria Auxília Pires.
Maria do Carmo Gaspar de Castro.
Maria do Carmo Martins Fraga.
Maria do Céu da Silva.
Maria Clementina Costa do Nascimento Sousa.
Maria da Conceição de Sousa Rosa.
Maria da Conceição Gomes Português Duarte.
Maria da Conceição Serrão Sirgado Sentieiro.
Maria Emília da Costa Ferreira.
Maria Emília da Cruz Duarte Leal Cardoso.
Maria Esmeralda Rodrigues Alves dos Santos.
Maria de Fátima Borrego Pacheco.
Maria de Fátima Fernandes Martins Calixto.
Maria de Fátima Sequeira de Almeida.
Maria França Ambrósio Manso Segura.
Maria Gabriela Nunes Carvalho Pereira.
Maria Henriqueta Raposo Major.
Maria Irene Coelho Gustavo.
Maria Isabel da Cunha Manuel Proença.
Maria Isabel Pereira Perdigão Antunes.
Maria Isabel Teixeira de Faria Westwood.
Maria de Jesus d'Orey Correia Botelho Marques.
Maria Joana Domingues Graça.
Maria João Baião Piriquito e Gama.
Maria João Fernandes Gonçalves Damásio.
Maria Joaquina Carvalho Brás.
Maria José Cravo Martins Bexiga Pinto.
Maria José Meira Ramalho Freitas.
Maria José Romero Parreño.
Maria José Soares Martins.
Maria Leonor Guedes Dias Rodrigues C. Oliveira.
Maria Leonor Monteiro Alves Ferreira da Silva.
Maria Leonor Patola Campinas Crespo.
Maria Luísa Correia Negrão Palma Jordão.
Maria Luísa Perestrelo Correia M. Dorne Cysneiros.
Maria da Luz Amaro Nico.
Maria da Luz Ramos Serrano Barbedo.
Maria Madalena Carvalho Barbosa.
Maria Manuela Antunes Fernandes.
Maria Manuela Belo Mateus Jorge.
Maria Manuela Costa Teixeira Lourenço.
Maria Manuela Gonçalves da Costa Moita.
Maria Manuela Martins Domingues.
Maria Manuela Saraiva da Cruz Machado.
Maria Margarida Pinto Batista Marques Pereira.
Maria Pedro Gaspar Dias Moura S. Mendes.
Maria da Purificação Pires Alves Ferreira Pinto.
Maria dos Remédios Domingos da Fonte.
Maria Rodrigues Bento Santos Moleiro.
Maria Rodrigues Simões Pereira.
Maria do Rosário Afonso Gonçalves.
Maria do Rosário Fialho Pinheiro da Veiga.
Maria do Rosário Filipe Salgueiro Manso.
Maria Teresa de Sá Teixeira Freitas Bastos.
Maria Teresa Lopes Barradas.
Maria Teresa Veiga Rodrigues.
Maria Virgínia Ferreira Resina de Almeida.
Marina Alexandra Neves da Glória Teixeira.
Miquelina Marlene Varelas Carriço.
Mónica Alexandra de Sousa Amado.
Olga Marlene Xavier Pereira.
Patrícia Isabel Gonçalves Saavedra de Almeida.
Paula Alexandra Rodrigues da Silva.
Paula Cristina Lourenço.
Paula Cristina Costa Pires.
Paula Cristina da Silva Cardoso Nunes.
Paula Cristina Dantas da Silva.
Paula Cristina Silvério Cunha Amaral Dias.
Paula Maria Esteves Silva.
Paula Maria Maceiras Frade.
Paula Sofia Silva Alves Martins.
Paulo Jorge Gonçalves Pereira.
Paulo Jorge Oliveira Bruno Moita.
Pedro Mendes.
Pedro Miguel Henriques Batista.
Rafael Rito Dias.
Regina Helena Balonas Canelas.
Regina Maria Lourenço Guilherme.
Ricardo Jorge Balau da Silva Esteves.
Rita Maria Guerreiro Brito.
Rita Sofia Ataíde Botelho da Costa.
Rita Susana Tomé Salvado.
Rosa Maria Escudeiro dos Santos de Sousa.
Rosa Maria Ferreira Azemel Correria Pina.
Rosa Maria Gonçalves da Costa.
Rosa Maria Raimundo Ramos.
Rosa Maria Ramos Sequeira.
Rute Cristina Marques R. Almeida Batista.
Sandra Cristina Dias Catarino dos Santos.
Sandra Isabel Ferreira de Jesus Saramago.
Sandra Isabel Valente Martins.
Sandra Marisa Esteves da Costa.
Sandra Paula Marques Rego Teixeira.
Sissi Ferreira Martins.
Sónia Alexandra Vaz Gomes Rodrigues.
Sónia Claro Neto.
Sónia Cristina Neto Brás.
Sónia Maria Vilarinho Ganilho.
Sónia Paula Dias Lontrão.
Susana Cristina Domingos Gaspar.
Telmo José Roliça Nogueira da Silva.
Teodora F. Rebelo Bustorff.
Teresa Maria Bispo Mendes Teixeira.
Teresinha de Jesus Dias Fernandes.
Vânia Cristina Costa Lopes.
Vânia Maria Paulo Reis Faria.
Vasco Manuel Foz Lopes.
Victor Fernando dos Santos Cabrita.
Vitória Maria Lopes Siquenique.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Março de 2005. — Pelo Presidente do Conselho de Administração, *(Assinatura ilegível.)*

HOSPITAL PULIDO VALENTE, S. A.

Deliberação (extracto) n.º 555/2005. — Por deliberação dos conselhos de administração do Hospital de Nossa Senhora do Rosário, S. A., e deste Hospital de 11 de Novembro e de 9 de Dezembro de 2004, respectivamente:

Maria Isabel Borges Andrade, assistente graduada de anatomia patológica do Hospital de Nossa Senhora do Rosário, S. A. — autorizada a acumular funções públicas neste Hospital, pelo período de seis meses, com início em 4 de Dezembro de 2004, com o horário de dezanove horas semanais.

31 de Março de 2005. — A Responsável dos Recursos Humanos, *Isabel Aires.*

Deliberação (extracto) n.º 556/2005. — Por deliberação do conselho de administração de 29 de Dezembro de 2004:

Luís Filipe Pombo, assistente administrativo — concedida licença sem vencimento, pelo período de um ano, ao abrigo do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com início a 1 de Janeiro de 2005.

31 de Março de 2005. — A Responsável dos Recursos Humanos, *Isabel Aires.*

Rectificação n.º 617/2005. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 32, de 15 de Fevereiro de 2005, a p. 2217, a deliberação n.º 167/2005, rectifica-se que onde se lê «Aldina do Espírito Santo Dias e Armindo Ramos Esteves Assunção [...], com início em 1 de Novembro de 2004» deve ler-se «Aldina do Espírito Santo Dias e Armindo Ramos Esteves Assunção [...] com início em 1 de Novembro de 2003».

31 de Março de 2005. — A Responsável dos Recursos Humanos, *Isabel Aires.*

Rectificação n.º 618/2005. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 25, de 30 de Janeiro de 2004, a pp. 1726 e 1727, a deliberação do n.º 107/2004, referente à técnica coordenadora do serviço de imagiologia Maria Alcina Teixeira

Macedo Alves, rectifica-se que onde se lê «autorizada a prorrogação do regime de horário acrescido por mais um ano» deve ler-se « autorizada a manutenção do regime de horário acrescido».

31 de Março de 2005. — A Responsável dos Recursos Humanos, *Isabel Aires.*

Rectificação n.º 619/2005. — Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 417/2004, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 10, de 13 de Janeiro de 2004, a p. 558, referente a Cristina Isabel Servinho de Castilho e Cunha Cardoso, técnica superior de saúde, ramo de farmácia, rectifica-se que onde se lê «concedida licença especial de trabalho» deve ler-se «concedido o regime de trabalho em tempo parcial».

31 de Março de 2005. — A Responsável dos Recursos Humanos, *Isabel Aires.*

HOSPITAL DE SANTA CRUZ, S. A.

Deliberação (extracto) n.º 557/2005. — Por deliberação de 3 de Março de 2005 do conselho de administração do Hospital de Santa Cruz, S. A., foi autorizada a atribuição do regime de trabalho de horário acrescido (quarenta e duas horas semanais) aos enfermeiros do quadro de pessoal do Hospital de Santa Cruz, S. A., a seguir mencionados por um período de seis meses a partir de 7 de Março de 2005:

Ana Sofia Lapa de Brito.
Isabel Alexandra Ferreira Gonçalves.
Manuel Tomé Punilha Frade.
Paula Cristina Pinto da Silva.
Paulo Mário Martins Torres do Carmo Carvalho.

(Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Abril de 2005. — O Director de Serviços de Recursos Humanos, *Pedro Alexandre.*

Deliberação (extracto) n.º 558/2005. — Por deliberação de 3 de Março de 2005 do conselho de administração do Hospital de Santa Cruz, S. A.:

Casimira Arminda Lourenço de Carvalho, enfermeira do quadro de pessoal do Hospital de Santa Cruz, S. A. — autorizada a renovação do regime de trabalho de horário acrescido (quarenta e duas horas semanais) por um período de um ano a partir de 4 de Abril de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Abril de 2005. — O Director de Serviços de Recursos Humanos, *Pedro Alexandre.*

Deliberação (extracto) n.º 559/2005. — Por deliberação de 3 de Março de 2005 do conselho de administração do Hospital de Santa Cruz, S. A., foi autorizada a renovação do regime de trabalho de horário acrescido (quarenta e duas horas semanais) às enfermeiras do quadro de pessoal do Hospital de Santa Cruz, S. A., a seguir mencionadas por um período de seis meses a partir de 1 de Janeiro de 2005:

Graça Maria Moreira Mendes.
Mafalda Sofia de Jesus Paixão Catarino.
Maria João Paula Magalhães Marques.
Sónia da Conceição Pinto Panasco.

(Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Abril de 2005. — O Director de Serviços de Recursos Humanos, *Pedro Alexandre.*

HOSPITAL DE SANTA MARTA, S. A.

Deliberação n.º 560/2005. — Por deliberação do conselho de administração do Hospital de Santa Marta, S. A., de 23 de Março de 2005:

Ana Paula Dias da Silva Soares, técnica de 2.ª classe, área de contabilidade, do quadro do Hospital de Santa Marta, S. A. — promovida a técnica de 1.ª classe, área de contabilidade, do quadro do mesmo Hospital, considerando-se exonerada da anterior categoria a partir da data de aceitação da nomeação.
Susana Paula Trindade Ferreira Paulino, técnica de 2.ª classe, área de contabilidade, do quadro do Hospital de Santa Marta, S. A. — promovida a técnica de 1.ª classe, área de contabilidade, do quadro do mesmo Hospital, considerando-se exonerada da anterior categoria a partir da data de aceitação da nomeação.

28 de Março de 2005. — Pelo Conselho de Administração, a Presidente, *Teresa Sustelo.*

Deliberação n.º 561/2005. — Por deliberação do conselho de administração do Hospital de Santa Marta, S. A., de 23 de Março de 2005:

Dr. João António Costa Cabral Albuquerque e Castro, assistente hospitalar graduado de cirurgia vascular do quadro do Hospital de Santa Marta, S. A., em regime de tempo completo, trinta e cinco horas semanais — promovido a chefe de serviço de cirurgia vascular do quadro do mesmo Hospital, em regime de tempo completo, de trinta e cinco horas semanais, considerando-se exonerado da anterior categoria a partir da data de aceitação da nomeação.

4 de Abril de 2005. — Pelo Conselho de Administração, o Administrador, *A. Santos Silva.*

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA FRANCISCO GENTIL — CENTRO REGIONAL DE ONCOLOGIA DO PORTO, S. A.

Despacho n.º 8601/2005 (2.ª série). — Por despacho da administradora do Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil — Centro Regional de Oncologia do Porto, S. A., de 25 de Outubro de 2004, no uso das competências delegadas:

Lúcio José de Lara Santos, assistente graduado de cirurgia geral do quadro de pessoal deste Centro, em regime de dedicação exclusiva com quarenta e duas horas semanais — autorizada a sua passagem ao regime de tempo completo com trinta e cinco horas semanais, a partir de 1 de Março de 2005. (Isento de declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

4 de Abril de 2005. — A Administradora, *Marta Araújo.*

SERVIÇO REGIONAL DE SAÚDE, E. P. E.

Aviso n.º 4173/2005 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Fevereiro de 2005 do conselho de administração:

Diana Maria Costa da Silva, técnica superior de saúde assistente, ramo de nutrição — autorizada a prática do regime de horário acrescido com efeitos a 1 de Março de 2005.

28 de Março de 2005. — A Administradora Hospitalar, *Eva Sousa.*

AVISO

1 — Abaixo se indicam os preços das assinaturas do *Diário da República* para o ano 2005 em suporte de papel, CD-ROM e Internet.
2 — Não serão aceites pedidos de anulação de contratos de assinaturas com devolução de valores, salvo se decorrerem de situações da responsabilidade dos nossos serviços.
3 — Cada assinante deverá indicar sempre o número de contrato de assinatura que lhe está atribuído e mencioná-lo nos contactos que tenha com a INCM.
4 — A efectivação dos pedidos de contratos de assinaturas, bem como dos novos serviços, poderá ser feita através das nossas livrarias.
5 — Toda a correspondência sobre contratos de assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Departamento Comercial, Sector de Publicações Oficiais, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, 1099-002 Lisboa (fax: 213945750; e-mail: assinaturas@incm.pt).

Preços para 2005

(Em euros)

PAPEL (IVA 5%)	
1.ª série	154
2.ª série	154
3.ª série	154
1.ª e 2.ª séries	288
1.ª e 3.ª séries	288
2.ª e 3.ª séries	288
1.ª, 2.ª e 3.ª séries	407
Compilação dos Sumários	52
Apêndices (acórdãos)	100

BUSCAS/MENSAGENS (IVA 19%) [1]	
E-mail 50	15,50
E-mail 250	46,50
E-mail 500	75
E-mail 1000	140
E-mail+50	26
E-mail+250	92
E-mail+500	145
E-mail+1000	260

ACTOS SOCIETÁRIOS (IVA 19%)	
100 acessos	35
250 acessos	70
500 acessos	120
N.º de acessos ilimitados até 31-12	550

CD-ROM 1.ª série (IVA 19%)	Assinante papel [2]	Não assinante papel
Assinatura CD mensal	185	230

INTERNET DIÁRIO DO DIA (IVA 19%)	
1.ª série	120
2.ª série	120
3.ª série	120

INTERNET (IVA 19%)	Assinante papel [2]	Não assinante papel
Preços por série [3]		
100 acessos	96	120
250 acessos	216	270
Ilimitado individual [4]	400	500

[1] Ver condições em http://www.incm.pt/servlets/buscas.
[2] Preço exclusivo por assinatura do *Diário da República* em suporte de papel.
[3] 3.ª série só concursos públicos.
[4] Para assinaturas colectivas (acessos simultâneos) contacte-nos através dos endereços do *Diário da República* electrónico abaixo indicados.

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85
ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUÍDO 5%)

€ 4

Diário da República Electrónico: Endereço Internet: http://www.dre.pt
Correio electrónico: dre @ incm.pt•Linha azul: 808 200 110•Fax: 21 394 57 50

INCM

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

LIVRARIAS

- Loja do Cidadão (Aveiro) Rua de Orlando Oliveira, 41 e 47 — 3800-040 Aveiro Forca Vouga
  Telef. 23 440 58 49 Fax 23 440 58 64
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000-173 Coimbra
  Telef. 23 985 64 00 Fax 23 985 64 16
- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250-100 Lisboa
  Telef. 21 394 57 00 Fax 21 394 57 58 Metro — Rato
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050-148 Lisboa
  Telef. 21 330 17 00 Fax 21 330 17 07 Metro — S. Sebastião
- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099-002 Lisboa
  Telef. 21 383 58 00 Fax 21 383 58 34
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000-136 Lisboa
  Telef. 21 781 07 00 Fax 21 781 07 95 Metro — Saldanha
- Rua das Portas de Santo Antão, 2-2/A — 1150-268 Lisboa
  Telefs. 21 324 04 07/8 Fax 21 324 04 09 Metro — Rossio
- Loja do Cidadão (Lisboa) Rua de Abranches Ferrão, 10 — 1600-001 Lisboa
  Telef. 21 723 13 70 Fax 21 723 13 71 Metro — Laranjeiras
- Avenida de Roma, 1 — 1000-260 Lisboa
  Telef. 21 840 10 24 Fax 21 840 09 61
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050-294 Porto
  Telef. 22 339 58 20 Fax 22 339 58 23
- Loja do Cidadão (Porto) Avenida de Fernão Magalhães, 1862 — 4350-158 Porto
  Telef. 22 557 19 27 Fax 22 557 19 29